

A RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA E AS CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

Marlene Isabel Ribeiro Borges

Provas destinadas à obtenção do grau de Mestre em Educação Especial-
Domínio Cognitivo e Motor

Julho de 2015 – *Versão Final*



Instituto Superior de Educação e Ciências

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS

Provas para obtenção do grau de Mestre em Educação Especial- Domínio
Cognitivo e Motor

**A RELAÇÃO FAMÍLIA/ESCOLA E AS CRIANÇAS COM
NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS**

Autora: **Marlene Isabel Ribeiro Borges**

Orientadora: **Professora Doutora Cândida Helena Lopes Alves**

Julho de 2015

Dedico todo este trabalho à minha filha Mariana, o ser mais importante da minha vida, a minha razão de viver. Foi sem dúvida a mais sacrificada pelas horas infinitas que a mãe dedicou à realização deste trabalho, deixando-a, muitas vezes, para segundo plano. Adoro-te filhota, é essencialmente por ti que insisti em concretizar este projeto.

Agradecimentos

Sem pretender desvalorizar qualquer um dos contributos que recebi para a realização deste trabalho, quero desde já expressar o meu sincero reconhecimento a todos aqueles que, de alguma forma, participaram nele e que possibilitaram a sua realização.

À orientadora Professora Doutora Cândida Alves, agradeço o acompanhamento que me prestou, a disponibilidade para esclarecer dúvidas e a paciência com todas as interrogações que compuseram o crescimento e desenvolvimento deste trabalho.

À Professora Doutora Piedade Alves, pela competência e disponibilidade com que orientou este estudo.

Ao Professor Doutor Carlos Alves, pela insistência e determinação para que concluísse este projeto.

Às famílias das crianças com necessidades educativas especiais e aos docentes inquiridos, agradeço a disponibilidade e a entrega com que aceitaram responder às minhas perguntas.

À minha amiga Mafalda. Não há palavras suficientes para reconhecer tamanha amizade e apoio que me proporcionou. Agradeço por fazer parte desta caminhada.

À Engenheira Ângela pelas palavras de incentivo e motivação e pela ajuda que me proporcionou.

O meu reconhecimento aos meus pais e ao meu marido, pelo estímulo, apoio permanente e pelo esforço e sacrifícios de uma vida inteira.

À minha irmã, Fátima que faz parte de uma persistente “torcida” pelas minhas conquistas.

Ao meu cunhado, Jonas pela exemplar forma de encorajamento e o nunca desistir nem baixar os braços em alturas menos boas. Agradeço as palavras de interesse, disponibilidade e apoio manifestado, assim como as palavras de força.

A todos vocês, o meu profundo agradecimento: Bem-haja!!!

Resumo

A família e a escola são consideradas contextos fundamentais no desenvolvimento do educando com papéis preponderantes no processo educativo. Neste sentido, o presente trabalho tem como objetivo principal abordar a importância da família na educação de crianças com necessidades educativas especiais e a respectiva intervenção educativa.

Para o efeito, após a elaboração de uma revisão de literatura, foi efetuado um enquadramento empírico, foi utilizado um inquérito por questionário aos pais/encarregados de educação e aos professores que têm, respetivamente, filhos e alunos com necessidades educativas especiais, em escolas do 1º Ciclo do ensino regular, de um Agrupamento de Escolas de Tábua.

Os principais resultados demonstraram que a inclusão de crianças com necessidades educativas especiais nas turmas de ensino regular contribui para o seu desenvolvimento e socialização. A relação família/escola deve ser colaborativa, comunicativa e ativa. Os fatores cruciais para o sucesso do processo de aprendizagem de uma criança com necessidades educativas especiais são: a dinâmica familiar, a colaboração e troca de informação e a manutenção de uma relação mais efetiva e positiva.

Palavras-chave: Família, Escola, Colaboração, Relação, Necessidades Educativas Especiais

Abstract

Family and school are considered crucial aspects in student's development with relevant importance in the educational process. The present study addresses the relevance of family and school intervention in the education of children with special education needs.

For this purpose, after the literature review, an empirical framework was made, through the use of a questionnaire to parents and teachers that have children/students with special education needs in Tábua's schools first grade regular classes.

Main findings have indicated that the inclusion of children with special education needs in regular classes contributes to their development and socialization. The family/school relationship must be collaborative, communicative and active. The factors considered crucial for the success of their learning process are: family dynamics, information exchanges, and the maintenance of an effective and positive relationship.

Keywords: Family, School, Collaboration, Relationship, Special Education Needs

Índice geral

Agradecimentos	VII
Resumo	IX
Índice geral	XIII
Índice de Figuras	XV
INTRODUÇÃO.....	1
PARTE I - REVISÃO DE LITERATURA	5
CAPÍTULO I - NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: CONCEITO, EVOLUÇÃO E ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO	7
1.1. Educação Especial - Conceito de necessidades educativas especiais.....	7
1.2. Tipos de NEE	11
1.3. Sistema educativo português e a criança com NEE	15
CAPÍTULO II – NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: DESAFIOS NO SEIO DA FAMÍLIA E DA ESCOLA	23
2.1. A família e as crianças com NEE: a dinâmica do sistema família	23
2.2. A família da criança com NEE	27
2.3. A Escola e as Crianças com NEE: conceito de escola	30
2.4. Funções e finalidades da escola.....	32
2.5. Atendimento escolar dos alunos com NEE	34
CAPÍTULO III– A RELAÇÃO ENTRE A ESCOLA E A FAMÍLIA	37
3.1. A intervenção dos pais na escola.....	37
3.2. Vantagens da participação dos pais	40
3.3. Entraves da participação dos pais	42
3.4. Várias abordagens na relação família-escola.....	45
3.5. O posicionamento do professor	48
PARTE II – ENQUADRAMENTO EMPÍRICO	51
CAPÍTULO IV – OPÇÕES METODOLÓGICAS	53
4.1. Algumas considerações	53
4.2. Metodologia de Investigação.....	53
4.2.1. Pergunta de partida e objetivos do estudo	54
4.2.2. Hipóteses de Investigação	54
4.2.3. Instrumentos de recolha de informação	55
4.2.4. Caracterização do Agrupamento	57

4.2.5. Amostra	58
4.3. Princípios éticos.....	59
CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	61
5.1. Análise e leitura dos questionários dirigidos aos Professores	61
5.2 Análise e leitura dos questionários dirigidos aos pais	73
5.3. Discussão dos dados	84
CONCLUSÃO.....	93
BIBLIOGRAFIA	99
ANEXOS	107

Índice de Figuras

Figura 1: Tipos de necessidades educativas especiais	12
Figura 2: Problemáticas associadas às NEE	14
Figura 3: Tipos de NEE significativas	14
Figura 4: Cascata de serviços educativos	35
Figura 5: NEE e ambientes educativos disponíveis - Modelo de Reynolds-Birch.....	36

Índice de quadros

Quadro 1: Tipos de Famílias	25
Quadro 2: Fases e reações dos pais de crianças com NEE.....	27
Quadro 3: Ciclo de vida da família com uma criança com NEE.....	29
Quadro 4: As abordagens para a implementação da participação dos pais na escola	46
Quadro 5: Inquérito por questionário	55
Quadro 6: Amostra	58
Quadro 7: Distribuição das frequências absolutas e relativas dos fatores da vida das escola que poderão ter influencia da criança com NEE.....	64
Quadro 8: Fatores justificativos da opinião sobre a integração.....	65
Quadro 9: Fatores inerentes a uma relação família/escola.....	66
Quadro 10: Tipo de atitudes denotadas pelos pais de crianças com NEE.....	67
Quadro 11: Razões que leva à necessidade de convocar mais vezes os pais.....	69
Quadro 12: Situações que os professores privilegiam na ajuda aos pais.....	73
Quadro 13: Tipo de assuntos que os professores gostavam de abordar com os pais.....	73
Quadro 14: Tipo de situação privilegiada por pais na ajuda ao professor.....	83
Quadro 15: Tipo de assuntos que os pais gostavam de abordar com o professor.....	84

Índice de gráficos

Gráfico 1: Distribuição dos inquiridos por sexo.....	61
Gráfico 2: Distribuição dos inqueridos por idade.....	62
Gráfico 3: Distribuição dos inqueridos por tempo de serviço na docência	62
Gráfico 4: Distribuição dos inquiridos por habitações académicas.....	63
Gráfico 5: Opinião sobre a inclusão de crianças com NEE em turmas do “ensino regular”	64

Gráfico 6: Fatores justificativos da opinião sobre a integração.....	66
Gráfico 7: Diferenças de atitudes dos pais das crianças com NEE em relação aos outros pais.....	67
Gráfico 8: Situações/momentos justificativos da relação.....	68
Gráfico 9: Frequência da relação tendo em conta especificidades de grupos de pais	68
Gráfico 10: Tipos de estratégias mais utilizadas	69
Gráfico 11: Tipo de funções para que os pais são mais solicitados	70
Gráfico 12: Tipo de informação comunicada aos pais	71
Gráfico 13: Tipo de informação transmitida pelos pais	72
Gráfico 14: Distribuição dos inquiridos por sexo.....	74
Gráfico 15: Distribuição dos inquiridos por idade	74
Gráfico 16: Distribuição dos inquiridos por grau de parentesco	75
Gráfico 17: Distribuição dos inquiridos por habilitações literárias	75
Gráfico 18: Distribuição dos inquiridos por sector de atividade	76
Gráfico 19: A colaboração da família para o sucesso da criança	77
Gráfico 20: Fatores fundamentais para uma boa relação família/escola	77
Gráfico 21: Participação dos inquiridos em Associações de Pais	78
Gráfico 22: Poder de iniciativa dos pais.....	78
Gráfico 23: Assuntos que a família mais aborda com o professor	79
Gráfico 24: Situações/momentos justificativos da relação.....	79
Gráfico 25: Situações que levam os pais a conversar com o professor	80
Gráfico 26: Tipo de participação dos pais	81
Gráfico 27: Tipo de informação comunicada pelo professor	82
Gráfico 28: Tipo de informação transmitida ao professor.....	83

Lista de abreviaturas

CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade

NEE – Necessidades Educativas Especiais

OMS – Organização Mundial de Saúde

PE – Plano Educativo

PEI – Plano Educativo Individual

SPO – Serviços de Psicologia e Orientação

INTRODUÇÃO

O significado das coisas não está nas coisas em si, mas sim na nossa atitude em relação a elas.

Antoine de Saint-Exupéry

A Educação constitui uma das componentes fundamentais do processo de socialização de qualquer indivíduo, tendo em vista a plena integração no seu ambiente. É importante que este processo seja estruturado para que permita a assimilação pelo educando de todo um conjunto de conhecimentos, normas e condutas imprescindíveis para o seu harmonioso crescimento intelectual, moral e físico, possibilitando, por conseguinte, a referida integração social.

Contudo, a normal evolução da sociedade, para além de culminar na alteração dos princípios, condutas e comportamentos, também exigiu uma adaptação das escolas à mesma realidade social.

Consequentemente, nos dias que correm, o processo de educação, digamos aprendizagem, tem de ser visto de forma holística. Ou seja, tem de ser um processo que exige uma relação ativa de todos, tanto do educador, como do educando, mas, fundamentalmente da família/escola.

Educar, hoje, não significa simplesmente ensinar matérias. Implica corrigir comportamentos, alterar atitudes, construir seres humanos íntegros; significa modelar, formar, ensinar. O ato de educar supõe tanto a dinâmica de um educador como de um educando ativo. Ou seja, educar é, por um lado a arte de formar, modelar o educando e, por outro, é uma técnica que ajuda o indivíduo a educar-se.

A formação da personalidade é um dos objetivos da educação, desempenhando um papel determinante na formação de cidadãos capazes de intervir ativa e positivamente na sociedade em que se encontram.

A organização escolar assume atualmente uma importância fundamental, não apenas para os atores intervenientes mas também para a sociedade, na medida em que as mudanças pretendidas pelos vários intervenientes não são idênticas mas confluem em pequenos ajustes.

Em educação, dado que se trabalha com pessoas e com organizações, com as suas regras, normas, valores, atitudes, costumes e tradições, as mudanças têm de ser graduais, mudanças estas que se requerem participadas por toda a comunidade educativa. A melhoria e desenvolvimento das escolas democráticas exigem práticas e políticas que contribuam para a valorização dos indivíduos e a minimização dos problemas sociais.

A inclusão das crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) nas escolas do ensino regular veio trazer alterações significativas às escolas, às famílias e as crianças. As escolas tiveram de se adaptar quer ao nível das estruturas, quer ao nível da formação dos professores.

A relação Família-Escola é também muito importante no processo de socialização dos indivíduos, em que cada vez mais se apela a uma maior intervenção familiar no seio da organização escolar. Desde logo, o professor precisa de saber antecedentes do aluno, condicionantes familiares, projetos e ambições, capacidades e limitações; por outro lado, o encarregado de educação tem de sentir necessidade de conhecer métodos e estratégias, recursos e necessidades, estar a “par” das atividades desenvolvidas na escola, quer dentro quer fora da sala de aula. É necessário que o educando, para alcançar o tão desejado sucesso, sinta o apoio de ambos, de forma coordenada e consonante. Todos estes novos desafios ganham maior importância na presença de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE), tanto no seio da família como no seio da escola, apresentando um conjunto de exigências para ambos os educadores.

Rebelo (1996) diz-nos que “chamar o pai, a mãe, ou os avós à vida da sala de aula é uma forma de os integrar e responsabilizar na própria escola o que é o mesmo que dizer responsabilizá-los e com eles cooperar na educação das crianças” (p.83).

O envolvimento e a participação dos pais pode trazer benefícios significativos aos professores e à escola. Pois, como referido anteriormente, o trabalho do professor pode ser facilitado e, até, mais satisfatório se receber a cooperação das famílias. Por outro lado, a aproximação dos pais à escola também os levará a assumirem atitudes mais favoráveis e compreensíveis perante os professores, em particular, e a própria escola, no geral. É interessante a visão de Diogo (1998) quando refere que “o envolvimento parental afeta também os professores (...). Quando os pais estão

completamente envolvidos na vida e nos processos de tomada de decisão escolar, a escola muda”.

Por acreditarmos que a escola muda com a cooperação da Escola/Família, escolhemos este tema de investigação. É sempre importante a colaboração deste binómio, mas quando estamos perante alguns alunos com NEE essa colaboração é, ainda, mais pertinente. Assim, a motivação por esta investigação passa por, enquanto professores de NEE, acreditarmos na importância do envolvimento parental. Assim, a pergunta de partida é a seguinte: *Em que situações as famílias de crianças com NEE colaboram com a escola?*

O objetivo geral do nosso estudo é conhecer as características de pais e professores que tenham, respetivamente, filhos e alunos com NEE, em escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico de Tábua.

Sendo os objetivos específicos os seguintes:

- Compreender quando e como colaboram os pais na escola;
- Demonstrar o nível de envolvimento parental e a sua influência no processo educativo de crianças com NEE;
- Identificar as motivações que levam a estabelecer e manter uma relação entre os pais de crianças com NEE e os professores.
- Perceber a importância que os professores reconhecem na colaboração permanente dos pais de crianças com NEE e a escola.

A formulação de hipóteses (H) é considerada um processo essencial na elaboração de um trabalho de investigação. Assim, a partir da revisão da literatura, dos objetivos definidos, da nossa reflexão, dos contactos com professores e pais/encarregados de educação, formulámos as seguintes hipóteses:

H.1. Verifica-se a existência de colaboração que se estabelece entre família de crianças com NEE e a escola.

H 2. Os pais deslocam-se mais vezes à escola quando solicitados do que por iniciativa própria.

H 3. Os professores valorizam a colaboração dos pais na escola.

A presente investigação encontra-se estruturada em duas partes: I - Revisão de literatura e II – Enquadramento empírico, contudo no global cinco capítulos.

A primeira parte – Revisão da Literatura – é constituída por três capítulos. No primeiro capítulo - *Necessidades Educativas Especiais: conceito, evolução e enquadramento legislativo* - procura-se abordar o conceito de NEE, a sua evolução, a sua tipologia e o seu enquadramento legal em Portugal.

No segundo capítulo - *Necessidades Educativas Especiais: desafios no seio da família e da escola* - descreve-se a dinâmica dos sistemas família/escola perante crianças com NEE, tentando clarificar as relações estabelecidas, o enquadramento e intervenção da família na vida escolar e refletindo sobre as atitudes dos pais e professores perante a relação na organização escolar.

No terceiro capítulo - *A Relação entre a Família e a Escola* - focam-se alguns aspetos sobre a participação dos pais nas organizações escolares, clarificando o conceito à luz das conceções de vários investigadores, para seguidamente abordar algumas teorias organizacionais que permitem compreender a sua participação na organização escolar, bem como as modalidades, objetivos, vantagens e desvantagens da participação dos pais.

A segunda parte – Enquadramento Empírico - é composta por dois capítulos, que corresponde ao quarto e quinto capítulo da nossa investigação.

No quarto capítulo - *Opções Metodológicas* – apresenta-se as metodologias de investigação, a pergunta de partida e os objetivos do estudo, as hipóteses de investigação, os instrumentos de recolha de informação, a caracterização do agrupamento, a amostra e os princípios éticos

No quinto capítulo – *Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados* – apresenta-se os principais resultados e a sua discussão à luz da revisão da literatura efetuada.

Finaliza-se a investigação com a apresentação das conclusões, limitações e sugetões para futuras investigações nesta área de conhecimento.

Por fim, surge a bibliografia que serviu de suporte à nossa investigação.

PARTE I - REVISÃO DE LITERATURA

CAPÍTULO I - NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: CONCEITO, EVOLUÇÃO E ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

1.1. Educação Especial - Conceito de necessidades educativas especiais

A Declaração Universal dos Direitos Humanos concebe a educação para promover o respeito pelos direitos e liberdades de cada indivíduo, declarando que todas as pessoas têm igual direito à educação, devendo esta ser gratuita, pelo menos no ensino fundamental (Unesco, 1948). Todavia, este direito nem sempre esteve ao alcance de todos os indivíduos, nomeadamente dos que possuem algum tipo de deficiência, seja ela física, cognitiva e/ou sensorial.

O termo deficiência está associado à condição ou função significativamente debilitada, quando comparada com o padrão individual normal (Disabled World, 2013). Tem uma conotação negativa, com profundos impactos sociais.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) este conceito é iminentemente médico/individualista, focalizando-se nas condições físicas e intelectuais do indivíduo e, portanto, alheado da envolvente social, económica e cultural do mesmo. Contudo, o Relatório Mundial sobre a Deficiência refere que as pessoas com deficiência apresentam piores perspetivas de saúde, níveis mais baixos de escolaridade, participação económica menor e taxas de pobreza mais elevadas, em comparação com as pessoas sem deficiência (OMS, 2011).

Tais conclusões colidem com o reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (Unesco, 1948), havendo necessidade de mudança do paradigma médico/individualista, para um paradigma estrutural e social, onde as pessoas são vistas como deficientes pela sociedade, acometendo a esta um conjunto de responsabilidades e deveres que potenciem a sua inclusão social (OMS, 2011).

Numa perspetiva médica a Classificação Internacional de Funcionalidades (CIF), Incapacidades e Saúde foi precursora desta mudança de paradigma. Os termos, incapacidade, deficiência, invalidez e desvantagem foram substituídos pelos conceitos de funcionalidade, o que para Alves (2013) permitiu refocalizar a atenção para as potencialidades do indivíduo portador de deficiência, identificando o que uma pessoa pode ou não pode fazer na sua vida diária, tendo em conta as suas limitações físicas, culturais, sociais e económicas.

No âmago da perspectiva estrutural e social reside o conceito de inclusão social. Teoricamente, segundo Reindal (2010) as motivações lógicas subjacentes ao conceito de inclusão social são:

- a) De natureza ética e sociopolítica;
- b) De natureza ontológica;
- c) De natureza epistemológica.

Os argumentos de natureza ética e sociopolítica enfatizam os aspetos de democracia, igualdade e direitos dos cidadãos. Os argumentos de natureza ontológica questionam as prévias percepções de deficiência e o seu *status* ontológico. Finalmente, os argumentos de natureza epistemológica questionam a percepção de uma clara demarcação entre aqueles com e sem deficiência e, portanto, considera que não há uma distinção clara entre os grupos, defendendo que não deveria haver disposições diferentes para dois grupos supostamente diferentes.

No âmbito educacional, as crianças e jovens com perda de funcionalidades são referenciados como portadores de NEE. Segundo Weib, Kollmannsberger, Lerche, Oubaid e Kiel (2014, p.201) NEE refere-se a “limitações das crianças e jovens adolescentes ao nível da aprendizagem e desenvolvimento pessoal, requerendo medidas educativas específicas para além do ensino regular”.

Para Warnock e Norwich (2010) as NEE têm de ser analisadas em contraposição com o modelo médico, no qual algumas crianças são consideradas normais e outras deficientes. A autora refere que o argumento lógico baseia-se no estabelecimento de objetivos educacionais comuns para todas as crianças independentemente das suas capacidades ou deficiências. Para algumas crianças o percurso educativo é mais fácil, enquanto que para outras é repleto de obstáculos. Contudo, em vez de excluir estas crianças do processo educativo, é fundamental munir os profissionais de um conjunto de competências indispensáveis a ajudá-las a superar os obstáculos e a atingir os objetivos educativos comuns (Op. cit.). Portanto, o processo deve ser cada vez mais inclusivo, em vez de exclusivo.

O termo Educação Especial sofreu, ao longo dos tempos, algumas transformações no que se refere ao seu significado. Para Bautista (1997) a abordagem histórica à educação especial pode ser dividida em três épocas:

- a) A primeira época, relativa aos primórdios da educação especial (finais do século XVIII) é caracterizada pela ignorância e rejeição do indivíduo deficiente;
- b) A segunda época, relativa ao início da educação especial (início do século XIX), onde a sociedade toma consciência da necessidade de prestar apoio a este tipo de pessoas, ainda que de forma exclusiva, em termos do processo educativo;
- c) A terceira época, que se situa no século XX, onde ainda longe de uma perspectiva inclusiva, caracteriza-se pela proliferação de classes especiais, a rotulação das crianças, a multiplicação das escolas especiais e a diferenciação em função das diversas etiologias.

Para Niza (1996), na primeira década do século XX registou-se um processo de exclusão escolar, em que os alunos eram ensinados, sem ter em consideração os diferentes ritmos de aprendizagem. Nos anos 50/60, encontra-se uma fase de segregação e isolamento com a utilização de recursos educativos e tratamentos especiais, surgindo as classes de aperfeiçoamento, nas quais os alunos denominados “atrasados”, em momento algum tinham contacto com o ensino regular, sendo este tipo de ensino prestado em instituições asilares e/ou hospitalares.

Contudo, a partir dos anos 70 denota-se uma valorização da educação e integração como forma de normalização, privilegiando-se a componente educativa, em detrimento da focalização médica (Bairrão, 1998). Esta evolução resultou da publicação, do Relatório Warnock (1978), apresentado no Parlamento do Reino Unido, na sequência de movimentos de integração que se faziam sentir um pouco por toda a Europa. Os resultados apresentados demonstraram que as NEE não ocorrem apenas em pessoas com condições de deficiência física, mas incluem aqueles indivíduos que, no âmbito educativo, manifestam problemas de aprendizagem. Logo, as NEE são vistas como um *continuum*, consideradas “não em termos de uma dificuldade particular da criança, mas relativamente a tudo sobre ela, capacidades e incapacidades, incluindo todos os fatores considerados importantes no progresso educativo” (Op. cit., p. 37).

As NEE passam a ser definidas em função de um conjunto de desafios que se colocam às escolas, enquanto primeiras instituições responsáveis pela educação de todos os cidadãos, defendendo-se uma escola para todos, sustentada num sistema educativo integrador. De acordo com este relatório, as NEE desafiam a escola:

- a) A disponibilizar os meios especiais de acesso ao *curriculum*;
- b) A elaborar currículos especiais ou adaptados;
- c) A analisar criticamente a estrutura social e o clima emocional nos quais se processa a educação (Op. cit.).

Quanto à disponibilização dos meios especiais de acesso ao *curriculum* é fundamental que a escola adapte as suas estruturas físicas (instalações) e técnicas (contratação de profissionais especializados e aquisição de recursos específicos) cruciais à promoção da aprendizagem. Perante potencial imaturidade intelectual, social e emocional das crianças/jovens portadores de NEE é indispensável a elaboração de currículos especiais ou adaptados. Finalmente, a escola necessita analisar a estrutura social e o clima emocional que caracterizam as envolventes onde o aluno se insere, quer sejam elas de ordem familiar e/ou escolar, de forma a detetar frustrações nas suas relações sociais, compreender as necessidades educativas do aluno e ajudar a desenvolver estratégias de ensino-aprendizagem que ajudem a ultrapassar tais frustrações (Madureira & Leite, 2003).

O conceito de NEE apresentado pelo Relatório Warnock (1978) focaliza-se num conjunto de desafios que a escola enfrenta no âmbito da educação especial. Contudo, nos anos 80, no *Education Act*, o conceito de NEE passou a estar focalizado nas dificuldades do indivíduo em aceder ao currículo escolar. Brennan (1990) refere que este documento indica que as dificuldades de aprendizagem associadas a NEE são aquelas em que:

- a) O indivíduo tem dificuldades significativamente maiores para aprender do que a maioria das crianças da sua idade; ou
- b) O indivíduo tem uma incapacidade que o impede ou lhe coloca dificuldades no uso dos meios educativos geralmente oferecidos nas escolas.

Ou seja, na aceção de Brennan (Op. cit.) existe uma necessidade educativa especial quando

uma deficiência (física, sensorial, intelectual, emocional, social ou qualquer combinação destas) afeta a aprendizagem até tal ponto que são necessários alguns ou todos os acessos especiais ao currículo especial ou modificado, ou a umas condições de aprendizagem especialmente adaptadas para que o aluno seja educado adequada e eficazmente. A necessidade pode apresentar-se em qualquer ponto de um *continuum* que vai desde a

ligeira à grave: pode ser permanente ou pode ser uma fase temporária no desenvolvimento do aluno (p.36).

Concretizando, uma necessidade especial pode estar associada a um problema motor grave, sem qualquer impacto no progresso do processo de aprendizagem do aluno. Por sua vez, uma necessidade educativa especial pode estar associada a um problema motor ligeiro com impactos profundos no progresso do processo educativo do aluno e, portanto, dificultar o acesso ao currículo escolar normal.

O processo evolutivo do conceito de NEE está intimamente ligado com conceitos de integração e inclusão social. Ainscow, Booth e Dyson (2006) definem inclusão como o padrão social ao lidar com seres humanos heterogêneos. De acordo com Alves (2013) estes novos conceitos de NEE, adaptados a um novo paradigma de escola inclusiva, procuraram desvalorizar o estigma da deficiência e valorizar as necessidades educativas que a pessoa apresenta.

Contudo, em 1994 o conceito de NEE foi redefinido e expresso na Declaração de Salamanca, fruto da Conferência Mundial sobre as Necessidades Educativas Especiais, que reuniu noventa e dois países e vinte e cinco organizações internacionais, procurando “promover o objetivo da Educação para Todos, examinando as mudanças fundamentais de política necessárias para desenvolver a abordagem da educação inclusiva, nomeadamente capacitando as escolas para atender todas as crianças, sobretudo as que têm necessidades educativas especiais” (UNESCO, 1994, p. 3).

Este novo conceito de NEE focaliza-se na pedagogia centrada na criança passando-se a defender a inclusão de todos, mesmo daqueles com NEE severas, independentemente dos seus níveis académicos e sociais (Madureira & Leite, 2003). Todos devem ter acesso às escolas regulares. Estas, seguindo uma orientação inclusiva, constituem meios mais capazes, para combater atitudes discriminatórias, procurando criar sociedades abertas, solidárias e inclusivas. Para o efeito, a escola terá de se afastar dos modelos de ensino-aprendizagem centrados unicamente no currículo, passando a dar mais ênfase a modelos centrados no aluno, tendo por base as suas necessidades educativas individuais.

1.2. Tipos de NEE

A expressão NEE responde aos princípios da progressiva democratização das sociedades, refletindo as correntes da integração e da inclusão, promovendo igualdade

de direitos, nomeadamente no que toca à discriminação tendo em conta as características intelectuais, sensoriais, físicas e socio-emocionais do indivíduo (Correia, 2003). Para o efeito, é necessário que as escolas tenham capacidades para adaptar os seus currículos, tendo em conta os diferentes ritmos de aprendizagem dos seus alunos.

O conceito de NEE estabelecido no Relatório Warnock (1978) dava ênfase ao tipo e grau de problemas para a aprendizagem, classificando-os de ligeiros e temporários, a severos e permanentes. Portanto, a necessidade de se efetuarem adaptações curriculares, cujo grau de modificação é variável em função da problemática em questão, deriva da classificação das NEE em dois grandes grupos: significativas e ligeiras (Figura 1).

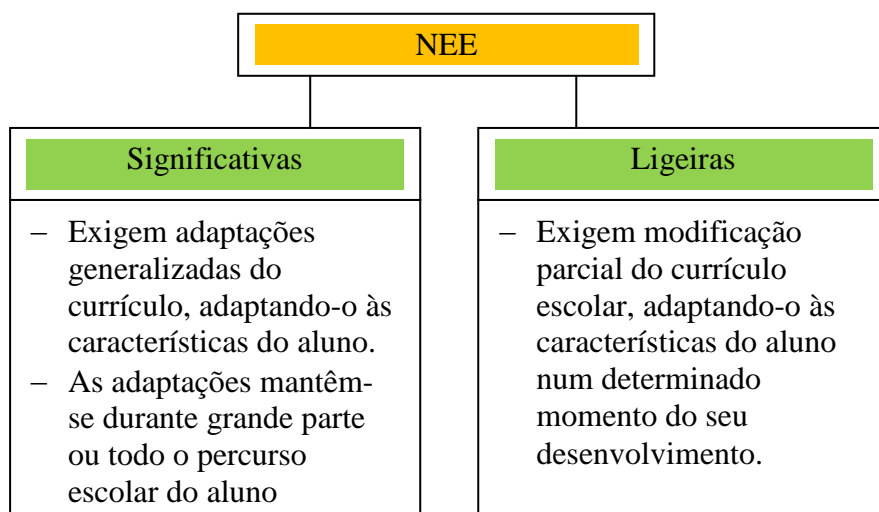


Figura 1: Tipos de necessidades educativas especiais (Adaptado de Correia, 2013, p. 46)

As NEE significativas são aquelas em que a adequação/adaptação do currículo é generalizada, numa ou mais áreas académicas e/ou socio emocionais, e objeto de avaliação sistemática, dinâmica e sequencial, de acordo com os progressos do aluno no seu percurso escolar. Abrangem problemas do foro sensorial, intelectual, processológico, físico, emocional e quaisquer outros problemas ligados à saúde do indivíduo. As NEE ligeiras estão relacionadas com problemas ligeiros ao nível do desenvolvimento das funções superiores: desenvolvimento motor, percetivo, linguístico e socio-emocional, assim como com problemas relacionados com a aprendizagem da leitura, da escrita e do cálculo (Correia, 2013).

A categorização das NEE tem sido um tema polémico entre os autores (Norwich, 1999; Farrell, 2001). A este respeito, Farrel (2001) indica que os principais argumentos utilizados contra a categorização das NEE são:

- a) A categorização de uma criança como portadora de uma NEE pode sugerir que o problema reside exclusivamente na criança e, portanto, nenhuma responsabilidade deve ser atribuída à escola, ao professor ou à família. Note-se que um determinado problema de aprendizagem pode resultar de uma gestão inadequada das estratégias de aprendizagem, quer por parte dos professores, quer por parte dos pais;
- b) A utilização de categorias pode ter um efeito de diminuir as expectativas quanto aos níveis de aprendizagem atingíveis pela criança;
- c) Para alguns pais/professores a categorização pode sugerir que para alunos portadores de uma NEE tem que existir um plano de intervenção exclusivo apenas para aquele grupo;
- d) Para muitos alunos, as suas dificuldades de aprendizagem manifestam-se num *continuum*, sendo profundamente difícil a categorização das NEE ao longo desse *continuum*;
- e) Finalmente, as crianças tipicamente não ficam num determinado ponto do *continuum* e as suas dificuldades de aprendizagem podem melhorar ou deteriorar-se em função da intervenção recebida.

Por outro lado, Farrell (2001) e Norwich (1999) referem dentro dos argumentos a favor do uso da categorização das NEE que:

- a) A categorização permite que os pais e os professores estejam melhor informados sobre as necessidades especiais de um aluno. A categoria dá indicações de algumas das características do problema, podendo ajudar na planificação da intervenção a promover;
- b) A categorização pode servir como ponto de partida para que os pais procurem ajuda especializada.

Tendo presente os argumentos pró e contra a categorização das NEE, Farrell (2001) defende 4 áreas de NEE: comunicação e interação; cognição e aprendizagem; desenvolvimento comportamental, emocional e social; sensorial e/ou física. A tipologia de Correia (1993, 1997, 2003, 2013) é muito próxima da de Farrell (2001), referindo que o conceito de NEE se aplica a crianças e adolescentes com problemas sensoriais, físicos e de saúde, intelectuais e emocionais e, também, com dificuldades de

aprendizagem específica (fatores processológicos/de processamento de informação) derivados de fatores orgânicos ou ambientais (Figura 2).

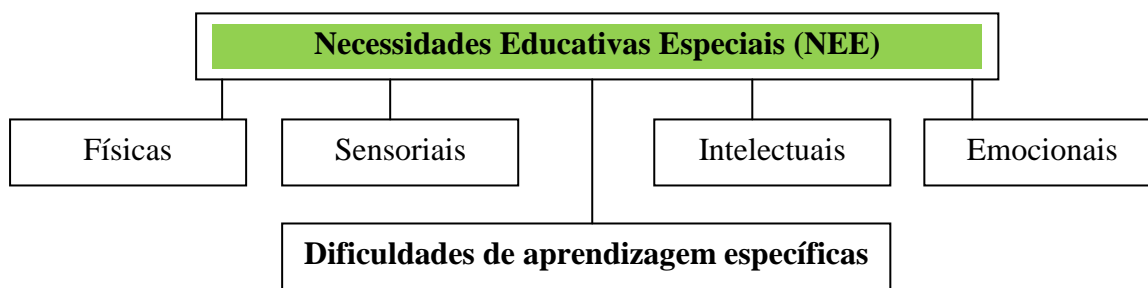


Figura 2: Problemáticas associadas às NEE (Adaptado de Correia, 2013, p. 45)

Correia (2013) vai mais longe e apresenta uma tipologia de NEE que tenta integrar os tipos de NEE, nomeadamente as permanentes, com as problemáticas associadas às NEE, que se apresenta na Figura 3.

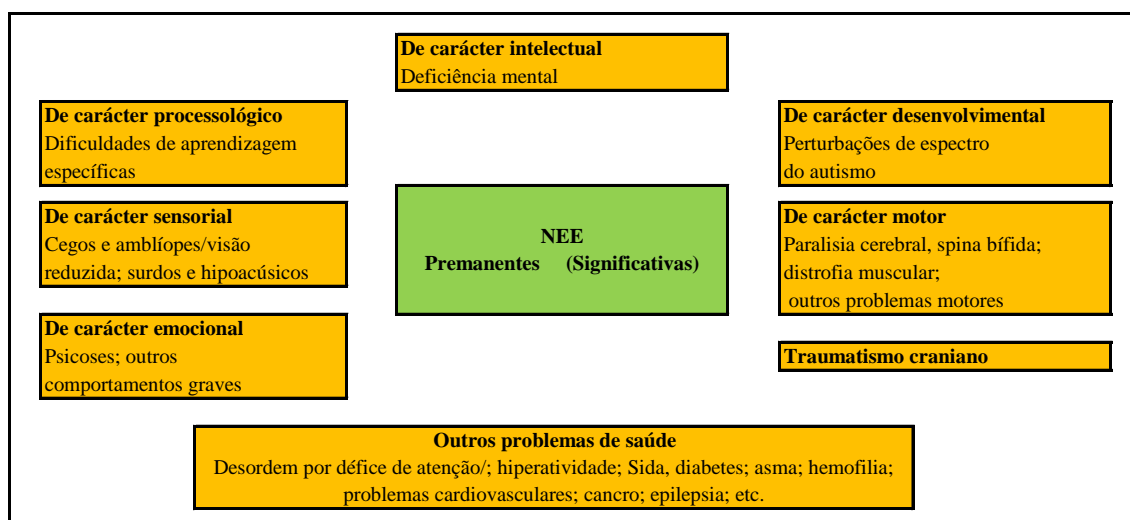


Figura 3: Tipos de NEE significativas (Adaptado de Correia, 2013, p. 47)

As condições específicas que determinam uma NEE específica devem ser identificadas através de uma avaliação compreensiva, feita por uma equipa multidisciplinar, designada por equipa de programação educativa individualizada (Correia, 1997).

As NEE de carácter intelectual estão relacionadas com problemas acentuados no seu funcionamento intelectual, manifestado logo na infância, cujas limitações intelectuais coexistem com limitações em duas ou mais das seguintes áreas de capacidades adaptativas: comunicação, cuidados pessoais, autonomia, competências

sociais, comportamentos comunitários, auto direção, saúde e segurança, funcionamento académico, lazer e emprego (Op. cit.).

As NEE de carácter processológico estão relacionadas com problemas ao nível da receção, organização e expressão da informação e estão associadas ao conceito de dificuldades de aprendizagem específicas. Estas manifestam-se nas áreas da fala, da leitura, da escrita, da matemática e/ou da resolução de problemas, envolvendo défices que implicam problemas de memória, percetivos, motores, de linguagem, de pensamento e/ou metacognitivos (Correia, 2008). Ao nível dos problemas da comunicação, podemos encontrar problemas relacionados com a fala (associadas à voz, articulação dos sons e/ou fluência) e com a linguagem, associadas à forma (fonologia, morfologia, sintaxe), ao conteúdo (semântica) e à função comunicativa (pragmática) (Correia, 2013).

As NEE de carácter emocional incluem a incapacidade inexplicável para a aprendizagem, a incapacidade para iniciar ou manter relações interpessoais, comportamentos ou emoções inapropriadas, estado geral de depressão, tendência para desenvolver sinais físicos ou medos a pessoas ou à escola. Para além disso, inclui outro tipo de psicoses, esquizofrenia e outros problemas graves de comportamento (Op. cit.).

Nas NEE de carácter físico e de saúde, encontram-se os problemas motores de origem orgânica ou ambiental e os problemas sensoriais, tais como: surdez, visão e amblíopes.

Para além destas categorias, ainda se podem encontrar perturbações ao nível do autismo, traumatismo craniano, outros problemas de saúde (tais como, défice de atenção e a hiperatividade, entre outros) e, finalmente, o caso particular das crianças com “sobredotação”.

1.3. Sistema educativo português e a criança com NEE

Nas escolas Portuguesas, a ideia da integração tornou-se uma realidade incontornável com as mudanças políticas e sociais após o 25 de Abril de 1974, inspiradas pelas correntes reformistas dos movimentos internacionais expressos no Relatório Warnock (1978).

De acordo com Correia (2003), em 1972 são criadas as Divisões do Ensino Especial do Básico e do Secundário e, em 1976, as “Equipas de Ensino Especial Integrado”, que tinham como objetivo promover a integração familiar, social e escolar

das crianças e jovens com deficiência. Com o Despacho Conjunto n.º 36/SEAM/SERE/88 são definidas as normas da Educação Especial e as Equipas de Educação Especial vêm a sua existência legalizada.

Contudo, de acordo com Alves (2013), foi nos anos 80, com a publicação da Lei Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Anexo I), denominada Lei de Bases do Sistema Educativo, que se assistiu à reorganização dos serviços e a uma profunda transformação na conceção da educação integrada. Este diploma veio estabelecer princípios essenciais no que diz respeito à educação de alunos com NEE, nomeadamente:

- A função do Estado no processo educativo;
- As responsabilidades do Ministério da Educação, no âmbito da Educação Especial, na definição das normas gerais deste serviço, tais como os seus aspetos pedagógicos e técnicos o apoio e fiscalização do seu cumprimento e aplicação;
- A prioridade dada ao ensino de alunos com NEE no ensino regular, isto é, a promoção de um ensino integrado, que assegure as condições adequadas ao desenvolvimento desses alunos, bem como o aproveitamento das suas capacidades, em plenitude;
- A importância do recurso a escolas especiais, apenas no caso de o tipo e grau de deficiência da criança ou do jovem com NEE o exijam.

No seu artigo 1.º refere que o diploma se destina a todos “os alunos com necessidades educativas especiais que frequentam os estabelecimentos de ensino público dos níveis básico e secundário”, sendo, portanto, inovador em relação aos objetivos das “Equipas de Ensino Especial Integrado”.

Com este diploma, no seu artigo 7.º, a escola, especialmente, ao nível do ensino básico, deixou de visar, apenas, a transmissão de conhecimentos para valorizar, também, o desenvolvimento de capacidades e aptidões, atitudes de autonomia pessoal e solidariedade, designadamente “assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, devidas designadamente a deficiências físicas e mentais, condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades”.

Para que a criança esteja integrada não é obrigatório que acompanhe o currículo normal, passando a haver um dilatamento dos serviços educativos. Tudo isto vai implicar alterações nas estruturas educativas, no papel da escola, do professor de apoio

e do professor de ensino regular (Correia, 1997). Neste sentido se inclina o artigo 18.º, onde se inscreve que a educação especial “se organiza preferencialmente segundo os modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino, tendo em conta as necessidades de atendimento específico, e com os apoios de educadores especializados”.

Resultante da Lei de Bases do Sistema Educativo, são publicados diversos diplomas legais que estabelecem medidas de atuação junto das crianças com NEE. Correia (2003) refere que de acordo com este diploma, nomeadamente nos seus artigos 17.º e 18.º, o Despacho conjunto 36/SEAM/SERE/88, consagrou a criação de Equipas de Educação Especial, definindo-as como “serviços de educação especial a nível local, que abrangem todo o sistema de educação e ensino não superior”, as quais têm como objetivo geral “contribuir para o despiste, a observação e o encaminhamento, desenvolvendo o atendimento direto, em moldes adequados, de crianças e jovens com necessidades educativas decorrentes de problemas físicos ou psíquicos” (p. 20).

O Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de Fevereiro (Anexo II), que estabeleceu, no seu artigo 11.º, como competência da escola o desenvolvimento de “mecanismos que permitam detetar a tempo dificuldades de base, diferentes ritmos de aprendizagem ou outras necessidades dos alunos que exijam medidas de compensação ou formas de apoio adequadas nos domínios psicológico, pedagógico e socioeducativo”.

O Decreto-Lei n.º 286/89, de 29 de Agosto (Anexo III), vem estabelecer, no seu artigo 11.º, os princípios gerais de reestruturação curricular, determinando que “o acompanhamento do aluno, individual ou em grupo, ao longo do processo educativo, é garantido pelos serviços de psicologia e orientação escolar”.

O Decreto-Lei n.º 35/90, de 25 de Janeiro (Anexo IV), que no seu artigo 2.º, 3º e 4º refere que “os alunos com necessidades educativas específicas, resultantes de deficiências físicas ou mentais, estão sujeitos ao cumprimento da escolaridade obrigatória, não podendo ser isentos de sua frequência, a qual se processa em estabelecimentos regulares de ensino ou em instituições específicas de educação especial, quando comprovadamente o exijam o tipo e o grau de deficiência do aluno (...) [tendo ao seu dispor] apoios complementares que favoreçam a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares (...) apoios e complementos educativos que exercem nos domínios da orientação e psicologia educacional, da ação social escolar e da saúde escolar”.

O Decreto-Lei n.º 172/91, de 10 de Maio¹(Anexo V), vem definir as estruturas de orientação educativa que colaboram com o Conselho de Escola, Conselho Pedagógico e Conselho de Turma, as quais foram depois regulamentadas pela Portaria n.º 921/92, de 23 de Setembro(Anexo VI),, que determina as competências específicas destas estruturas de orientação educativa, nomeadamente na deteção de dificuldades, ritmos de aprendizagem e outras necessidades dos alunos, assim como na sua orientação, assistência individualizada e avaliação, pretendendo contribuir para o sucesso educativo.

O Decreto-Lei n.º 190/91, de 17 de Maio (Anexo VII), no seu artigo 2.º, vem criar os Serviços de Psicologia e Orientação (SPO) como “unidades especializadas de apoio educativo, integradas na rede escolar, que desenvolvem a sua ação nos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário”. De acordo com o artigo 3.º, aos SPO são atribuídas competências no campo da avaliação, planeamento educativo e apoio psicopedagógico dos alunos com NEE, bem como a cooperação com os serviços locais de educação especial e com os serviços de medicina pedagógica e de saúde escolar.

O Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto (Anexo VIII), vem alargar o campo de ação da Educação Especial. As escolas passaram a dispor de um suporte legal que lhes permite organizar o seu funcionamento no atendimento a crianças com NEE. Com esta lei, é introduzido o conceito de necessidades educativas especiais baseado em critérios pedagógicos, propondo-se o abandono da classificação de categorias de acordo com a deficiência da criança, baseada em decisões do foro médico. Vem, ainda, privilegiar a integração do aluno com NEE na escola regular, especificando que a sua educação se deve realizar no ambiente o mais normal possível. Ao estabelecer o “regime educativo especial”, responsabiliza a escola pela procura de respostas adequadas aos problemas dos alunos, antes de propor o encaminhamento destes para os serviços de educação especial (Correia, 1997).

Este Decreto-Lei define, ainda, que os alunos que apresentam NEE devem ser alvo de um Plano Educativo Individual (PEI) ou de um Programa Educativo (PE), com o objetivo de planificar a intervenção educativa (Op. cit.).

De acordo com este diploma, o PE deve ser elaborado sempre que o PEI antevêja o recurso à medida do regime educativo especial “ensino especial”,

¹ Este decreto-lei refere-se ao regime de direção, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico e secundário.

competindo a elaboração e supervisão da sua execução ao professor de educação especial. De acordo com os artigos 15.º e 16.º constam do PE a competência do aluno nas áreas ou conteúdos previstos no PEI, definindo-se as metas a atingir e as áreas educativas a adotar, o processo e os critérios de avaliação do aluno, o seu nível de participação nas atividades educativas da escola, responsabilidade dos técnicos envolvidos na aplicação do programa e a duração deste.

Com o surgimento de documentos como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1984), progressivamente surge a necessidade da construção de uma Escola Inclusiva, onde todos devem aprender juntos, independentemente das suas características ou dificuldades. Neste âmbito, o Despacho Conjunto n.º 105/97, de 1 de Julho, apoia uma política educativa mais inclusiva. Este Despacho apresenta, no seu preâmbulo, que se pretende articular os apoios educativos diversificados necessários para integração das crianças com NEE.

No entanto, com a evolução da Educação Inclusiva e a introdução das mudanças legislativas da atualidade, mais concretamente do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro (Anexo IX), assiste-se a uma significativa reconstrução do sistema educativo especial em Portugal, tal como a inserção das crianças com NEE nas escolas (Op. cit).

Com este diploma, a legislação Portuguesa prevê um atendimento especializado aos alunos com NEE (educação pré-escolar, ensino básico e secundário dos setores público, particular e cooperativo). Passa a contemplar, pela primeira vez, a palavra inclusão e passa a indicar que a educação especial tem por objetivo promover a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, a igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos para a vida pós escolar (Artigo 1.º).

Possui como princípios orientadores o princípio da justiça e da solidariedade social, da não exclusão e discriminação, da igualdade de oportunidades, da participação dos pais e da confidencialidade da informação (Artigo 2.º).

As escolas não podem rejeitar a matrícula ou a inscrição de qualquer criança com base na sua incapacidade ou NEE, tendo, inclusivamente, prioridade na matrícula, sendo as escolas obrigadas a repensar as suas práticas de forma a respeitar a especificidade da criança com NEE e garantir tanto o reconhecimento da sua singularidade, como a oferta de respostas educativas adequadas (Artigo 2.º).

O mesmo Decreto-Lei, no seu preâmbulo, define claramente o grupo-alvo da educação especial, assim como as medidas organizativas, de funcionamento, avaliação e

apoio que garantam aos alunos o acesso e sucesso educativo, elevando os seus níveis de participação e aumento das taxas de conclusão do ensino secundário e de acesso ao ensino superior.

De acordo com o seu artigo 5.º, para que os alunos possam usufruir do regime de Educação Especial é necessária a referenciação (efetuada o mais precocemente possível) pelos pais ou Encarregado de Educação, pelos serviços de Intervenção Precoce, pelos Docentes ou por outros Técnicos e serviços (sempre autorizados pelo Encarregado de Educação).

Compete aos órgãos de gestão desencadear os procedimentos para a avaliação (efetuada 60 dias após a referenciação), após parecer do Departamento de Educação Especial e do Serviço de Psicologia. Cabe a estes analisarem a informação e tomar a decisão sobre a necessidade de uma avaliação especializada por referência à CIF (Artigo 6º).

No caso de o aluno necessitar de uma avaliação especializada, esta é realizada por uma equipa multidisciplinar, que elabora um relatório técnico-pedagógico e um Programa Educativo Individual (PEI), tendo por base os dados do relatório técnico-pedagógico. O PEI é autorizado pelo Encarregado de Educação, sendo um documento que fixa e fundamenta as respostas educativas e formas de avaliação. É elaborado, conjunta e obrigatoriamente, pelo docente do grupo/turma ou Diretor de Turma, pelo docente de Educação Especial, pelo Encarregado de Educação e, sempre que se considere necessário, por outros técnicos implicados. É submetido à aprovação do Conselho Pedagógico e homologado pelo Conselho Executivo. A sua coordenação cabe ao Educador de Infância, ao professor de 1.º Ciclo do Ensino Básico ou diretor de turma. As medidas implementadas são avaliadas em cada um dos momentos de avaliação sumativa interna da escola. O PEI deve ser revisto sempre que haja necessidade e é obrigatoriamente revisto no final de cada ciclo. Essa revisão faz-se num relatório elaborado por educadores/ professor 1º Ciclo do Ensino Básico ou diretor de turma, professor de educação especial, psicólogo e outros técnicos ou docentes que acompanham o aluno, onde é expressa a necessidade ou não de o aluno continuar a beneficiar de adequações educativas e se propõe as alterações necessárias ao PEI (Artigos 8º a 13º).

Aos alunos que estejam impedidos de adquirir as aprendizagens e competências definidas no currículo comum, decorrentes de uma NEE de carácter permanente, isto é, os que possuem um Currículo Específico Individual, deve a escola complementar no

PEI, um Plano Individual de Transição, tendo como objetivo a transição do aluno para a vida pós-escolar. Inicia-se 3 anos antes da idade limite da escolaridade obrigatória e nele participa o Encarregado de Educação e o Aluno, com o objetivo de fazer um levantamento das áreas de interesse do aluno (Artigo 14º).

Dentro das várias medidas educativas a serem tomadas em relação aos alunos com NEE de carácter permanente, podem-se encontrar as seguintes (Artigos 16.º a 22.º):

- a) Apoio Pedagógico Personalizado - o professor da turma realiza um reforço das estratégias utilizadas, das competências e aptidões e da aprendizagem de conteúdos lecionados;
- b) Adequações curriculares individuais - têm como padrão o currículo comum e não podem pôr em causa a aquisição das competências terminais de ciclo. Podem, ainda, consistir na introdução de áreas curriculares específicas (Escrita em Braille, atividade motora adaptada, ou atividades que se revelem de difícil execução, em função da incapacidade do aluno);
- c) Adequações no processo de matrícula – as crianças com NEE de carácter permanente têm prioridade na matrícula e as surdas, cegas e de baixa visão, podem matricular-se nas escolas de referência;
- d) Adequações no processo de avaliação - podem consistir no tipo de prova, nos instrumentos de avaliação e certificação e nas condições de avaliação, quer nas formas e meios de comunicação, periodicidade, duração e local, (os alunos com currículo específico individual não estão sujeitos ao regime de transição de ano escolar);
- e) Curriculum Específico Individual - pode implicar alterações significativas no currículo, na substituição e/ou eliminação de objetivos e conteúdos e inclusão de conteúdos conducentes à autonomia pessoal e social e transição para a vida pós-escolar;
- f) Tecnologias de Apoio - são dispositivos e equipamentos facilitadores que se destinam a melhorar a funcionalidade e a reduzir a incapacidade do aluno.

O Decreto-lei n.º 3/2008 prevê, ainda, modalidades específicas de educação para alunos surdos, cegos e com baixa visão, o estabelecimento de unidades de ensino estruturado para alunos com perturbações do espectro do autismo e o estabelecimento de unidades de ensino especializado para alunos com multideficiência e surdo cegueira congénita (Artigos 23.º a 26.º).

Além disso, segundo este normativo, as escolas ou agrupamentos podem desenvolver parcerias com instituições fora da escola visando: a referenciação e avaliação; as atividades de enriquecimento curricular, da orientação, do ensino do Braille, do treino visual, mobilidade e terapias; estratégia de educação e ações de apoio à família e transição para a vida pós-escolar (Artigo 30.º).

Em síntese, o Decreto-lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro, substitui o Decreto-lei n.º 319/91, de 23 de Agosto, sendo as principais novidades:

- a) A redução das medidas educativas;
- b) O alargamento da obrigatoriedade da aplicação da legislação, sobre Educação Especial, às escolas do ensino particular e cooperativo;
- c) Determina a obrigatoriedade da constituição de Unidades Especializadas;
- d) Clarifica melhor a participação dos pais e encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos;
- e) Considera que os alunos portadores de NEE de carácter permanente são o público-alvo dos serviços da educação especial.

Relativamente a esta última novidade introduzida, deriva uma dos principais críticas que o diploma tem sofrido, a saber: a legislação parece continuar a excluir a maioria dos alunos com NEE permanentes, contrariando o princípio da inclusão. Para Correia (2008), ficam de fora mais de 90% deste tipo de alunos com dificuldades de aprendizagem específica, das quais se destacam a dislexia, a disgrafia, as dificuldades de aprendizagem não-verbais, além dos alunos com deficiência mental, com perturbações emocionais e comportamentos graves, com problemas específicos de linguagem e com desordem de *deficit* de atenção, sendo todas estas condições permanentes.

CAPÍTULO II – NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: DESAFIOS NO SEIO DA FAMÍLIA E DA ESCOLA

2.1. A família e as crianças com NEE: a dinâmica do sistema família

A família, no sentido sociológico do termo, tem sido conotada com uma multiplicidade de imagens que torna a definição do conceito imprecisa no tempo e no espaço (Rodrigues-Lopes, 1997).

Conceitualmente, o termo também tem denotado alguma evolução. Para Horton e Hunt (1980, p.166) a família “é um agrupamento de parentesco que se incumbe da criação dos filhos e do atendimento de certas outras necessidades humanas”, definição esta também seguida por Giddens (2004). Já Fiuza (2008, p. 939) considera família de modo *lato sensu*, como sendo “uma reunião de pessoas descendentes de um tronco ancestral comum, incluídas aí também as pessoas ligadas pelo casamento ou pela união estável, juntamente com seus parentes sucessíveis, ainda que não descendentes”. Tal visão associada à instituição do casamento entre adultos de ambos os sexos é partilhada por Magalhães (2007) para quem a família é “um grupo de social caracterizado por residência comum, cooperação económica e reprodução. Inclui os adultos de ambos os sexos, que mantêm uma relação sexual socialmente aprovada e uma ou mais crianças, biológicas ou adotadas, coabitando com adultos” (p.69).

Atualmente, abordamos o termo família como sendo o núcleo central de pessoas com quem o indivíduo inicia as suas primeiras experiências de interação. Nesta perspectiva Pereira (2008, p. 43) indica que “a família é considerada a instituição social básica a partir da qual todas as outras se desenvolvem, a mais antiga e com caráter universal, pois aparece em todas as sociedades, embora as formas de vida familiar variem de sociedade para sociedade”. Contudo, também é essencial a existência de um ambiente familiar agradável, que possa proporcionar à criança um clima de estabilidade, favorecendo, portanto, o seu desenvolvimento harmonioso no seio familiar. Consequentemente, Nunes (2004) refere que

a família, quando estável e coesa, é o espaço mais próprio para descobrir e viver o amor; é o ambiente privilegiado para se realizar a primeira socialização; é o porto de abrigo onde se partilham experiências, se trocam pontos de vista e se elaboram as sínteses pessoais a partir dos dados recolhidos nas múltiplas vivências”(p.33).

A evolução do conceito, denota um distanciamento de uma concepção iminentemente religiosa do conceito família, para uma visão sociológica da mesma, devidamente adaptada à realidade existente nos dias de hoje. Leandro (2001) apresenta uma perspectiva evolutiva do conceito de família, afirmando que a família tem sido objeto de profundas transformações, resultantes de variados aspetos como a economia, a sociedade, a política, a organização do trabalho e do emprego, o jurídico, a cultura a religião e as mentalidades.

Atualmente, existem uma grande diversidade de famílias que se distanciam dos traços característicos da família tradicional, indo muito para além de situações de paternidade biológica. De acordo com esta abordagem, Serrano (2007) considera que uma família são duas ou mais pessoas que se consideram como tal e que assumem obrigações, funções e responsabilidades geralmente essenciais para a vida familiar, possuindo como traços distintivos os seguintes: a relação de parentesco, afinidade ou afetividade; a coabitação; e a unidade do orçamento.

Contudo, para Gronita (2007) a família é “um constructo pluridimensional e multicultural, sendo diversificadas as vivências familiares conforme as diversas culturas, para além dos tempos” (p.10). Desta forma, pode-se encontrar diferentes tipos de famílias consoantes as estruturas familiares estão organizadas, ou seja, tendo em consideração as condições e papéis socialmente reconhecidos, que cada uma das pessoas que a constituem assume e que se manifestam em interações constantes e igualmente aprovadas em termos sociais. Neste respeito, Caniço, Bairrada, Rodrigues & Carvalho (2010, cit. por Alves, 2013) apresentam vinte e um tipos diferentes de famílias (Quadro 1).

Ao nível da dinâmica e funcionalidade familiar, de acordo com Correia (2013) a sua explicação pode ser feita através de três abordagens teóricas: abordagem sistémica da família, o modelo transacional e o modelo da ecologia do desenvolvimento humano.

A Abordagem sistémica da família é baseada na teoria geral dos sistemas de Von Bertalanffy (1968), segundo a qual todos os sistemas vivos são compostos por um conjunto de elementos interdependentes, isto é, modificações que ocorrerem num dos elementos podem afetar os restantes. De acordo com Turnbull, Summers e Brotherson (1986 cit. por Correia, 2013) a família é um sistema inter-relacional, onde coabitam quatro subsistemas familiares: marital, parental, fraternal e extrafamiliar.

Quadro 1: Tipos de Famílias

Tipo	Díade
Família díade nuclear	Casal em relação conjugal sem descendentes comuns, nem de relações anteriores de cada um dos elementos
Família nuclear ou simples	Casal em relação conjugal com filhos
Família alargada ou extensa	Família composta por ascendentes, descendentes e/ou colaterais por consanguinidade ou não, que coabitam com os pais e seus descendentes
Família reconstruída, combinada ou recombinação	Família em que um ou ambos elementos que compõem o casal em relação conjugal tiveram relações anteriores e vivem com ou sem descendentes dessas mesmas relações
Família monoparental	Família constituída por apenas um dos progenitores que coabita com os seus descendentes
Família dança a dois	Coabitação de elementos da mesma família (de sangue ou não) sem relação conjugal ou parental (por exemplo avó e neto, tia e sobrinha, irmãos, primos, cunhados, entre outros)
Família unitária	Família constituída apenas por uma pessoa que vive sozinha, independentemente de ter uma relação conjugal (caso tenha, ser sem coabitação)
Família de coabitação	Homens e/ou mulheres que vivem na mesma habitação, sem laços familiares ou conjugais e que podem ter ou não objetivos comuns (por exemplo, estudantes universitários, amigos, emigrantes, etc)
Família comunitária	Família composta por homens e/ou mulheres com ou sem descendentes, que coabitam na mesma casa ou em casa relativamente próximas umas das outras (por exemplo comunidades religiosas, seitas, comunas, famílias de etnia cigana, etc)
Família hospedeira	Família que acolhe temporariamente um elemento exterior à família, como por exemplo, uma criança, um idoso, um amigo ou um colega
Família adotiva	Família que adotou uma ou mais crianças não consanguíneas, podendo coabitar ou não com os seus filhos biológicos
Família acordeão	Um dos cônjuges ausenta-se por períodos prolongados e/ou frequentes, como por exemplo trabalhadores humanitários expatriados, militares em missão, emigrantes de longa duração entre outros.
Família múltipla	Um dos elementos (pai, mãe ou um dos seus ascendentes) integra duas ou mais famílias, constituindo por isso diferentes agregados, podendo ter descendentes nesses mesmos agregados.
Família grávida	Família em que uma mulher se encontra grávida
Família com prole extensa ou numerosa	Família com crianças e jovens de idades muito diferentes
Família homossexual	Família em que a união conjugal é entre duas pessoas do mesmo sexo
Família consanguínea	Família em que existe uma relação conjugal consanguínea
Família com dependente	Família que um dos elementos é dependente dos cuidados de outros, devido a doença (por exemplo, uma pessoa acamada, com deficiência mental e /ou motora, etc)
Família com fantasma	Família em que um dos elementos desaparece de forma definitiva (falecimento) ou dificilmente reversível (divórcio, rapto, etc), mas o mesmo continua presente na dinâmica familiar, dificultando a (re)organização familiar e o desenvolvimento individual dos restantes elementos
Família flutuante	Família que muda frequentemente de habitação, ou em que um dos progenitores muda frequentemente de parceiro
Família descontrolada	Família em que um dos membros tem problemas crónicos de comportamento, por doença ou dependência, como por exemplo esquizofrenia, toxicod dependência, alcoolismo, etc.

Fonte: Caniço, Bairrada, Rodriguez e Carvalho (2010, cit. por Alves 2013, p. 59)

O modelo transacional de Sameroff e Chandler (1975) considera a família como o componente essencial do ambiente de crescimento, num processo contínuo e dinâmico resultando em aspetos diferenciados em cada momento dessa interação, com impacto, quer na família, quer na criança.

O modelo da “ecologia” do desenvolvimento humano de Bromfenbrenner (1979) considera que as experiências individuais constituem subsistemas que se encontram inseridos noutros sistemas que também se inserem em sistemas mais gerais. Neste sentido, o modelo ecológico possibilita uma melhor compreensão do desenvolvimento através da relação que o indivíduo estabelece com o mundo, com as interações com os diversos contextos em que está inserido. Assim, as relações que se estabelecem entre pais/educadores e família/comunidade têm efeitos interativos na família e na criança.

Finalmente, a família é detentora de algumas funções consideradas fundamentais para a vida da criança, tanto ao nível cultural, social e biológico. A este respeito, Grácio (n.d.) define quatro funções da família:

- 1) Função procriadora: assenta na continuidade de assegurar a existência das gerações familiares e da vida humana. Muitas famílias referem encontrar o sentido da sua união nos filhos a que deram existência. Refere, ainda, que estes podem ser também uma companhia para a família na sua velhice. No entanto, atualmente o número de filhos por família tende a diminuir, pois é necessário ter em conta o fator económico, em que cabe à família assegurar também a alimentação e a educação.
- 2) Função Alimentar: visa assegurar o sustento da criança, satisfazendo, assim, as suas necessidades ao nível da nutrição, mas também no que se refere ao vestuário e abrigo.
- 3) Função Protetora: desde que a criança nasce e durante os seus primeiros anos de vida, necessita dos cuidados e proteção de um adulto para sobreviver. É nesta fase que a criança cria um vínculo com a sua família e, neste sentido, é essencial que este clima de proteção se desencadeie de uma forma harmoniosa, a família é o meio mais favorável à proteção da criança, ao seu desenvolvimento enquanto pessoa.
- 4) Função Educativa: a família é a primeira instituição da vida da criança e que é permanente, ou seja, é fundamental na sociedade. É neste meio que a criança

nasce, onde se desenvolve e constrói o seu projeto de vida. É no contexto familiar que a criança adquire valores morais, as regras básicas, a troca de afetos e onde partilha um infinito de experiências enriquecedoras para o seu desenvolvimento, sendo os pais, indiscutivelmente, os primeiros educadores da criança. Esta função educativa emerge no seio familiar mas não de uma forma isolada, pois esta função deve ser compartilhada com outros agentes educativos, nomeadamente a escola.

2.2. A família da criança com NEE

Os pais de crianças com NEE suportam inúmeras situações e desafios difíceis, circunstâncias com que os outros pais nunca se depararão. Na família o surgimento de uma criança com NEE, nomeadamente de carácter permanente e significativo, têm impactos profundos na sua dinâmica. A literatura tem-se debruçado no estudo das reações dos pais de crianças com NEE e nas várias fases pelas quais uma família pode passar perante situações deste tipo. Martins e Alves (2013) apresentam uma revisão da literatura, baseada nas fases transversais (Quadro 2).

Quadro 2: Fases e reações dos pais de crianças com NEE

Fases/ Reações	Descrição	Autores
1ª Fase Choque inicial	O primeiro confronto com a notícia de ter um filho com NEE, caracterizado pela incapacidade de reação por parte dos pais.	Buscaglia, 1993; Góngora, 1998; Niela, 2000; Glat, 2004
2ª Fase Negação	Os pais procuram minimizar a situação, desvalorizando-a.	Buscaglia, 1993; Góngora, 1998; Glat, 2004; Carvalho, 2005
3ª Fase Reação	Após a tomada de consciência da realidade, os pais começam a empreender e a esforçar na tentativa de auxiliar os seus filhos.	Niela, 2000; Glat, 2004
4ª Fase Adaptação	Os pais começam a organizar-se em torno das necessidades e características da criança com NEE	Buscaglia, 1993; Góngora, 1998; Niela, 2000; Carvalho, 2005

Fonte: Martins e Alves (2013, p. 5)

De acordo com o quadro 2, encontramos quatro fases que as famílias vivenciam, a partir do momento em que recebem a notícia de que têm um filho com NEE:

- 1) O primeiro impacto é marcado pela angústia e sofrimento, por parte dos pais que, em muitos casos, ficam sem reação, iniciando-se o luto pela perda do filho idealizado;

- 2) Depois do choque inicial e da revolta perante a situação, segue-se uma fase de negação do diagnóstico, que poderá ser mais ou menos longa, dependendo de todos os fatores que influenciam o processo de adaptação das famílias às situações de *stress* e crise; neste estágio, os pais tanto podem minimizar/desvalorizar a situação.
- 3) Num terceiro momento, a família começa a reagir e a adaptar-se à realidade, procurando reencontrar o equilíbrio do sistema familiar, bem como respostas adequadas às necessidades específicas da criança;
- 4) O último estágio inicia-se quando a família passa a organizar-se, tendo em conta as características da criança, isto é, quando os pais se consciencializam das necessidades do seu filho com NEE e a organização familiar se encontra ajustada às especificidades e necessidades dessa criança (Martins & Alves, 2013).

Glat (2004) acrescenta a estas quatro fases, uma quinta: os pais vivenciam o luto e a depressão, antes até de entrarem no estágio de aceitação e adaptação.

Tal como todas as famílias, a família de crianças com NEE passa por diferentes etapas ao longo da sua vida. Turnbull, Summers e Brotherson (1986, cit. por Correia, 2013) sintetiza o ciclo de vida de uma família com uma criança com NEE (Quadro 3), resumindo e enumerando, em diferentes estádios, as preocupações, anseios e áreas de *stress* que preenchem o ciclo de vida das famílias com filhos com NEE.

Estes diferentes estádios apresentam novas exigências às quais as famílias necessitam de se adaptar. No caso das famílias com crianças com NEE as exigências dos estádios levantam problemas específicos que precisam de ser resolvidos para que as famílias se possam desenvolver e desempenhar os seus papéis de uma forma eficiente.

Por sua vez, em qualquer família o nascimento de uma criança causa mudanças estruturais no seu núcleo às quais terá de se adaptar. Do mesmo modo, o nascimento de crianças com NEE altera o seio de uma família bem como a alteração de exigências e responsabilidades sociais e económicas.

Quadro 3: Ciclo de vida da família com uma criança com NEE

Ciclo de vida da família com uma criança com NEE	
Estádio	Áreas de stress
Casal	Expectativas de ter filhos Adaptação à vida a dois
Crescimento/desenvolvimento e pré-escola	Medo que a criança tenha algum problema Diagnóstico Procura de ajuda e tratamento Falar aos outros familiares e aos irmãos acerca do problema.
Idade escolar	Reações de outras crianças e famílias às características especiais da criança. Escolaridade
Adolescência	Rejeição de companheiros Preparação vocacional Aspetos relacionados com a emergência da sexualidade
Iniciação á vida adulta	Preocupações de habitação Preocupações financeiras Oportunidades de socialização
Pós-parental	Preocupação com a segurança ao longo prazo do filho. Interações com as instituições que providenciam serviços. Lidar com os interesses do filho no que respeita ao namoro, ao casamento e a ter filhos.
Envelhecimento	Cuidados e supervisão do filho com NEE após a morte dos pais. Transferir as responsabilidades parentais para outros subsistemas da família ou instituições.

Fonte: Turnbull, Summers e Brotherson (1986, cit. por Correia, 2013, p. 160)

Segundo Correia (2013) as fontes de *stress* que essas famílias vivenciam são:

- Tratamentos médicos excessivamente caros, dolorosos e que podem implicar risco de vida, cirurgia, hospitalizações que podem ocorrer repetidas vezes e por períodos extensos.
- Agravamento das despesas e complicações financeiras que decorrem da necessidade de alimentação especial ou de equipamentos.
- Crises de desânimo ou de preocupação excessiva devido a incidentes recorrentes, tal como dificuldades em respirar ou convulsões graves da criança.
- Problemas de transporte, de encontrar alguém que tome conta dos outros filhos, e de dispensa no emprego para poder acompanhar a criança às consultas ou tratamentos.

- e) Dificuldades em conseguir alguém que fique com a criança ou de uma colocação educacional adequada.
- f) As rotinas são complicadas e exigem aos pais frequentemente uma dedicação contínua diurna e noturna (por exemplo: a alimentação de uma criança com fenda palatina que pode levar uma hora, em seis momentos diferentes durante o dia).
- g) Fadiga constante, falta de sono, pouco tempo livre para atividades recreativas ou de lazer com outros membros da família.
- h) Ciúmes ou sentimentos de rejeição por parte dos irmãos, que podem sentir que a criança com NEE tem toda a atenção e recursos da família.
- i) Problemas conjugais que podem surgir de questões financeiras, da fadiga, de divergências na forma como lidam com as NEE do seu filho, ou ainda de sentimentos de rejeição que quer o homem quer a mulher podem vivenciar, por sentirem que a criança está a ter mais atenção do que eles próprios.

Assim, no seio de uma família o aparecimento de uma criança com NEE vai afetar as suas funções domésticas, económicas e de saúde, recreativas, de socialização, de afeto, identificação e educacionais/vocacionais (Turnbull & Turnbull, 1986).

2.3. A Escola e as Crianças com NEE: conceito de escola

Apesar de a escola já ser objeto de estudo há alguns anos só recentemente é reconhecida como uma organização complexa, uma entidade social onde se desenvolvem múltiplos processos e se inter-relacionam alunos, docentes, pessoal não docente, pais e comunidade contribuindo todos para uma mesma finalidade, ainda que nem todos a representem da mesma forma (Dessen & Polonia, 2007).

Nas últimas décadas, a escola tem sido vista como uma complexa organização social que, engloba um significativo número de pessoas, cada vez mais descentralizada, mais ampla e fluída, abrangendo todos os interessados na educação escolar formando uma comunidade educativa, onde todos interagem. Na conceção de Costa (1996, p. 10) a evolução da escola é constante; “são unidades sociais (ou agrupamentos humanos) intencionalmente construídas e reconstruídas, a fim de atingir objetivos específicos”.

Por seu lado, Arroteia (1991) considera a escola como “um conjunto de influências que se exercem sobre o indivíduo no sentido de lhes proporcionar o desenvolvimento completo de aptidões intelectuais, das competências, dos comportamentos e atitudes que modelam a sua personalidade” (p. 10).

Formosinho (1989) considera que a escola

é uma organização específica de educação formal socialmente construída por uma multiplicidade de atores com formações, percursos e perspetivas educativas diferentes e marcada pelos traços da sistematicidade, sequencialidade de contacto pessoal direto e prolongado pelo interesse público dos serviços que presta e que certifica os saberes que proporciona (p.10).

Barroso (1995), por seu lado, defende que a finalidade das escolas não é produzir “alunos-formados”, mas sim produzir conhecimentos, fornecer os meios e criar as condições para que as crianças e os jovens sejam autores do seu conhecimento. Mas as visões do conceito de escola variam muito de autor para autor.

Avelino (2004) coloca em evidência dois objetivos essenciais da escola: o de formar (através de valores com o intuito de transformar o mundo) e o de informar (desenvolvendo as competências e os conteúdos programáticos).

Segundo Cortesão (2001), existem diferentes escolas, visto que, elas são influenciadas pelo meio envolvente, pelos alunos que a frequentam, pelos professores e auxiliares da ação educativa que aí exercem a sua profissão, pelos pais e pelo espaço em que está localizada, enfim, pela comunidade envolvente. Deste modo, são os pais, os professores, os alunos e a comunidade envolvente, com as suas fragilidades e potencialidades, interesses, regras, valores e crenças que influenciam e determinam as características de uma e de outra escola.

Para Canário (2005) a escola também é reconhecida como instituição que desenvolve um papel primordial na integração dos cidadãos e posterior preparação para a inserção na vida ativa, desta forma, a escola assume um papel central na unificação cultural, linguística e política.

No entanto, cada escola está submetida a uma legislação única que abarca todas as escolas do país. O contexto em que cada escola está inserida vai condicionar o que passa dentro de cada escola, reportando-as para realidades diferentes.

Cada vez mais, a escola tem de valorizar o saber fazer dos seus alunos e a cultura que trazem com eles, do ambiente familiar e social em que vivem. Assim, a finalidade da escola é a educação no sentido amplo e não só a instrução.

Atualmente, existe a preocupação de relacionar as vivências escolares dos alunos com as vivências da sua família e da comunidade envolvente. Torna-se, assim, fundamental que os pais e a comunidade se tornem agentes educativos ativos e indispensáveis no processo ensino-aprendizagem. Assim, a escola deve fomentar a relação e a comunicação interativa com a família e com a comunidade, facilitando a formação do conhecimento do aluno e promovendo o seu desenvolvimento nas dimensões sociais, relacionais e afetivas.

O principal objetivo da escola deverá ser o de educar indivíduos capazes de intervir na reconstrução social, para se desenvolverem numa sociedade que se pretende mais humanizada e justa e que favoreça a plenitude do desenvolvimento do ser humano.

2.4. Funções e finalidades da escola

Quanto às funções e finalidades da escola, Melo (1998, p.39) é claro referindo que a “escola tem como objetivo a educação e o ensino dos alunos dentro das linhas definidas, no caso de Portugal, pela Lei de Bases do Sistema Educativo e pelas orientações emanadas do Ministério de Educação”. Como instituição social que é, tem a sua própria hierarquia que administra a organização e gere as relações entre os diferentes atores, tendo em vista a consecução dos objetivos definidos. Ou seja, organiza as suas estruturas informais (atuações e relações que os atores estabelecem entre si ao longo do processo educativo), assim como as suas estruturas formais:

- a) A sua estrutura física: dimensões da escola, recursos materiais, número de turmas, edifício escolar, organização de espaços, etc.;
- b) A sua estrutura administrativa: gestão, direção, controlo, inspeção, tomada de decisão, pessoal docente, pessoal auxiliar, participação das comunidades, relação com as autoridades centrais e locais, etc.;
- c) A sua estrutura social da escola: relação entre os alunos, professores e funcionários, responsabilização e participação dos pais, democracia interna, cultura organizacional da escola, clima social, etc. (Nóvoa, 1995).

Para Dessen e Polonia (2007) uma das tarefas mais importantes da escola é preparar tanto os alunos como os professores e os pais para viverem e superarem as dificuldades num mundo de mudanças rápidas e de conflitos interpessoais, contribuindo para o processo de desenvolvimento do indivíduo.

Coerente com esta conceção, à escola compete propiciar recursos psicológicos para a evolução intelectual, social e cultural do homem (Hedeggard, 2002; Rego, 2003). Ao desenvolver, por meio de atividades sistemáticas, a articulação dos conhecimentos culturalmente organizados, ela possibilita a apropriação da experiência acumulada e as formas de pensar, agir e interagir no mundo, oriundas dessas experiências. Concomitantemente, ela proporciona o emprego da linguagem simbólica, a apreensão dos conteúdos académicos e compreensão dos mecanismos envolvidos no funcionamento mental, fundamentais ao processo de aprendizagem.

A escola é uma instituição social com objetivos e metas determinadas, que emprega e reelabora os conhecimentos socialmente produzidos, com o intuito de promover a aprendizagem e efetivar o desenvolvimento das funções psicológicas superiores: memória seletiva, criatividade, associação de ideias, organização e sequência de conhecimentos, dentre outras (Oliveira, 2000).

Marques (2001a) destaca que a função da escola no século XXI tem o objetivo precípuo de estimular o potencial do aluno, levando em consideração as diferenças socioculturais em prol da aquisição do seu conhecimento e desenvolvimento global. Sob este prisma, ele aponta três objetivos que são comuns e devem ser buscados pelas escolas modernas:

- 1) Estimular e fomentar o desenvolvimento em níveis físico, afetivo, moral, cognitivo, de personalidade;
- 2) Desenvolver a consciência cidadã e a capacidade de intervenção no âmbito social;
- 3) Promover uma aprendizagem de forma contínua, propiciando, ao aluno, formas diversificadas de aprender e condições de inserção no mercado de trabalho. Isto implica promover atividades ligadas aos domínios afetivo, motor, social e cognitivo, de forma integrada à trajetória de vida da pessoa.

Marques (2001b) enfatiza, também, a importância das tarefas desempenhadas em sala de aula que favorecem as formas superiores de pensar e aprender, tais como memória seletiva, criatividade, raciocínio abstrato, pensamento lógico, tendo o professor uma função preponderante nesta mediação. No entanto, o uso de estratégias deve ser adaptado às realidades distintas dos alunos e professores, às demandas da comunidade e aos recursos disponíveis, levando em conta as condições e peculiaridades de cada época ou momento histórico.

Em síntese, a escola é uma instituição em que se priorizam as atividades educativas formais, sendo identificada como um espaço de desenvolvimento e aprendizagem, onde o currículo deve envolver todas as experiências realizadas nesse contexto. Isto significa considerar os padrões relacionais, os aspectos culturais, cognitivos, afetivos, sociais e históricos que estão presentes nas interações e relações entre os diferentes segmentos.

2.5. Atendimento escolar dos alunos com NEE

No que se refere ao atendimento a alunos com NEE, Deno (1970) desenvolveu o sistema em cascata dos serviços educativos que tem por objetivo máximo colocar a criança no meio menos restrito possível. Este sistema baseia-se num conceito de avaliação positiva que pretende identificar as áreas fortes de potencial educativo, procurando evitar a classificação em categorias negativas (Correia, 2003). O aluno pode ser colocado em vários níveis de ambientes educativos que vão desde a turma regular até ao cuidado total. O objetivo educacional dos vários níveis é preparar a criança para evoluir num ambiente mais integrado, ou seja o nível imediatamente acima (Op. cit.).

Conforme demonstrado na Figura 4 este sistema é representativo do conceito de continuidade de serviços, afigurando-se simbolicamente a uma pirâmide invertida (Op. cit.). A base da pirâmide corresponde à colocação de criança na sala de aula regular pois, a maioria dos alunos que necessitam de serviços educativos especiais têm necessidades ligeiras.

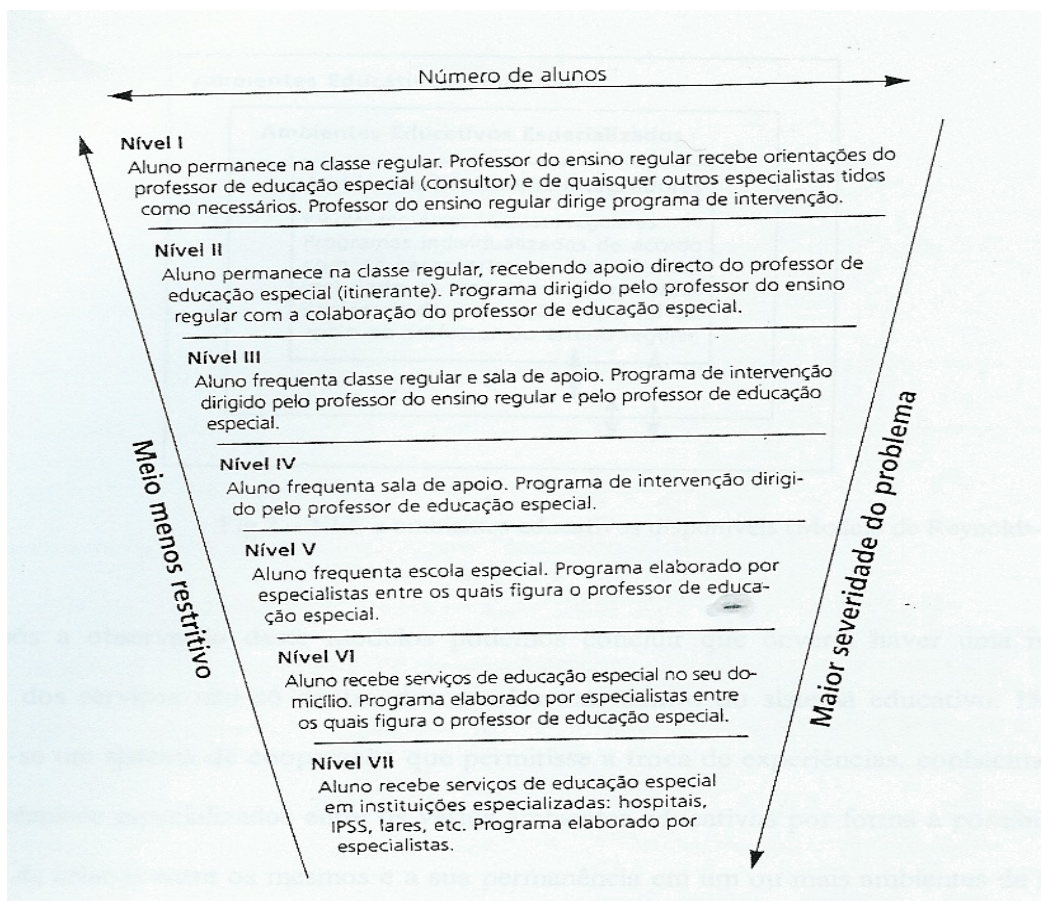


Figura 4: Cascata de serviços educativos (Correia, 2003, p. 11)

A pirâmide vai afunilando à medida que se denota um decréscimo de criança com problemas mais severos e que necessitam de ambientes mais restritivos e especializados. A criança pode movimentar-se de um para outro nível consoante as suas necessidades educativas de momento. Quando à avaliação de objetivos e resultados, esta deve ser feita periodicamente por professores, pais e órgãos de gestão da escola.

Conforme demonstrado na Figura 5 o sistema de Deno (1970) foi, posteriormente, aperfeiçoado por Reynolds e Birch (1977), pretendendo incluir em ambientes educativos regulares um maior número de alunos com NEE, reconhecendo que os ambientes mais restritivos ou especializados só devem ser considerados em circunstâncias extremas (Correia, 2003).

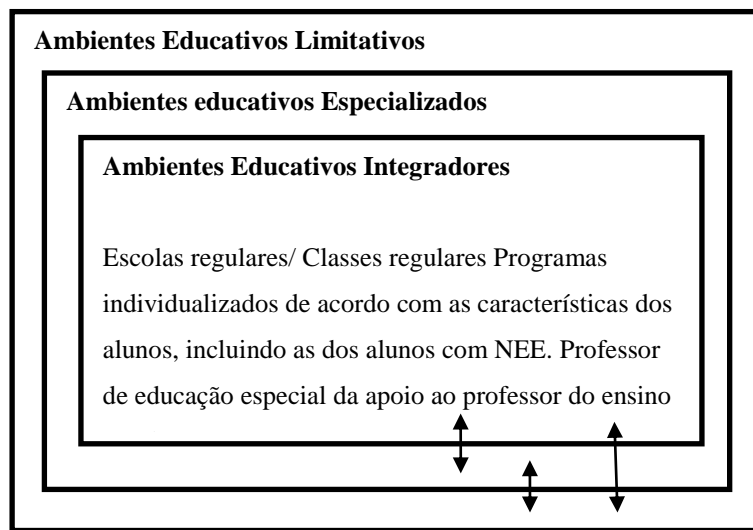


Figura 5: NEE e ambientes educativos disponíveis - Modelo de Reynolds-Birch (Correia, 2003, p.12)

Na visão de Correia (Op. cit.) este último modelo, que assenta não só no princípio da integração, como no da inclusão, é caracterizado por uma política descentralizadora, que considera as características heterogêneas dos alunos na organização e escolha dos programas mais adequados. Este modelo privilegia também a cooperação entre professores especializados e professores do ensino regular e os pais.

CAPÍTULO III – A RELAÇÃO ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA

3.1. A intervenção dos pais na escola

A tendência atual para uma maior relação entre a família e a escola pode ser consequência de várias mudanças sociais, destacando-se a responsabilização dos pais na educação, da própria legislação em vigor e dos princípios filosóficos da escola inclusiva. A família e a escola surgem como duas entidades fundamentais para desencadear processos evolutivos das crianças, atuando como estimuladores ou inibidores do seu crescimento físico, intelectual e social. A escola passa a ser um meio onde as crianças se envolvem em atividades ligadas às tarefas escolares (leitura, escrita e pesquisa) e aos espaços informais de aprendizagem (visitas de estudo, recreio e atividades de lazer). Neste contexto, o atendimento às necessidades cognitivas, psicológicas, sociais e culturais da criança é realizado de uma maneira mais estruturada e pedagógica, do que no contexto familiar. A família não é, portanto, o único contexto em que a criança tem oportunidade de experienciar e ampliar as suas aprendizagens e desenvolvimento (Cezar-Ferreira, 2004).

A solução de uma escola bem-sucedida baseia-se na partilha de responsabilidades, que abrangem o trabalho de equipa. Segundo Heimburge e Rief (2006) os alunos têm mais sucesso na escola quando os pais se envolvem e assumem um papel positivo na educação. As experiências diretas de envolvimento dos pais na escola dos seus educandos concluem que os resultados escolares desses alunos aumentam significativamente, comparativamente com aqueles que não estiveram sujeitos ao envolvimento parental (Madureira & Leite, 2003).

O envolvimento e participação dos pais na escola não é apenas um direito social, mas também uma necessidade da escola para que haja sucesso escolar de cada aluno, independentemente das suas limitações. Neste contexto, para Correia (2013) é de maior importância o envolvimento parental das famílias com crianças com NEE, uma vez que estes exigem uma maior continuidade entre a instituição escolar e a instituição familiar, no sentido do estabelecimento de parcerias educacionais. Além disso, estas famílias enfrentam diversas situações complexas que para as ultrapassar necessitam de informação adequada às diferentes situações e de apoio efetivo (Madureira & Leite, 2003).

Para Almeida (2012) existe um sentimento geral de que as escolas só podem mudar se desenvolverem laços de colaboração com as famílias, sendo crucial que ambas as instituições aprendam a trabalhar em conjunto com um único objetivo: a educação e o desenvolvimento da criança.

É notório que o sistema educativo tem criado legislação que invoca a participação dos pais. Contudo, só com a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º46/86, de 14 de Outubro), é que se deu a verdadeira consagração do direito de participação dos pais na gestão da escola (Anexo I). A participação dos pais antes da regulamentação do disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo, concretizava-se apenas nos órgãos pedagógicos (que são da competência dos docentes), mantendo-os afastados dos órgãos administrativos. Contudo, de seguida apresenta-se uma súmula da evolução legislativa em Portugal relativamente à intervenção dos pais na escola:

- 1976: Decreto-lei n.º 769-A/76, de 23 de Outubro (Anexo X); - Os pais têm direito e o dever de educar as suas crianças. Cooperação/Colaboração entre o Estado e as famílias no que se refere à educação/ensino dos jovens portugueses (Artigo 74.º). Participação dos encarregados de educação nos Conselhos de Turma para efeitos disciplinares;
- 1977: Lei n.º 7/77, de 1 de Fevereiro (Anexo XI) - Criação da primeira lei das Associações de Pais. Esta lei aponta para uma participação das estruturas representativas dos encarregados de educação apenas no plano da macro-política educativa, quase esquecendo a participação a níveis mais próximos do estabelecimento de ensino;
- 1979: Decreto-lei n.º 542/79, de 31 de Dezembro (Anexo XII) - Contemplação da presença de representantes dos pais nos Conselhos Consultivos dos Jardins de Infância. Esta lei vem manter a obrigatoriedade dos pareceres das estruturas organizativas dos encarregados de educação e por outro lado, garante a participação dos encarregados de educação dentro da escola;
- 1984: Decreto-lei n.º 315/84, de 28 de Setembro (Anexo XIII) - Aplicação da lei das associações de Pais abrange todos os graus e modalidades de ensino;

- 1986: Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Anexo I) - Lei de Bases do Sistema Educativo - Consagração da participação dos pais na administração e gestão da escola;
- 1991/98: Decreto- Lei n.º 172/91, de 10 de Maio (Anexo V) e o Decreto-Lei n.º 115/98, de 4 de Maio (Anexo XIV) - Alteração substancial do modelo de direção e gestão de estabelecimentos de ensino, apontando para o apoio e a participação alargada da comunidade na vida escolar. Novo sistema de direção, gestão e administração dos estabelecimentos de ensino: lugares no Conselho de Escola, Conselho Pedagógico e Conselho de Turma;
- 1998: Decreto-Lei n.º 270/98, de 1 de Setembro (Anexo XV), vindo na continuidade do Decreto-lei n.º 115/98 (Anexo IV), define o estatuto dos alunos dos Estabelecimentos Públicos dos Ensinos Básico e Secundário. Neste decreto, na alínea c) do n.º 2 no artigo 8.º, é referido que os pais “devem articular a educação da família com o trabalho escolar” e o docente titular de turma ou o diretor de turma deve “articular a intervenção dos professores da turma e dos pais e encarregados de educação” (n.º 2 do artigo 9.º). Ainda, à escola é atribuída a responsabilidade de articulação com a família.
- 2001: Decreto-lei n.º 6/2001, de 18 de Janeiro (Anexo XVI), que se refere no artigo 12.º, à participação dos pais/encarregados de educação no processo de avaliação;
- 2008: Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de Abril (Anexo XVII), o qual regulamenta o regime de autonomia, administração e gestão das escolas e visa reforçar a participação das famílias e das comunidades na direção estratégica das instituições de ensino, favorecer a formação de lideranças fortes e reforçar a autonomias das escolas.

Com os trabalhos desenvolvidos por Bronfenbrenner (1979), os programas educacionais passaram progressivamente a ter em consideração a criança e a sua família, enquadrada no contexto alargado da comunidade em que se encontra inserida, iniciando-se o desenvolvimento de práticas centradas nas famílias, com um referencial teórico de suporte baseado na perspetiva ecológica e sistémica (Gronita, 2007).

Hoje em dia, é irrefutável a necessidade de uma participação ativa da família no processo educativo das crianças e jovens, sendo que no caso de um aluno com NEE, a necessidade de um investimento por parte dos familiares na sua participação na escola é mais notória e imprescindível (Santos, Santos & Oliveira, 2013).

Desta forma, o papel dos pais no processo educativo é fundamental, pois a sua ajuda e cooperação positiva facilita o trabalho do professor, favorecendo o processo educativo das crianças, com ou sem NEE (Davies, 1989). Santos, Santos e Oliveira (2013) corroboram este argumento referindo que

quando se trata de crianças com NEE a participação deles é muito mais cobrada, afinal, a dependência destas crianças é maior. Os pais de crianças com NEE encontram diante de si um longo caminho de obstáculos na educação de seus filhos, e a participação deles, neste processo, é o que determinará o avanço educacional destas crianças (p. 38).

Portanto, se os pais tiverem atitudes positivas face à educação inclusiva, melhor e mais rápido será o processo de inclusão dos seus filhos com NEE, pois na aceção de Santos, Santos e Oliveira (2013) “uma relação estável entre os pais e a escola é fundamental para o sucesso da inclusão” (p.40).

No caso de crianças ou jovens com NEE, para que possam crescer social e emocionalmente, é indispensável que os pais e os professores compreendam que esta não necessita ser alvo de um maior grau de proteção. Tal permitirá que a criança se torne mais autónoma, autoconfiante e segura de si própria. Neste percurso, os pais devem ser aconselhados e apoiados ao longo das várias crises que podem vivenciar, podendo aprender a aceitar os desafios que uma criança com NEE coloca. O ambiente positivo criado por uma equipa de profissionais e por grupos de apoio pode ajudar a melhorar a sua capacidade para enfrentar e ultrapassar estes desafios.

3.2. Vantagens da participação dos pais

A literatura que se tem debruçado no estudo desta temática tem constatado que a participação dos pais no processo educativo traz vantagens para ambos os atores. No seu estudo, Davies (1989) conclui que as crianças cujos pais as ajudam em casa e mantêm contactos com a escola, têm pontuações mais elevadas do que as crianças com aptidões e meio familiar idênticos, mas privadas de envolvimento parental. Este autor também verificou que a participação dos pais permite que haja uma melhoria significativa no aproveitamento escolar dos alunos e, simultaneamente, na melhoria da organização

escolar, pois os pais passam a compreender os professores e os professores vêm os pais de uma forma mais positiva.

A investigação realizada sobre esta relação tem encontrado benefícios, não só para os alunos como também para os restantes intervenientes: escola, professores, pais, e família (Marques, 2001a; Marques, 1994; Villas-Boas, 2001; Chora, Costa, Brito & Marques, 1997 cit. por Davies, Marques & Silva, 1997; Diogo, 1998). Para os alunos, os benefícios destacados por estes autores resultante da colaboração entre a escola/família são:

- a) O desenvolvimento das crianças/jovens e aumento do rendimento escolar;
- b) Aumento da motivação dos estudantes para a escola e para o estudo;
- c) Melhoria das atitudes fundamentais para o sucesso escolar (assiduidade, empenho, comportamento);
- d) Desenvolvimento das expetativas mais elevadas dos alunos em relação ao seu percurso escolar;

Relativamente aos pais e às famílias, apontam os seguintes benefícios desta colaboração (Chora, Costa, Brito & Marques, 1997 cit. por Davies, Marques & Silva, 1997; Marques, 1997; Villas-Boas, 2001, Diogo, 1998):

- a) Mudança positiva das perceções da escola e dos professores face às famílias;
- b) Desenvolvimento de expetativas e de atitudes mais positivas da família em relação à educação;
- c) Capacitação dos pais de perceberem os filhos, enquanto estudantes, de forma mais positiva;
- d) Aquisição de conhecimento e desenvolvimento de competências para educar os seus filhos;
- e) Desenvolvimento de um sentimento de maior eficácia no desempenho do papel dos educadores;
- f) Melhoria da autoestima, aumento da motivação para a formação e consequente melhoria qualitativa da sua participação na escola;

- g) Formação de cidadãos mais intervenientes e ativos, com uma maior participação em assuntos públicos.

Quanto aos professores e às escolas, os benefícios anotados (Chora, Costa, Brito & Marques, 1997 cit. por Davies, Marques & Chora, 1997; Marques, 1997) são:

- a) Mudança positiva das perceções e as atitudes das famílias face à escola e aos professores;
- b) Melhoria da compreensão das necessidades e das características das famílias;
- c) Facilidade na adaptação do currículo aos alunos, inclusive, componente curricular que aproximem a escola da cultura da comunidade;
- d) Valorização da imagem social da escola e aumento do prestígio profissional dos professores;
- e) Criação de um ambiente mais seguro na escola;
- f) Aumento de recurso ao apoio de estruturas e de serviços da comunidade;
- g) Desenvolvimento do sentimento de pertença da escola, enquanto instituição à comunidade;

3.3. Entraves da participação dos pais

Relativamente aos potenciais entraves à participação dos pais no processo educativo dos seus educandos, a literatura identifica como principais fatores os seguintes:

- a) A ausência de uma sala de atendimento destinada às famílias; as horas inapropriadas de atendimento para quem trabalha fora de casa; a utilização, por parte dos professores, de uma linguagem demasiado técnica e inacessível a muitos pais; a falta de hábito de uma cultura comunicativa entre a escola e a família; e a falta de estratégias de colaboração entre as escolas e as famílias na formação inicial de professores (Marques, 1991);
- b) Os baixos salários e a falta de motivação dos professores (Davies *et al.*, 1989);

- c) A visão que os professores podem possuir em relação ao envolvimento dos pais, receando que se transforme num instrumento de controlo e interferência nas suas práticas pedagógicas (Marques, 2001a). Para o efeito, promovem apenas a troca de informações, em detrimento da participação ativa na planificação e implementação de atividades (Matos, 1994);
- d) O conflito de competência entre os pais e professores, a falta de condições que são dadas para a participação dos pais, a limitada representatividade de muitos pais eleitos, o formalismo das estruturas e processos de participação utilizados, desinteresse que a maioria dos pais acaba por manifestar em relação às modalidades de participação que lhes são propostas (Barroso, 1995);
- e) Matos (1994) acrescenta o facto de alguns docentes assumirem atitudes hierárquicas superiores e os pais de baixo estatuto socioeconómico defenderem que não têm formação para colaborar no processo educativos dos seus educandos.

As conclusões de Matos (1994) foram corroboradas por Davies, Marques & Silva (1997) referindo que as classes mais baixas têm mais dificuldades em manter uma relação com a escola. Villas-Boas (2001) chegou à mesma conclusão: o nível de participação dos pais está diretamente relacionado com o seu nível socioeconómico. Este autor refere, ainda, que os pais de níveis socioeconómicos mais baixos prontificam-se a ajudar os professores em tarefas de supervisão, valorizam a desenvolvimento de capacidades ais instrumentais e esperam que o professor ajude os filhos a compreender a importância do esforço, disciplina e da capacidade para resolver problemas.

Por sua vez, os pais de níveis socioeconómicos mais altos preferem participar em atividades de gestão da escola, conhecer os programas, as metodologias, o nível de exigência dos professores, valorizando o desenvolvimento da autonomia e espírito crítico do aluno (Op. cit.).

Diogo (1998) aponta que o modo de vida urbano obsta à relação família-escola. Por sua vez, Pinto e Teixeira (2003) acrescentam que o nível de habilitações dos pais influencia a relação família-escola. Pais com um nível educacional elevado tendem a ter uma maior participação na vida escolar, em relação aos demais pais.

A título de resumo, Davies, Marques e Silva (1997) aponta quatro principais obstáculos à participação parental na escola:

- 1) Tradição de separação entre a escola e a família: a legislação visa fomentar a regulação da participação dos pais na escola, a cultura de separação persiste e as mudanças são lentas. Por tradição, os pais entregam os filhos à escola, responsabilizando-a da sua educação, por sua vez, os professores aceitam essa passividade da família. Os professores parecem querer o apoio dos pais no acompanhamento escolar dos seus educandos; mas, por outro lado, também querem continuar a ter a sua autonomização. Deste modo, desenvolvem desejos contraditórios em relação ao envolvimento parental, o que se vem observar nas suas práticas pedagógicas.
- 2) Tradição de culpar os pais pelas dificuldades dos filhos: os professores conferem aos pais a responsabilidade pela falta de envolvimento na escola e o facto de eles não se deslocarem à escola demonstra desinteresse pelos educandos. Bastantes vezes, os docentes optam por uma atitude culpabilizante em detrimento de encontrar soluções para o problema. Apesar desta atitude de culpabilização das famílias, muitas delas valorizam a escola e até gostariam de apoiar mais os seus educandos, não o fazem porque não sabem como ou não se sentem competentes para tal.
- 3) Barreiras estruturais da organização social: a incompatibilidade de horário das reuniões e atividades da escola com o horário laboral dos pais torna-se num obstáculo à participação dos pais. Principalmente nos meios urbanos, o modo de vida, influenciado pelos fenómenos de urbanização, dificultam ainda mais a comunicação entre família/escola.
- 4) Persistência das estruturas organizativas das escolas: as escolas continuam a apresentar-se como sistemas burocráticos, com práticas formalistas e utilização de uma linguagem muito técnica, pouco acessível à maioria dos pais. A utilização de termos demasiado técnicos pelos intervenientes no processo ensino/aprendizagem de discentes desvia os encarregados de educação da vida escolar dos seus filhos.

Estes obstáculos são, ainda, mais evidentes quando se fala de alunos com NEE, pois a maioria das famílias ou ainda não se encontra devidamente familiarizada com a problemática, ou não sabe como, quando e onde apoiar o aluno, ou porque ainda se encontra no processo de ultrapassar o “luto”. Tudo isto influencia negativamente a participação dos pais destas famílias nas escolas. Nestas situações, cabe à escola analisar cada caso e criar condições necessárias para aumentar a intervenção parental destes encarregados de educação no processo ensino/aprendizagem dos seus educandos, criando-se assim parcerias efetivas entre eles e os restantes intervenientes (Carvalho, Boleó & Nunes, 2006).

3.4. Várias abordagens na relação família-escola

Vários modelos têm surgido para potenciar o envolvimento dos pais no processo educativo. A este respeito, Davies, Marques e Silva (1997) apresentam um modelo assente em três abordagens:

- 1) Comunidade escola-casa: nesta abordagem os professores clarificam e divulgam o que os pais devem fazer para apoiar a aprendizagem dos filhos;
- 2) Abordagem interativa: os programas influenciados por esta abordagem identificam os objetivos que são comuns à família e à escola de modo a que se crie um mútuo respeito influenciando todas as iniciativas de interação;
- 3) Abordagem de parceria: caracteriza-se pela coexistência, nas relações entre a família e a escola, de elementos das duas abordagens anteriores. Ou seja, interessa-se pela melhoria do aproveitamento escolar das crianças em risco, com defesa do multiculturalismo e com o controlo comunitário das escolas.

A par deste modelo, Sousa (1998) reconhece que a este nível podem ser desenhados dois tipos de modelos:

- 1) Modelos Hierárquicos: em que se organiza a gradação de etapas, tendo como pressuposto o alcance de escalões superiores;
- 2) Modelos Circulares: em que todos os níveis de participação são igualmente importantes e se apoia no propósito de que nem todos os pais têm os mesmos interesses pelos diversos tipos de participação. Cada pai deve ter

oportunidade de colaborar segundo os seus interesses, competências e recursos.

Por sua vez, Sousa (1998) apresenta o modelo de Epstein como um dos modelos hierárquicos mais divulgados assente em seis tipos diferentes de envolvimento: a) obrigações básicas dos pais; b) obrigações básicas da escola; c) envolvimento dos pais na escola; d) envolvimento em atividades de aprendizagem em casa; e) participação em tomadas de decisão; f) colaboração e intercâmbio com a comunidade.

Sousa (1998) apresenta também o modelo circular de Heleen assente nas seguintes modalidades:

- a) Tomada de decisão: os pais são decisores e elementos ativos, por exemplo do PEI;
- b) Co-produção: organização de atividades, individuais ou coletivas, desenvolvidas em casa ou na escola, no sentido de facilitar a aprendizagem dos alunos;
- c) Advocacy: no sentido de defender a criança, a nível administrativo e legal e, mesmo, junto da sociedade;
- d) Apoio escolar: financeiro, defesa pelas associações de interesses, organização de atividades ou a divulgação de informações;
- e) Educação parental e apoio: inclui esforços para ajudar pais com *stress*.

Wolfendale (1993) refere duas abordagens para a implementação e manutenção do envolvimento parental, subdividindo-se em várias áreas, tipos e focalizações (Quadro 4).

Quadro 4: As abordagens para a implementação da participação dos pais na escola

	ÁREA	TIPO	FOCO
OS PAIS NAS ESCOLAS	Concreto e prático	Ajuda básica na aprendizagem; obtenção de fundos e apoio, competências práticas; reuniões sociais	Sala de aulas e escola
	Pedagógica e resolução de problemas	Projeto e planeamento de disciplinas; co-orientação da aprendizagem baseada na escola e em casa (necessidades de educação geral, apoio pedagógico, e de educação especial); discussão do progresso baseado no trabalho escolar	Curriculum
	Política e governação	Tomada de decisão da educação; os pais como parceiros na decisão	A escola como instituição
	Comunitário	Grupo de pais e crianças (sessões experimentais, classes, cursos, conversas, demonstrações)	A escola e a comunidade

DA ESCOLA PARA CASA	Informação	Comunicação oral e escrita – cartas, relatório, boletins, folhetos, sistemas de revisão e registo	Casa e pais
	Apoio	Visitas a casa (consulta, conselho, incentivar relações); partilhar informações; discussão do progresso da criança	Casa e família
	Instrução	Apoio educativo domiciliário (deficiência, necessidades educativas especiais, situação de desvantagem, pré-primária)	Casa, criança e pais
	Representação	Instrução pelas escolas no resto da comunidade (partilha de recursos, empréstimo de recursos, local para encontros locais, local privilegiado para ensino cooperativo)	Casa e comunidade

Fonte: Wolfendale (1993, p.138)

Abreu (2012) refere que o equilíbrio entre a família e a escola encontra-se dividido em quatro níveis, com os seguintes objetivos relativos à promoção do envolvimento parental:

- 1) Nível I: conhecer, em primeiro lugar, as experiências diárias dos pais e das comunidades onde vivem, para depois iniciar o contacto com estes através de conversas informais, para começar a trabalhar com os pais sobre pistas para controlar o progresso dos educandos na escola;
- 2) Nível II: trabalhar para alargar a informação que é fornecida aos pais dos alunos através dos vários tipos de contactos, devendo os pais ser encorajados a participarem mais na informação e no trabalho escolar que é mandado para casa;
- 3) Nível III: levar os pais à sala de aula para observarem e ajudarem nas atividades e nos acontecimentos da escola, assumindo responsabilidades no acompanhamento dos métodos de estudo dos filhos e dos hábitos de trabalho de casa;
- 4) Nível IV: tornar os pais aptos a terem um papel mais participativo nas decisões e nas políticas da escola e, ao mesmo tempo, aumentar o nível de confiança que os pais têm no professor. Para atingir este nível, pais e professores têm que experimentar todos os níveis anteriores.

Ao nível da participação dos pais com crianças e jovem com NEE é de salientar que um dos primeiros trabalhos de intervenção com pais de crianças com NEE realizou-se com o Programa *Portage*, onde os pais eram treinados para apoiarem os filhos na aprendizagem de tarefas constantes no protocolo do programa (Wolfendale, 1993). Este

tipo de formação facilita o processo de avaliação inicial em conjunto com os professores, dando a atenção a aspetos relativos às necessidades das crianças, como por exemplo: funcionamento corrente, potencialidades atuais, possíveis barreiras à aprendizagem, necessidades de aprendizagem, desenvolvimento em casa e na escola e participação na realização do PEI.

3.5. O posicionamento do professor

Todo o professor, durante o seu percurso como educador, vai encontrar em qualquer momento da sua vida, integrado na sua turma e/ou escola, alunos com NEE. É muito provável que seja confrontado com situações para as quais não foi devidamente preparado pedagógica e psicologicamente. Deste modo, o professor vai ter que adotar atitudes e procurar a melhor maneira de dar resposta às necessidades destes alunos.

Ao mesmo tempo, o papel do professor constitui uma fonte indispensável de apoio no contexto do sistema familiar. Os pais utilizam diferentes estratégias – internas e externas – na forma com convivem com uma criança com NEE, o apoio profissional é uma estratégia externa de apoio. A partir do momento do diagnóstico até à fase adulta, distintos profissionais entram e saem no percurso de vida das famílias, mas os elementos considerados de confiança e mais constantes no cenário profissional são os educadores/professores (Correia, 2013).

Como foi dito anteriormente, o trabalho com as famílias envolve não só um conhecimento profundo por parte dos professores acerca da dinâmica familiar e as suas características, bem como, um conjunto de aptidões no que respeita à comunicação. Assim, a comunicação é um dos elementos fundamentais para o estabelecimento de relações de parceria no trabalho a desenvolver com os pais. As estratégias básicas para melhorar a comunicação entre os pais e os profissionais são a confiança e o respeito, elementos fundamentais para uma comunicação produtiva e significativa entre famílias e profissionais (Op. cit.).

Segundo Stonestreet, Johnston e Acton (1991), os profissionais para estabelecerem uma comunicação perspicaz que contribua para uma parceria autêntica com os pais devem:

- a) estabelecer uma atmosfera de troca;
- b) facilitar a participação dos pais no processo de integração;

- c) reconhecer as necessidades específicas de alguns pais, na forma como estes recebem a informação;
- d) evitar a utilização de expressões demasiado técnicas quando falam com os pais;
- e) dar apoio aos pais com honestidade a informação necessária;
- f) estar sensibilizados para os momentos e processos do luto;
- g) criar oportunidades para que os pais sejam capazes, para que experimentem sucesso;
- h) ter cuidado na utilização do reforço positivo;
- i) reconhecer que os pais também necessitam de apoio entre eles;
- j) desenvolver aptidões de escuta ativa;
- k) estar abertos ao desenvolvimento de um plano que respeite a vontade expressa dos pais e não apenas a sua;
- l) providenciar opções programáticas legítimas, isto é, gerar ideias entre pais e profissionais para a solução de um problema e fazer uma lista de opções, permitindo aos pais ser membros participativos do processo de tomada de decisão, assim como a utilização de aptidões de criatividade na conceção e elaboração dos programas;
- m) centra-se nos resultados a longo prazo e não apenas nos objetivos a curto prazo.

Para Cruz (2012) o perfil de um professor de NEE é composto por um conjunto alargado de características que contemplam:

- a) Deve tomar conhecimento de todo o processo educacional das crianças, ou crianças, por quem é responsável, a fim de poder direccionar o seu campo de ação para determinadas atividades;
- b) Deve observar cuidadosamente cada um dos seus alunos, e em função dos resultados obtidos fazer o planeamento da ação de educação e reabilitação;
- c) Deve fazer uma adaptação ao mesmo e prever a utilização de outros instrumentos e meios compensatórios face às dificuldades detetadas pelas crianças e jovens;
- d) Deve impor uma certa inovação nas estratégias e métodos de ensino e fazer uma adaptação individualizada do ensino e diferenciação pedagógica;

- e) Deve proceder à mudança dos conteúdos de ensino no sentido de melhorar e enriquecer o currículo escolar e por consequência melhorar o nível de realização do aluno;
- f) Deve ter uma maior atenção às áreas que promovam a socialização e expressão das crianças.

Contudo, Cruz (2012) apresenta uma revisão de literatura que demonstra que a falta de coordenação dos horários entre os professores titulares e os professores de Educação Especial, o elevado número de horas de trabalho burocrático e, por vezes, o número elevado de alunos com NEE que são acompanhados no trabalho conjunto realizado entre os professores do ensino regular e os professores de educação especial para a inclusão dos alunos com NEE, são as maiores dificuldades sentidas pela escola e pelos docentes de ensino especial na prossecução da sua missão em torno de uma escola cada vez mais inclusiva.

Tais conclusões evidenciam a necessidade de reestruturar e definir os horários dos professores pelas direções dos agrupamentos escolares, de modo a que os professores do ensino regular que tenham nas suas salas de aula alunos com necessidades educativas especiais, possam definir com os professores de educação especial momentos de trabalho em articulação na planificação e construção de materiais, em espaços com condições para o efeito. Este tipo de trabalho colaborativo é importante, mas para o desenvolver, é importante que exista uma flexibilização do horário dos professores do ensino regular, de modo a responder adequadamente ao trabalho em articulação com o professor de educação especial.

A implementação de uma dinâmica de trabalho colaborativo e diferenciado deve ser considerada como o motor para a inclusão dos alunos com NEE, pois escolas em que predominam as culturas colaborativas são mais inclusivas, ou seja, apresentam menores taxas de abandono e formas mais efetivas de resolução dos problemas dos estudantes (Op. cit.).

PARTE II – ENQUADRAMENTO EMPÍRICO

CAPÍTULO IV – OPÇÕES METODOLÓGICAS

4.1. Algumas considerações

Perante a complexa e vasta problemática da participação dos pais e encarregados de educação, toda a sua envolvência e implicações e a gama de problemas nela enquadrados, com o presente estudo pretende-se conhecer a realidade das nossas escolas no que se refere à problemática em questão. Para tal, os pais e/ou encarregados de educação foram inquiridos, como importantes atores educativos e a presente investigação foi conduzida de modo a obter algumas respostas colocadas, ou seja, perceber as representações que os pais/encarregados de educação têm em relação à sua participação na vida escolar dos seus educandos. No mesmo sentido, foi aplicado um questionário aos professores.

4.2. Metodologia de Investigação

Segundo Alves (2012) “A investigação é a atividade que ajuda, no âmbito da ciência, a obter conhecimento” (p. 57).

A escolha da metodologia a utilizar na investigação deve fazer-se em função da natureza do problema em estudo. O presente trabalho pretende fazer um levantamento das representações dos pais em relação à sua participação na vida escolar dos seus educandos. Por esta razão, considerou-se que para o tratamento dos dados recolhidos a partir de perguntas fechadas e abertas apresentadas num questionário, a metodologia mais adequada seria a análise qualitativa (Vala, 1990).

Este estudo enquadra-se numa abordagem descritiva do *envolvimento parental na educação das crianças com NEE e a problemática da relação Escola/Família*, como referido anteriormente.

A pesquisa descritiva segundo Hoz (1985) é um “ (...) método científico que analisa a realidade, nas suas variáveis orgânicas e as suas relações com o que o rodeia” (p.43). Por seu lado, Thomas *et al.* (2007) dizem-nos que o tipo de pesquisa que se classifica como “descritiva” tem por permissão buscar a resolução de problemas, durante as práticas pela observação, análise e descrições objetivas, através de questionários ou entrevistas para a padronização de técnicas e validação de conteúdos.

4.2.1. Pergunta de partida e objetivos do estudo

Para Quivy e Campenhoudt (2008) uma boa maneira de iniciar uma investigação passa pela formulação de uma “pergunta de partida, através da qual o investigador exprime com objetividade o que procura saber ou compreender. Para os mesmos autores, a pergunta de partida deve primar pela clareza, exequibilidade e pertinência” (Op.cit., p.32).

Freixo (2010) refere, ainda, que uma boa identificação do propósito da investigação, através da formulação do problema, é uma das fases mais importantes da investigação, senão a mais difícil e a mais delicada de uma investigação.

A pergunta de partida é a seguinte: *Em que situação as famílias de crianças com NEE colaboram com a escola?*

O objetivo geral do nosso estudo é: conhecer as características de pais e professores que tenham, respetivamente, filhos e alunos com NEE, em escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico de Tábua.

Os objetivos específicos são:

- Compreender quando e como colaboram os pais na escola;
- Demonstrar o nível de envolvimento parental e a sua influência no processo educativo de crianças com NEE;
- Identificar as motivações que levam a estabelecer e manter uma relação entre os pais de crianças com NEE e os professores;
- Perceber a importância que os professores reconhecem na colaboração permanente dos pais de crianças com NEE e a escola.

4.2.2. Hipóteses de Investigação

Segundo Quivy e Campenhoudt (2008) e Freixo (2010) as hipóteses são enunciados formais das relações presumidas entre duas ou mais variáveis, podendo as mesmas ser confirmadas ou refutadas pelos factos.

A formulação de hipóteses (H) é considerada um processo essencial na elaboração de um trabalho de investigação. Assim, a partir da revisão da literatura, dos objetivos definidos, da nossa reflexão, dos contactos com professores e pais/encarregados de educação, formulámos as seguintes hipóteses:

H.1. Verifica-se a existência de colaboração que se estabelece entre família de crianças com NEE e a escola.

H 2. Os pais deslocam-se mais vezes à escola quando solicitados do que por iniciativa própria.

H 3. Os professores valorizam a colaboração dos pais na escola.

4.2.3. Instrumentos de recolha de informação

Em qualquer investigação é indispensável a construção de instrumentos que permitam a recolha com maior fidelidade e de forma precisa, dados necessários. O instrumento de recolha de informação foi o inquérito por questionário. Pois, como nos diz Alves (2012)

esta técnica poderá dar informação sobre as várias áreas de avaliação ao mesmo tempo e possibilita a comparação entre as respostas de vários atores. Um questionário bem estruturado é um suporte metodológico válido (...). Assim, todas as etapas/fases de realização devem ser bem preparadas (p.51).

Apresentamos no quadro seguinte as vantagens e desvantagens deste tipo de inquérito.

Quadro 5 : Inquérito por questionário

Vantagens	Inconvenientes
<ul style="list-style-type: none">• Contempla várias dimensões da avaliação num só instrumento;• As perguntas são iguais para todos os respondentes – há objetividade;• O tratamento pode ser facilitado se forem escolhidos itens de resposta fechada (escolha múltipla) ou de resposta curta;• Os respondentes têm tempo para pensar antes de responder.	<ul style="list-style-type: none">• É menos flexível do que a entrevista;• Responder a um questionário pode ser maçador e, por vezes, as pessoas não os devolvem respondidos;• As pessoas poderão dar respostas socialmente corretas em vez de manifestarem as suas próprias ideias ou comportamentos;• Requer literacia;• A profundidade da informação é, por vezes, sacrificada em função da extensão;• As respostas podem não corresponder à verdade, por falta de clareza da pergunta/ má interpretação do inquirido.

Fonte: Elaboração própria, com base em Alves (2012, p.51)

Quanto à estrutura dos questionários, para além de uma breve nota introdutória, onde se tentou esclarecer os inquiridos quanto aos seus objetivos, o inquérito engloba duas partes distintas: a primeira relativa à identificação de algumas características pessoais e profissionais das pessoas inquiridas; a segunda, integrada por um conjunto de questões a partir das quais vamos recolher a informação desejada, no sentido de validar

ou refutar as hipóteses formuladas. A estrutura da segunda parte dos questionários está dividida em três blocos:

1. Bloco I: onde se pretende obter informações sobre a existência de relações entre a família e a escola, enquanto fator de sucesso e compreender o posicionamento dos professores em relação à inclusão escolar de crianças com NEE;
2. Bloco II: onde se pretende obter dados sobre a frequência dos contactos entre a família e a escola, tentando compreender qual a perceção que os professores têm das famílias de crianças com NEE;
3. Bloco III: onde se pretende obter indicadores do modo como a escola estabelece contactos com as famílias tentando perceber e compreender os modos, os momentos, o tipo de estratégias mais utilizadas, o nível de intervenção mais solicitado aos pais e o tipo de informação que mais lhes é fornecido.

Através da aplicação de métodos qualitativos torna-se possível estabelecer as prováveis causas a que estão submetidos os objetos de estudo, sendo este o melhor método que se adapta à compreensão dos problemas da escola (Vala, 1990).

Embora o questionário dirigido aos professores (Anexo XX) seja diferente do elaborado para os pais/encarregados de educação (Anexo XXI) ambos mantêm uma relação estreita de estrutura e de conteúdo. Os questionários são constituídos por questões fechadas e abertas, com o objetivo de os inquiridos poderem indicar outras informações para além daquelas que foram “categorizadas”, de modo a tornar o questionário menos dirigido, conferindo-se alguma flexibilidade e liberdade nas opiniões expressas pelos inquiridos.

A existência de questões abertas é, ainda, facilitadora tendo em conta o tipo de estudo e de informação que se pretende recolher. Como refere Vala (1990)

numa investigação por questionário, a análise de conteúdo é particularmente útil (...) sempre que o investigador não se sinta apto de antecipar todas as categorias ou formas de expressão que possam assumir as representações ou práticas dos sujeitos questionados, recorrerá a perguntas sendo as respostas sujeitas à análise de conteúdo (p.10).

Assim, a metodologia adotada permite incorporar a utilização de dois tipos de técnicas estatísticas:

1. Na análise das questões fechadas, realiza-se uma pesquisa descritiva, utilizando o conceito de frequências absolutas (quantificação das observações em valor absoluto) e o conceito de frequências relativas (quantificação das observações em valor percentual);
2. Na análise das questões abertas, realiza-se uma análise de conteúdo, técnica que visa através da quantificação de determinadas características efetuar inferências válidas dos textos.

Para o tratamento de dados foi utilizado o programa informático Microsoft Excel. Trata-se de um programa de *software* que permite criar tabelas, calcular e analisar dados. Permite, pois, criar tabelas que calculam automaticamente os totais dos valores numéricos introduzidos. É também denominado *software* de folha de cálculo.

Antes da aplicação do questionário aos docentes foi feito um Requerimento ao Diretor (Anexo XVIII), no sentido de pedir autorização para a entrega de questionários a professores (do Ensino Regular e da Educação Especial) e aos pais/encarregados de educação.

Os participantes no estudo assinaram o consentimento informado (Anexo XIX).

4.2.4. Caraterização do Agrupamento

O Agrupamento de Escolas de Tábua é formado por estabelecimentos de ensino: Jardins de Infância da rede pública do Concelho de Tábua; Estabelecimento de Ensino do 1º Ciclo do Concelho de Tábua e todos os estabelecimentos de ensino 2, 3º ciclo CEB e Ensino Secundário. Tem 1430 alunos, distribuídos da seguinte forma:

- Centro Escolar de Tábua – 219 alunos;
- Escola Básica nº 2 de Tábua – 257 alunos;
- Escola Básica de Mouronho – 32 alunos;
- Escola Básica Margarida Fierro Caeiro da Matta – 203 alunos;
- Escola Secundária de Tábua – 528 alunos;
- Jardim de Infância – 191 alunos.

O Agrupamento de Escolas de Tábua tem a sua sede na Escola Secundária 3º CEB de Tábua.

A investigação realizou-se em quatro Escolas do 1.ºCiclo pertencentes ao Agrupamento: Escola Margarida Fierro Caeiro da Matta; Escola Básica nº 2 de Tábua; Centro Escolar de Tábua e Escola do 1º Ciclo de Mouronho.

Este Agrupamento está situado no Distrito de Coimbra, no Concelho de Tábua. Esta vila pertence à Região Centro de Portugal e sub-região do Pinhal Interior Norte, com cerca de 199,79 km² de área e está subdividido em 11 freguesias.

Encontra-se limitada a norte pelo município de Carregal do Sal, a este por Oliveira do Hospital, a sul por Arganil, a oeste por Penacova e a noroeste por Santa Comba Dão.

O seu clima é caraterizado por invernos rigorosos e húmidos e verões quentes e secos.

4.2.5. Amostra

A amostra é um conjunto de elementos extraídos de um conjunto maior, vulgarmente, chamado população.

Para Martins (2005) “amostra é uma parte da população que é observada com o objetivo de obter informação para estudar a característica pretendida” (p. 3).

A amostra é constituída por um conjunto de quatro escolas do 1.º Ciclo do ensino regular do Agrupamento de Escolas de Tábua. A seleção da mesma teve em conta dois critérios:

1. Professores que têm nas suas turmas crianças com NEE em situação de inclusão;
2. Pais que tenham filhos com NEE em situação de inclusão.

Quadro 6: Amostra

Escolas	Professores Titulares	Professores de Educação Especial	Pais/Encarregados de Educação
Escola Margarida Fierro Caeiro da Matta	7	2	7
Escola Básica nº 2 de Tábua	5	2	8
Centro Escolar de Tábua	6	2	8
Escola do 1º Ciclo de Mouronho	3	1	5
	21	7	25

Fonte: Elaboração própria

Os questionários foram distribuídos por vinte e oito professores, sendo vinte e um professores titulares e sete professores de apoio, o que corresponde a 100% do universo. Apesar dos nossos esforços, apenas foram rececionados dezoito questionários, o que representa um nível de respostas de 64%. Este nível considera-se representativo, no pressuposto de o presente estudo pretender fazer uma análise dos dados obtidos, sem o objetivo de efetuar qualquer tipo de inferência sobre a população.

Quanto aos pais, os questionários foram distribuídos por vinte e cinco pais com filhos com NEE. Apenas foram rececionados dezasseis inquéritos, o que representa um nível de respostas de 64%, nível que se considera também representativo.

4.3. Princípios éticos

A prática educativa levada a cabo por professores, em todas as suas dimensões, gera conhecimento e saber fazer especializado que nem sempre é sistematizado e organizado de modo a servir de recurso à prática letiva. Valorizar as iniciativas e práticas pedagógicas contribui para constituir um referencial de boas práticas que levam ao sucesso educativo.

Assim, e tendo em vista o nosso principal objetivo (Analisar a existência de relações entre a família e escola enquanto fator de sucesso e compreender o posicionamento dos professores em relação à inclusão escolar de crianças com NE) na nossa investigação foram respeitados os princípios éticos orientadores de uma investigação, desta forma foram:

- Solicitadas das devidas autorizações;
- A pesquisa baseou-se na honestidade intelectual, no rigor, na procura da verdade, na exigência e na isenção;
- Respeitaram-se os *timings* dos participantes;
- Respeitou-se a manutenção da confidencialidade;
- E não foram feitos quaisquer juízos de valor;
- Garantiu-se o total anonimato e confidencialidade aos sujeitos da amostra envolvidos no nosso estudo.

CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresenta-se os dados obtidos nos questionários – professores e pais, através de uma análise descritiva dos mesmos. A análise será feita de modo sequencial. No ponto 5.1. será feita a análise dos questionários dos professores e no ponto 5.2. a análise dos questionários dos pais/encarregados de educação. No ponto 5.3. será feita a discussão dos resultados.

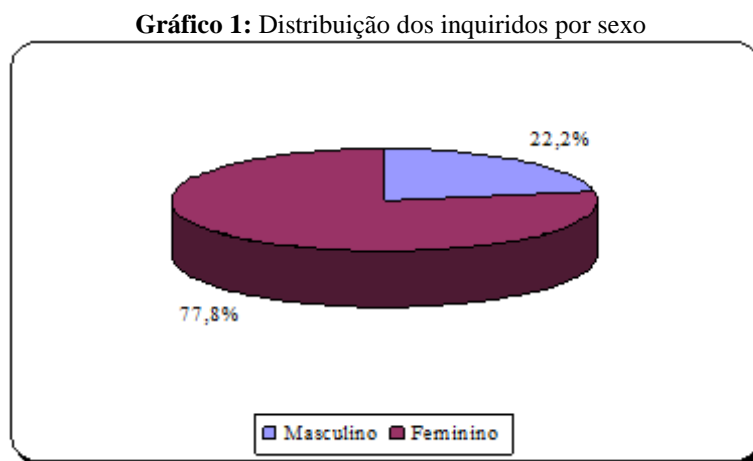
5.1. Análise e leitura dos questionários dirigidos aos Professores

Neste ponto apresenta-se e discute-se os resultados obtidos nas respostas dadas pelos professores (Anexo XXII).

Para as questões de resposta fechada foi elaborado um gráfico e foi feito um breve comentário. Para as questões de resposta aberta elaborou-se um gráfico e uma tabela de frequência seguindo-se alguns os comentários.

Em relação à 1ª Parte do Questionário:

Pela análise do gráfico 1 (Dados Pessoais - *Sexo*) verificou-se que 77,8% (N = 14) dos professores pertencem ao sexo feminino e os restantes 22,2 % (N = 4) ao sexo masculino.

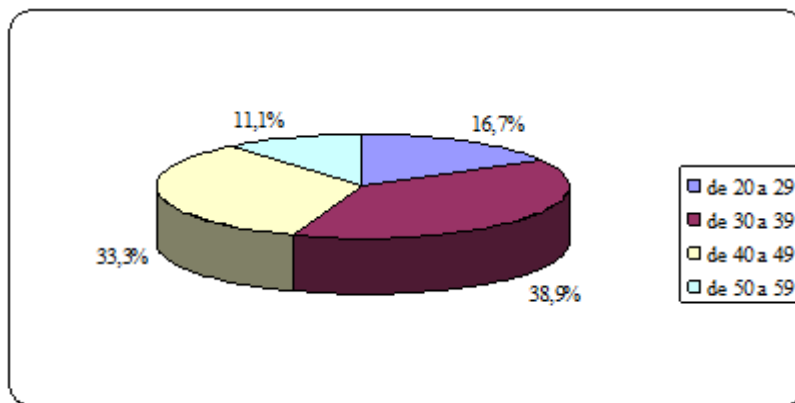


Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

De acordo com leitura do gráfico 2 (Dados Pessoais - *Idade*) constatou-se que 38,9% (N=7) dos professores se encontram na faixa etária dos 30 a 39 anos, cerca de 33,3% (N=6) na faixa entre os 40 a 49 anos, 16,7% (N=3) entre os 20 e os 29 anos e

11,1% (N=2) entre os 50 e 59 anos. Estes dados permitem verificar que a faixa etária é predominantemente bastante jovem.

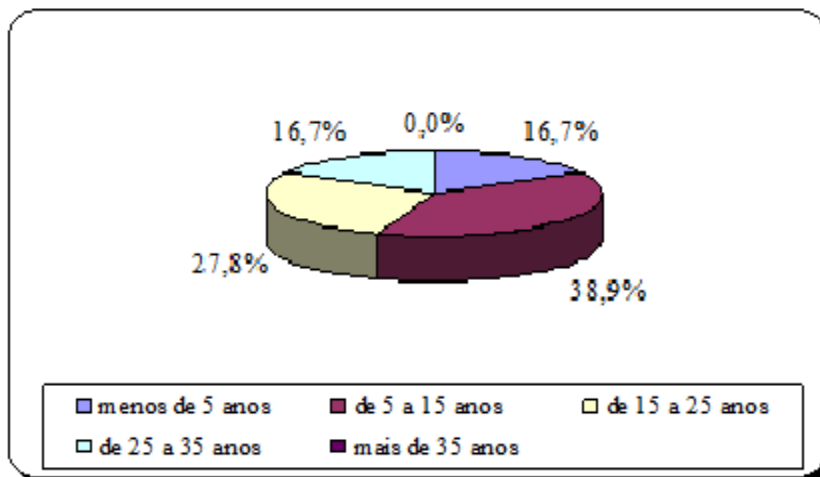
Gráfico 2: Distribuição dos inqueridos por idade



Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

Em relação ao gráfico 3 (Dados Pessoais - *Tempo de serviço na docência*) verificou-se que 38,9% (N = 7) ou seja, a maioria dos inquiridos possui 5 a 15 anos, cerca de 27,8% (N = 5) possui entre 15 a 25 anos, 16,7% (N = 3) entre 25 a 35 anos e menos de 5 anos, não existindo ninguém com mais de 35 anos de docência.

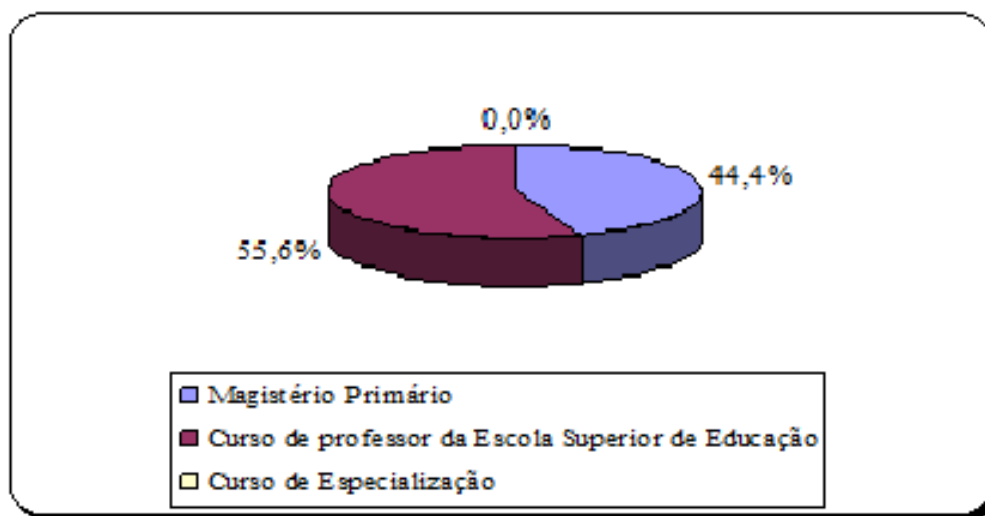
Gráfico 3: Distribuição dos inqueridos por tempo de serviço na docência



Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

Pela leitura do gráfico 4 (Dados Pessoais - *Habilitações académicas*) observou-se que a maioria, 56,6% (N = 10) possui o curso de professores ministrado pela Escola Superior de Educação, 44,4% (N = 8) possui o curso de professores da Escola do Magistério Primário, não existindo, neste momento, nenhum docente com curso de especialização.

Gráfico 4: Distribuição dos inquiridos por habitações académicas



Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

No que concerne à 2ª Parte do Questionário:

De acordo com o quadro 7 (Questão 1 - *Fatores da vida da escola que poderão ter influência no sucesso da criança com NEE*) constatou-se que do total dos professores inquiridos 50% (N = 9) indicou o aumento e melhoria dos recursos humanos de forma a possibilitar um apoio individualizado, através da especialização dos profissionais e do aumento do número de horas de apoio. Cerca de 33,3% (N = 6) apontou uma boa relação entre a família e a escola o que permite a obtenção de um bom ambiente familiar e escolar, 27,8% (N = 5) indicou a criação de rotinas, a socialização, a integração e a inclusão da crianças com NEE no grupo da turma regular, de tal forma que se adaptem aos colegas professores e escola em geral, 22% (N = 4) referiu que tanto o aumento e a melhoria das condições e material pedagógico, como um plano educativo individual corretamente elaborado são importantes para que se consiga estabelecer estratégias diversificadas e adequadas às capacidades da criança com NEE, com o objetivo de aproximar a vida escolar à realidade e ao quotidiano da criança. Cerca de 5,6% (N = 1) indicou que tanto um bom relacionamento entre o professor titular e o professor de apoio, a predisposição da criança para aprender, assim como, o número de alunos por turma são importantes para o sucesso da criança com NEE.

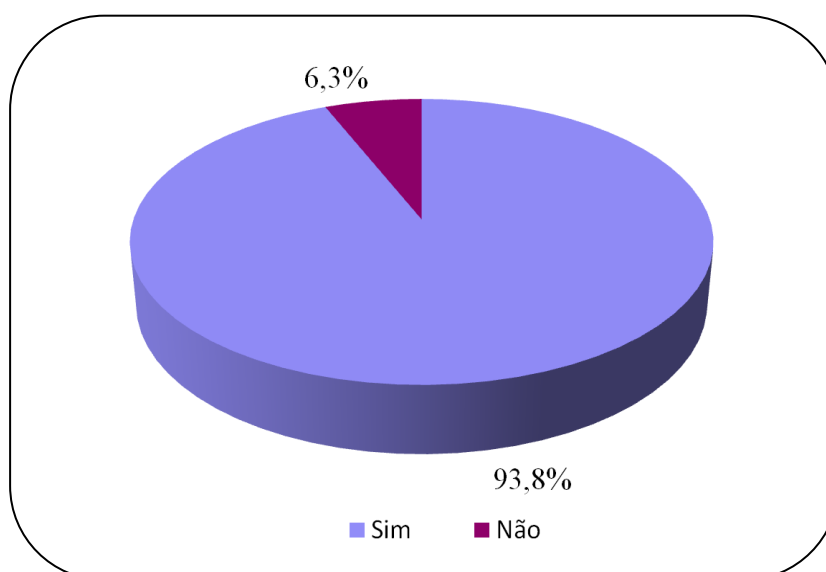
Quadro 7: Distribuição das frequências absolutas e relativas dos fatores da vida da escola que poderão ter influência no sucesso da criança com NEE (questão 1)

Fatores da vida da escola que poderão ter influência no sucesso da criança com NEE	Frequências Absolutas	Frequências Relativas
Aumento e melhoria dos recursos humanos, de forma a possibilitar um apoio individualizado, através da especialização dos profissionais e aumento do nº de horas de apoio.	9	50,0%
Uma boa relação entre a família e a escola permitindo a obtenção de um bom ambiente familiar e escolar.	6	33,3%
A criação de rotinas, a socialização, a integração e a inclusão das crianças com NEE no grupo da turma regular, de tal forma que se adaptem aos colegas, professores e escola em geral.	5	27,8%
Um plano educativo individual corretamente elaborado, para que se consiga estabelecer estratégias diversificadas e adequadas às capacidades da criança com NEE, com o objetivo de aproximar a vida escolar à realidade e ao quotidiano da criança.	4	22,2%
Aumento e melhoria das condições e material pedagógico.	4	22,2%
Bom relacionamento entre o professor titular e o professor de apoio educativo.	1	5,6%
Predisposição da criança para aprender	1	5,6%
Número de alunos por turma	1	5,6%

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários

Pela leitura do gráfico 5 (Questão 2 - *Inclusão de crianças com NEE em turmas do “ensino regular”*) verificou-se que a maioria dos professores inquiridos 93,8% (N = 17) concorda e 6,3 % (N = 1) não concorda.

Gráfico 5: Opinião sobre a inclusão de crianças com NEE em turmas do “ensino regular”



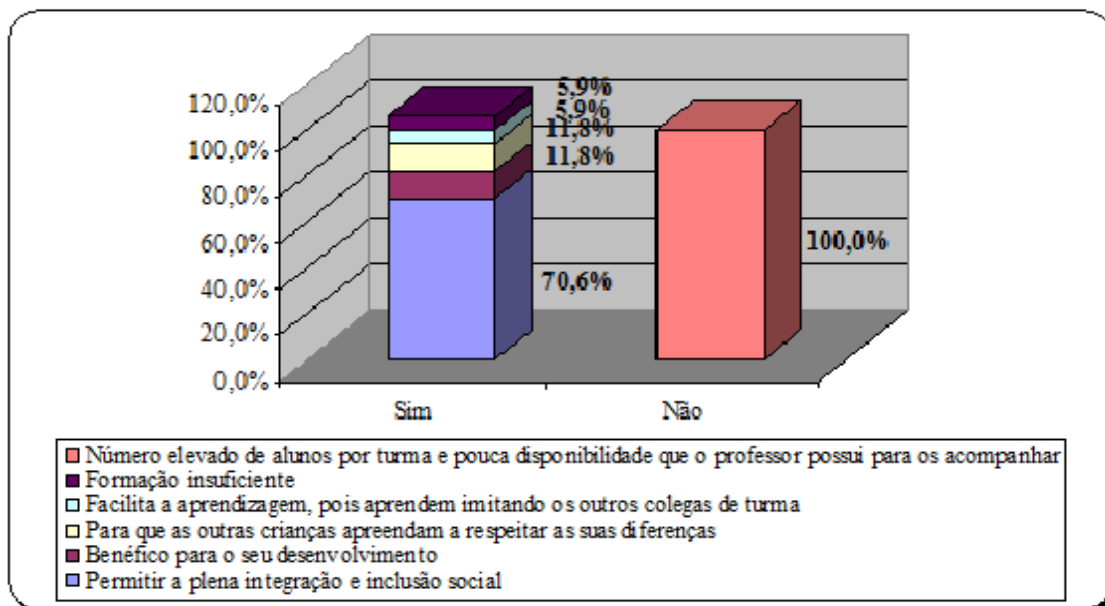
Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

Pela análise do quadro 8 (Questão 2 - *Fatores justificativos da opinião sobre a inclusão*) e pelo gráfico 6 observou-se que 100% (N = 18) dos professores dizem concordar com a inclusão de crianças com NEE nas turmas do “ensino regular”. Cerca de 70,6% (N = 12) justificou a sua opção indicando que permite a plena integração e inclusão social, 11,8% (N = 2) justificou a sua opção indicando, igualmente, ser benéfico para o seu desenvolvimento e fundamental para que as outras crianças aprendam a respeitar as suas diferenças e 5,9% (N = 1) justificou a sua opção indicando igualmente a facilitação da aprendizagem. Dos que colocam algumas reservas. Cerca de 5,9% (N = 1) indicou a insuficiência de formação. Dos inquiridos que não concordaram com a inclusão, 100% (N=1) afirmaram que o número elevado de alunos por turma é um fator que afeta a disponibilidade de tempo necessário a ser dedicada a este tipo de crianças.

Quadro 8: Fatores justificativos da opinião sobre a inclusão

Fatores justificativos da opinião sobre a integração	Frequências Absolutas		Frequências Relativas	
	Sim	Não	Sim	Não
Permitir a plena integração e inclusão social	12		70,6%	
Benéfico para o seu desenvolvimento	2		11,8%	
Para que as outras crianças apreendam a respeitar as suas diferenças	2		11,8%	
Facilita a aprendizagem, pois aprendem imitando os outros colegas de turma	1		5,9%	
Formação insuficiente	1		5,9%	
Número elevado de alunos por turma e pouca disponibilidade que o professor possui para os acompanhar		1		100,0%

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários

Gráfico 6: Fatores justificativos da opinião sobre a integração

Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

No quadro 9 (Questão 3- *Fatores inerentes a uma relação família/escola*) observou-se que do total dos professores inquiridos, 50% (N = 9) referiu a “colaboração/comunicação/participação ativa”, 44,4% (N = 8) indicou a “frequência dos contactos”, 33,3% (N = 6) referiu a “relação professor/família”, 27,8% (N = 5) referiu a “participação no processo de aprendizagem”. Cerca de 11,1% (N = 2) apontou a “clarificação junto do professor das diversas limitações, problemas e patologias da criança” e 5,6% (N = 1) referiu a “ajuda nos trabalhos de casa”. Note-se que 11,1% (N = 2) indicou “aquela que leva ao sucesso”, indiciando que tal não poderá ser considerada como um fator inerente a uma relação família/escola devido à elevada subjetividade que encerra.

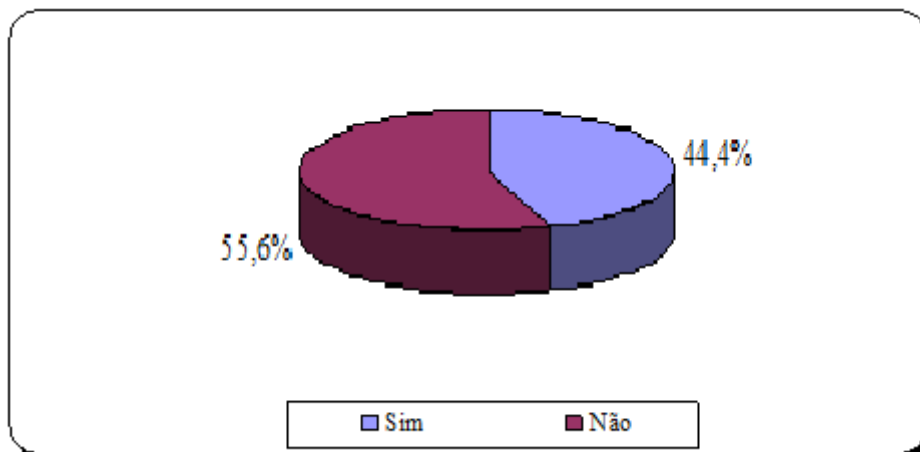
Quadro 9: Fatores inerentes a uma relação família/escola

Fatores inerentes a uma relação família/escola	Frequências Absolutas	Frequências Relativas
Colaboração/comunicação/participação ativa	9	50,0%
Frequência de contatos	8	44,4%
Relação professor/família	6	33,3%
Participação no processo de aprendizagem	5	27,8%
Clarificação junto do professor das diversas limitações, problemas e patologias da criança	2	11,1%
Aquela que leva ao sucesso	2	11,1%
Ajuda nos trabalhos de casa	1	5,6%

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários

No referente ao gráfico 7 – (Questão 4 - *Diferenças de atitudes dos pais das crianças com NEE em relação aos outros pais*) constatou-se que dos professores inquiridos 56,6% (N = 10) assinalou o item “não” e 44,4% (N = 8) assinalou o item “sim”.

Gráfico 7: Diferenças de atitudes dos pais das crianças com NEE em relação aos outros pais



Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

Dos inquiridos que indicaram existir atitudes diferenciadas nos pais de crianças com NEE e pela análise do quadro 10 de frequências de absolutas e relativas, cerca de 66,7% (N = 4) indicou as “dificuldades na relação com os educandos”, referindo que muitos dos pais não aceitam os seus educandos como são levando à rejeição da implementação de estratégias educativas diferenciadas, 33,3% (N = 2) apontou a “culpabilização do professor”, 16,7% (N = 1) indicou tanto a “ansiedade e medo”, como a realização de “contactos mais frequentes”.

Quadro 10: Tipo de atitudes denotadas pelos pais de crianças com NEE

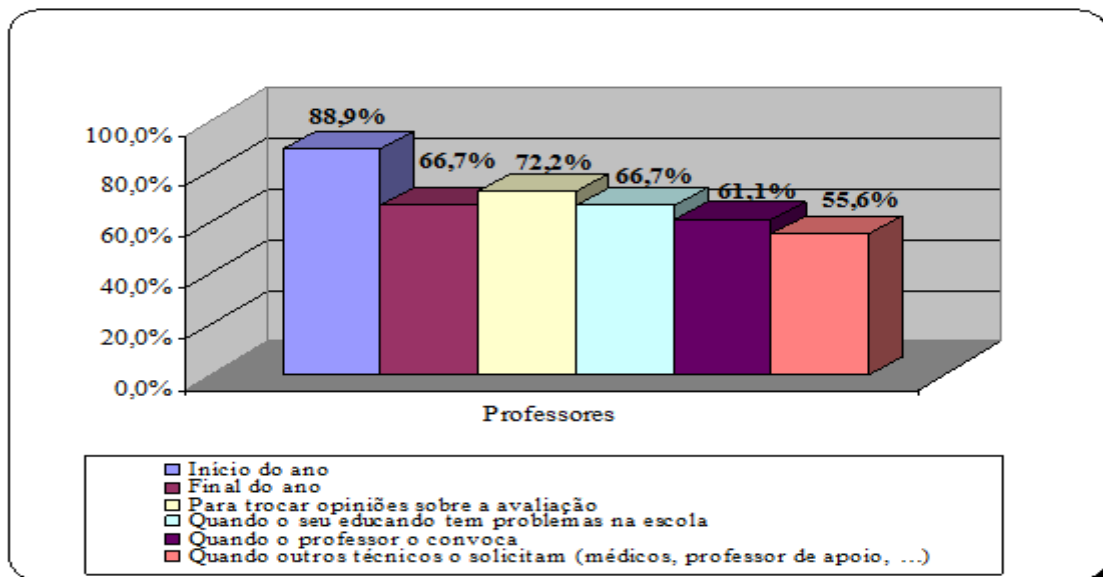
Tipo de atitudes denotadas pelos pais de crianças com NEE	Frequências Absolutas	Frequências Relativas
Dificuldades na relação com os educandos	4	66,7%
Culpabilização do professor	2	33,3%
Ansiedades e medos	1	16,7%
Contactos mais frequentes	1	16,7%

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários

Da análise do gráfico 8 (Questão 5 - *Situações/momentos justificativos da relação*) verificou-se que do total de professores inquiridos, cerca de 89% (N = 16) assinalou o item “início do ano”, cerca de 67% (N = 12) assinalou, igualmente, os itens “final do ano” e “quando o seu educando tem problemas na escola”, 72% (N = 13)

assinalou o item “para trocar opiniões sobre a avaliação”, 61% (N = 11) assinalou o item “quando o professor o convoca” e 56% (N = 10) assinalou o item “quando outros técnicos o solicitam (médicos, professores de apoio, ...).

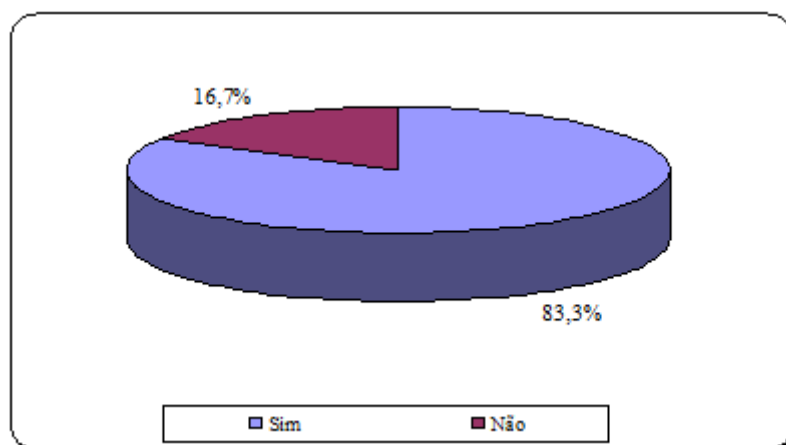
Gráfico 8: Situações/momentos justificativos da relação



Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

Observando o gráfico 9 (Questão 6 – *Necessidade de convocar mais vezes os pais*) constatou-se que 83,3% (N = 15) respondeu “sim” e 16,7% (N = 3) respondeu “não”.

Gráfico 9: Frequência da relação tendo em conta especificidades de grupos de pais



Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

Pela análise da questão anterior em relação às razões que levam à necessidade de convocar mais vezes os pais (Quadro 11) verificou-se que 57,1% (N = 8) indicou que esta situação está relacionada com problemas de comportamento, 42,9% (N = 6) apontou problemas de insucesso escolar, nomeadamente, dificuldades na aprendizagem,

35,7% (N = 5) indicou a necessidade de acompanhamento pedagógico e familiar e 7,1% (N = 1) apontou que esta situação estará inerente à necessidade de conhecer melhor a criança.

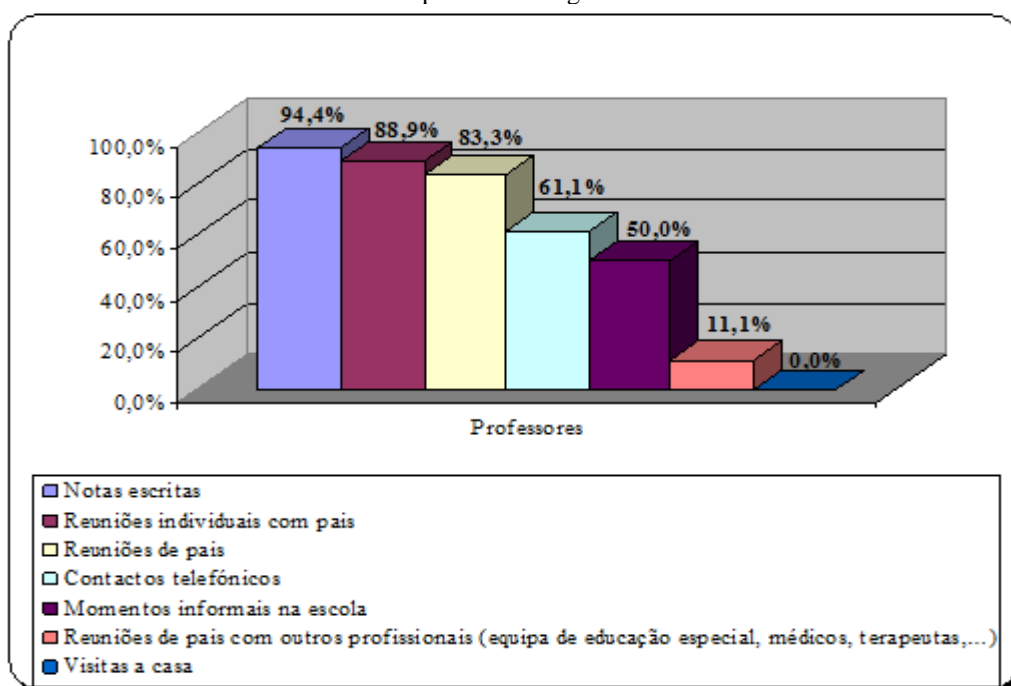
Quadro 11: Razões que leva à necessidade de convocar mais vezes os pais

Razões que leva à necessidade de convocar mais vezes os pais	Frequências	Frequências
	Absolutas	Relativas
Problemas de comportamento	8	57,1%
Problemas de insucesso escolar (dificuldades na aprendizagem)	6	42,9%
Necessidade de acompanhamento pedagógico/familiar	5	35,7%
Necessidade de conhecer melhor a criança	1	7,1%

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários

De acordo com a análise do gráfico 10 (Questão 7 - *Tipos de estratégias mais utilizadas*) constatou-se que 94,4% (N = 17) assinalou como principal estratégia “notas escritas”, 88,9% (N = 16) apontou o item “reuniões individuais com os pais”, 83,3% (N = 15) indicou o item “reuniões de pais”, 61,1% (N = 11) assinalou o item “contactos telefónicos”, 50% (N = 9) assinalou o item “momentos informais na escola” e 11,1% (N = 2) apontou o item “reuniões de pais com outros profissionais (equipa de educação especial, médicos, terapeutas, ...).

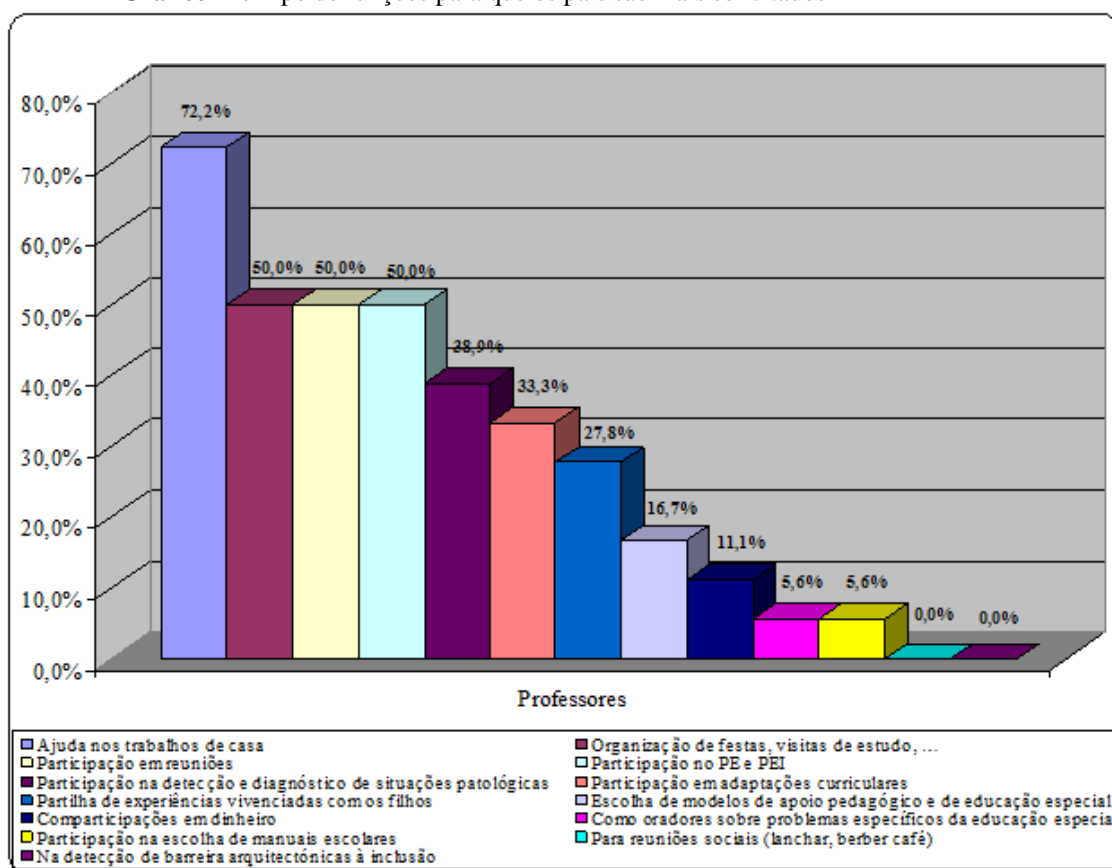
Gráfico 10: Tipos de estratégias mais utilizadas



Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

No gráfico 11 (Questão 8 - *Tipo de funções para que os pais são mais solicitados*) observou-se que da totalidade dos inquiridos, 72,2% (N = 13) assinalou o item “ajuda nos trabalhos de casa”, 50% (N = 9) apontou, igualmente, os itens “organização de festas, visitas de estudo, ...”, “participação em reuniões” e “participação no PE e PEI”, 38,9% (N = 7) indicou o item “participação na deteção e diagnóstico de situações patológicas”. Cerca de 33,3% (N = 6) assinalou o item “participação em adaptações curriculares”, 27,8% (N = 5) apontou o item “partilha de experiências vivenciadas com os filhos”, 16,7% (N = 3) indicou o item “escolha de modelos de apoio pedagógico e de educação especial”, 11,1% (N = 2) assinalou o item “comparticipações em dinheiro”, 5,6% (N = 1) apontou, igualmente, os itens “como oradores sobre problemas específicos da educação especial” e “participação na escolha de manuais escolares”.

Gráfico 11: Tipo de funções para que os pais são mais solicitados

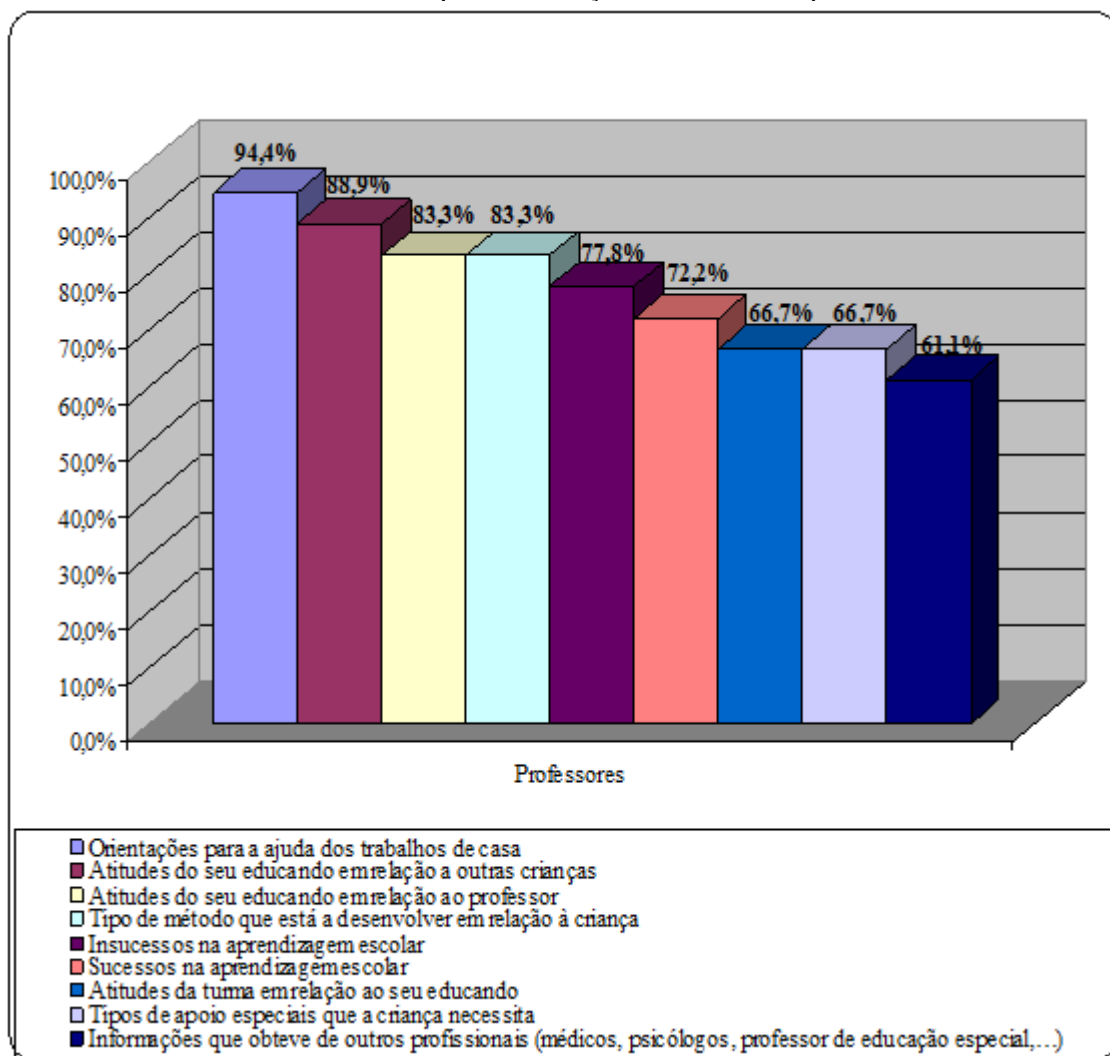


Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

Como podemos verificar pela análise do gráfico 12 (Questão 9 - *Tipo de informação comunicada aos pais*), observou-se que 94,4% (N = 17) assinalou o item

“orientações para a ajuda dos trabalhos de casa”, 88,9% (N = 16) optou o item “atitudes do seu educando em relação a outras crianças”, 83,3% (N = 15) indicou, igualmente, os itens “atitudes do seu educando em relação ao professor” e “tipo de método que está a desenvolver em relação à criança”. Cerca de 77,8% (N = 14) apontou o item “insucessos na aprendizagem escolar”, 72,2% (N = 13) optou o item “sucessos na aprendizagem escolar”, 66,7% (N = 12) assinalou, igualmente, os itens “atitudes da turma em relação ao seu educando” e “tipos de apoio especiais que a criança necessita” e 61,1% (N = 11) escolheu a opção “informações que obteve de outros profissionais (médicos, psicólogos, professores de educação especial, ...)”.

Gráfico 12: Tipo de informação comunicada aos pais

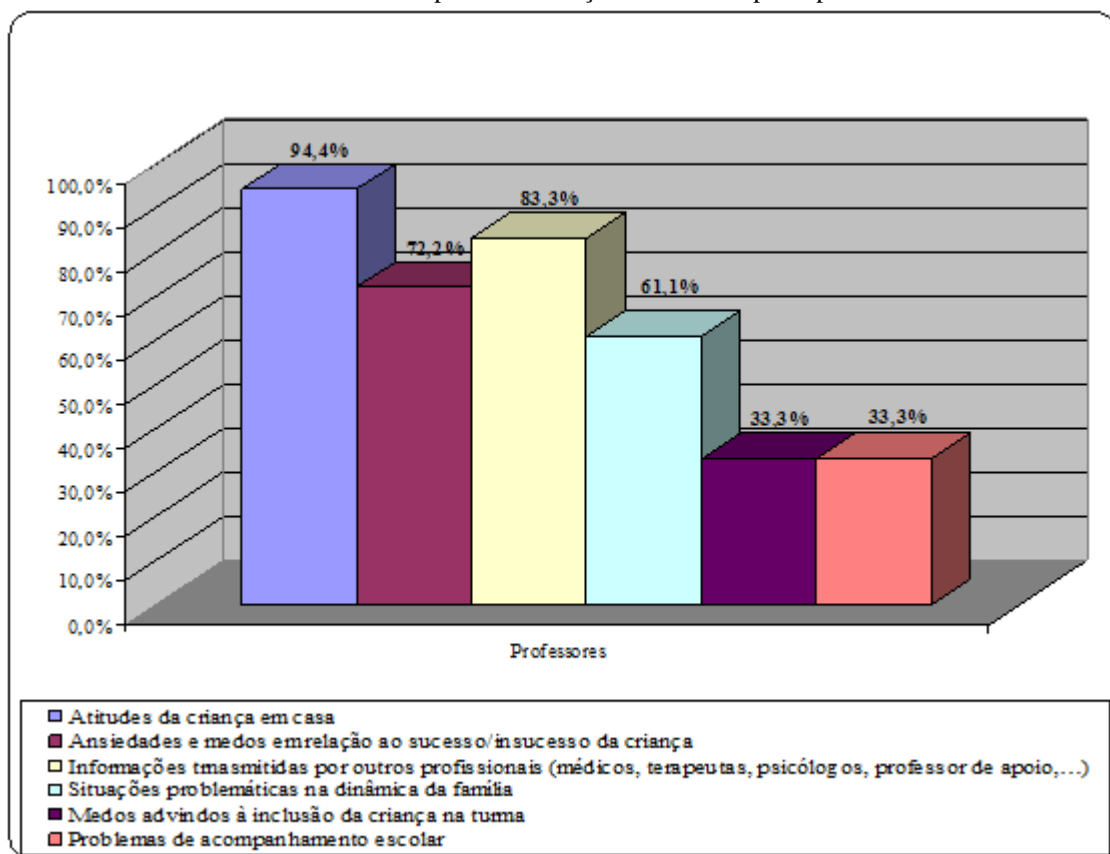


Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

Da análise do gráfico 13 (Questão 10 - *Tipo de informação transmitida pelos pais*) constatou-se que 94,4% (N = 17) referiu o item “atitudes da criança em casa”,

83,3% (N = 15) indicou o item “informações transmitidas por outros profissionais (médicos, terapeutas, psicólogos, professor de apoio, ...), 72,2% (N = 13) apontou o item “ansiedades e medos em relação ao sucesso/insucesso da criança”, 61,1% (N = 11) referiu o item “situações problemáticas na dinâmica da família” e 33,3% (N = 6) indicou, igualmente, os itens “medos advindos à inclusão da criança na turma” e “problemas de acompanhamento escolar”.

Gráfico 13: Tipo de informação transmitida pelos pais



Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

Em relação à questão 11 (*Importância da troca de informações pais/professores*) 100% dos professores respondeu sim. Em que circunstâncias os professores privilegiam essa ajuda aos pais, verificou-se pela análise do quadro 12 que 30% (N = 3) indicou ser importantes, os itens “orientações e informação do seu aproveitamento escolar”, assim como, “sempre, em consonância com a NEE”. Cerca de 20% (N = 2) apontou de igual forma, os itens “ansiedades e medos em relação ao sucesso/insucesso da criança” e “importância da dinâmica familiar em períodos” e 10% (N = 1) indicou o item “esclarecimento de dúvidas relacionadas com o ensino”.

Quadro 12: Situações que os professores privilegiam na ajuda aos pais

Situações que os professores privilegiam na ajuda aos pais	Frequências Absolutas	Frequências Relativas
Orientações e informação do seu aproveitamento escolar	3	30,0%
Esclarecimento de dúvidas relacionadas com o ensino	1	10,0%
Ansiedades e medos em relação ao sucesso/insucesso da criança	2	20,0%
Importância da dinâmica familiar em períodos pós-escola	2	20,0%
Sempre, em consonância com a NEE	3	30,0%

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários

Em relação à questão 12 (*Tipo de assuntos que os professores gostavam de abordar com os pais*) e com base no quadro 13 constatou-se que 22,2% (N = 4) dos inquiridos referem “a necessidade da existência de apoio especializado (médicos, terapeutas, psicólogos, ...)", 16,7% (N = 3) referiu, igualmente, “o processo de integração da criança na escola”, “o papel fulcral da família no processo de aprendizagem” e “a colaboração entre a família e o professor”, 11,1% (N = 2) indicou, igualmente, “aspetos relacionados com a proteção familiar excessiva”, “comportamentos da criança na escola e em casa” e “costumo abordar todos os assuntos” e 5,6% (N = 1) apontou “aspetos relacionados com a patologia da criança”.

Quadro 13: Tipo de assuntos que os professores gostavam de abordar com os pais

Tipo de assuntos que os professores gostavam de abordar com os pais	Frequências Absolutas	Frequências Relativas
A necessidade da existência de apoio especializado (médicos, terapeutas, psicólogos, ...)	4	22,2%
Processo de integração da criança na escola	3	16,7%
O papel fulcral da família no processo de aprendizagem	3	16,7%
Colaboração entre a família e o professor	3	16,7%
Aspetos relacionados com a proteção familiar excessiva	2	11,1%
Comportamentos da criança na escola e em casa	2	11,1%
Costumo abordar todos os assuntos	2	11,1%
Aspetos relacionados com a patologia da criança	1	5,6%

Fonte: Elaboração própria com base nos questionários

5.2 Análise e leitura dos questionários dirigidos aos pais

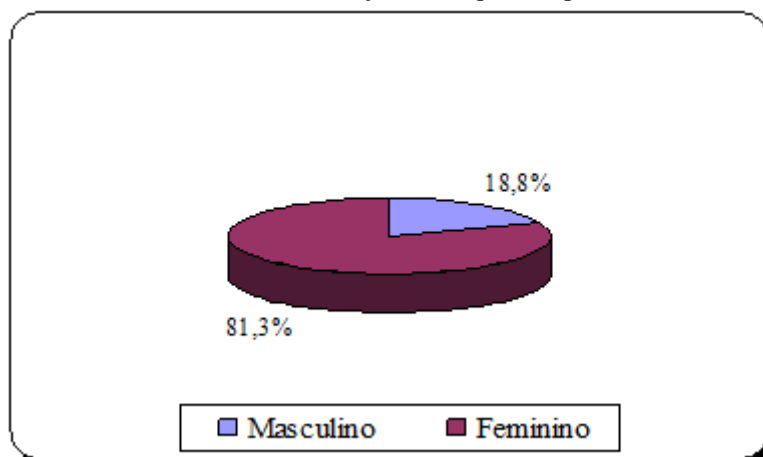
Neste ponto será feita a apresentação e discussão dos resultados obtidos nas respostas dadas pelos Pais/Encarregados de Educação (Anexo XXIII). De acordo com a

análise feita anteriormente ao questionário aos professores também se irá proceder de semelhante forma em relação ao questionário dirigido aos pais. Assim, para as questões de resposta fechada foi elaborado um gráfico e foi feito um breve comentário. Para as questões de resposta aberta ou se elaborou um gráfico ou uma tabela de frequência seguindo-se os respetivos comentários.

No que concerne à 1ª Parte do Questionário:

Pela observação do gráfico 14 (Dados pessoais - *Sexo*) verificou-se que cerca de 81,3% (N = 13) dos encarregados de educação pertencem ao sexo feminino e 18,8% (N = 3) pertencem ao sexo masculino.

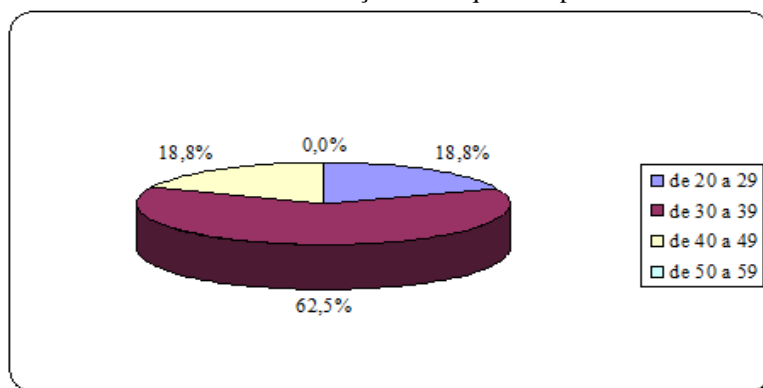
Gráfico 14: Distribuição dos inquiridos por sexo



Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

Em relação à questão 2 (Dados pessoais - *Idade*) e pela análise do gráfico 15 verificou-se que do total dos inquiridos 62,5% (N = 10) tem entre os 30 e os 39 anos e 18,8% (N = 3) tem entre os 20 e 29 anos e entre os 40 e 49 anos.

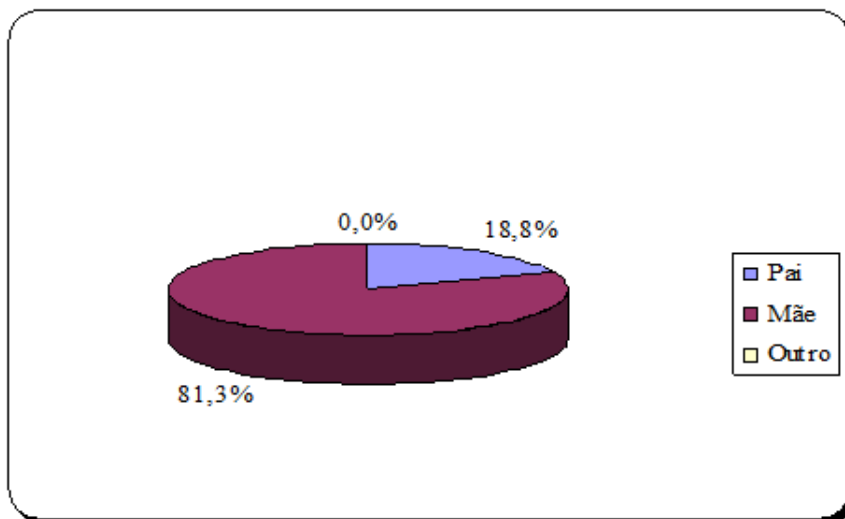
Gráfico 15: Distribuição dos inquiridos por idade



Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

Analisando gráfico 16 (Dados pessoais - *Grau de parentesco*) constatou-se que do total dos inquiridos, 81,3% (N = 13) assinalou o item “mãe” e 18,8% (N = 3) assinalou o item “pai”.

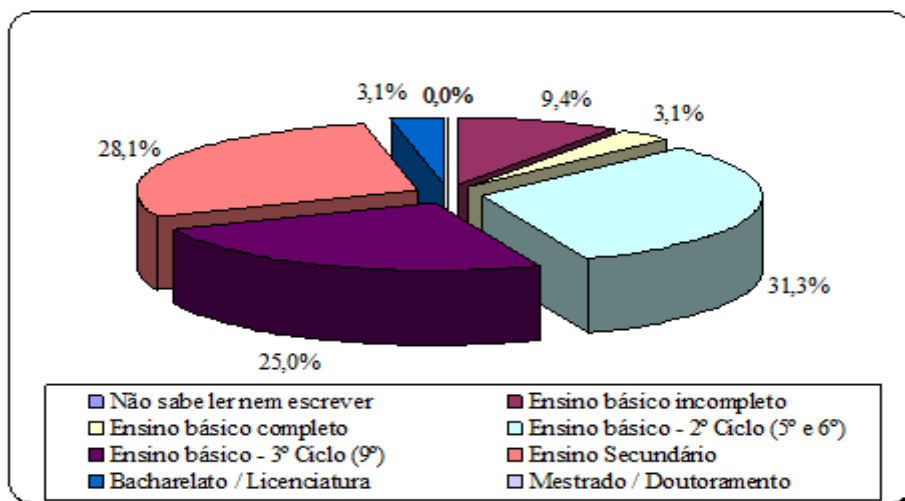
Gráfico 16: Distribuição dos inquiridos por grau de parentesco



Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

No que diz respeito ao gráfico 17 (Dados Pessoais - *Habilitações literárias*) constatou-se que 31,3% (N = 10) possui como habilitações o “ensino básico – 2º ciclo (5º e 6º)”, 28,1% (N = 9) o “ensino secundário”, 25% (N = 8) o “ensino básico – 3º ciclo (9º)”, 9,4% (N = 3) o “ensino básico incompleto” e 3,1% (N = 1) possui, igualmente, o “ensino básico completo” e o “bacharelato / licenciatura”.

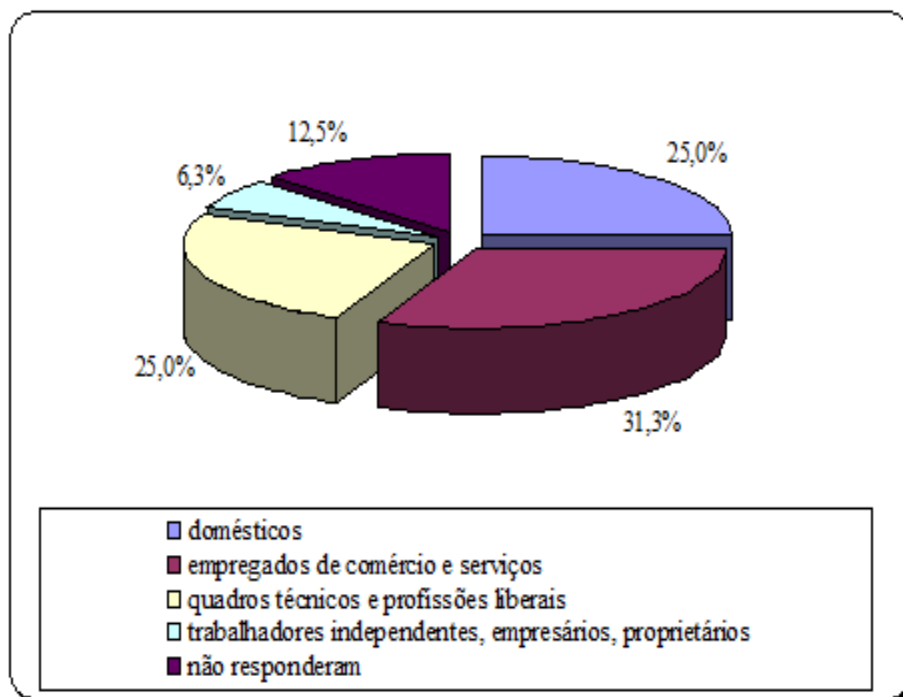
Gráfico 17: Distribuição dos inquiridos por habilitações literárias



Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

Pela análise do gráfico 18 (Dados Pessoais - *Profissão*) verificou-se que 31,3% (N = 5) são “empregados de comércio e serviços”, 25% (N = 4) são, igualmente, “domésticos” e “quadros técnicos e profissões liberais” e 6,3% (N = 1) são “trabalhadores independentes, empresários, proprietários”. Da totalidade dos inquiridos 12,5% (N = 2) não respondeu.

Gráfico 18: Distribuição dos inquiridos por sector de atividade

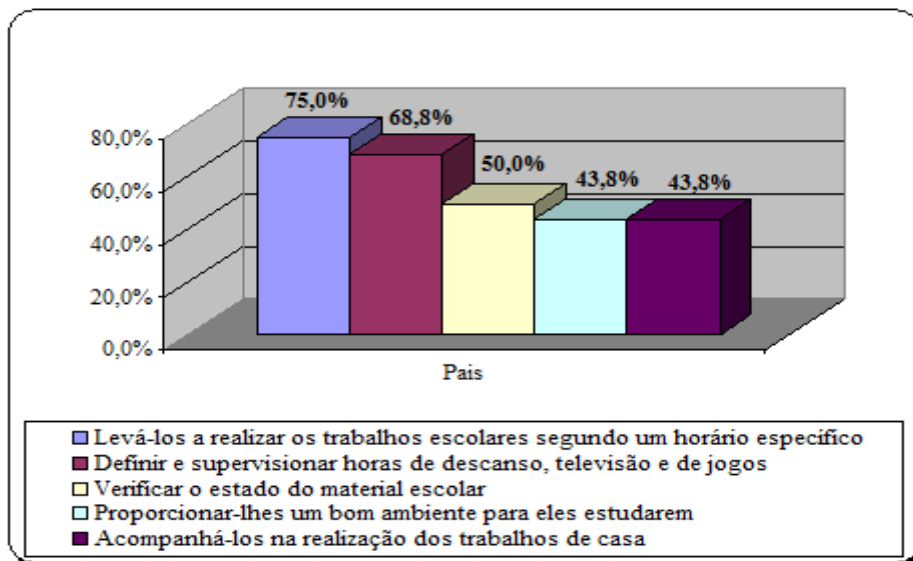


Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

No que concerne à 2ª Parte do Questionário:

Em relação à questão 1 (*A colaboração da família para o sucesso da criança*) e com base na análise do gráfico 19 verificou-se que do total dos inquiridos, 75% (N = 12) indicou “levá-los a realizar trabalhos escolares segundo um horário específico”, 68,8% (N = 11) referiu “definir e supervisionar horas de descanso, televisão e de jogos”, 50% (N = 8) apontou “verificar o estado do material escolar” e 43,8% (N = 7) referem, igualmente, “proporcionar-lhes um bom ambiente para eles estudarem” e “acompanhá-los na realização dos trabalhos de casa”.

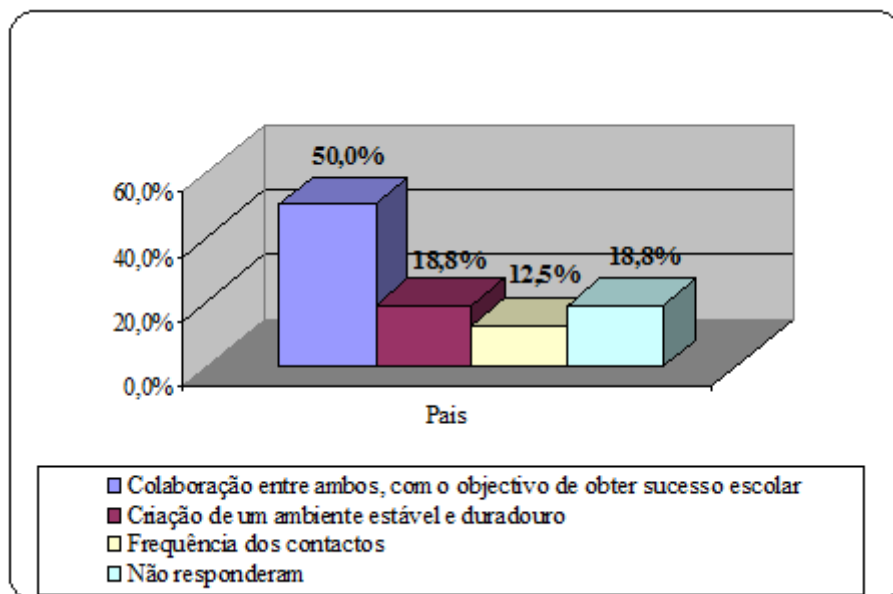
Gráfico 19: A colaboração da família para o sucesso da criança



Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

Como se pode constatar do gráfico 20 (Questão 2 - *Fatores fundamentais para uma boa relação família/escola*) observou-se que 50% (N = 8) registam a “colaboração entre ambos, com o objetivo de obter sucesso escolar”, 18,8% (N = 3) registou a “criação de um ambiente estável e duradouro”, 12,5% (N = 2) registou a “frequência dos contactos”, sendo que 18,8% (N = 3) não respondeu.

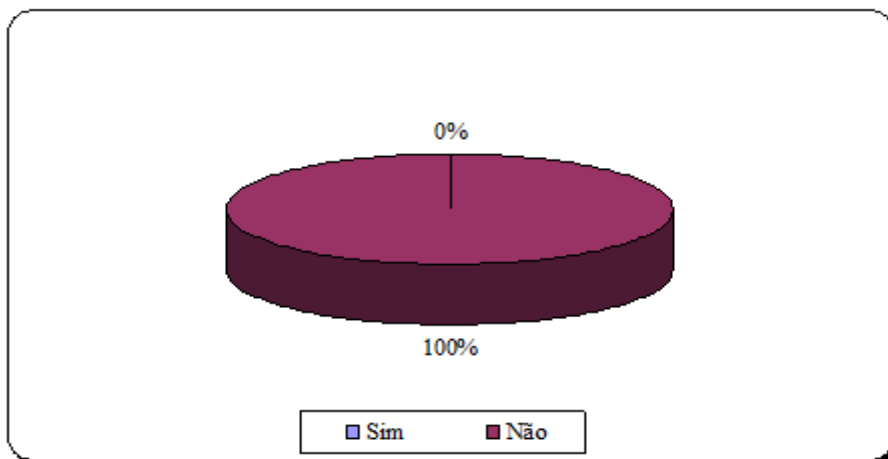
Gráfico 20: Fatores fundamentais para uma boa relação família/escola



Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

No que diz respeito ao gráfico 21 (Questão 3 - *Participação dos inquiridos em Associações de Pais*) 100% (N = 16) dos inquiridos não participa em qualquer Associação de Pais.

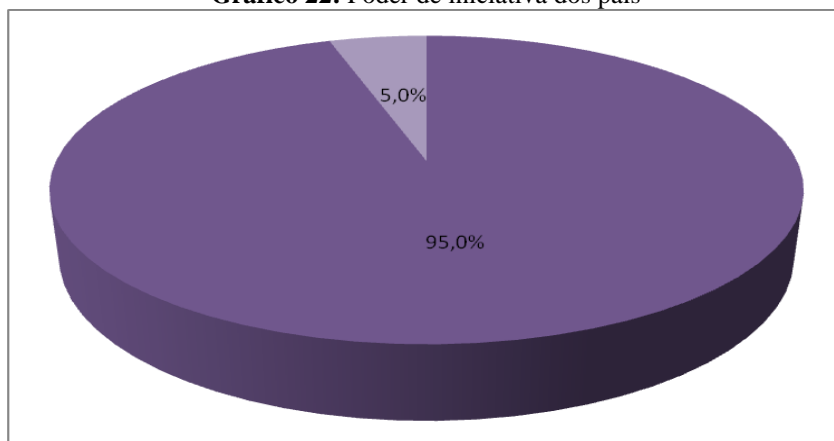
Gráfico 21: Participação dos inquiridos em Associações de Pais



Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

Pela análise do gráfico 22 (Questão 4 - *Poder de iniciativa dos pais*) observou-se que 95% (N = 15) afirmou ser de sua iniciativa os contatos que têm com a escola, enquanto os outros 5% (N = 1) afirmou não ir à escola sem ser convocado.

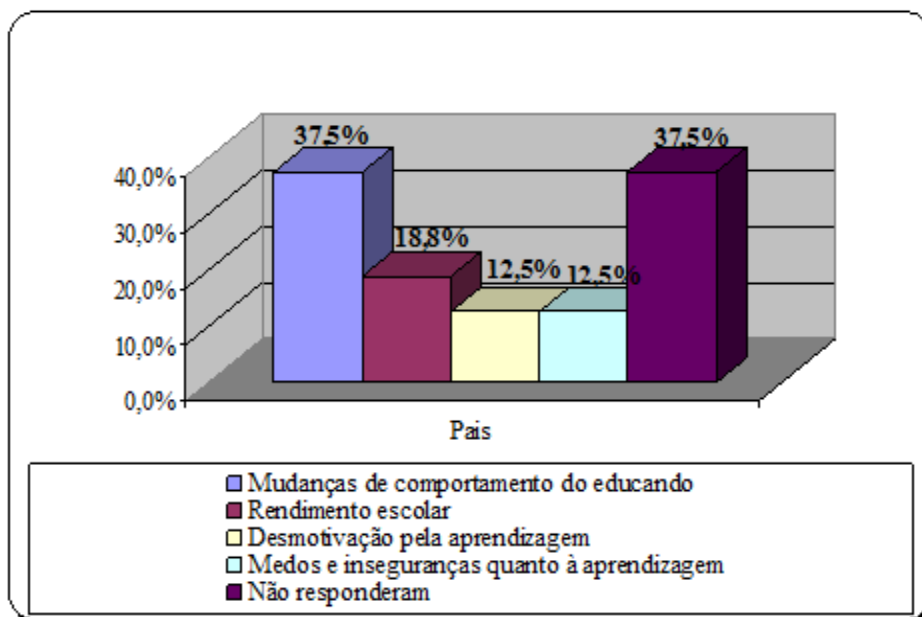
Gráfico 22: Poder de iniciativa dos pais



Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

De acordo com a análise do gráfico 23 (Questão 5 - *Assuntos que a família mais aborda com o professor*) constatou-se que 37,5% (N = 6) dos inquiridos referiram as “mudanças de comportamento do educando”, 18,8% (N = 3) referiu o “rendimento escolar”, 12,5% (N = 2) referiu, igualmente, a “desmotivação pela aprendizagem” e os “medos e inseguranças quanto à aprendizagem”.

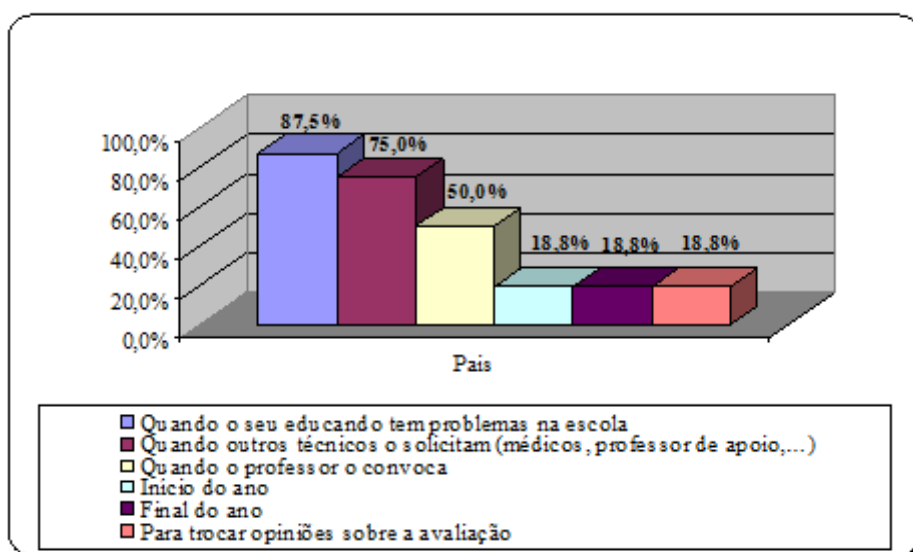
Gráfico 23: Assuntos que a família mais aborda com o professor



Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

Em relação ao gráfico 24 (Questão 6 - *Situações/momentos justificativos da relação*) observou-se que o total dos inquiridos 87,5% (N = 14) assinalou o item “quando o seu educando tem problemas na escola”, 75% (N = 12) apontou o item “quando outros técnicos o solicitam (médicos, professor de apoio,...)”, 50% (N = 8) assinalou o item “quando o professor o convoca” e 18,8% (N = 3) assinalou, igualmente, os itens “início do ano”, “final do ano” e “para trocar opiniões sobre a avaliação”.

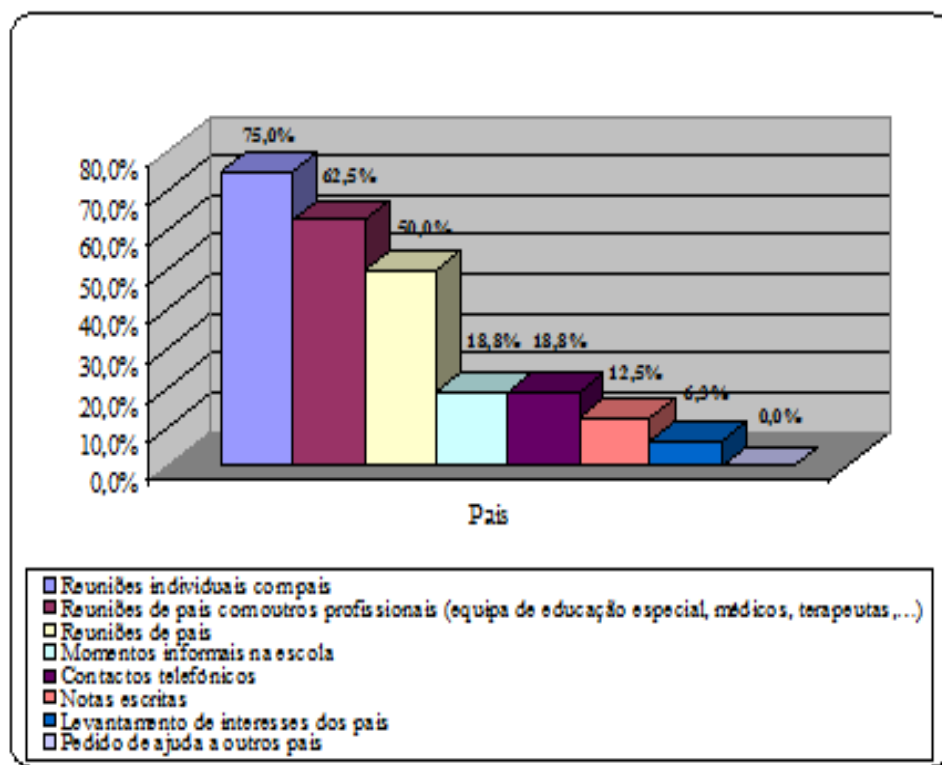
Gráfico 24: Situações/momentos justificativos da relação



Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

Com base no gráfico 25 (Questão 7 – *Situações que levam os pais a conversar com o professor*) verificou-se que do total dos inquiridos 75% (N = 12) assinalou o item “reuniões individuais com pais”, 62,5% (N = 10) assinalou o item “reuniões de pais com outros profissionais (equipa de educação especial, médicos, terapeutas,...)”, 50% (N = 8) assinalou o item “reuniões de pais”, 18,8% (N = 3) apontou, igualmente, os itens “momentos informais na escola” e “contactos telefónicos”, 12,5% (N = 2) indicou o item “notas escritas” e 6,3% (N = 1) assinalou o item “levantamento de interesses dos pais”.

Gráfico 25: Situações que levam os pais a conversar com o professor

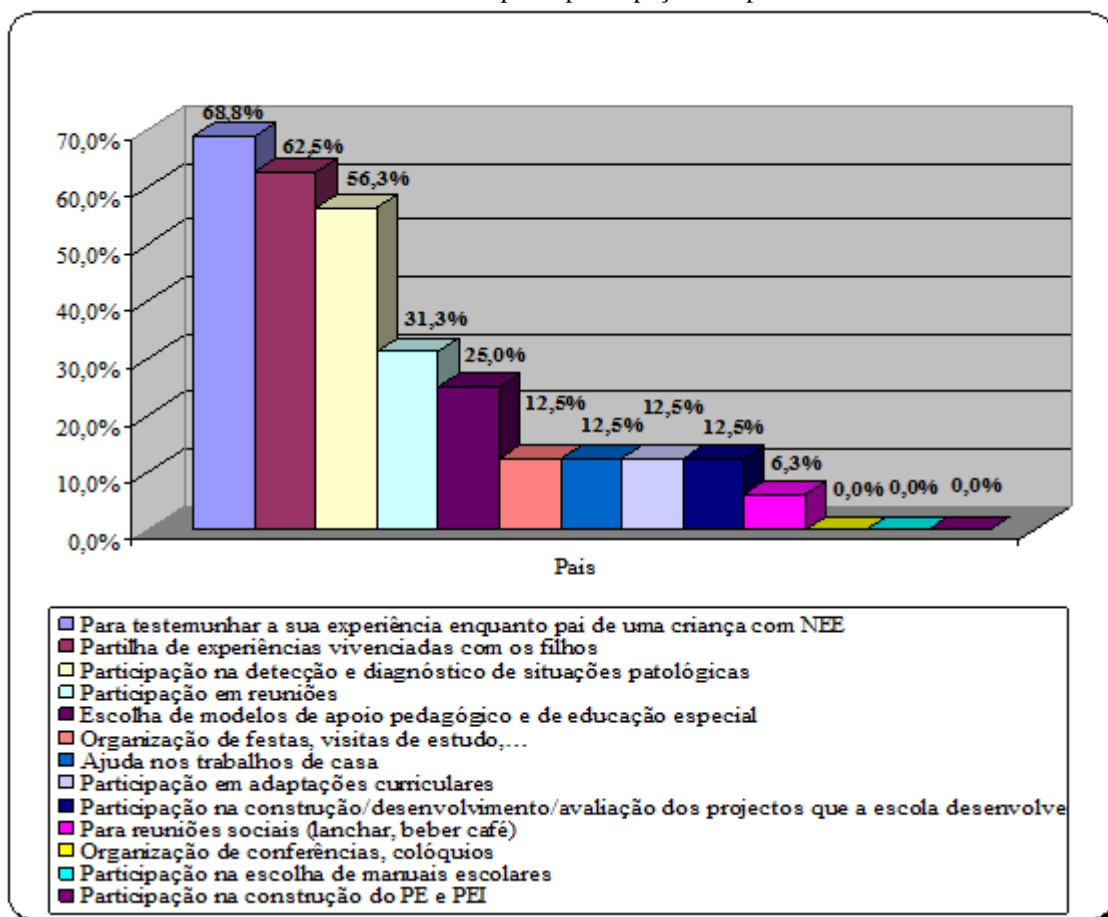


Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

Pela leitura do gráfico 26 (Questão 8 - *Tipo de participação dos pais*) concluiu-se que 68,8% (N = 11) assinalou o item “para testemunhar a sua experiência enquanto pai de uma criança com NEE”, 62,5% (N = 10) indicou a “partilha de experiências vivenciadas com os filhos”, 56,3% (N = 9) escolheu o item “participação na deteção e diagnóstico de situações patológicas”. Cerca de 31,3% (N = 5) assinalou o item “participação em reuniões”, 25% (N = 4) indicou o item “escolha de modelos de apoio pedagógico e de educação especial”, 12,5% (N = 2) assinalou, igualmente, os itens “organização de festas, visitas de estudo, ...”, “ajuda nos trabalhos de casa”, “participação em adaptações curriculares”, “participação na

construção/desenvolvimento/avaliação dos projetos que a escola desenvolve” e “para reuniões sociais (lanchar, beber café)” e 6,3% (N = 1) assinalou o item “organização de conferências, colóquios”.

Gráfico 26: Tipo de participação dos pais

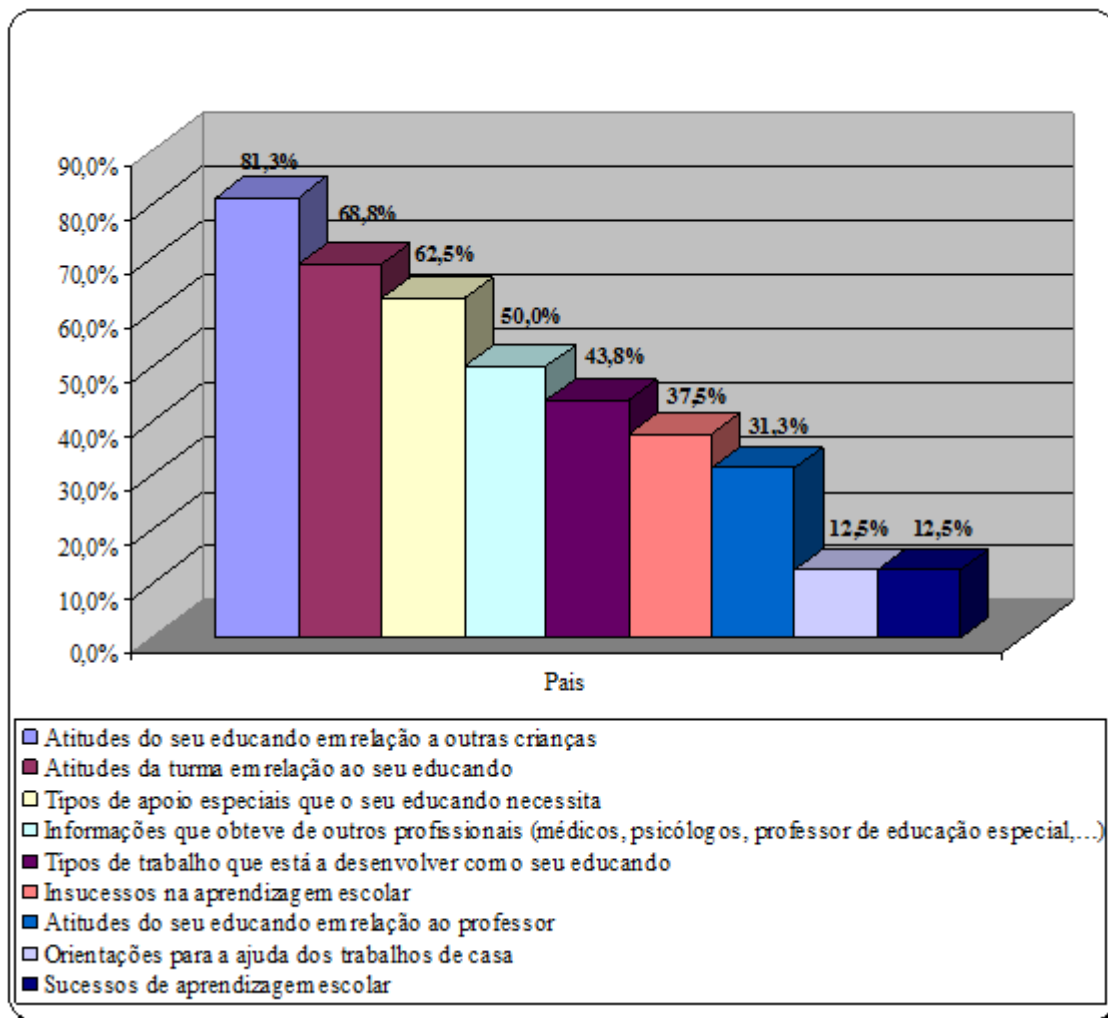


Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

De acordo com o gráfico 27 (Questão 14 -*Tipo de informação comunicada pelo professor*) observou-se que 81,3% dos inquiridos (N = 13) indicou as “atitudes do seu educando em relação a outras crianças”, 68,8% (N = 11) assinalou o item “atitudes da turma em relação ao seu educando”, 62,5% (N = 10) ao item “tipos de apoio especiais que o seu educando necessita”, 50% (N = 8) indicou o item “informações que obteve de outros profissionais (médicos psicólogos, professores de educação especial,...)”, 43,8% (N = 7) registou o item “tipos de trabalho que está a desenvolver com o seu educando”, 37,5% (N = 6) indicou o item “insucessos na aprendizagem escolar”, 31,3% (N = 5) assinalou as “atitudes do seu educando em relação ao professor”, e 12,5% (N = 2)

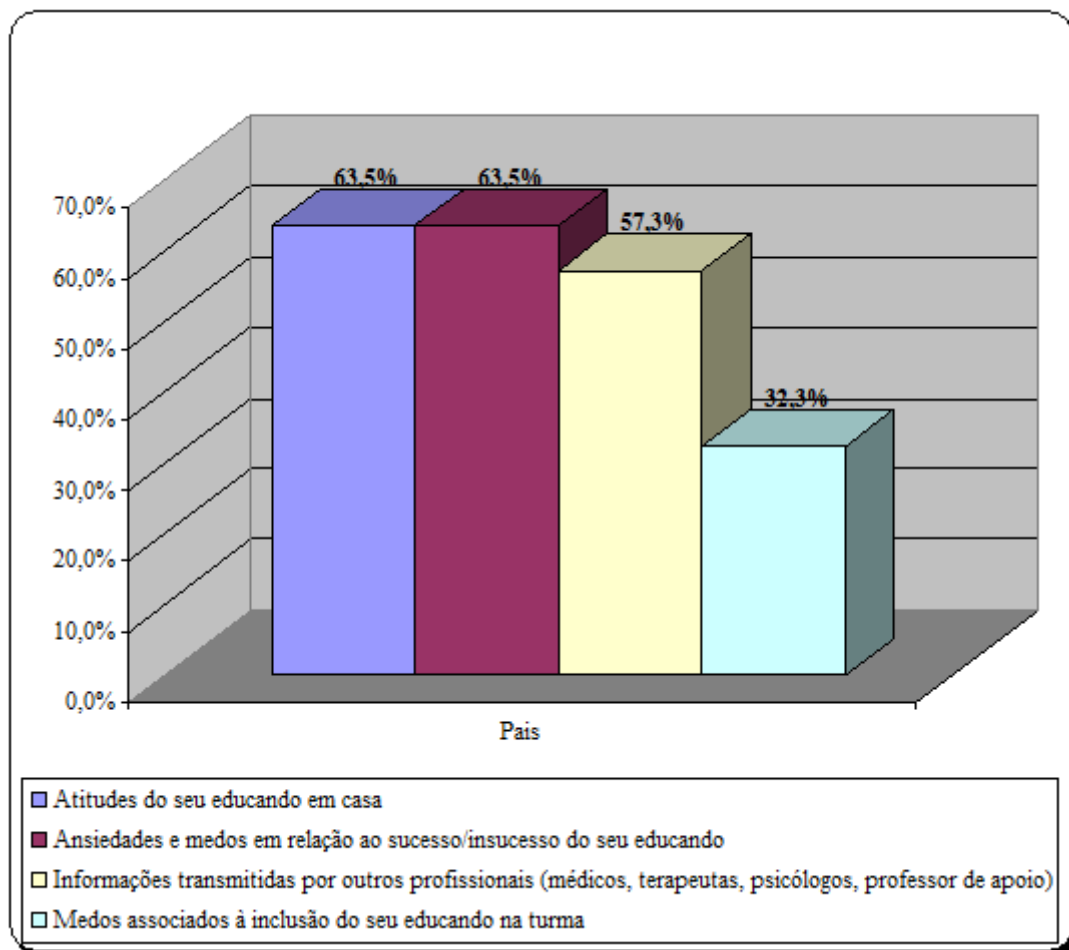
referiu, igualmente, aos itens “orientações para ajuda dos trabalhos de casa” e “sucessos de aprendizagem escolar”.

Gráfico 27: Tipo de informação comunicada pelo professor



Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

No que concerne ao gráfico 28 (Questão 15 - *Tipo de informação transmitida ao professor*) observou-se que 63,5% (N = 10) referiu, igualmente, “atitudes do seu educando em casa” e de igual forma às “ansiedades e medos em relação ao sucesso/insucesso do seu educando”. Cerca de 57,3% (N = 9) referiu “informações transmitidas por outros profissionais (médicos, terapeutas, psicólogos, professor de apoio,...) e 32,3% (N = 5) indicou “medos associados à inclusão do seu educando na turma”.

Gráfico 28: Tipo de informação transmitida ao professor

Fonte: Elaboração própria com recurso ao Software Microsoft Excel

Pela análise do quadro 14 (Questão 16 - *Tipo de situação privilegiada por pais na ajuda ao professor*) observou-se que o total de pais inquiridos 12,5% (N = 2) referiu a “melhor forma de lidar com o educando”, enquanto 6,3% (N = 1) referiu “ajudar nos trabalhos de casa” e “partilha de informação ao longo do seu desenvolvimento”, sendo que 75% (N = 12) dos pais inquiridos não respondeu.

Quadro 14: Tipo de situação privilegiada por pais na ajuda ao professor

Tipo de situação privilegiada por pais na ajuda ao professor	Frequências Absolutas	Frequências Relativas
Melhor forma de lidar com o educando	2	12,5%
Ajudar nos trabalhos de casa	1	6,3%
Partilha de informação ao longo do seu desenvolvimento	1	6,3%
Não responderam	12	75,0%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário

Pela análise do quadro 15 (Questão 12 - *Tipo de assuntos que os pais gostavam de abordar com o professor*) concluiu-se que do total de pais inquiridos 25% (N = 4) considerou os “aspectos relacionados com a patologia da criança”, 18,8% (N = 3) assinalou o “processo de integração da criança na escola”, 12,5% (N = 2) considerou, de igual forma, “todos os relacionados com o meu filho” e “nenhum, costume abordar todos os assuntos”. Do total dos inquiridos 25% (N = 4) não respondeu.

Quadro 15: Tipo de assuntos que os pais gostavam de abordar com o professor

Tipo de assuntos que os pais mais gostavam de abordar com o professor	Frequências Absolutas	Frequências Relativas
Aspectos relacionados com a patologia da criança	4	25,0%
Processo de integração da criança na escola	3	18,8%
Todos os relacionados com o meu filho	2	12,5%
Nenhum, costume abordar todos os assuntos	2	12,5%
O papel fulcral da família no processo de aprendizagem	1	6,3%
Não responderam	4	25,0%

Fonte: Elaboração própria com base no questionário

5.3. Discussão dos dados

Este ponto pretende fazer uma síntese dos aspetos mais significativos obtidos na análise dos dados, dar resposta à pergunta de partida, verificar os objetivos – gerais e específicos traçados no início deste estudo.

Iniciou-se por caracterizar os sujeitos, salientando que em relação à idade se verifica que a maioria dos pais (gráfico 15) se situa no intervalo etário dos 30 aos 39 anos. Relacionado com o grau de parentesco (gráfico 16) a maioria dos inquiridos devolvidos foram preenchidos pelas mães das crianças, podendo, talvez, concluir-se o porquê ou a razão pela qual as mães, regra geral, são as encarregadas de educação, não só pelo facto de desempenharem o primeiro pilar na educação dos filhos, mas também pelo facto das tendências atuais da nossa população irem no sentido de o nível de habilitações literárias das mulheres ser cada vez maior em relação ao dos homens, assegurando assim, no seio do lar, um melhor acompanhamento do processo educativo dos filhos.

A maioria dos familiares apresenta como nível de escolaridade (gráfico 17) o ensino básico – 2º ciclo, sendo de referir a percentagem significativa dos que possuem habilitações escolares ao nível do ensino secundário. A maioria dos pais desenvolve a sua atividade profissional no comércio e serviços.

Tendo por foco o grupo dos professores e a idade dos mesmos (gráfico 2) conclui-se que a maioria possui entre os 30 e os 39 anos (situação idêntica à dos pais), sendo a grande maioria do sexo feminino (gráfico 1). A grande maioria encontra-se na docência entre 5 e os 15 anos (gráfico 3). Do total de professores inquiridos a maior percentagem indica possuir o curso de professor da escola superior de educação, o que indica a quase inexistência de informação sobre a Educação Especial, na formação inicial, uma vez que esta só foi equacionada a nível curricular recentemente.

Neste estudo verificou-se que relativamente à opinião dos professores sobre a inclusão de crianças com NEE nas turmas do “ensino regular” (gráfico 5), a grande maioria não coloca condicionantes. Relativamente a estes (quadro 8) verifica-se uma convergência de opiniões denominadas de “aspetos psicológicos, sociais e afetivos”, uma razão que pode, para alguns, centralizar-se na criança com NEE, como por exemplo:

- “(...) permitir a plena integração e inclusão social”.
- “(...) benéfico para o seu desenvolvimento”.

ou na sociedade/grupo como:

- “(...) para que as outras crianças apreendam a respeitar as suas diferenças”.
- “(...) facilitadoras da aprendizagem”.

Nas respostas dos professores que colocam algumas reservas (gráfico 6) verificou-se que referem algumas vantagens relacionadas com a socialização, no processo de inclusão escolar, denotadas em frases como:

- “conviver com o resto da população”
- “estar com outras crianças ditas “normais”
- “ambiente socializador”

Estas são acompanhadas de restrições várias, sendo a sua maioria da ordem da “formação insuficiente e do número elevado de alunos por turma e pouca disponibilidade que o professor possui para os acompanhar (falta de recursos humanos/apoios técnicos)”. Preocupação que converge com o defendido por vários autores como Correia (2013), ou seja, a necessidade de trabalhar em equipa e a existência de um trabalho interdisciplinar.

Outra condicionante é a natureza do diagnóstico, um fator que poderá ter ligação com a representação social que se faz das NEE, bem como da própria criança com NEE, com o mais visível, o mais difícil de apreciar, tornando-se, muitas vezes, um elemento fundamental, no que diz respeito à inclusão. Esta justificação está diretamente relacionada com a pouca formação que alguns professores dizem ter no que diz respeito à Educação Especial, concluindo-se que se torna imprescindível que o professor do “ensino regular” construa uma boa (in)formação referente à Educação Especial, de modo a mudar atitudes e práticas.

Em relação à importância dos fatores da vida que podem influenciar o sucesso (quadro 6), a grande maioria dos professores referem que é benéfico um aumento e melhoria dos recursos humanos, de forma a possibilitar um apoio individualizado e a existência de uma boa relação entre a família e a escola, permitindo a obtenção de um bom ambiente familiar e escolar. Conclui-se que a interação deve assumir várias funções: demonstração de amizade, preocupação com problemas de comportamento, contatos com entidades profissionais, envolvimento dos pais na educação dos filhos, aquisição de informação sobre o ambiente em casa.

A necessidade em adotar métodos/estratégias diversificadas e adequadas às capacidades da criança com NEE é também considerado como fator de sucesso, ideia que vai de encontro ao consignado no Decreto-lei n.º 319/91 (Anexo VIII).

Tendo em conta o sucesso e continuando na análise das opiniões dos pais (gráfico 19) torna-se interessante o modo extremamente positivo como os pais equacionam a sua colaboração tendo em vista o sucesso do seu educando. É uma ação centrada, sobretudo, na preocupação de estabelecer um horário específico para a realização dos trabalhos escolares e, conseqüentemente, definir e supervisionar horas de descanso, televisão e jogos, verificar o estado do material escolar e, ainda, proporcionar um bom ambiente de estudo.

No entanto, conclui-se que os pais privilegiam as ajudas que possam prestar em casa, ao seu educando, uma vertente da relação entre a família e a escola que é tendencialmente privilegiada pelos pais e na maioria das vezes a mais aceite pelos professores.

Ao tentar detetar que fatores consideram, pais e professores, como fundamentais na implementação e manutenção da relação, conclui-se que tanto os pais (gráfico 20)

como os professores (quadro 9) concordam quando maioritariamente defendem “colaboração/comunicação/participação ativa”.

Independentemente de uma ou outra realidade pode-se concluir que os pais e os professores estão de acordo quando referem a necessidade de se criarem condições para um bom ambiente estável e duradouro, e efetiva participação no processo de aprendizagem e na circulação de informação, tal qual como manifestam Davis, Marques e Silva (1997).

Outro aspeto revelante no presente estudo é que a totalidade dos pais inquiridos não participar em Associações de Pais nas escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico (gráfico 21). Uma realidade explícita no Decreto-lei nº 172/91, de 10 de Maio (Anexo V), na qual se diz que cabe ao diretor da escola do 1º Ciclo do Ensino Básico criar uma Associação de Pais, decorrendo desta, a eleição de elementos que têm poder de voto deliberativo em todos os órgãos do respetivo estabelecimento de ensino.

É também de referir a ideia defendida por vários autores, já anteriormente referenciados, de que os pais privilegiam a participação individual em detrimento de uma movimentação e colaboração coletiva, no que diz respeito à escola em geral e, em particular, no referente ao 1º Ciclo do Ensino Básico. No entanto, pelos dados apresentados, verifica-se que é significativa a iniciativa dos pais (gráfico 22) na implementação e manutenção da relação com a escola. Facto que vai de encontro à ideia de que cabe, sobretudo à família, a iniciativa de estabelecer contactos com a escola (Benavente, 1990).

No entanto, a questão que se coloca é determinar se à escola caberá o dever de acionar práticas e estratégias motivadoras de forma a transformar este “poder de iniciativa” numa realidade abarcadora de um maior número de pais. Esta questão torna-se essencial para que não se verifique uma inversão desta tendência, uma mais-valia que contraria os resultados apresentados por Davies (1989), onde os professores imputavam aos pais pouco interesse pela educação dos seus filhos em manter relação com a escola.

No que diz respeito à diferença de atitudes existente entre os pais de crianças com NEE e os outros pais (gráfico 7) a maioria dos professores dizem existirem diferenças de atitudes. Tais diferenças (quadro 10) decorrem, principalmente, da existência de dificuldades na relação dos pais com os educandos e, por conseguinte, da culpabilização do professor. Esta situação pode ser encarada como uma consequência dos pais de crianças com NEE denotarem características de uma desorganização emocional,

nomeadamente, sentimentos de culpa, frustração, raiva, tristeza/mágoa e menor domínio (Correia, 2013).

Segundo os dados apresentados, o início do ano é o momento privilegiado pelos professores (gráfico 8) e pelos pais (gráfico 24) para se estabelecer a relação. Pode-se ainda concluir a existência de pouca continuidade da relação entre a escola e a família, facto visível nas respostas dos professores. Observa-se, ainda, que a relação existe um pouco à margem do processo educativo (início e final do ano), o qual pode, pontualmente, ser acionado caso “existam problemas” (sobretudo se a “fonte” de problemas for a própria criança) e quando a dinâmica educativa, formalmente, a isso obriga (avaliação, convocatória efetuada pelo professor ou por outros profissionais).

Numa grande maioria, os professores que dizem manter uma relação com outros grupos de pais devido a características específicas (gráfico 9). Contacto que deriva, sobretudo, tendo em conta a opinião da maioria dos professores, (quadro 11) dos comportamentos manifestados pelas crianças, tal qual é manifestado por algumas respostas, como por exemplo:

-“(...) problemas de comportamento, falta de atenção, dificuldades de aprendizagem”

-“(...) comportamento do aluno, indisciplina, agressividade, conflituosos”.

Estas respostas objetivam uma preocupação causal que, enquanto processo motivador e dialético, podem estabelecer o início de uma colaboração para resolver problemas.

Poucos são os professores que registam o interesse de pretender estabelecer uma relação com os pais. Esta realidade denota a pouca importância que os professores dão aos pais de crianças com NEE enquanto parceiros, legalmente legitimados, e interventores ativos na construção de todo o processo curricular.

Quanto às estratégias utilizadas pelos pais (gráfico 25) e pelos professores (gráfico 10) decorre que os professores utilizam um leque de estratégias mais variado. No entanto, a maioria, tanto de pais como de professores, privilegiam as estratégias que se denominam de mais formais e cuja característica principal é serem facilmente situadas temporalmente e decorrerem de relativa pontualidade (momento de entrada das crianças pela primeira vez na escola, momentos das avaliações formais e obrigatórias, entre outras)

Contrariando a importância que é dada atualmente ao trabalho interdisciplinar, este continua a não denotar grande representatividade, sobretudo no grupo dos

professores e tendo em conta a referência que os mesmos fazem às reuniões com outros profissionais. Pode-se concluir que o trabalho em equipa, enquanto estratégia na implementação e manutenção da relação entre a família e a escola, não é valorizado.

Constata-se a pouca importância que os pais, em oposição aos professores, dão aos momentos informais. Estratégia que poderia inferir alguma continuidade e frequência à relação. Este pressuposto é, de algum modo, assegurado pelo privilégio que os professores conferem à utilização das notas escritas. Uma estratégia que apresenta como característica negativa o facto de ser um instrumento de comunicação indireta e, na maioria das vezes, impessoal.

O nível de colaboração que se observa entre os professores e os pais (gráfico 11), é na sua grande maioria ao nível da ajuda nos trabalhos de casa, organização de festas e de visitas de estudo, participação em reuniões e a participação no PE e PEI, embora também deem importância às vivências sentidas pelos pais na deteção e diagnóstico de situações patológicas, assim como, na partilha de experiências vivenciadas com os filhos. Por sua vez, na opinião dos pais (gráfico 26), a sua colaboração centra-se na criança, de forma a participar, partilhar e testemunhar as suas experiências enquanto pai de uma criança com NEE, de modo a ajudá-los a si próprios e à criança a detetar e diagnosticar a patologia. Tendo em conta os dados, verifica-se uma convergência entre a opinião de professores e pais quando se trata dos seguintes assuntos:

- “(...) deteção e diagnóstico de situações patológicas”
- “(...) partilha de experiências vivenciadas com os filhos”

Tendo em conta a informação que é fornecida pelo professor aos pais verifica-se que existe convergência entre o que é dito pelos professores como informações transmitidas (gráfico 12) e o que é referenciado pelos pais como mensagens recebidas (gráfico 27). Os professores referem na sua maioria que emitem informação tendo em conta as orientações para a ajuda dos trabalhos de casa, atitudes do seu educando em relação a outras crianças e atitudes do seu educando em relação ao professor.

Em relação às informações fornecidas pelos pais aos professores, tendo em conta o que é dito pelos pais (gráfico 28) e referido pelos professores (gráfico 13) observa-se uma partilha mútua de opiniões. O tipo de informação que aparece como maioritariamente assinalada é o referente às atitudes da criança em casa. É de salientar o facto de serem os pais que aparecem como “elo de ligação entre os vários técnicos e os professores”.

As situações que os pais manifestam como podendo ajudar os professores (quadro 14) referem-se sobretudo à melhor maneira de lidar com o seu educando. Os professores em sua opinião referem que podem ajudar os pais (quadro 12), sobretudo na orientação e informação do seu aproveitamento escolar e também na demonstração de ansiedades e medos em relação ao sucesso/insucesso escolar das crianças, sempre em consonância com a necessidade especial educativa do educando.

Outra questão que se coloca é: como equacionam os professores os “medos” e a ansiedade que os pais revelam em relação ao processo de inclusão escolar. Este tipo de situação encontra-se, de alguma forma, objetivada quando se analisam os dados referentes aos assuntos que os pais mais gostariam de abordar com os professores (quadro 15) verificando-se que a maioria dos pais gostava de falar com o professor sobre aspetos relacionados com a patologia da criança e o processo de inclusão.

Em relação aos assuntos que os professores gostavam de abordar com os pais (quadro 13) a maioria refere a “necessidade da existência de apoio especializado” e o processo de inclusão da criança na escola, assim como, também manifestam a intenção de situar a criança no contexto envolvente, uma vez que alguns professores revelam interesse em falar sobre a “importância da dinâmica familiar”, tal qual se denota em respostas como:

- “(…) o papel fulcral da família no processo de aprendizagem”
- “(…) a colaboração entre a família e o professor”
- “(…) aspetos relacionados com a proteção familiar excessiva”
- “(…) comportamentos da criança na escola e em casa”

Esta questão já foi anteriormente equacionada como positiva, na medida em que ao tentar conhecer o meio familiar, o professor tenta encontrar a motivação necessária de modo a implicar-se mais facilmente. Nesta perspetiva, tende a encarar a dinâmica familiar mais como ela é na realidade do que como desejava que ela fosse podendo, assim, seleccionar melhor a informação, bem como, escolher estratégias mais adequadas à implementação e manutenção de uma relação mais efetiva e positiva.

Face aos dados apresentados e em resposta à nossa pergunta de partida: - *Em que situações as famílias de crianças com NEE colaboram com a escola?* - podemos dizer, pela análise da questão 8 – Normalmente para que tipo de atividades/tarefas o professor o/a solicita? – que estes vão à escola, sobretudo, para partilhar experiências vivenciadas com os filhos, assim como, para participar na deteção e diagnóstico de situações

patológicas. Tendo obtido a primeira 62,5% de respostas (N=10) e a segunda 56,3% de respostas (N=9).

Ao nível dos objetivos podemos dizer que foram atingidos na sua totalidade, considerando que se regista um desenvolvimento parental cada vez mais significativo (embora nenhum pai faça parte da associação de pais) quer os professores, quer os pais entendem a colaboração entre ambos como fundamental para o sucesso do processo educativo, como podemos verificar pela análise do quadro 9 – professores e do gráfico 20 – pais. Considerando os docentes, como fatores fundamentais para uma boa relação, a colaboração/participação ativa (50%), a frequência de contatos (44%), assim como, a relação professor/família (33,3%) entre outras.

Pela análise da questão 1 do questionário aos pais gráfico 19 – verificamos que a maior parte dos inquiridos (75% - N=12) indica acompanhar o filho na realização dos trabalhos escolares; 68,8% indicam supervisionar e definir horas de descanso e lazer; 50% apontam verificar o estado do material escolar. Face ao envolvimento verificado por parte dos pais, a nossa H1. *Verifica-se a existência de colaboração* foi confirmada.

É de ressaltar a ida dos pais à escola pois, como se verifica pela resposta à questão 4 – Poder de iniciativa dos pais 95% (N=15) diz ir à escola por iniciativa própria e 5% (N=1) diz ir à escola apenas quando é solicitado. Estes dados permitem-nos confirmar a H2. *Estes pais deslocam-se mais vezes à escola por iniciativa própria, sem necessidade de serem solicitados.*

Este facto vem contrariar o que normalmente acontece, pois os pais quase não vão à escola sem serem solicitados. Mas, estamos perante pais de alunos com NEE que exigem deles mais proximidade e dedicação. Esta justificação foi-nos dada informalmente por mais do que um pai.

Em relação à valorização dos pais na escola, verificamos que a totalidade dos professores inquiridos 100% (N=16) a considera importante (questão 11- Inquérito do professor).

Como situações que privilegiam essa ajuda assinalamos como as mais respondidas as orientações e informação do seu aproveitamento escolar e o apoio a dar deve estar de acordo com cada caso específico de NEE, ambas as opções tem 30% (N=3). Tal é corroborado pelo facto de tanto os pais, como os professores considerarem que um dos fatores indispensáveis à existência de uma boa relação família/escola é a ocorrência de uma colaboração, comunicação e participação ativa (questão 3 – Inquérito

do professor; questão 2 – Inquérito dos pais). Assim, a nossa H3. *Os professores valorizam a colaboração dos pais na escola* também se confirma.

CONCLUSÃO

A abordagem da relação família-escola levou a concluir que a escola é uma organização que, cada vez mais, apela à participação e envolvimento dos pais na vida da organização.

Segundo os pressupostos da Lei n.º 46/86 (Anexo I) a escola já não é um mundo fechado em si mesma desconhecida dos seus atores, proporcionando assim, uma participação ativa de todos os intervenientes. No entanto, a participação das famílias é percebida de forma diferente, segundo as realidades e características de cada família.

Vários autores, através dos estudos realizados, verificaram que uma boa relação entre a família e a escola é muito benéfica para o desenvolvimento e para o sucesso educativo dos alunos (Davies, 1989; Marques, 2001a, 1994; Villas-Boas, 2001; Chora, Costa, Brito & Marques, 1997 cit. por Davies, Marques & Silva, 1997; Diogo, 1998). Assim sendo, será importante que este tipo de relações entre a família e a escola, sejam cada vez mais estimuladas, uma vez que exercem efeitos positivos no rendimento e aproveitamento escolar dos alunos.

Hoje em dia, a relação família-escola é evidente, servindo de indicador de como os pais se envolvem cada vez mais ativamente na escolarização dos filhos e lhe atribuem maior importância. Talvez se deva à consciencialização dos pais da importância que a escola tem na preparação do futuro dos seus filhos.

Ao longo dos tempos, no âmbito da escola transmissiva, a participação dos pais não fazia sentido dentro da esfera educativa. Com a reforma do Sistema educativo surge a conceção de escola construtiva, dando-se importância à família e ao meio circundante. A escola procura estabelecer interações com toda a comunidade educativa para atingir os seus objetivos quando presta os seus serviços.

Se a maior parte das escolas ainda preconiza a burocracia, os intervenientes ainda terão muito a fazer para criar a sua própria autonomia na consecução dos seus projetos, para confinar a escola às exigências dos vários normativos que preconizam a intervenção dos pais nos órgãos de decisão.

Certamente se poderá verificar que a escola é uma organização cada vez mais aberta à comunidade envolvente, uma vez que apela à participação ativa de todos os intervenientes no processo educativo. O espaço de interação da escola possibilita a

maior participação na gestão e nas tomadas de decisões procurando atingir uma maior autonomia da escola.

Com o intuito de verificar, na realidade, como se efetiva a participação dos pais na vida escolar, procedeu-se à realização de um questionário aos professores e aos encarregados de educação de alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Em resposta à nossa pergunta de partida - *Em que situações as famílias de crianças com NEE colaboram com a escola?* – Verificámos que estes vão à escola, sobretudo, para partilhar experiências vivenciadas com os filhos, assim como, para participar na deteção e diagnóstico de situações patológicas.

Ao nível dos objetivos podemos dizer, como referido no capítulo anterior que foram atingidos na sua totalidade, considerando que se regista um desenvolvimento parental cada vez mais significativo (embora nenhum pai faça parte da associação de pais) quer os professores, quer os pais entendem a colaboração entre ambos como fundamental para o sucesso do processo educativo.

Em relação às hipóteses formuladas no início da nossa investigação todas elas foram confirmadas.

Assim, pela análise da questão 1 do questionário aos pais gráfico 19 – verificamos que a maior parte dos inquiridos (75% - N=12) indica acompanhar o filho na realização dos trabalhos escolares; 68,8% indicam supervisionar e definir horas de descanso e lazer; 50% apontam verificar o estado do material escolar. Face ao envolvimento verificado por parte dos pais, a nossa H1. *Verifica-se a existência de colaboração* foi confirmada.

Salientamos, com agrado a ida dos pais à escola pois, como se verifica pela resposta à questão 4 – *Poder de iniciativa dos pais* - 95% (N=15) diz ir à escola por iniciativa própria e 5% (N=1) diz ir à escola apenas quando é solicitado. Estes dados permitem-nos confirmar a H2. *Estes pais deslocam-se mais vezes à escola por iniciativa própria, sem necessidade de serem solicitados.*

Estes resultados contrariam o que normalmente acontece, pois os pais só vão à escola quando solicitados. Mas, estamos perante pais de alunos com NEE os quais exigem dos pais mais proximidade e maior dedicação. Esta justificação foi-nos dada informalmente por mais do que um pai. Obtivemos, respostas curiosas, tais como:

- “Quando o mais velho frequentava a escola, só vinha receber as notas”;
- “A minha filha sempre foi independente, nunca precisei de vir à escola”;

- “Os meus gêmeos até me “proíbiam” de vir à escola”;
- “Só vim a escola quando o professor de Matemática me chamou, pois o meu João copiou no teste!”

Em relação à valorização dos pais na escola, verificamos que a totalidade dos professores inquiridos 100% (N=16) a considera importante (questão 11- Inquerito do professor).

Como situações que privilegiam essa ajuda assinalamos como as mais respondidas as orientações e informação do seu aproveitamento escolar e o apoio a dar deve estar de acordo com cada caso específico de NEE, ambas as opções tem 30% (N=3). Assim, a nossa H3. *Os professores valorizam a colaboração dos pais na escola* também se confirma.

Tendo em consideração que a participação se realiza de uma forma progressiva, é conveniente a fixação de certos procedimentos, considerados fundamentais, para o êxito relativamente ao processo de relação que, inevitavelmente, se estabelece entre ambos os sistemas.

A maioria dos professores e pais demonstrou ter a noção de que a inclusão de crianças com NEE nas turmas do ensino regular contribui para o seu desenvolvimento e para que as outras crianças aprendam a respeitar as suas diferenças e que, ao mesmo tempo, sejam facilitadoras da aprendizagem.

Por sua vez, os professores compreendem que o processo de inclusão traz algumas vantagens relacionadas com a socialização, nomeadamente, o convívio com o resto da população, estar com outras crianças “ditas normais” e o ambiente socializador. Porém, estas são acompanhadas com algumas restrições quando a formação do docente é insuficiente, nomeadamente, quanto ao número elevado de alunos por turma e a pouca disponibilidade que o professor possui para os acompanhar. Outra condicionante é a pouca formação que os professores dizem ter no que respeita à educação especial. Assim, é imprescindível que o mesmo construa uma boa formação referente à educação especial, de modo a mudar atitudes e práticas.

Grande parte dos inquiridos demonstrou ter noção de que a participação família/escola contribui para o sucesso escolar dos seus educandos e que esta relação deve ser colaborativa, comunicativa e ativa, contribuindo deste modo, para um bom

ambiente estável e duradouro, e, efetiva participação no processo de aprendizagem e na circulação de informação.

Contudo, no que respeita à colaboração dos pais, esta centra-se na criança, de forma a participar, partilhar e testemunhar as suas experiências enquanto pai de uma criança com NEE, ajudando a detetar e a diagnosticar a patologia.

Relativamente à informação fornecida pelo professor aos pais verificou-se que existe convergência entre o que é dito pelos professores como informação transmitidas e o que é referenciado pelos pais como mensagens recebidas. Porém, os pais são o principal elo de ligação entre os vários técnicos e professores.

Quanto aos assuntos que os pais mais gostariam de abordar com os professores verifica-se novamente aspetos relacionados com a patologia da criança e a preocupação do envolvimento da criança no processo de inclusão. Os professores, por sua vez, revelam a importância da dinâmica familiar no processo de aprendizagem, na colaboração e na troca de informação, de modo, a escolher estratégias mais adequadas à implementação e manutenção de uma relação mais efetiva e positiva.

Com efeito, acredita-se que a Relação Família/Escola, no que toca a crianças com NEE, contribui para que os educandos tenham uma maior motivação para aprender, tenham um melhor comportamento quando a relação é efetiva e, acima de tudo, contribui para que o encarregado de educação se motive para conversar com o educando sobre as suas dificuldades e angústias sentidas ao longo da aprendizagem.

O presente trabalho apresenta algumas limitações, nomeadamente quanto à amostra. A amostra utilizada refere-se apenas ao Concelho de Tábua, pelo que as conclusões obtidas não podem ser utilizadas para extrapolar e inferir sobre a realidade Portuguesa.

Sugestões para futuras investigações:

- a) Alargar os dados recolhidos com os professores e com os encarregados de educação;
- b) Confrontar os dados recolhidos pelos inquiridos com a opinião de outros docentes pertencentes a outros ciclos (2º e 3º ciclo), de modo a verificar a validade de respostas dadas pelos encarregados de educação;
- c) Alargar a amostra com o intuito de comparação de dados;

- d) Aprofundar as questões relativas à relação família-escola e a criança com NEE.

É necessário valorizar e estimular os pais à participação, desenvolver estratégias colaborativas. Pois, acreditamos que todos em conjunto – pais, professores, crianças e toda a comunidade educativa - poderemos estar a dar um grande “passo” para ajudar as crianças com NEE a desenvolver-se e a integrá-las na comunidade em que estão inseridas.

Por fim, e em jeito de resumo, cumpre-nos dizer que a nossa investigação reforçou a nossa opinião/ conhecimento sobre a importância da cooperação e da partilha de experiências e saberes como uma forma de encorajar o não isolamento das crianças com NEE e da criação de espaços de formação, de ação e de reflexão para toda a comunidade educativa, no sentido de encontrar respostas pertinentes e adequadas aos problemas evidenciados por estes alunos. Esta investigação ajudou-nos a crescer enquanto seres humanos e a ter uma prática docente mais conhecedora desta realidade.

BIBLIOGRAFIA

Abreu, A.C.A. (2012). *A importância da cooperação entre a escola e a família: um estudo de caso*. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Educação de Castelo Branco. Castelo Branco. Portugal.

Ainscow, M., Booth, T. & Dyson, A. (2006). *Improving schools, developing inclusion*. Londres: Routledge.

Almeida, A.I.M. (2012). *A Família e a intervenção educativa face à criança com NEE*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação Almeida Garrett. Lisboa. Portugal.

Alves, A.O. (2013). *Inclusão educativa: realidade ou utopia? Percepções dos pais de crianças com necessidades educativas especiais*. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Educação Paula Frassinetti. Lisboa. Portugal.

Alves, M.P. (2012). *Metodologia científica*. Escolar Editora. Lisboa.

Arroteia, J.C. (1991). *Análise social da educação*. Leiria: Roble Edições.

Avelino, O. (2004). *Participação dos pais na vida da escola e no acompanhamento dos filhos – A importância da sintonia e da coerência*. In M. I. Miguéns (coord.). *Educação e Família* (actas de um seminário realizado em 27 de Maio de 2004). Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.

Bairrão, J. (1998). *Subsídios para o Sistema de Educação – Os Alunos com Necessidades Educativas Especiais*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação.

Barroso, J. (1995). *Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.

Bautista, R. (1997). *Necessidades educativas especiais*. Lisboa: Dinalivro.

Benavente, A. (1990). *Escola, professores e processos de mudança*. Lisboa: Livros Horizonte.

Brennan, W.K. (1990). *El currículo para niños con necesidades especiales*, 2ª ed. Madrid: Siglo XXI.

Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: experiments by nature and design*. Cambridge: Harvard University Press.

- Buscaglia, L.F. (1993). *Os deficiente e os seus pais*. Rio de Janeiro: Record.
- Canário, R. (2005). *O que é a escola? Um “olhar” sociológico*. Porto: Porto Editora.
- Carvalho, S. (2005). Família, atendimento especializado e inserção social. *Revista Educação Especial*, 25, 1-6.
- Carvalho, C., Boléo, M. L. & Nunes, T. (2006). *Cooperação família-escola– Um estudo de situações de famílias imigrantes na sua relação com a escola*. Lisboa: Acime – Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Cezar-Ferreira, V.A.M. (2004). A pesquisa qualitativa como meio de produção de conhecimento em psicologia clínica, quanto a problemas que atingem a família. *Psicologia: Teoria e Prática*, 6, 81-95.
- Correia, L.M. (1993). O psicólogo escolar e a educação especial. *Jornal de Psicologia*, 11, 5-7.
- Correia, L.M. (1997). *Alunos com necessidades educativas especiais nas classes regulares*. Porto: Porto Editora.
- Correia, L.M. (2003). *Inclusão e necessidades educativas especiais*. Porto: Porto Editora.
- Correia, L.M. (2008). *A escola contemporânea e a inclusão de alunos com NEE: considerações para uma educação com sucesso*. Porto: Porto Editora.
- Correia, L.M. (2013). *Inclusão e necessidades educativas especiais: um guia para educadores e professores*. 2ª ed.. Porto: Porto Editora.
- Cortesão, L. (2001). *Acerca da ambiguidade das práticas multiculturais, necessidades de vigilância crítica, hoje e amanhã*. In Rodrigues, D. (coord.), *Educação e Diferença, Valores e Práticas para uma Escola Inclusiva*, Porto: Porto Editora.
- Costa, J. (1996). *Imagens Organizacionais da Escola*. Porto: Edições Asa.
- Cruz, S.F.P. (2012). *Alunos com necessidades educativas especiais: dificuldades sentidas pelos professores de educação especial*. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Educação Almeida Garret. Lisboa. Portugal.
- Davies, D. (1989). *As escolas e as famílias em Portugal: realidades e perspetivas*. Lisboa: Livros Horizonte.

- Davies, D., Fernandes, J., Soares, J., Lourenço, L., Costa, L., Villas-Boas, M., Vilhena, M., Oliveira, M., Dias, M., Silva, P., Marques, R. & Lima, R. (1989). *As escolas e as famílias em Portugal realidade e perspectivas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Davies, D., Marques, R., Silva, P. (1997). *Os professores e as famílias – a colaboração possível*, Livros Horizonte, Lisboa.
- Deno, E.N. (1970). Special education as development capital. *Exceptional Children*, 37, 229-235.
- Dessen, M.A. & Polonia, A.C. (2007). A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. *Revista Paidéia*, 17(36), 21-31.
- Diogo, J., (1998). *Parceria escola-família: a caminho de uma educação participada*. Porto: Porto Editora.
- Disabled World. (2013). Disponível em www.disabled-world. [Acedido a 4 março 2015].
- Farrell, P. (2001) Special education in the last twenty years: have things really got better? *British Journal of Special Education*, 28(1), 3-9.
- Fiuza, C. (2008). *Direito Civil – Curso Completo*. 12ª ed.. Belo Horizonte: Editora Del Rey.
- Formosinho, J. (1989). De serviço de estado a comunidade educativa: uma nova concepção para a escola Portuguesa *Revista Portuguesa de Educação*, 2 (1), 53-86.
- Freixo, V. (2010). *Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas* 2ª Ed. Divinópolis: Instituto Piaget.
- Glat, R. (2004). *Uma família presente e participativa: o papel da família no desenvolvimento e inclusão social da pessoa com necessidades especiais*. Anais do 9º Congresso Estadual das APAEs de Minas Gerais. Belo Horizonte.
- Giddens, A. (2004). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gongóra, J.C. (1998) *Familias com personas discapacitadas: características y formulas de intervención*. Valladolid: Junta de Castilla y León.
- Grácio, R. (n.d.). *Obra completa I da educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Gronita, J.J. (2007). *O anúncio da deficiência da criança e suas implicações familiares e psicológicas*. Dissertação de Mestrado. Universidade Aberta. Lisboa. Portugal.

- Hedeggard, M. (2002). *A zona de desenvolvimento proximal como base para o ensino*. In H. Daniels (Org.), *Uma introdução a Vygotsky* (pp.199-228). São Paulo: Loyola.
- Heimborge, J.A. & Rief, S. F. (2006). *Como ensinar todos os alunos na sala de aula Inclusiva*. Porto: Porto Editora.
- Horton, P. & Hunt, L. (1980). *Sociologia*. S. Paulo: MCGraw-Hill.
- Hoz, A. (1985) *Investigacion Educativa: Dicionário Ciências da Educação*, Madrid: Ediciones Anaya, S.A.
- Leandro, M. (2001). *Sociologia da família: necessidades contemporâneas*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Madureira, I.P. & Leite, T.S. (2003). *Necessidades educativas especiais*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Magalhães, G. (2007). *Modelos de colaboração no jardim de infância/família*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Matos, A. (1994). *A escola nas suas relações com os pais*. In A. Matos e J. Pires (1994). *Escola, pais e comunidade: construção de comunidades de interesse*. Porto: Publicações Politeama, Cadernos Profissionais, n.º 2.
- Marques, R. (1991). *A escola e os pais: como colaborar*. Lisboa: Texto Editora,.
- Marques, R. (1994). Colaboração família escola em escolas portuguesas: um estudo de caso, *Revista Inovação*, 7, 257-375.
- Marques, R. (1997). *A participação dos pais na vida da escola como uma componente do modelo da educação pluridimensional*. In Davies, D., Marques, R. & Silva, P. (coord.). *Os professores e as famílias: a colaboração possível*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Marques, R. (2001a). *Professores, família e projecto educativo*. Porto: Asa Editores.
- Marques, R. (2001b). *Educar com os pais*. Lisboa: Editorial Presença.
- Martins, M. (2005). *Introdução à probabilidade e à estatística como complementos de excel* Departamento Est. Inv. Operacional da FCUL – Sociedade Portuguesa de Estatística.

- Martins, E. & Alves, M.S.F. (2013). As perceções das famílias de crianças com NEE com a escola do 1º ciclo básico: estudo de caso. *Criar Educação*, 2(1), 1-19.
- Melo, A. (1998). Comunidade Educativa e Parcerias para o desenvolvimento Sustentável, *Colóquio / Educação Sociedade*, Universidade do Algarve.
- Niela, M.F. (2000). *Familia y deficiencia mental*. Salamanca: Amarú Ediciones.
- Norwich, B. (1990). The conotation of special education labels for professionals in the field. *British Journal of Special Education*, 26 (4), 179-184.
- Niza, S. (1996). Necessidades especiais de educação: da exclusão à inclusão na escola Comum. *Inovação*, 9, Instituto de Inovação Educacional.
- Nóvoa, A. (1995). *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote .
- Nunes, T. (2004). *Colaboração escola-família. Para uma escola culturalmente heterogénea*. Porto: Acime Editor.
- Oliveira, Z.M.R. (2000). Interações sociais e desenvolvimento: a perspetiva socio-histórica. *Caderno de CEDES*, 20, 62-77.
- Organização Mundial da Saúde - OMS. (2011). *World report on disability*. Genebra: OMS.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Brasília: UNESCO.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO. (1994). *Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais, acesso e qualidade. Declaração de Salamanca*. Salamanca: UNESCO.
- Pereira, A. (2008). *Guia prático de utilização: análise de dados para ciências sociais e psicologia*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Pinto, C. A. & Teixeira, M. (2003). *Pais e escola – parceria para o sucesso*. Porto: Edições ISET.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Ivestigação em Ciencias Sociais*. 5ª Ed. Lisboa: Gradiva.
- Rebelo, I. (1996). Detalhes da minha história de vida: um testemunho. *In Revista Educação*, Porto: Porto Editora.

- Rego, T.C. (2003). *Memórias de escola: cultura escolar e constituição de singularidades*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Reindal, S.M. (2010). What is the purpose? Reflections on inclusion and special education from a capability perspective. *European Journal of Special Needs Education*. 25(1), 1-12.
- Reynolds, M.C. & Birch, J. (1977). *Teaching exceptional children in all American's schools*. 2ª ed.. Reston, VA: Council for Exceptional Children.
- Rodrigues-Lopes, A. (1997). *Problemática da Família – Contributo para uma Reflexão sobre a Família na Sociedade Actual*. Instituto Superior Politécnico de Viseu. Lisboa: Texto Editora
- Sameroof, A.J. & Chandler, M.J. (1975). *Reproductive risk and the continuum of care taking casualty*. In Horowitz, F.D., Hetherington, M., Scarr-Salapatek, S. & Siegel, G. (eds.), *Review of Child Development Research*, 4, 187-244: University Chicago Press
- Santos, E.R.L., Santos, F.R. & Oliveira, T.C.B.C. (2013). Papel dos pais no processo de inclusão escolar e na aprendizagem de filhos com necessidades educacionais especiais. *Discentis*, 2, 38-49.
- Serrano, A.M. (2007). *Redes sociais de apoio e sua relevância para a intervenção precoce*. Porto: Porto Editora.
- Sousa, L. (1998). *Crianças confundidas entre a escola e a família - Uma perspectiva sistémica para alunos com necessidades educativas especiais*. Porto: Porto Editora.
- Stonestreet, R.H, Johnston, R.G. & Acton, S.J. (1991). Guidelines for real partnerships with parents. Infant and Toddler Intervention, *The transdisciplinary Journal*, 1 (1), 37-46.
- Turnbull, A.P. & Turnbull, H.R. (1986). *Families, professionals and exceptionality: a special partnership*. Columbus, OH: Merrill Publishing Company.
- Vala (1990). *A análise de conteúdo: metodologias das ciências sociais e humanas*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Villas-Boas, M. A. (2001). *Escola e família: uma relação produtiva de aprendizagem em sociedades multiculturais*. Lisboa: Escola Superior de Educação João de Deus.
- Von Bertalanffy, L. (1968). *General systems theory*. New York: George Braziller.

Warnock Report, (1978). *Report of the Committee of enquiry into the education of handicapped children and young people*. London: Her Majesty's Stationery Office.

Warnock, M. & Norwich, B. (2010). *Special education needs: a new look*. 2ª ed. Londres: Continuum International Publishing Group.

Weib, S., Kollmannsberger, M., Lerche, T., Oubaid, V. & Kiel, E. (2014). The pedagogic signature of special needs education. *European Journal of Special Needs Education*, 29(2), 200-219.

Wolfendale, S. (1993). Fazer com que o meio escolar e familiar vá ao encontro das necessidades das crianças, *Integração Escolar*. Edição Universidade Técnica de Lisboa, 128-143.

Legislação consultada

Decreto-Lei n.º769-A/76 de 23 de outubro

Lei n.º7/77 de 1 de fevereiro

Decreto-Lei n.º542/79 de 31 de dezembro

Decreto-Lei n.º315/84 de 28 de setembro

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro

Decreto-Lei n.º 43/89 de 3 de fevereiro

Decreto-Lei n.º 286/89 de 29 de agosto

Decreto-Lei n.º 35/90 de 25 de janeiro

Decreto-Lei n.º172/91 de 10 de maio

Decreto-Lei n.º 190/91 de 10 de maio

Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de agosto

Portaria n.º 921/92, de 23 de setembro

Despacho Conjunto n.º 105/97 de 1 de julho

Decreto-Lei n.º115/98 de 4 de maio

Decreto-Lei n.º270/98 de 1 de setembro

Decreto-Lei n.º6/2001 de 18 de janeiro

Decreto-Lei n.º75/2008 de 22 de abril

Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro

ANEXOS

Anexo I - Lei n.º 46/86, 14 de outubro

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea d) do artigo 164.º e da alínea e) do artigo 167.º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I

Âmbito e princípios

Artigo 1.º - Âmbito e definição

- 1 – A presente lei estabelece o quadro geral do sistema educativo.
- 2 – O sistema educativo é o conjunto de meios pelo qual se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade.
- 3 – O sistema educativo desenvolve-se segundo um conjunto organizado de estruturas e de acções diversificadas, por iniciativa e sob responsabilidade de diferentes instituições e entidades públicas, particulares e cooperativas.
- 4 – O sistema educativo tem por âmbito geográfico a totalidade do território português – continente e regiões autónomas –, mas deve ter uma expressão suficientemente flexível e diversificada, de modo a abranger a generalidade dos países e dos locais em que vivam comunidades de portugueses ou em que se verifique acentuado interesse pelo desenvolvimento e divulgação da cultura portuguesa.
- 5 – A coordenação da política relativa ao sistema educativo, independentemente das instituições que o compõem, incumbe a um ministério especialmente vocacionado para o efeito.

Artigo 2.º - Princípios gerais

- 1 – Todos os portugueses têm o direito à educação e à cultura, nos termos da Constituição da República.
- 2 – É da especial responsabilidade dos Estados promover a democratização do ensino, garantindo o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.
- 3 – No acesso à educação e na sua prática é garantido a todos os portugueses o respeito pelo princípio da liberdade de aprender e de ensinar, com tolerância para com as escolhas possíveis, tendo em conta, designadamente, os seguintes princípios:
 - a) O Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas;
 - b) O ensino público não será confessional;
 - c) É garantido o direito de criação de escolas particulares e cooperativas.
- 4 – O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho.
- 5 – A educação promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgar com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva.

Artigo 3.º - Princípios organizativos

O sistema educativo organiza-se de forma a:

- a) Contribuir para a defesa da identidade nacional e para o reforço da fidelidade à matriz histórica de Portugal, através da consciencialização relativamente ao património cultural do povo português, no quadro da tradição universalista europeia e da crescente interdependência e necessária solidariedade entre todos os povos do Mundo;
- b) Contribuir para a realização do educando, através do pleno desenvolvimento da personalidade, da formação do carácter e da cidadania, preparando-o para uma reflexão consciente sobre os valores espirituais, estéticos, morais e cívicos e proporcionando-lhe um equilibrado desenvolvimento físico;
- c) Assegurar a formação cívica e moral dos jovens;
- d) Assegurar o direito à diferença, mercê do respeito pelas personalidades e pelos projectos individuais da existência, bem como da consideração e valorização dos diferentes saberes e culturas;
- e) Desenvolver a capacidade para o trabalho e proporcionar, com base numa sólida formação geral, uma formação específica para a ocupação de um justo lugar na vida activa que permita ao indivíduo prestar o seu contributo ao progresso da sociedade em consonância com os seus interesses, capacidades e vocação;
- f) Contribuir para a realização pessoal e comunitária dos indivíduos, não só pela formação para o sistema de ocupações socialmente úteis, mas ainda pela prática e aprendizagem da utilização criativa dos tempos livres;
- g) Descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e acções educativas, de modo a proporcionar uma correcta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes;

- h) Contribuir para a correcção das assimetrias de desenvolvimento regional e local, devendo incrementar em todas as regiões do País a igualdade no acesso aos benefícios da educação, da cultura e da ciência;
- i) Assegurar uma escolaridade de segunda oportunidade aos que dela não usufruíram na idade própria, aos que procuram o sistema educativo por razões profissionais ou de promoção cultural, devidas, nomeadamente, a necessidades de reconversão ou aperfeiçoamento decorrentes da evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos;
- j) Assegurar a igualdade de oportunidade para ambos os sexos, nomeadamente através das práticas de coeducação e da orientação escolar e profissional, e sensibilizar, para o efeito, o conjunto dos intervenientes no processo educativo;
- l) Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adopção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias.

CAPÍTULO II

Organização do sistema educativo

Artigo 4.º - Organização geral do sistema educativo

- 1 – O sistema educativo compreende a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extra-escolar.
 - 2 – A educação pré-escolar, no seu aspecto formativo, é complementar e ou supletiva da acção educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação.
 - 3 – A educação escolar compreende os ensinos básico, secundário e superior, integra modalidades especiais e inclui actividades de ocupação de tempos livres.
 - 4 – A educação extra-escolar engloba actividades de alfabetização e de educação de base, de aperfeiçoamento e actualização cultural e científica e a iniciação, reconversão e aperfeiçoamento profissional e realiza-se num quadro aberto de iniciativas múltiplas, de natureza formal e não formal.
- SECÇÃO I - Educação pré-escolar**

Artigo 5.º - Educação pré-escolar

- 1 – São objectivos da educação pré-escolar:
 - a) Estimular as capacidades de cada criança e favorecer a sua formação e o desenvolvimento equilibrado de todas as suas potencialidades;
 - b) Contribuir para a estabilidade e segurança afectivas da criança;
 - c) Favorecer a observação e a compreensão do meio natural e humano para melhor integração e participação da criança;
 - d) Desenvolver a formação moral da criança e o sentido da responsabilidade, associado ao da liberdade;
 - e) Fomentar a integração da criança em grupos sociais diversos, complementares da família, tendo em vista o desenvolvimento da sua sociabilidade;
 - f) Desenvolver as capacidades de expressão e comunicação da criança, assim como a imaginação criativa, e estimular a actividade lúdica;
 - g) Incutir hábitos de higiene e de defesa da saúde pessoal e colectiva;
 - h) Proceder à despiagem de inadequações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança.
- 2 – A prossecução dos objectivos enunciados far-se-á de acordo com conteúdos, métodos e técnicas apropriados, tendo em conta a articulação com o meio familiar.
- 3 – A educação pré-escolar destina-se às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico.
- 4 – Incumbe ao Estado assegurar a existência de uma rede de educação pré-escolar.
- 5 – A rede de educação pré-escolar é constituída por instituições próprias, de iniciativa do poder central, regional ou local e de outras entidades, colectivas ou individuais, designadamente associações de pais e de moradores, organizações cívicas e confessionais, organizações sindicais e de empresa e instituições de solidariedade social.
- 6 – O Estado deve apoiar as instituições de educação pré-escolar integradas na rede pública, subvencionando, pelo menos, uma parte dos seus custos de funcionamento.
- 7 – Ao ministério responsável pela coordenação da política educativa compete definir as normas gerais da educação pré-escolar, nomeadamente nos seus aspectos pedagógico e técnico, e apoiar e fiscalizar o seu cumprimento e aplicação.
- 8 – A frequência da educação pré-escolar é facultativa, no reconhecimento de que à família cabe um papel essencial no processo da educação pré-escolar.

SECÇÃO II - Educação escolar - SUBSECÇÃO I - Ensino básico

Artigo 6.º - Universalidade

- 1 – O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito e tem a duração de nove anos.
- 2 – Ingressam no ensino básico as crianças que completem 6 anos de idade até 15 de Setembro.
- 3 – As crianças que completem os 6 anos de idade entre 16 de Setembro e 31 de Dezembro podem ingressar no ensino básico se tal for requerido pelo encarregado de educação, em termos a regulamentar.

4 – A obrigatoriedade de frequência do ensino básico termina aos 15 anos de idade.

5 – A gratuidade no ensino básico abrange propinas, taxas e emolumentos relacionados com a matrícula, frequência e certificação, podendo ainda os alunos dispor gratuitamente do uso de livros e material escolar, bem como de transporte, alimentação e alojamento, quando necessários.

Artigo 7.º - Objectivos

São objectivos do ensino básico:

- a) Assegurar uma formação geral comum a todos os portugueses que lhes garanta a descoberta e o desenvolvimento dos seus interesses e aptidões, capacidade de raciocínio, memória e espírito crítico, criatividade, sentido moral e sensibilidade estética, promovendo a realização individual em harmonia com os valores da solidariedade social;
- b) Assegurar que nesta formação sejam equilibradamente inter-relacionados o saber e o saber fazer, a teoria e a prática, a cultura escolar e a cultura do quotidiano;
- c) Proporcionar o desenvolvimento físico e motor, valorizar as actividades manuais e promover a educação artística, de modo a sensibilizar para as diversas formas de expressão estética, detectando e estimulando aptidões nesses domínios;
- d) Proporcionar a aprendizagem de uma primeira língua estrangeira e a iniciação de uma segunda;
- e) Proporcionar a aquisição dos conhecimentos basilares que permitam o prosseguimento de estudos ou a inserção do aluno em esquemas de formação profissional, bem como facilitar a aquisição e o desenvolvimento de métodos e instrumentos de trabalho pessoal e em grupo, valorizando a dimensão humana do trabalho;
- f) Fomentar a consciência nacional aberta à realidade concreta numa perspectiva de humanismo universalista, de solidariedade e de cooperação internacional;
- g) Desenvolver o conhecimento e o apreço pelos valores característicos da identidade, língua, história e cultura portuguesas;
- h) Proporcionar aos alunos experiências que favoreçam a sua maturidade cívica e sócio-afectiva, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação e cooperação, quer no plano dos seus vínculos de família, quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante;
- i) Proporcionar a aquisição de atitudes autónomas, visando a formação de cidadãos civicamente responsáveis e democraticamente intervenientes na vida comunitária;
- j) Assegurar às crianças com necessidades educativas específicas, devidas, designadamente, a deficiências físicas e mentais, condições adequadas ao seu desenvolvimento e pleno aproveitamento das suas capacidades;
- l) Fomentar o gosto por uma constante actualização de conhecimentos;
- m) Participar no processo de informação e orientação educacionais em colaboração com as famílias;
- n) Proporcionar, em liberdade de consciência, a aquisição de noções de educação cívica e moral;
- o) Criar condições de promoção do sucesso escolar e educativo a todos os alunos.

Artigo 8.º - Organização

1 – O ensino básico compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos, organizados nos seguintes termos:

- a) No 1.º ciclo, o ensino é globalizante, da responsabilidade de um professor único, que pode ser coadjuvado em áreas especializadas;
- b) No 2.º ciclo, o ensino organiza-se por áreas interdisciplinares de formação básica e desenvolve-se predominantemente em regime de professor por área;
- c) No 3.º ciclo, o ensino organiza-se segundo um plano curricular unificado, integrando áreas vocacionais diversificadas, e desenvolve-se em regime de um professor por disciplina ou grupo de disciplinas.

2 – A articulação entre os ciclos obedece a uma sequencialidade progressiva, conferindo a cada ciclo a função de completar, aprofundar e alargar o ciclo anterior, numa perspectiva de unidade global do ensino básico.

3 – Os objectivos específicos de cada ciclo integram-se nos objectivos gerais do ensino básico, nos termos dos números anteriores e de acordo com o desenvolvimento etário correspondente, tendo em atenção as seguintes particularidades:

- a) Para o 1.º ciclo, o desenvolvimento da linguagem oral e a iniciação e progressivo domínio da leitura e da escrita, das noções essenciais da aritmética e do cálculo, do meio físico e social, das expressões plástica, dramática, musical e motora;
 - b) Para o 2.º ciclo, a formação humanística, artística, física e desportiva, científica e tecnológica e a educação moral e cívica, visando habilitar os alunos a assimilar e interpretar crítica e criativamente a informação, de modo a possibilitar a aquisição de métodos e instrumentos de trabalho e de conhecimento que permitam o prosseguimento da sua formação, numa perspectiva do desenvolvimento de atitudes activas e conscientes perante a comunidade e os seus problemas mais importantes;
 - c) Para o 3.º ciclo, a aquisição sistemática e diferenciada da cultura moderna, nas suas dimensões humanística, literária, artística, física e desportiva, científica e tecnológica, indispensável ao ingresso na vida activa e ao prosseguimento de estudos, bem como a orientação escolar e profissional que faculte a opção de formação subsequente ou de inserção na vida activa, com respeito pela realização autónoma da pessoa humana.
- 4 – Em escolas especializadas do ensino básico podem ser reforçadas componentes de ensino artístico ou de educação física e desportiva, sem prejuízo da formação básica.

5 – A conclusão com aproveitamento do ensino básico confere o direito à atribuição de um diploma, devendo igualmente ser certificado o aproveitamento de qualquer ano ou ciclo, quando solicitado.

SECÇÃO II - Educação escolar - SUBSECÇÃO II - Ensino secundário

Artigo 9.º - **Objectivos**

[...]

Artigo 10.º - **Organização**

1 – Têm acesso a qualquer curso do ensino secundário os que completarem com aproveitamento o ensino básico.

2 – Os cursos do ensino secundário têm a duração de três anos.

3 – O ensino secundário organiza-se segundo formas diferenciadas, contemplando a existência de cursos predominantemente orientados para a vida activa ou para o prosseguimento de estudos, contendo todas elas componentes de formação de sentido técnico, tecnológico e profissionalizante e de língua e cultura portuguesas adequadas à natureza dos diversos cursos.

4 – É garantida a permeabilidade entre os cursos predominantemente orientados para a vida activa e os cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos.

5 – A conclusão com aproveitamento do ensino secundário confere direito à atribuição de um diploma, que certificará a formação adquirida e, nos casos dos cursos predominantemente orientados para a vida activa, a qualificação obtida para efeitos do exercício de actividades profissionais determinadas.

6 – No ensino secundário cada professor é responsável, em princípio, por uma só disciplina.

7 – Podem ser criados estabelecimentos especializados destinados ao ensino e prática de cursos de natureza técnica e tecnológica ou de índole artística.

SECÇÃO II - Educação escolar - SUBSECÇÃO III - Ensino superior

Artigo 11.º - **Âmbito e objectivos**

[...]

Artigo 14.º - **Estabelecimentos**

[...]

Artigo 15.º - **Investigação científica**

[...]

SECÇÃO II - Educação escolar - SUBSECÇÃO IV - Modalidades especiais de educação escolar

Artigo 16.º - **Modalidades**

1 – Constituem modalidades especiais de educação escolar:

- a) A educação especial;
- b) A formação profissional;
- c) O ensino recorrente de adultos;
- d) O ensino a distância;
- e) O ensino português no estrangeiro.

2 – Cada uma destas modalidades é parte integrante da educação escolar, mas rege-se por disposições especiais.

Artigo 17.º - **Âmbito e objectivos da educação especial**

1 – A educação especial visa a recuperação e integração sócio-educativas dos indivíduos com necessidades educativas específicas devidas a deficiências físicas e mentais.

2 – A educação especial integra actividades dirigidas aos educandos e acções dirigidas às famílias, aos educadores e às comunidades.

3 – No âmbito dos objectivos do sistema educativo, em geral, assumem relevo na educação especial:

- a) O desenvolvimento das potencialidades físicas e intelectuais;
- b) A ajuda na aquisição da estabilidade emocional;
- c) O desenvolvimento das possibilidades de comunicação;
- d) A redução das limitações provocadas pela deficiência;
- e) O apoio na inserção familiar, escolar e social de crianças e jovens deficientes;
- f) O desenvolvimento da independência a todos os níveis em que se possa processar;
- g) A preparação para uma adequada formação profissional e integração na vida activa.

Artigo 18.º - **Organização da educação especial**

1 – A educação especial organiza-se preferencialmente segundo modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino, tendo em conta as necessidades de atendimento específico, e com apoios de educadores especializados.

2 – A educação especial processar-se-á em instituições específicas quando comprovadamente o exijam o tipo e o grau de deficiência do educando.

3 – São também organizadas formas de educação especial visando a integração profissional do deficiente.

4 – A escolaridade básica para crianças e jovens deficientes deve ter currículos e programas devidamente adaptados às características de cada tipo e grau de deficiências, assim como formas de avaliação adequadas às dificuldades específicas.

5 – Incumbe ao Estado promover e apoiar a educação especial para deficientes.

6 – As iniciativas de educação especial podem pertencer ao poder central, regional ou local ou a outras entidades colectivas, designadamente associação de pais e de moradores, organizações cívicas e confessionais, organizações sindicais e de empresa e instituições de solidariedade social.

7 – Ao ministério responsável pela coordenação da política educativa compete definir as normas gerais da educação especial, nomeadamente nos seus aspectos pedagógicos e técnicos, e apoiar e fiscalizar o seu cumprimento e aplicação.

8 – Ao Estado cabe promover, a nível nacional, acções que visem o esclarecimento, a prevenção e o tratamento precoce da deficiência.

Artigo 19.º - **Formação profissional**

[...]

Artigo 20.º - **Ensino recorrente de adultos**

[...]

Artigo 21.º - **Ensino a distância**

[..]

Artigo 22.º - **Ensino português no estrangeiro**

[...]

SECÇÃO III - Educação extra-escolar

Artigo 23.º - **Educação extra-escolar**

[...]

CAPÍTULO III

Apoios e complementos educativos

Artigo 24.º - **Promoção do sucesso escolar**

1 – São estabelecidas e desenvolvidas actividades e medidas de apoio e complemento educativos visando contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar.

2 – Os apoios e complementos educativos são aplicados prioritariamente na escolaridade obrigatória.

Artigo 25.º - **Apoios a alunos com necessidades escolares específicas**

Nos estabelecimentos de ensino básico é assegurada a existência de actividades de acompanhamento e complemento pedagógicos, de modo positivamente diferenciado, a alunos com necessidades escolares específicas.

Artigo 26.º - **Apoio psicológico e orientação escolar e profissional**

O apoio ao desenvolvimento psicológico dos alunos e à sua orientação escolar e profissional, bem como o apoio psicopedagógico às actividades educativas e ao sistema de relações da comunidade escolar, são realizados por serviços de psicologia e orientação escolar profissional inseridos em estruturas regionais escolares.

Artigo 27.º - **Acção social escolar**

1 – São desenvolvidos, no âmbito da educação pré-escolar e da educação escolar, serviços de acção social escolar, concretizados através da aplicação de critérios de discriminação positiva que visem a compensação social e educativa dos alunos economicamente mais carenciados.

2 – Os serviços de acção social escolar são traduzidos por um conjunto diversificado de acções, em que avultam a comparticipação em refeições, serviços de cantina, transportes, alojamento, manuais e material escolar, e pela concessão de bolsas de estudo.

Artigo 28.º - **Apoio de saúde escolar**

Será realizado o acompanhamento do saudável crescimento e desenvolvimento dos alunos, o qual é assegurado, em princípio, por serviços especializados dos centros comunitários de saúde em articulação com as estruturas escolares.

Artigo 29.º - **Apoio a trabalhadores-estudantes**

Aos trabalhadores-estudantes será proporcionado um regime especial de estudos que tenha em consideração a sua situação de trabalhadores e de estudantes e que lhes permita a aquisição de conhecimentos, a progressão no sistema do ensino e a criação de oportunidades de formação profissional adequadas à sua valorização pessoal.

CAPÍTULO IV

Recursos humanos

Artigo 30.º - **Princípios gerais sobre a formação de educadores e professores**

1 – A formação de educadores e professores assenta nos seguintes princípios:

- a) Formação inicial de nível superior, proporcionando aos educadores e professores de todos os níveis de educação e ensino a informação, os métodos e as técnicas científicas e pedagógicas de base, bem como a formação pessoal e social adequadas ao exercício da função;
 - b) Formação contínua que complemente e atualize a formação inicial numa perspectiva de educação permanente;
 - c) Formação flexível que permita a reconversão e mobilidade dos educadores e professores dos diferentes níveis de educação e ensino, nomeadamente o necessário complemento de formação profissional;
 - d) Formação integrada quer no plano da preparação científico-pedagógica quer no da articulação teórico-prática;
 - e) Formação assente em práticas metodológicas afins das que o educador e o professor vierem a utilizar na prática pedagógica;
 - f) Formação que, em referência à realidade social, estimule uma atitude simultaneamente crítica e actuante;
 - g) Formação que favoreça e estimule a inovação e a investigação, nomeadamente em relação com a actividade educativa;
 - h) Formação participada que conduza a uma prática reflexiva e continuada de auto-informação e auto-aprendizagem.
- 2 – A orientação e as actividades pedagógicas na educação pré-escolar são asseguradas por educadores de infância, sendo a docência em todos os níveis e ciclos de ensino assegurada por professores detentores de diploma que certifique a formação profissional específica com que se encontram devidamente habilitados para o efeito.

Artigo 31.º - **Formação inicial de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário**

1 – Os educadores de infância e os docentes dos ensinos básico e secundário adquirem qualificação profissional em cursos específicos destinados à respectiva formação, de acordo com as necessidades curriculares do respectivo nível de educação e ensino, em escolas superiores de educação ou em universidades que disponham de unidades de formação próprias para o efeito, nos termos a seguir definidos:

- a) A formação dos educadores de infância e dos professores do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico realiza-se em escolas superiores de educação;
- b) A formação dos educadores e dos professores referidos na alínea anterior pode ainda ser realizada em universidades, as quais, para o efeito, atribuem os mesmos diplomas que os das escolas superiores de educação;
- c) A formação de professores do 3.º ciclo do ensino básico e de professores do ensino secundário realiza-se em universidades.

2 – A formação dos professores de disciplinas de natureza profissional, vocacional ou artística dos ensinos básico ou secundário adquire-se em cursos profissionais adequados, que se ministram em escolas superiores, complementados por uma formação pedagógica.

3 – Podem também adquirir qualificação profissional para professores do 3.º ciclo do ensino básico e para professores do ensino secundário os licenciados que, tendo as habilitações científicas requeridas para o acesso à profissionalização no ensino, obtenham a necessária formação pedagógica em curso adequado.

4 – Os cursos de formação de professores do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e de professores do ensino secundário serão cursos de licenciatura.

5 – Os cursos de licenciatura para formação de professores do 2.º ciclo do ensino básico realizados nas escolas superiores de educação organizam-se nos termos do n.º 7 do artigo 13.º.

6 – As escolas superiores de educação e as instituições universitárias podem celebrar convénios entre si para a formação de educadores e professores.

Artigo 32.º - **Qualificação para professor do ensino superior**

1 – Adquirem qualificação para a docência no ensino superior os habilitados com os graus de doutor ou de mestre, bem como os licenciados que tenham prestado provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, podendo ainda exercer a docência outras individualidades reconhecidamente qualificadas.

2 – Podem coadjuvar na docência do ensino superior os indivíduos habilitados com o grau de licenciado ou equivalente.

Artigo 33.º - **Qualificação para outras funções educativas**

1 – Adquirem qualificação para a docência em educação especial os educadores de infância e os professores do ensino básico e secundário com prática de educação ou de ensino regular ou especial que obtenham aproveitamento em cursos especialmente vocacionados para o efeito realizados em escolas superiores que disponham de recursos próprios nesse domínio.

2 – Nas instituições de formação referidas no n.º 1 do artigo 31.º podem ainda ser ministrados cursos especializados de administração e inspecção escolares, de animação sócio-cultural, de educação de base de adultos e outros necessários ao desenvolvimento do sistema educativo.

3 – São qualificados para o exercício das actividades de apoio educativo os indivíduos habilitados com formação superior adequada.

[...]

Artigo 35.º - **Formação contínua**

1 – A todos os educadores, professores e outros profissionais da educação é reconhecido o direito à formação contínua.

- 2 – A formação contínua deve ser suficientemente diversificada, de modo a assegurar o complemento, aprofundamento e actualização de conhecimentos e de competências profissionais, bem como a possibilitar a mobilidade e a progressão na carreira.
- 3 – A formação contínua é assegurada predominantemente pelas respectivas instituições de formação inicial, em estreita cooperação com os estabelecimentos onde os educadores e professores trabalham.
- 4 – Serão atribuídos aos docentes períodos especialmente destinados à formação contínua, os quais poderão revestir a forma de anos sabáticos.

Artigo 36.º - **Princípios gerais das carreiras de pessoal docente e de outros profissionais da educação**

- 1 – Os educadores, professores e outros profissionais da educação têm direito a retribuição e carreira compatíveis com as suas habilitações e responsabilidades profissionais, sociais e culturais.
- 2 – A progressão na carreira deve estar ligada à avaliação de toda a actividade desenvolvida, individualmente ou em grupo, na instituição educativa, no plano da educação e do ensino e da prestação de outros serviços à comunidade, bem como às qualificações profissionais, pedagógicas e científicas.
- 3 – Aos educadores, professores e outros profissionais da educação é reconhecido o direito de recurso das decisões da avaliação referida no número anterior.

CAPÍTULO V

Recursos materiais

Artigo 37.º - **Rede escolar**

- 1 – Compete ao Estado criar uma rede de estabelecimentos públicos de educação e ensino que cubra as necessidades de toda a população.
- 2 – O planeamento da rede de estabelecimentos escolares deve contribuir para a eliminação de desigualdades e assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação e ensino a todas as crianças e jovens.

Artigo 38.º - **Regionalização**

O planeamento e reorganização da rede escolar, assim como a construção e manutenção dos edifícios escolares e seu equipamento, devem assentar numa política de regionalização efectiva, com definição clara das competências dos intervenientes, que, para o efeito, devem contar com os recursos necessários.

Artigo 39.º - **Edifícios escolares**

[...]

Artigo 40.º - **Estabelecimentos de educação e de ensino**

- 1 – A educação pré-escolar realiza-se em unidades distintas ou incluídas em unidades escolares onde também seja ministrado o 1.º ciclo do ensino básico ou ainda em edifícios onde se realizem outras actividades sociais, nomeadamente de educação extra-escolar.
- 2 – O ensino básico é realizado em estabelecimentos com tipologias diversas que abarcam a totalidade ou parte dos ciclos que o constituem, podendo, por necessidade de racionalização de recursos, ser ainda realizado neles o ensino secundário.
- 3 – O ensino secundário realiza-se em escolas secundárias pluricurriculares, sem prejuízo de, relativamente a certas matérias, se poder recorrer à utilização de instalações de entidades privadas ou de outras entidades públicas não responsáveis pela rede de ensino público para a realização de aulas ou outras acções de ensino e formação.
- 4 – A rede escolar do ensino secundário deve ser organizada de modo que em cada região se garanta a maior diversidade possível de cursos, tendo em conta os interesses locais ou regionais.
- 5 – O ensino secundário deve ser predominantemente realizado em estabelecimentos distintos, podendo, com o objectivo de racionalização dos respectivos recursos, ser aí realizados ciclos do ensino básico, especialmente o 3.º.
- 6 – As diversas unidades que integram a mesma instituição de ensino superior podem dispersar-se geograficamente, em função da sua adequação às necessidades de desenvolvimento da região em que se insere.
- 7 – A flexibilidade da utilização dos edifícios prevista neste artigo em caso algum se poderá concretizar em colisão com o n.º 3 do artigo anterior.

Artigo 41.º - **Recursos educativos**

- 1 – Constituem recursos educativos todos os meios materiais utilizados para conveniente realização da actividade educativa.
- 2 – São recursos educativos privilegiados, a exigirem especial atenção:
 - a) Os manuais escolares;
 - b) As bibliotecas e mediatecas escolares;
 - c) Os equipamentos laboratoriais e oficinais;
 - d) Os equipamentos para educação física e desportos;
 - e) Os equipamentos para educação musical e plástica;
 - f) Os centros regionais de recursos educativos.

- 3 – Para o apoio e complementaridade dos recursos educativos existentes nas escolas e ainda com o objectivo de racionalizar o uso dos meios disponíveis será incentivada a criação de centros regionais que disponham de recursos apropriados e de meios que permitam criar outros, de acordo com as necessidades de inovação educativa.

Artigo 42.º - **Financiamento da educação**

1 – A educação será considerada, na elaboração do Plano e do Orçamento do Estado, como uma das prioridades nacionais.

2 – As verbas destinadas à educação devem ser distribuídas em função das prioridades estratégicas do desenvolvimento do sistema educativo.

CAPÍTULO VI

Administração do sistema educativo

Artigo 43.º - Princípios gerais

1 – A administração e gestão do sistema educativo devem assegurar o pleno respeito pelas regras de democraticidade e de participação que visem a consecução de objectivos pedagógicos e educativos, nomeadamente no domínio da formação social e cívica.

2 – O sistema educativo deve ser dotado de estruturas administrativas de âmbito nacional, regional autónomo, regional e local, que assegurem a sua interligação com a comunidade mediante adequados graus de participação dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias, de entidades representativas das actividades sociais, económicas e culturais e ainda de instituições de carácter científico.

3 – Para os efeitos do número anterior serão adoptadas orgânicas e formas de descentralização e de desconcentração dos serviços, cabendo ao Estado, através do ministério responsável pela coordenação da política educativa, garantir a necessária eficácia e unidade de acção.

Artigo 44.º - Níveis de administração

[...]

Artigo 45.º - Administração e gestão dos estabelecimentos de educação e ensino

[...]

Artigo 46.º - Conselho Nacional de Educação

É instituído o Conselho Nacional de Educação, com funções consultivas, sem prejuízo das competências próprias dos órgãos de soberania, para efeitos de participação das várias forças sociais, culturais e económicas na procura de consensos alargados relativamente à política educativa, em termos a regular por lei.

CAPÍTULO VII

Desenvolvimento e avaliação do sistema educativo

Artigo 47.º - Desenvolvimento curricular

1 – A organização curricular da educação escolar terá em conta a promoção de uma equilibrada harmonia, nos planos horizontal e vertical, entre os níveis de desenvolvimento físico e motor, cognitivo, afectivo, estético, social e moral dos alunos.

2 – Os planos curriculares do ensino básico incluirão em todos os ciclos e de forma adequada uma área de formação pessoal e social, que pode ter como componentes a educação ecológica, a educação do consumidor, a educação familiar, a educação sexual, a prevenção de acidentes, a educação para a saúde, a educação para a participação nas instituições, serviços cívicos e outros do mesmo âmbito.

3 – Os planos curriculares dos ensinos básico e secundário integram ainda o ensino da moral e da religião católica, a título facultativo, no respeito dos princípios constitucionais da separação das igrejas e do Estado e da não confessionalidade do ensino público.

4 – Os planos curriculares do ensino básico devem ser estabelecidos à escala nacional, sem prejuízo da existência de conteúdos flexíveis integrando componentes regionais.

5 – Os planos curriculares do ensino secundário terão uma estrutura de âmbito nacional, podendo as suas componentes apresentar características de índole regional e local, justificadas nomeadamente pelas condições socioeconómicas e pelas necessidades em pessoal qualificado.

6 – Os planos curriculares do ensino superior respeitam a cada uma das instituições do ensino que ministram os respectivos cursos estabelecidos, ou a estabelecer, de acordo com as necessidades nacionais e regionais e com uma perspectiva de planeamento integrado na respectiva rede.

7 – O ensino-aprendizagem da língua materna deve ser estruturado de forma que todas as outras componentes curriculares dos ensinos básico e secundário contribuam de forma sistemática para o desenvolvimento das capacidades do aluno ao nível da compreensão e produção de enunciados orais e escritos em português.

Artigo 48.º - Ocupação dos tempos livres e desporto escolar

1 – As actividades curriculares dos diferentes níveis de ensino devem ser complementadas por acções orientadas para a formação integral e a realização pessoal dos educandos no sentido da utilização criativa e formativa dos seus tempos livres.

2 – Estas actividades de complemento curricular visam, nomeadamente, o enriquecimento cultural e cívico, a educação física e desportiva, a educação artística e a inserção dos educandos na comunidade.

3 – As actividades de complemento curricular podem ter âmbito nacional, regional ou local e, nos dois últimos casos, ser da iniciativa de cada escola ou grupo de escolas.

4 – As actividades de ocupação dos tempos livres devem valorizar a participação e o envolvimento das crianças e dos jovens na sua organização, desenvolvimento e avaliação.

5 – O desporto escolar visa especificamente a promoção de saúde e condição física, a aquisição de hábitos e condutas motoras e o entendimento do desporto como factor de cultura, estimulando sentimentos de solidariedade, cooperação, autonomia e criatividade, devendo ser fomentada a sua gestão pelos estudantes praticantes, salvaguardando-se a orientação por profissionais qualificados.

Artigo 49.º - **Avaliação do sistema educativo**

1 – O sistema educativo deve ser objecto de avaliação continuada, que deve ter em conta os aspectos educativos e pedagógicos, psicológicos e sociológicos, organizacionais, económicos e financeiros e ainda os de natureza político-administrativa e cultural.

2 – Esta avaliação incide, em especial, sobre o desenvolvimento, regulamentação e aplicação da presente lei.

Artigo 50.º - **Investigação em educação**

A investigação em educação destina-se a avaliar e interpretar cientificamente a actividade desenvolvida no sistema educativo, devendo ser incentivada, nomeadamente, nas instituições de ensino superior que possuam centros ou departamentos de ciências da educação, sem prejuízo da criação de centros autónomos especializados neste domínio.

Artigo 51.º - **Estatísticas da educação**

1 – As estatísticas da educação são instrumento fundamental para a avaliação e o planeamento do sistema educativo, devendo ser organizadas de modo a garantir a sua realização em tempo oportuno e de forma universal.

2 – Para este efeito devem ser estabelecidas as normas gerais e definidas as entidades responsáveis pela recolha, tratamento e difusão das estatísticas da educação.

Artigo 52.º - **Estrutura de apoio**

1 – O Governo criará estruturas adequadas que assegurem e apoiem actividades de desenvolvimento curricular, de fomento da inovação e de avaliação do sistema e das actividades educativas.

2 – Estas estruturas devem desenvolver a sua actividade em articulação com as escolas e com as instituições de investigação em educação e de formação de professores.

Artigo 53.º - **Inspecção escolar**

A inspecção escolar goza de autonomia no exercício da sua actividade e tem como função avaliar e fiscalizar a realização da educação escolar, tendo em vista a prossecução dos fins e objectivos estabelecidos na presente lei e demais legislação complementar.

CAPÍTULO VIII

Ensino particular e cooperativo

Artigo 54.º - **Especificidade**

1 – É reconhecido pelo Estado o valor do ensino particular e cooperativo, como uma expressão concreta da liberdade de aprender e ensinar e do direito da família a orientar a educação dos filhos.

2 – O ensino particular e cooperativo rege-se por legislação e estatutos próprios, que devem subordinar-se ao disposto na presente lei.

Artigo 55.º - **Articulação com a rede escolar**

1 – Os estabelecimentos do ensino particular e cooperativo que se enquadrem nos princípios gerais, finalidades, estruturas e objectivos do sistema educativo são considerados parte integrante da rede escolar.

2 – No alargamento ou no ajustamento da rede o Estado terá também em consideração as iniciativas e os estabelecimentos particulares e cooperativos, numa perspectiva de racionalização de meios, de aproveitamento de recursos e de garantia de qualidade.

Artigo 56.º - **Funcionamento de estabelecimentos e cursos**

[...]

Artigo 57.º - **Pessoal docente**

1 – A docência nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo integrados na rede escolar requer, para cada nível de educação e ensino, a qualificação académica e a formação profissional estabelecidas na presente lei.

2 – O Estado pode apoiar a formação contínua dos docentes em exercício nos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que se integram na rede escolar.

Artigo 58.º - **Intervenção do Estado**

1 – O Estado fiscaliza e apoia pedagógica e tecnicamente o ensino particular e cooperativo.

2 – O Estado apoia financeiramente as iniciativas e os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo quando, no desempenho efectivo de uma função de interesse público, se integrem no plano de desenvolvimento da educação, fiscalizando a aplicação das verbas concedidas.

CAPÍTULO IX

Disposições finais e transitórias

Artigo 59.º - **Desenvolvimento da lei**

[...]

Artigo 60.º - **Plano de desenvolvimento do sistema educativo**

O Governo, no prazo de dois anos, deve elaborar e apresentar, para aprovação na Assembleia da República, um plano de desenvolvimento do sistema educativo, com um horizonte temporal a médio prazo e limite no ano 2000, que assegure a realização faseada da presente lei e demais legislação complementar.

Artigo 61.º - **Regime de transição**

O regime de transição do sistema actual para o previsto na presente lei constará de disposições regulamentares a publicar em tempo útil pelo Governo, não podendo professores, alunos e pessoal não docente ser afectados nos direitos adquiridos.

Artigo 62.º - **Disposições transitórias**

1 – Serão tomadas medidas no sentido de dotar os ensinos básico e secundário com docentes habilitados profissionalmente, mediante modelos de formação inicial conformes com o disposto na presente lei, de forma a tornar desnecessária a muito curto prazo a contratação em regime permanente de professores sem habilitação profissional.

[...]

6 – No 1.º ciclo do ensino básico as funções dos actuais directores de distrito escolar e dos delegados escolares são exclusivamente de natureza administrativa.

Artigo 63.º - **Disposições finais**

[...]

Artigo 64.º - **Norma revogatória**

É revogada toda a legislação que contrarie o disposto na presente lei.

Aprovada em 24 de Julho de 1986.

O Presidente da Assembleia da República, Fernando Monteiro do Amaral.

Promulgada em Guimarães em 23 de Setembro de 1986.

Publique-se.

O Presidente da República, Mário Soares.

Referendada em 30 de Setembro de 1986.

O Primeiro-Ministro, Aníbal António Cavaco Silva.

Anexo II - Decreto-lei n.º 43/89, 3 de fevereiro

[...]

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pelos artigos 43.º e 45.º da Lei 46/86, de 14 de Outubro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Âmbito

O presente diploma estabelece o regime jurídico da autonomia da escola e aplica-se às escolas oficiais dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e às do ensino secundário.

Artigo 2.º

Definição

1 - Entende-se por autonomia da escola a capacidade de elaboração e realização de um projecto educativo em benefício dos alunos e com a participação de todos os intervenientes no processo educativo.

2 - O projecto educativo traduz-se, designadamente, na formulação de prioridades de desenvolvimento pedagógico, em planos anuais de actividades educativas e na elaboração de regulamentos internos para os principais sectores e serviços escolares.

3 - A autonomia da escola desenvolve-se nos planos cultural, pedagógico e administrativo, dentro dos limites fixados pela lei.

Artigo 3.º

Princípios orientadores

A escola rege-se pelos seguintes princípios:

- a) Defesa dos valores nacionais, num contexto de solidariedade com as gerações passadas e futuras;
- b) Liberdade de aprender e ensinar, no respeito pela pluralidade de doutrinas e métodos;
- c) Democraticidade na organização e participação de todos os interessados no processo educativo e na vida da escola;
- d) Iniciativa própria na regulamentação do funcionamento e actividades da escola;
- e) Responsabilização dos órgãos individuais ou colectivos das escolas pelos seus actos e decisões;
- f) Inserção da escola no desenvolvimento conjunto de projectos educativos e culturais em resposta às solicitações do meio;
- g) Instrumentalidade dos meios administrativos e financeiros face a objectivos educativos e pedagógicos.

CAPÍTULO II

Autonomia cultural

Artigo 4.º

[...]

Artigo 5.º

Da extensão educativa

São atribuições da escola, no âmbito da extensão educativa:

- a) Promover e apoiar actividades de educação de adultos;
- b) Participar em actividades de aperfeiçoamento profissional;
- c) Criar condições para a valorização das artes e dos ofícios tradicionais.

Artigo 6.º

Da difusão cultural

São atribuições da escola, no âmbito cultural:

- a) Promover exposições, conferências, debates e seminários;
- b) Promover realizações e iniciativas de apoio aos valores culturais locais, participando na defesa do património local;
- c) Incrementar a divulgação do artesanato e o intercâmbio de outras manifestações culturais;
- d) Promover actividades de animação musical e de expressão artística.

Artigo 7.º

Da animação sócio-comunitária

São atribuições da escola, no âmbito da animação sócio-comunitária:

- a) Promover encontros entre gerações com características diferentes;
- b) Apoiar actividades organizadas por grupos de jovens;
- c) Facilitar a integração de imigrantes;
- d) Colaborar em iniciativas de solidariedade social.

CAPÍTULO III

Autonomia pedagógica

Artigo 8.º

Conteúdo

A autonomia pedagógica da escola exerce-se através de competências próprias nos domínios da organização e funcionamento pedagógicos, designadamente da gestão de currículos, programas e actividades educativas, da avaliação, da orientação e acompanhamento dos alunos, da gestão de espaços e tempos escolares e da formação e gestão do pessoal docente.

Artigo 9.º

Da gestão de currículos, programas e actividades educativas

Compete à escola:

- a) Coordenar e gerir a implementação dos planos curriculares e programas definidos a nível nacional, no respeito pelas normas orientadoras estabelecidas e mediante selecção de modelos pedagógicos, métodos de ensino e de avaliação, materiais de ensino-aprendizagem e manuais escolares coerentes com o projecto educativo da escola e adequados à variedade dos interesses e capacidades dos alunos;
- b) Participar, em conjunto com outras escolas, na determinação de componentes curriculares regionais e locais que traduzam a inserção da escola no meio e elaborar um plano integrado de distribuição de tais componentes pelas diferentes escolas, de acordo com as características próprias de cada uma;
- c) Organizar actividades de complemento curricular e de ocupação de tempos livres, de acordo com os interesses dos alunos e os recursos da escola;
- d) Planificar e gerir formas de complemento pedagógico e de compensação educativa, no que respeita à diversificação de currículos e programas, bem como à organização de grupos de alunos e individualização do ensino;
- e) Estabelecer protocolos com entidades exteriores à escola para a concretização de componentes curriculares específicas, designadamente as de carácter vocacional ou profissionalizante;
- f) Conceber e implementar experiências e inovações pedagógicas próprias, sem prejuízo de orientações genéricas definidas pelos serviços competentes do Ministério da Educação.

Artigo 10.º

Da avaliação

Compete à escola:

- a) Estabelecer requisitos mínimos de aprendizagem que não impeçam a progressão do aluno e a sua transição de ano escolar;
- b) Proceder à aferição dos critérios de avaliação dos alunos, garantindo a sua coerência e equidade;
- c) Desenvolver métodos específicos de avaliação dos alunos, sem prejuízo da aplicação dos normativos gerais;
- d) Apreciar e decidir sobre reclamações de encarregados de educação relativas ao processo de avaliação dos seus educandos;
- e) Organizar e coordenar as provas de avaliação final e exames a cargo da escola.

Artigo 11.º

Da orientação e acompanhamento dos alunos

Compete à escola:

- a) Promover actividades de informação e orientação escolar e vocacional dos alunos;
- b) Esclarecer os alunos e os encarregados de educação quanto às opções curriculares oferecidas pelas escolas da área e às suas consequências quanto ao prosseguimento de estudos ou inserção na vida activa;
- c) Desenvolver mecanismos que permitam detectar a tempo dificuldades de base, diferentes ritmos de aprendizagem ou outras necessidades dos alunos que exijam medidas de compensação ou formas de apoio adequadas nos domínios psicológico, pedagógico e sócio-educativo;
- d) Organizar e gerir modalidades de apoio sócio-educativo em resposta a necessidades identificadas que afectam o sucesso escolar dos alunos;
- e) Elaborar um regulamento interno que estabeleça as regras de convivência na comunidade escolar, a resolução de conflitos, de situações perturbadoras do regular funcionamento das actividades escolares e a aplicação de sanções a infracções cometidas;
- f) Encaminhar alunos com comportamentos que perturbem o funcionamento adequado da escola para serviços de apoio especializados, ouvidos os encarregados de educação;
- g) Estabelecer os mecanismos de avaliação das infracções e de aplicação das sanções correspondentes, exercendo a acção disciplinar nos termos do regulamento e subordinando-a a critérios educativos;
- h) Estabelecer formas de actuação expeditas, ouvidos os encarregados de educação, em casos de comportamentos anómalos ou infracções disciplinares graves.

Artigo 12.º

Da gestão de espaços escolares

Compete à escola:

- a) Definir critérios e regras de utilização dos espaços e instalações escolares;
- b) Planificar a utilização semanal dos espaços, tendo em conta as actividades curriculares, as de compensação educativa, de complemento curricular e de ocupação de tempos livres, bem como o trabalho de equipas de professores, e as actividades de orientação de alunos e de relação com encarregados de educação;
- c) Determinar, em articulação com a direcção regional de educação respectiva e outras escolas da área, o número total de turmas, o número de alunos por turma/grupo e a hierarquia de prioridades na utilização de espaços;

d) Autorizar, mediante condições definidas pela escola, a utilização de espaços e instalações escolares pela comunidade local.

Artigo 13.º

Da gestão dos tempos escolares

Compete à escola:

- a) Estabelecer o calendário escolar, dentro dos limites de flexibilidade fixados a nível nacional;
- b) Determinar o horário e regime de funcionamento da escola;
- c) Definir critérios para a elaboração de horários de professores e alunos e proceder à execução dessa tarefa;
- d) Organizar as cargas horárias semanais das diferentes disciplinas, incluindo as do currículo nacional, segundo agrupamentos flexíveis de tempos lectivos semanais;
- e) Decidir quanto à necessidade da interrupção das actividades lectivas para a realização de reuniões e acções de formação, dentro de um crédito global estabelecido pelo Ministério da Educação;
- f) Gerir globalmente o desconto de horário semanal atribuído a professores para o exercício de cargos ou de actividades educativas;
- g) Estabelecer e organizar os tempos escolares destinados a actividades de complemento curricular, de complemento pedagógico e de ocupação dos tempos livres.

Artigo 14.º

Da formação e gestão do pessoal docente

Compete à escola:

- a) Participar na formação e actualização dos docentes;
- b) Inventariar carências respeitantes à formação dos professores no plano das componentes científica e pedagógico-didáctica;
- c) Elaborar o plano de formação e actualização dos docentes;
- d) Mobilizar os recursos necessários à formação contínua, através do intercâmbio com escolas da sua área e da colaboração com entidades ou instituições competentes;
- e) Emitir parecer sobre os programas de formação dos professores a quem sejam atribuídos períodos especialmente destinados à formação contínua;
- f) Promover a formação de equipas de professores que possam orientar a implementação de inovações educativas;
- g) Participar, gradual e crescentemente, na selecção e recrutamento do pessoal docente, de acordo com regulamentação a definir e por forma a favorecer a fixação local dos respectivos docentes;
- h) Atribuir o serviço docente, segundo critérios previamente definidos, respeitantes às diferentes áreas disciplinares, disciplinas e respectivos níveis de ensino;
- i) Atribuir os diferentes cargos pedagógicos, segundo critérios previamente definidos, dando a posse para o seu exercício;
- j) Avaliar o desempenho e o serviço docente nos termos da lei;
- l) Decidir sobre os pedidos de resignação de cargos;
- m) Dar parecer sobre pedidos de colocação de pessoal docente em regime especial;
- n) Estabelecer o período de férias do pessoal docente.

CAPÍTULO IV

Autonomia administrativa escolar

Artigo 15.º

Conteúdo

A autonomia administrativa da escola exerce-se através de competências próprias nos serviços de admissão de alunos, de exames e de equivalências e nos domínios da gestão e formação de pessoal não docente, da gestão dos apoios sócio-educativos e das instalações e equipamentos, adoptando procedimentos administrativos que sejam coerentes com os objectivos pedagógicos.

Artigo 16.º

Da admissão dos alunos

Compete à escola:

- a) Organizar o serviço de matrículas;
- b) Elaborar, de acordo com as outras escolas da área pedagógica, o calendário de matrículas, dentro dos limites fixados pelos serviços regionais ou centrais do Ministério da Educação;
- c) Definir, em colaboração com as outras escolas da área pedagógica, os critérios para a admissão dos alunos e controlo de excedentes;
- d) Autorizar a transferência e anulação de matrículas.

Artigo 17.º

Do serviço de exames

Compete à escola:

- a) Proporcionar, sempre que possível, a realização de exames a candidatos residentes na área em que a escola está implantada e que o requeiram;
- b) Decidir da aceitação de inscrições fora de prazo, com base na justificação apresentada;

- c) Colaborar com outras escolas próximas e afins na definição de um esquema de realização do serviço de exames, em termos de maior eficiência e de economia de recursos e tempo;
- d) Resolver de modo expedito situações especiais que ocorreram durante a realização dos exames, desde que não contrariem normativos genéricos.

Artigo 18.º

Das equivalências

Compete à escola:

- a) A concessão de equivalências de estudos nacionais ou realizados no estrangeiro, desde que verificado o preenchimento dos requisitos legais;
- b) Autorizar transferências de alunos para cursos, áreas ou componentes vocacionais diferentes dos que frequentam, verificados os respectivos requisitos curriculares ou outros.

Artigo 19.º

Da gestão e formação de pessoal não docente

Compete à escola:

- a) Inventariar as suas necessidades quanto ao número e qualificação do pessoal técnico, técnico-profissional, administrativo, operário e auxiliar;
- b) Definir critérios de distribuição de serviço ao pessoal não docente;
- c) Estabelecer critérios para a selecção de pessoal a contratar a prazo, incluindo casos de substituição temporária, e proceder à sua contratação;
- d) Gerir o pessoal de apoio no que respeita à atribuição de funções e horários, de acordo com as necessidades da escola e tendo sempre em conta as suas qualificações;
- e) Proceder à classificação de serviço;
- f) Dar parecer sobre os pedidos de colocação do pessoal não docente em regime especial;
- g) Organizar mapas de férias e conceder licença para férias;
- h) Promover a formação do pessoal não docente, podendo estabelecer protocolos com diferentes entidades e instituições para esse efeito, e conceder a dispensa total ou parcial de serviço para frequência de acções de formação.

Artigo 20.º

Da gestão dos apoios sócio-educativos

Compete à escola:

- a) Inventariar as carências e os recursos necessários no domínio do apoio sócio-educativo aos alunos, submetendo o respectivo plano de acção aos serviços competentes;
- b) Autorizar a formação de grupos ou a contratação de serviços de entidades exteriores à escola para efeitos de exploração, organização e funcionamento de serviço de bufete, cantina e papelaria;
- c) Estabelecer protocolos com as autoridades ou outras entidades que possam prestar apoio sócio-educativo em diferentes domínios, designadamente na solução de problemas de transportes;
- d) Mobilizar recursos locais e suscitar a solidariedade da comunidade para acções de apoio sócio-educativo;
- e) Informar os alunos e os encarregados de educação da existência de serviços de apoio sócio-educativo na escola e do seu âmbito e esquema de funcionamento.

Artigo 21.º

Da gestão das instalações e equipamento

[...]

CAPÍTULO V

Gestão financeira

Artigo 22.º

Princípios gerais

1 - Na gestão financeira da escola serão tidos em consideração os princípios da gestão por objectivos, devendo a direcção da escola apresentar anualmente o seu plano de actividades, o qual incluirá o programa de formação do pessoal e o relatório de resultados, para apreciação das direcções regionais de educação.

2 - A gestão financeira deverá respeitar as regras do orçamento por actividades e orientar-se-á pelos seguintes instrumentos de previsão económica:

- a) Plano financeiro anual;
- b) Orçamento privativo.

3 - Compete a cada escola a elaboração da proposta de orçamento e do relatório de contas de gerência.

4 - Os saldos apurados no fim de cada exercício, relativamente às receitas próprias, transitam para o exercício seguinte, devendo, nesse caso, a direcção da escola justificar a razão da não utilização integral das verbas aprovadas e não gastas.

Artigo 23.º

Dotações orçamentais

1 - As dotações para funcionamento das escolas serão distribuídas globalmente nas rubricas «Outras despesas correntes - Diversas» e «Outras despesas de capital - Diversas».

2 - As escolas que libtem pessoal ou reduzam despesas de pessoal serão compensadas com aumento das dotações para funcionamento.

3 - O decreto de execução orçamental regulará a forma de concretização do disposto nos números anteriores, designadamente quanto ao processo de creditar à ordem das escolas as verbas que lhes sejam afectadas e ao ritmo de aplicação às mesmas do processo de globalização das dotações para funcionamento, nos termos do n.º 1 do presente artigo.

Artigo 24.º

[...]

Artigo 25.º

Mapas orçamentais

A aprovação de modelos de mapas relativos a receitas e despesas da escola, previstas e aplicadas mediante o orçamento privativo a que se refere o presente diploma, será feita por portaria dos Ministros das Finanças e da Educação, a aprovar no prazo de 90 dias.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 26.º

Avaliação do sistema

Em conformidade com os princípios e exigência da autonomia da escola, o Ministério da Educação adoptará as estruturas e mecanismos mais adequados para proceder à avaliação sistemática da qualidade pedagógica e dos resultados educativos das escolas sujeitas ao regime definido no presente diploma.

Artigo 27.º

Condições de transição

1 - A adaptação das escolas ao regime de autonomia definido no presente diploma far-se-á de modo progressivo e escalonado no tempo, dependendo das condições e recursos próprios de cada escola.

2 - A concretização da autonomia no estabelecimento de ensino básico e secundário deverá ser preparada de modo conveniente, nomeadamente através da formação adequada dos agentes educativos e administrativos para o exercício pleno da autonomia.

Artigo 28.º

Norma revogatória

É revogado o Decreto-Lei 211-D/86, de 31 de Julho.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 15 de Dezembro de 1988. - Aníbal António Cavaco Silva - Rui Carlos Alvarez Carp - Roberto Artur da Luz Carneiro - Jorge Hernâni de Almeida Seabra.

Promulgado em 19 de Janeiro de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 24 de Janeiro de 1989.

O Primeiro-Ministro, Aníbal António Cavaco Silva.

Anexo III - Decreto-lei n.º 286/89, 29 de agosto

[...]

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Âmbito

O presente diploma estabelece os princípios gerais que ordenam a reestruturação curricular prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 59.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Artigo 2.º

Conceitos gerais

1 - Para efeitos de enquadramento temporal do funcionamento dos ensinos básico e secundário, o conceito de ano escolar corresponde ao período compreendido entre os dias 1 de Setembro de cada ano e 31 de Agosto do ano seguinte, enquanto que o conceito de ano lectivo corresponde a um mínimo de 180 dias efectivos de actividades escolares.

2 - O ano lectivo organiza-se na base de um horário semanal distribuído equilibradamente pelos períodos da manhã e da tarde.

3 - O Ministro da Educação estabelecerá em despacho o programa de cumprimento progressivo do disposto nos números anteriores.

Artigo 3.º

Educação pré-escolar

1 - Deverá ser garantida a possibilidade a todos os pais que o requererem de inscrever os seus filhos num programa de educação pré-escolar, em instituições públicas ou privadas, pelo menos no ano anterior ao 1.º ano de escolaridade, com vista a promover o sucesso na educação escolar.

2 - Por iniciativa do Ministro da Educação será publicado em diploma apropriado um plano de expansão da oferta da educação pré-escolar, estabelecendo os prazos do cumprimento do estabelecido no número anterior, as condições da sua concretização, o âmbito de responsabilidade dos vários intervenientes, bem como os normativos gerais de carácter técnico-pedagógico.

CAPÍTULO II

Organização curricular

Artigo 4.º

Planos curriculares

1 - São aprovados os planos curriculares dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, que constam, respectivamente, dos mapas n.os 1, 2 e 3 anexos ao presente diploma.

2 - É aprovado o plano curricular do ensino secundário, que consta dos mapas n.os 4, 5, 6 e 7 anexos ao presente diploma.

Artigo 5.º

Línguas estrangeiras

[...]

Artigo 6.º

Área Escola

1 - Os planos curriculares dos ensinos básicos e secundário compreendem uma área curricular não disciplinar com a duração anual de 95 a 110 horas, competindo à escola ou à área escolar decidir a respectiva distribuição, conteúdo e coordenação.

2 - São objectivos da área curricular não disciplinar a concretização dos saberes através de actividades e projectos multidisciplinares, a articulação entre a escola e o meio e a formação pessoal e social dos alunos.

3 - Numa primeira fase, a área referida no número anterior será organizada de acordo com a redução correspondente de horas lectivas das disciplinas envolvidas em cada projecto.

4 - Numa segunda fase e na medida do possível, a área curricular não disciplinar passará a dispor de créditos horários próprios, para além das horas lectivas das várias disciplinas.

5 - O Ministro da Educação estabelecerá em despacho o plano de concretização desta área, o qual incluirá a determinação de responsabilidades e iniciativa, bem como sugestões de metodologias e actividades.

Artigo 7.º

Formação pessoal e social

1 - Todas as componentes curriculares dos ensinos básico e secundário devem contribuir de forma sistemática para a formação pessoal e social dos educandos, favorecendo, de acordo com as várias fases de desenvolvimento, a aquisição do espírito crítico e a interiorização de valores espirituais, estéticos, morais e cívicos.

2 - Sem prejuízo do disposto no n.º 4 do presente artigo, é criada, para todos os alunos dos ensinos básico e secundário, a disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, onde se concretizam de modo especial as matérias enunciadas no n.º 2 do artigo 47.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

3 - No 3.º ciclo do ensino básico, a área Escola inclui obrigatoriamente um programa de educação cívica para a participação nas instituições democráticas, cujos conteúdos, depois de submetidos ao parecer do Conselho Nacional de Educação, serão aprovados por despacho do Ministro da Educação, devendo a avaliação do aluno nesta matéria ser considerada para a atribuição do diploma da escolaridade básica.

4 - Em alternativa à disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, os alunos poderão optar pela disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica ou de outras confissões.

5 - É obrigatória a frequência de uma das disciplinas referidas no número anterior.

6 - O Ministro da Educação estabelecerá, em despacho, o conjunto de conteúdos programáticos referentes à disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, bem como o modelo de formação dos docentes encarregados da sua leccionação.

7 - A disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social será proporcionada pelas escolas à medida que o sistema dispuser de docentes para tal habilitados.

Artigo 8.º

Actividades de complemento curricular

1 - Para além das actividades curriculares, os estabelecimentos de ensino organizarão actividades de complemento curricular, de carácter facultativo e natureza eminentemente lúdica e cultural, visando a utilização criativa e formativa dos tempos livres dos educandos.

2 - Entre as actividades mencionadas no número anterior integra-se o desporto escolar, o qual deve ser tornado gradualmente acessível a todos os alunos dos vários ciclos de ensino.

Artigo 9.º

Formações transdisciplinares

1 - Constituem formações transdisciplinares a formação pessoal e social, nos termos constantes do artigo 7.º, a valorização da dimensão humana do trabalho e o domínio da língua materna.

2 - A valorização da dimensão humana do trabalho constitui um objectivo dos ensinos básico e secundário que deve ser progressivamente concretizado através de todas as componentes curriculares, de acordo com o desenvolvimento e o nível etário dos alunos, levando-os à identificação dos seus interesses e aptidões e ao desenvolvimento de competências gerais de empregabilidade.

3 - Todas as componentes curriculares dos ensinos básico e secundário intervêm no ensino-aprendizagem da língua materna, devendo contribuir para o desenvolvimento das capacidades do aluno ao nível da compreensão e produção de enunciados orais e escritos em português.

Artigo 10.º

Avaliação

1 - O regime de avaliação dos alunos é organizado de forma a garantir o controlo da qualidade do ensino.

2 - O regime de avaliação dos alunos deve estimular o sucesso educativo de todos os alunos, favorecer a confiança própria e contemplar os vários ritmos de desenvolvimento e progressão.

3 - O sistema de avaliação dos ensinos básico e secundário será regulamentado em despacho do Ministro da Educação.

CAPÍTULO III

Apoios e recursos educativos

Artigo 11.º

Apoio psicológico e orientação escolar e profissional

O acompanhamento do aluno, individual ou em grupo, ao longo do processo educativo, bem como o apoio no processo de escolha do seu projecto de vida, é garantido pelos serviços de psicologia e orientação escolar.

Artigo 12.º

Recursos educativos

1 - Para a realização da reforma curricular, as escolas devem dispor dos recursos educativos necessários, nomeadamente materiais de apoio escrito e audiovisual, bibliotecas, laboratórios, oficinas e meios informáticos, bem como de espaços e materiais para as actividades lúdicas, incluindo o desporto escolar.

2 - Os recursos educativos mencionados no número anterior devem estar distribuídos de tal forma que todos os alunos a eles tenham acesso periódico.

3 - Os recursos educativos concentram-se em centros de recursos, de forma a racionalizar a sua utilização pelas escolas.

4 - O Ministro da Educação promoverá a publicação dos normativos que definam o processo de distribuição dos recursos educativos, os padrões mínimos de qualidade e quantidade, os prazos e os programas de aquisição.

CAPÍTULO IV

Organização dos grupos de docência

Artigo 13.º

Reestruturação dos grupos de docência

1 - Em acordo com os princípios definidos na Lei de Bases do Sistema Educativo e com as necessidades decorrentes dos novos planos curriculares, o Ministro da Educação definirá por despacho os grupos e respectivas qualificações para a docência nos ensinos básico e secundário.

2 - Os cursos específicos de formação inicial de professores dos ensinos básico e secundário devem ser organizados de acordo com as qualificações definidas para a docência nos termos do número anterior e em conformidade com o artigo 31.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

3 - O regime de transição para os novos quadros de docência constará de disposições regulamentares a publicar pelo Ministro da Educação.

4 - Embora não podendo os professores em exercício ser afectados nos direitos adquiridos, as novas necessidades do sistema determinam a sua participação em acções de formação contínua que visem não só o complemento, aprofundamento e actualização de conhecimentos e de competências profissionais, como também operações de mobilidade e de reconversão profissional.

CAPÍTULO V

Aplicação experimental dos planos curriculares

Artigo 14.º

Desenvolvimento da experiência

[...]

CAPÍTULO VI

Disposições finais

Artigo 15.º Encargos

Os encargos resultantes da execução do presente diploma serão suportados por verbas inscritas ou a inscrever no orçamento do Instituto de Inovação Educacional expressamente destinadas ao desenvolvimento da reforma educativa.

Artigo 16.º

O disposto no n.º 5 do artigo 7.º é aplicável à medida que se efective o preceituado no n.º 7 da mesma disposição legal.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 1 de Junho de 1989. - Aníbal António Cavaco Silva - Miguel José Ribeiro Cadilhe - Roberto Artur da Luz Carneiro.

Promulgado em 5 de Agosto de 1989.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 9 de Agosto de 1989.

Pelo Primeiro-Ministro, Eurico Silva Teixeira de Melo, Vice-Primeiro-Ministro.

MAPA 1

Plano curricular do 1.º ciclo do ensino básico (ver nota a)

Expressão e Educação:

Físico-Motora.

Musical.

Dramática.

Plástica.

Estudo do Meio.

Língua Portuguesa.

Matemática.

Desenvolvimento Pessoal e Social ou Educação Moral e Religiosa Católica (ou de outras confissões).

Área - Escola (ver nota b).

Actividades de complemento curricular (ver nota c).

(nota a) A carga curricular mínima semanal deste ciclo é de 25 horas.

(nota b) A organizar e gerir pelas escolas ou área escolar, nos termos do artigo 6.º (nota c) Actividades facultativas nos termos do artigo 8.º

MAPA 2

Plano curricular do 2.º ciclo do ensino básico

(ver documento original) Área - Escola (ver nota c).

Actividades de complemento curricular (ver nota d).

(nota c) A organizar e gerir pelas escolas, nos termos do artigo 6.º (nota d) Actividades facultativas, nos termos do artigo 8.º

MAPA 3

Plano curricular do 3.º ciclo do ensino básico

(ver documento original) Área - Escola (ver nota d).

Actividades de complemento curricular (ver nota e).

(nota d) a organizar e gerir pelas escolas, nos termos do artigo 6.º (nota e) Actividades facultativas, nos termos do artigo 8.º

MAPA 4

Estrutura global do ensino secundário (distribuição horária)

(ver documento original) Área - Escola (ver nota b).

Actividades de complemento curricular (ver nota c).

(nota b) a organizar e gerir pelas escolas, nos termos do artigo 6.º (nota c) Actividades facultativas, nos termos do artigo 8.º

MAPA 5

Componente de formação geral

(ver documento original)

MAPA 6

Componente de formação específica

(ver documento original)

MAPA 7

Componente de formação técnica (ver nota a)

Cursos (> 1000 horas totais):

Aplicação de Informática.

Artes Gráficas.

Burótica.

Contabilidade.

Design Industrial.

Documentalismo.

Electricidade Industrial.

Electromecânica.

Electrónica.

Disciplinas individuais:

Dactilografia e Processamento de Texto.

Desenho Técnico.

Electrónica.

Mecânica.

Relações Públicas.

Secretariado.

Técnicas de Agro-Pecuária.

Técnicas Comerciais.

Técnicas de Laboratório.

Técnicas de Fabricação Têxtil.

Técnicas de Cerâmica e Vidro.

Tradução e Interpretação.

Informática.

Língua: Francês, Inglês, Alemão (sentido técnico e comercial).

Noções de Comércio.

(nota a) A formação técnica poderá consistir (i) na frequência de um curso estruturado num domínio específico de actividade ou (ii) na frequência de disciplinas de índole técnica em domínios restritos de actividade. Em qualquer caso, a formação ministrada deverá visar essencialmente a obtenção de valências e capacidades que permitam a futura inserção num conjunto alargado de sectores e actividades profissionais.

A lista de cursos e disciplinas apresentada neste quadro tem um carácter indicativo (v. n.º 5 do artigo 47.º da LBSE) e deve ser entendida como uma base sobre a qual as escolas deverão trabalhar a fim de prepararem as suas propostas de formação técnica a incluir nos currículos.

Anexo IV- Decreto-lei n.º 35/90, 25 de janeiro

A gratuitidade da escolaridade obrigatória e os apoios e complementos educativos previstos na Lei 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), são aspectos que, embora distintos, se encontram intimamente relacionados. A relevância dos pontos comuns justifica, e até recomenda, que os dois domínios sejam regulamentados em diploma único, sem prejuízo das matérias específicas da escolaridade obrigatória.

A definição do princípio da gratuitidade da escolaridade obrigatória, agora alargada a um período de nove anos, pressupõe o objectivo de tornar efectiva a universalidade do ensino básico, garantindo a todas as crianças o acesso à escola, a obtenção das qualificações mínimas que as habilitem ou a prosseguir os estudos ou a enveredar pela actividade profissional e, em consequência, as condições indispensáveis não só à concretização daquele objectivo como também à prossecução de um efectivo sucesso escolar.

[...]

Aos apoios económicos, tais como a atribuição de livros e material escolar, a concessão de bolsas de estudo, de isenção de propinas e de empréstimos para prosseguimento de estudos;

Aos transportes escolares, destinados a assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e a possibilitar a continuação dos estudos;

Ao seguro escolar, destinado a garantir cobertura financeira na assistência a alunos sinistrados.

No que se refere ao apoio de saúde escolar, serão desenvolvidas acções de prevenção e educação para a saúde. Para permitir uma maior adaptabilidade do conteúdo dos benefícios concedidos às condições sócio-económicas dos destinatários e aos meios financeiros disponíveis, remete-se para portaria do Ministro da Educação a regulamentação do conteúdo das acções previstas.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei 46/86, de 14 de Outubro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Âmbito da aplicação

O presente diploma aplica-se aos alunos que frequentam o ensino não superior em estabelecimentos de ensino oficial, particular ou cooperativo.

Artigo 2.º

Cumprimento da escolaridade obrigatória

1 - A frequência do ensino básico, com a duração de nove anos, é obrigatória para todas as crianças em idade escolar, nos termos do disposto no artigo 6.º da Lei 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo).

2 - Os alunos com necessidades educativas específicas, resultantes de deficiências físicas ou mentais, estão sujeitos ao cumprimento da escolaridade obrigatória, não podendo ser isentos da sua frequência.

3 - A frequência a que se refere o número anterior processa-se em estabelecimentos regulares de ensino ou em instituições específicas de educação especial, quando comprovadamente o exijam o tipo e o grau de deficiência do aluno.

Artigo 3.º

Gratuidade da escolaridade obrigatória

1 - Durante o período da escolaridade obrigatória o ensino é gratuito.

2 - A gratuitidade da escolaridade obrigatória consiste na isenção total de propinas, taxas e emolumentos relacionados com a matrícula, a frequência escolar e a certificação de aproveitamento.

3 - Além do disposto no número anterior, a gratuitidade abrange ainda o seguro escolar e a faculdade de dispor, nos termos do presente diploma, de apoios complementares que favoreçam a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.

4 - O disposto nos números anteriores não prejudica a eventual existência de taxas ou outro modo de participação nos custos, decorrentes de acções de natureza extracurricular ou de ocupação de tempos livres, bem como de actividades extraordinárias, promovidas pelos estabelecimentos de ensino e organizadas por estes isoladamente ou em colaboração com associações de pais e encarregados de educação ou quaisquer outras entidades.

Artigo 4.º

Apoios e complementos educativos

Os apoios e complementos educativos exercem-se nos domínios da orientação e psicologia educacional, da acção social escolar e da saúde escolar.

CAPÍTULO II

Apoios e complementos educativos

Artigo 5.º

Apoios e complementos

1 - Os apoios e complementos educativos incluem modalidades de aplicação geral e modalidades de aplicação restrita.

2 - São modalidades de aplicação geral as que são susceptíveis de abranger todos os alunos, designadamente os apoios alimentares, os transportes escolares e os esquemas de alojamento.

3 - São modalidades de aplicação restrita as que se destinam, em exclusivo, aos alunos de mais baixos recursos sócio-económicos, designadamente a cedência de livros e material escolar e os auxílios económicos directos.

4 - Sem prejuízo do seu carácter geral, a gestão das modalidades a que se refere o n.º 2 orienta-se por critérios de compensação a favor dos alunos mais carenciados.

Artigo 6.º

Prioridade por níveis de educação e ensino

1 - A aplicação das diversas modalidades de apoios e complementos educativos aos diferentes níveis de ensino deve ter em conta a especificidade da acção educativa própria, os grupos etários envolvidos e a organização da rede nacional respectiva.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a política de apoios e complementos educativos, designadamente na afectação de recursos, deve atribuir prioridade ao ensino básico e às modalidades de educação especial.

Artigo 7.º

Níveis de comparticipação

1 - O acesso aos apoios e complementos educativos é gratuito ou comparticipado, consoante a situação sócio-económica dos alunos.

2 - Os níveis de comparticipação são anualmente definidos tendo em consideração os factores pertinentes, designadamente o rendimento familiar, a composição da família, encargos especiais da família por doença, deficiência ou outro motivo atendível, sujeitos a critérios de equidade e de justiça social.

Artigo 8.º

Referenciais de aplicação

Para efeitos de definição do universo populacional abrangido pelas modalidades de aplicação restrita, em cada ano escolar são fixadas tabelas indicativas com base em referenciais sócio-económicos.

SECÇÃO I

Orientação e psicologia educacional

Artigo 9.º

Apoio psicológico e orientação escolar e profissional

1 - O apoio psicológico e a orientação escolar e profissional traduzem-se num conjunto de acções diversificadas, que visam o acompanhamento do aluno, individual ou em grupo, ao longo do processo educativo, bem como o apoio psico-pedagógico às actividades educativas e ao desenvolvimento do sistema de relações da comunidade escolar.

2 - O apoio referido no número anterior é prestado por serviços especializados.

SECÇÃO II

Modalidades de acção social escolar

Artigo 10.º

Apoios alimentares

O apoio a prestar em matéria de alimentação abrange:

- a) A distribuição diária e gratuita de leite;
- b) A atribuição de refeições subsidiadas ou gratuitas;
- c) A promoção de acções no âmbito da educação e higiene alimentar.

Artigo 11.º

Programa de leite escolar

1 - O programa de leite escolar tem finalidades educativas e de saúde.

2 - Os alunos do ensino básico recebem o leite escolar, diário e gratuitamente, ao longo de todo o ano lectivo.

3 - Serão assegurados todos os cuidados necessários em matéria de higiene, conservação e garantia das boas condições em que o leite é distribuído.

4 - Promover-se-á o consumo de leite e seus derivados junto dos alunos do ensino secundário, mediante a sua venda não lucrativa nos respectivos estabelecimentos escolares.

5 - No caso da população referida no n.º 2 deste artigo, poderão ser associados ao leite escolar outros alimentos nutritivos, tendo em conta, designadamente, as necessidades alimentares dos alunos.

Artigo 12.º

Refeitórios

1 - Os estabelecimentos de ensino devem dispor de refeitórios escolares.

2 - Nos casos em que o número de alunos não justifique a sua existência, o refeitório pode ser substituído pela utilização de refeitórios de estabelecimentos vizinhos ou outras formas de prestação de serviço.

3 - Os refeitórios fornecerão o almoço e, quando funcionem por cursos nocturnos e o número de alunos o justifique, também o jantar.

4 - As refeições são fornecidas sem fins lucrativos, não prejudicando o esquema de auxílios económicos previsto no presente diploma.

Artigo 13.º

Bufetes

- 1 - Para além dos refeitórios, os estabelecimento de ensino podem dispor de um serviço de bufete.
- 2 - Nos casos em que os estabelecimentos não disponham de refeitório e os respectivos alunos não possam frequentar um refeitório localizado a distância razoável, o bufete terá uma função supletiva daquele, para o que será convenientemente apetrechado e dotado dos meios necessários.

Artigo 14.º

[...]

Artigo 15.º

Transportes escolares

- 1 - Aos alunos dos ensinos básico e secundário que residam em localidades que não disponham de estabelecimentos escolares acessíveis a pé, em termos de distância ou de tempo, nem de transportes públicos colectivos utilizáveis será facultado um esquema adequado de transportes escolares.
- 2 - Será assegurado o transporte escolar dentro da área de residência aos alunos com dificuldades de locomoção ou que necessitem de se deslocar para frequência de modalidades de educação especial.
- 3 - A utilização do esquema de transportes escolares será gratuita para os alunos do ensino básico e comparticipada para os do ensino secundário.
- 4 - A organização e controlo do funcionamento dos transportes escolares é da competência dos municípios de residência dos alunos, nos termos do Decreto-Lei 299/84, de 5 de Setembro.

Artigo 16.º

Alojamento

- 1 - Com vista a garantir o cumprimento da escolaridade obrigatória e o acesso à escola por parte de alunos forçados a separarem-se da família durante o período de frequência da escola será organizado um esquema de apoio ao alojamento.
- 2 - O apoio ao alojamento pode abranger as seguintes modalidades:
 - a) Rede oficial de residências para estudantes;
 - b) Colocações familiares;
 - c) Acordos de cooperação com entidades privadas.
- 3 - No apoio ao alojamento é atribuída primeira prioridade aos alunos com fracos recursos económicos que frequentem o ensino básico ou estruturas de educação especial.
- 4 - Em qualquer das modalidades referidas no n.º 2, o custo suportado pelo aluno é comparticipado, sem prejuízo do esquema de apoios económicos previsto neste diploma.

Artigo 17.º

Prevenção e seguro escolar

[...]

Artigo 18.º

Cedência de livros e material escolar

- 1 - Os livros e material escolar são atribuídos em espécie.
- 2 - Aos alunos com necessidades educativas especiais são atribuídas as ajudas técnicas, os livros e o material escolar adequados, de acordo com a avaliação dos serviços competentes.

Artigo 19.º

Auxílios económicos

- 1 - Os auxílios económicos directos são formas de apoio sócio-educativo destinados a alunos de mais fracos recursos, visando contribuir para que possam fazer face aos encargos directa ou indirectamente relacionados com as actividades escolares e circum-escolares.
- 2 - Os auxílios económicos directos abrangem as seguintes modalidades:
 - a) Isenção de propinas;
 - b) Bolsa de estudo;
 - c) Empréstimo.

Artigo 20.º

Isenção de propinas

A modalidade «isenção de propinas» aplica-se aos alunos do ensino secundário que, nos termos do disposto no artigo 8.º, se situem no respectivo referencial sócio-económico.

Artigo 21.º

Bolsa de estudo

- 1 - A modalidade «bolsa de estudo» tem carácter mensal durante o período do ano lectivo e aplica-se aos alunos do ensino secundário que, nos termos do disposto no artigo 8.º, se situem no respectivo referencial sócio-económico.
- 2 - A fixação do montante das bolsas de estudo é estabelecida por despacho do Ministro da Educação, tendo em atenção o nível de ensino a que respeita, a condição sócio-económica do aluno e os encargos que visa satisfazer.

Artigo 22.º

[...]

Artigo 23.º

Serviços de acção social escolar

- 1 - A acção social escolar desenvolve-se no âmbito da educação escolar e visa assegurar as condições que permitam, com sucesso, o efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória e a frequência da escola após o ensino básico.
- 2 - Os serviços de acção social escolar exercem a sua actividade nos estabelecimentos de ensino públicos.

Artigo 24.º

Apoio da saúde escolar

[...]

CAPÍTULO III

Disposições finais e transitórias

Artigo 25.º

Ensino particular e cooperativo

O cálculo dos encargos decorrentes da aplicação do presente diploma ao ensino particular e cooperativo e a assumir por conta das dotações do Estado será feito com base nos custos relativos ao ensino oficial.

Artigo 26.º

Financiamento

Constituem fontes de financiamento do conjunto de acções previstas no presente diploma:

- a) As verbas inscritas no Orçamento do Estado;
- b) As receitas próprias do Instituto de Apoio Sócio-Educativo;
- c) As receitas próprias dos municípios;
- d) Os fundos provenientes da CEE ou de outras organizações internacionais no âmbito de programas específicos de apoio a alunos carenciados.

Artigo 27.º

Regulamentação

- 1 - As normas de execução destinadas a concretizar a gratuidade da escolaridade obrigatória serão aprovadas por portaria do Ministro da Educação.
- 2 - Quando das acções de concretização previstas no número anterior resultar aumento de encargos, a portaria de aprovação deverá também ser assinada pelo Ministro das Finanças.

Artigo 28.º

Disposição transitória

A aplicação do disposto no presente diploma ao ensino particular e cooperativo far-se-á de modo gradual, de acordo com os meios financeiros disponíveis e com base no disposto no Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei 553/80, de 21 de Novembro.

Artigo 29.º

Norma revogatória

É revogado o artigo 6.º do Decreto-Lei 301/84, de 7 de Setembro, na redacção dada pelo artigo 2.º do Decreto-Lei 243/87, de 15 de Junho.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 16 de Novembro de 1989. - Aníbal António Cavaco Silva - Miguel José Ribeiro Cadilhe - José Manuel Nunes Liberato - Roberto Artur da Luz Carneiro - Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares.

Promulgado em 12 de Janeiro de 1990.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 16 de Janeiro de 1990.

O Primeiro-Ministro, Aníbal António Cavaco Silva.

Anexo V - Decreto-lei n.º 172/91, 10 de maio

A gestão democrática dos estabelecimentos dos ensinos básico e secundário constitui uma referência importante na evolução da escola portuguesa. Os princípios de participação e de democraticidade que a inspiram alteraram profundamente as relações no interior da escola, favoreceram a sua abertura à mudança e despertaram nos professores novas atitudes de responsabilidade.

A Lei de Bases do Sistema Educativo, em acordo com o artigo 77.º da Constituição da República Portuguesa, reitera o valor desses princípios e refere explicitamente a sua extensão a todos os intervenientes implicados no processo educativo. Em consequência, a própria lei prevê a alteração dos modelos de gestão vigentes, de modo a satisfazerem as exigências agora definidas. Paralelamente, a reforma do sistema educativo pressupõe uma inserção da escola na estrutura da administração educacional que obriga à transferência de poderes de decisão para o plano local. O Decreto-Lei 43/89, de 3 de Fevereiro, já se integra no conjunto das medidas da reforma educativa, garantindo particular relevância à escola como entidade decisiva nos planos cultural, pedagógico, administrativo e financeiro e conferindo-lhe nessas vertentes vasta autonomia.

Finalmente, a experiência acumulada durante estes 15 anos de gestão democrática recomenda algumas alterações no modelo vigente, de modo a conciliar o intransigente requisito de democraticidade com as necessárias exigências de estabilidade, eficiência e responsabilidade.

Resta estabelecer o ordenamento jurídico dos órgãos de direcção, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, conforme determina o artigo 59.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

O presente diploma define um modelo de direcção e gestão que, nas suas linhas conceptuais, é comum a todos os estabelecimentos de educação e de ensino, mas que se concretiza em modalidades específicas. Introduce o conceito de área escolar para os estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, com a dupla acepção pedagógica e administrativa, permitindo agregar lugares de monodocência destes níveis educativos e respondendo já à estrutura da nova rede escolar prevista.

O diploma concretiza os princípios de representatividade, democraticidade e integração comunitária. Efectivamente, no conselho de área escolar e de escola, através do processo de eleição, encontram-se representados os intervenientes na comunidade escolar, competindo a este órgão colegial as funções de direcção.

A estabilidade e a eficiência da administração e gestão são garantidas por um órgão unipessoal, o director executivo, designado através de concurso pelo conselho de área escolar ou de escola, perante quem é responsável.

Os órgãos de direcção, administração e gestão são ainda apoiados por órgãos consultivos e por serviços especializados de natureza técnico-pedagógica e administrativa.

O modelo agora instituído pretende assegurar à escola as condições que possibilitam a sua integração no meio em que se insere. Exige o apoio e a participação alargada da comunidade na vida da escola. Estabelece claramente os vários níveis de responsabilização, quer perante o conselho de área escolar ou de escola, quer perante a administração educativa. Garante, simultaneamente, a prossecução de objectivos educativos nacionais e a afirmação da diversidade através do exercício da autonomia local e a formulação de projectos educativos próprios. Confere estabilidade aos órgãos de gestão no quadro de um cuidado equilíbrio de poderes que assegura a máxima democraticidade do sistema e a sua inequívoca representatividade local. Situa a escola numa nova dimensão de liberdade e de responsabilidade, essencial à realização da reforma educativa.

[...]

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Objecto

1 - O presente diploma define o regime de direcção, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

2 - A estrutura de gestão dos estabelecimentos de ensino em que, nos termos da lei, se leccionem, conjuntamente, o 1.º e 2.º ciclos ou os 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico será definida em decreto regulamentar.

Artigo 2.º

Âmbito

O presente diploma aplica-se aos estabelecimentos de educação e de ensino públicos.

Artigo 3.º

Definição de conceitos

1 - Para os efeitos do presente diploma, entende-se por:

a) Escola - estabelecimento de ensino do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico ou do ensino secundário ou estabelecimento de educação pré-escolar ou do 1.º ciclo do ensino básico não integrado numa área escolar;

- b) Área escolar - grupo de estabelecimentos de educação pré-escolar e ou do 1.º ciclo do ensino básico, agregados por áreas geográficas, que dispõem de órgãos de direcção, administração e gestão comuns;
- c) Administração educativa - serviços e organismos centrais e regionais do Ministério da Educação.
- 2 - Salvo disposição em contrário, o estabelecido no presente diploma para a escola e seus órgãos aplica-se, com as devidas adaptações, à área escolar e respectivos órgãos.

Artigo 4.º

Direcção, administração e gestão

- 1 - Os estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico organizam-se em áreas escolares, com órgãos próprios de direcção, administração e gestão.
- 2 - No 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário a direcção, administração e gestão são asseguradas por órgãos próprios de cada estabelecimento de ensino.

Artigo 5.º

Órgãos e serviços

[...]

Artigo 6.º

Estabelecimentos não agrupados

- 1 - Os estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico que, pela sua dimensão, justifiquem a existência de órgãos próprios de direcção, administração e gestão podem não ser integrados em áreas escolares, sendo designados por escolas.
- 2 - A aplicação do disposto no número anterior depende de despacho do Ministro da Educação, exarado sobre proposta fundamentada da direcção regional de educação competente.
- 3 - Nas escolas referidas no presente artigo o conselho de área escolar toma a designação de conselho de escola.
- 4 - Salvo disposição em contrário, e para efeitos deste artigo, o disposto no presente diploma para as áreas escolares e seus órgãos aplica-se, com as devidas adaptações, às escolas referidas no n.º 1 e respectivos órgãos.

CAPÍTULO II

Órgãos de direcção

Artigo 7.º

Conselhos de escola e de área escolar

Os conselhos de escola e de área escolar são os órgãos de direcção, respectivamente, da escola e da área escolar, e de participação dos diferentes sectores da comunidade, responsáveis, perante a administração educativa, pela orientação das actividades da escola ou área escolar, com vista ao desenvolvimento global e equilibrado do aluno, no respeito pelos princípios constitucionais e pelos princípios consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo.

Artigo 8.º

Competências

- 1 - Compete, genericamente, ao conselho de escola:
- a) Eleger o respectivo presidente de entre os representantes dos docentes que o integram;
 - b) Eleger o director executivo, destituí-lo ou renovar o seu mandato;
 - c) Aprovar o regulamento interno da escola;
 - d) Aprovar o projecto educativo da escola;
 - e) Aprovar os planos plurianual e anual de actividades da escola;
 - f) Aprovar o projecto de orçamento anual da escola;
 - g) Apreciar os relatórios trimestrais de situação;
 - h) Aprovar o relatório anual de actividades;
 - i) Aprovar o relatório das contas de gerência;
 - j) Definir os princípios que orientam as relações da escola com a comunidade, com as instituições e organismos com responsabilidade em matéria educativa e com outras escolas, nacionais ou estrangeiras;
 - l) Definir os critérios de participação da escola em actividades culturais, desportivas e recreativas, bem como em acções de outra natureza, a que possa prestar colaboração;
 - m) Estabelecer os critérios de realização de actividades de apoio aos valores culturais locais;
 - n) Actuar, no âmbito das suas atribuições, como órgão de resolução de conflitos entre outros órgãos da escola;
 - o) Aprovar as normas e critérios de acção social escolar, dentro dos limites fixados pela lei;
 - p) Determinar a aplicação de penas de suspensão de nove dias a um ano a alunos, na sequência de processo disciplinar;
 - q) Apreciar e decidir os recursos interpostos das decisões do director executivo previstas na alínea b) do n.º 3 do artigo 17.º;
 - r) Exercer as demais competências fixadas na lei ou no regulamento interno da escola.
- 2 - As deliberações referidas nas alíneas a) a f) do número anterior são tomadas por maioria absoluta dos membros do conselho em efectividade de funções, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 22.º 3 - O conselho de área escolar deve prever a adaptação dos documentos referidos nas alíneas c), d) e e) do n.º 1 às necessidades de cada núcleo, garantindo a sua individualidade.

Artigo 9.º

Composição

1 - O conselho de escola dos estabelecimentos onde se ministra o ensino secundário é composto por:

- a) Nove representantes dos docentes, sendo um docente da educação recorrente, quando exista;
- b) Três representantes dos alunos do ensino secundário, designados pela associação de estudantes ou, caso esta não exista, eleitos para o efeito;
- c) Um representante do pessoal não docente;
- d) Dois representantes da associação de pais e encarregados de educação ou, caso esta não exista, dois representantes dos pais e encarregados de educação eleitos para o efeito;
- e) Um representante da câmara municipal;
- f) Um representante dos interesses sócio-económicos da região;
- g) Um representante dos interesses culturais da região.

2 - O conselho de área escolar e o conselho de escola dos estabelecimentos de ensino onde não é ministrado o ensino secundário é composto por:

- a) Sete representantes dos docentes, sendo um da educação recorrente, quando exista;
- b) Um representante do pessoal não docente;
- c) Três representantes da associação de pais e encarregados de educação ou, caso esta não exista, três representantes dos pais e encarregados de educação eleitos para o efeito;
- d) Um representante da câmara municipal;
- e) Um representante dos interesses sócio-económicos da região;
- f) Um representante dos interesses culturais da região.

3 - No conselho de área escolar das áreas em que se encontram agregados estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico a representação dos educadores de infância e a representação dos professores do 1.º ciclo são proporcionais ao respectivo número, mas nunca inferiores a um.

4 - O director executivo e o presidente do conselho pedagógico participam nas reuniões do conselho de escola, sem direito a voto.

Artigo 10.º

Alteração da composição do conselho de escola

1 - Não sendo designados os representantes dos interesses sócio-económicos e dos interesses culturais da região, no prazo de 15 dias após a designação dos restantes membros do conselho de escola, deve ser comunicada à direcção regional de educação competente a omissão verificada, a fim de serem promovidas as diligências adequadas.

2 - Na impossibilidade manifesta de ser assegurada a representação dos interesses sócio-económicos e dos interesses culturais da região ou enquanto não forem designados estes representantes, é de cinco o número de representantes do corpo docente no conselho de área escolar e no conselho de escola dos estabelecimentos de ensino dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e de sete no conselho de escola dos estabelecimentos de ensino secundário.

3 - Se apenas um dos representantes dos interesses referidos no número anterior não for designado, o número de docentes nos conselhos de área escolar e de escola dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico é de seis e de oito no conselho de escola do ensino secundário.

Artigo 11.º

Mandato dos membros do conselho de escola

1 - Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, o mandato dos membros do conselho de escola tem a duração de quatro anos.

2 - O exercício do cargo de presidente do conselho de escola tem a duração de um ano.

3 - O mandato dos representantes dos alunos, pais e encarregados de educação tem a duração de um ano.

4 - A mudança de escola dos representados do pessoal docente, do pessoal não docente ou dos alunos, bem como a alteração na representação da autarquia local e da associação de pais, determina a cessação do mandato dos respectivos representantes e a correspondente substituição.

Artigo 12.º

Responsabilidade dos membros do conselho de escola

Os membros do conselho de escola respondem civilmente perante a administração educativa nos termos gerais de direito, sem prejuízo do disposto no n.º 5 do artigo 15.º do presente diploma.

Artigo 13.º

Cessaçã dos mandatos dos membros do conselho de escola

1 - O mandato dos membros do conselho de escola pode ser dado por findo pelo director regional de educação da respectiva área, na sequência de procedimento disciplinar, com fundamento em aplicação de pena de multa ou superior, no caso dos funcionários ou agentes, ou pena de suspensão superior a oito dias, no caso dos alunos.

2 - A falta de comparência injustificada a três reuniões seguidas ou cinco interpoladas do conselho de escola origina a perda do mandato.

3 - O mandato dos membros do conselho de escola pode ser dado por findo após comunicação fundamentada ao presidente do mesmo órgão com a antecedência mínima de 30 dias ou, no caso do presidente, após comunicação fundamentada ao conselho de escola com a antecedência mínima de 45 dias.

4 - O mandato dos membros do conselho de escola pode ainda cessar nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 11.º

Artigo 14.º

Exercício de funções após a cessação do mandato

1 - Os membros do conselho de escola assegurarão o exercício de funções até à tomada de posse dos novos titulares, designadamente nos casos previstos nos n.os 3 e 4 do artigo 13.º 2 - Nos casos previstos nos n.os 1 e 2 do artigo 13.º do presente diploma, os membros do conselho de escola cessam imediatamente funções.

Artigo 15.º

Funcionamento

[...]

CAPÍTULO III

Órgãos de administração e gestão

SECÇÃO I

Director executivo

Artigo 16.º

Administração e gestão

1 - O director executivo é o órgão de administração e gestão do estabelecimento de ensino nas áreas cultural, pedagógica, administrativa e financeira, responsável perante a administração educativa pela compatibilização das políticas educativas definidas a nível nacional, com as orientações do conselho de escola, tendo em vista níveis de qualidade de ensino que satisfaçam as aspirações da comunidade escolar.

2 - O director executivo é coadjuvado no exercício das suas funções por adjuntos, em número a fixar no despacho previsto no n.º 2 do artigo 49.º, de acordo com o número de alunos, o número de lugares docentes e o regime de funcionamento da escola.

3 - O director executivo designa o adjunto, que o substitui nas suas ausências e impedimentos.

Artigo 17.º

Competências

[...]

Artigo 18.º

Designação do director executivo

1 - O director executivo é, obrigatoriamente, um docente profissionalizado, pertencente a nível de ensino ministrado na escola a que concorre, com, pelo menos, cinco anos de bom e efectivo serviço, devendo possuir formação especializada em gestão pedagógica e administração escolar, nos termos a definir por portaria do Ministro da Educação.

[...]

Artigo 19.º

Adjuntos

Os adjuntos são nomeados pelo conselho de escola, de preferência de entre os docentes da escola, mediante proposta do director executivo.

Artigo 20.º

Mandato do director executivo e dos adjuntos

1 - O mandato do director executivo tem a duração de quatro anos, com dispensa total do exercício de funções lectivas, passível de renovação por mais um mandato, sem concurso.

2 - O director regional de educação competente pode autorizar o exercício de funções lectivas pelo director executivo, a requerimento do próprio.

3 - Na situação prevista no n.º 5 do artigo 18.º o mandato do director executivo tem a duração de um ano.

4

Artigo 21.º

Responsabilidade do director executivo

1 - O director executivo, no cumprimento do respectivo mandato, é responsável perante o conselho de escola, devendo pautar a sua actuação por princípios de zelo, eficiência e eficácia.

2 - O director executivo, no exercício das suas competências, é ainda especialmente responsável perante a administração educativa pela gestão pedagógica, administrativa, financeira e patrimonial da escola.

Artigo 22.º

Cessação do mandato do director executivo e dos adjuntos

1 - O mandato do director executivo pode cessar quando assim for deliberado, no final do ano lectivo, por mais de dois terços dos membros do conselho de escola, com fundamento em manifesta desadequação da respectiva administração e gestão, baseada em factos provados e informações devidamente fundamentadas, oriundas dos intervenientes no processo educativo.

2 - O mandato do director executivo pode cessar em qualquer momento por incumprimento dos respectivos deveres, gerais ou especiais, nos termos do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local.

3 - O mandato do director executivo pode ser dado por findo pelo conselho de escola, a solicitação do interessado, por motivos devidamente justificados, em requerimento apresentado com a antecedência mínima de 45 dias.

4 - Os adjuntos são livremente e a todo o tempo exonerados pelo director executivo, mediante comunicação fundamentada ao conselho de escola.

Artigo 23.º

Exercício de funções após a cessação do mandato

1 - O director executivo e os respectivos adjuntos assegurarão o exercício das suas funções até à tomada de posse dos novos titulares, designadamente nos casos previstos no n.º 3 do artigo anterior.

2 - Nos casos previstos nos n.os 1 e 2 do artigo 22.º, o director executivo é designado pelo director regional de educação competente pelo período necessário à escolha de novo titular pelo conselho de escola.

Artigo 24.º

Delegação de competências

As competências atribuídas nos termos legais ao director executivo podem ser por este delegadas nos respectivos adjuntos de acordo com o disposto na portaria prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 49.º

SECÇÃO II

Conselho administrativo

Artigo 25.º

Conselho administrativo

O conselho administrativo é o órgão deliberativo em matéria de gestão administrativa e financeira da escola, nos termos das disposições legais em vigor.

Artigo 26.º

Competências

Compete, genericamente, ao conselho administrativo autorizar a realização e pagamento das despesas, nos termos legalmente previstos, e acompanhar e verificar a legalidade da gestão administrativo-financeira da escola.

Artigo 27.º

Composição

O conselho administrativo é composto pelo director executivo, que presidirá, e por:

- a) Um dos adjuntos, para o efeito designado;
- b) Chefe dos serviços de administração escolar.

Artigo 28.º

Funcionamento

1 - O conselho administrativo reúne, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que seja convocado pelo respectivo presidente, por sua iniciativa ou por solicitação de qualquer dos seus membros.

2 - O conselho administrativo apenas pode deliberar quando estiver presente a maioria dos seus membros em efectividade de funções.

3 - As deliberações são tomadas por maioria de votos, dispondo o presidente de voto de qualidade.

4 - Das reuniões do conselho administrativo são lavradas actas.

5 - Os membros do conselho administrativo são solidariamente responsáveis pelas deliberações tomadas, excepto se fizerem consignar em acta a sua discordância ou se não tiverem estado presentes.

SECÇÃO III

Coordenador de núcleo

Artigo 29.º

Coordenador de núcleo

1 - Na área escolar a coordenação da actividade de cada núcleo é assegurada por um coordenador, eleito pelo respectivo pessoal docente.

2 - O mandato do coordenador de núcleo tem a duração de quatro anos.

Artigo 30.º

Competências

Compete, genericamente, ao coordenador de núcleo:

[...]

CAPÍTULO IV

Órgão e estruturas de orientação educativa

SECÇÃO I

Conselho pedagógico

Artigo 31.º

Órgão de orientação educativa

O conselho pedagógico é o órgão de coordenação e orientação educativa, prestando apoio aos órgãos de direcção, administração e gestão da escola, nos domínios pedagógico-didáctico, de coordenação da actividade e animação educativas, de orientação e acompanhamento de alunos e de formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente.

Artigo 32.º

Competências

Compete, genericamente, ao conselho pedagógico:

- a) Eleger o presidente de entre os docentes que o integram;
- b) Elaborar e propor o regulamento interno da escola;
- c) Elaborar e propor o projecto educativo da escola;
- d) Elaborar e propor os planos plurianual e anual de actividades da escola;
- e) Emitir parecer sobre o projecto de orçamento anual da escola;
- f) Elaborar e submeter à aprovação do conselho de escola o plano de formação e actualização do pessoal docente e não docente, bem como acompanhar a respectiva concretização;
- g) Elaborar proposta e emitir parecer nos domínios da gestão de currículos, programas e actividades de complemento curricular;
- h) Elaborar proposta e emitir parecer nos domínios da orientação, acompanhamento e avaliação dos alunos, bem como da gestão de apoios educativos;
- i) Emitir parecer, por sua iniciativa ou quando solicitado sobre qualquer matéria de natureza pedagógica;
- j) Exercer as demais competências fixadas na lei ou no regulamento interno da escola.

Artigo 33.º

Composição

1 - Nas áreas escolares o conselho pedagógico é composto pelos seguintes membros:

- a) Representantes dos docentes;
- b) Director executivo;
- c) Dois representantes da associação de pais ou encarregados de educação ou, caso esta não exista, dois representantes dos pais e encarregados de educação, eleitos para o efeito;
- d) Coordenadores de núcleo.

2 - O número de representantes dos docentes referidos na alínea a) do número anterior, num máximo de três ou cinco, consoante o número de docentes em funções na área escolar seja inferior ou superior a 50, é fixado pelo conselho da área escolar, sob proposta do director executivo.

3 - Por solicitação do director executivo, a equipa de educação especial e os serviços de psicologia e orientação participarão, sem direito a voto, nas reuniões cuja matéria o justifique.

4 - Nos estabelecimentos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário o conselho pedagógico é composto pelos seguintes membros:

- a) Director executivo;
- b) Chefes dos departamentos curriculares;
- c) Coordenadores de ano dos directores de turma;
- d) Chefe do departamento de formação;
- e) Dois representantes da associação de pais e encarregados de educação ou, caso esta não exista, dois representantes dos pais e encarregados da educação, eleitos para o efeito;
- f) Três representantes dos alunos do 3.º ciclo, designados pela associação de estudantes ou, caso esta não exista, eleitos para o efeito, nos estabelecimentos em que se ministre o 2.º e 3.º ciclos do ensino básico;
- g) Dois representantes dos alunos do ensino secundário e um representante dos alunos do 3.º ciclo do ensino básico, designados pela associação de estudantes ou, caso esta não exista, eleitos para o efeito, nos estabelecimentos em que se ministre o 3.º ciclo do ensino básico e o ensino secundário;
- h) Três representantes dos alunos do ensino secundário, designados pela associação de estudantes ou, caso esta não exista, eleitos para o efeito, nos estabelecimentos onde se ministre exclusivamente esse nível de ensino;
- i) Responsável pelos serviços de psicologia e orientação.

5 - Na designação dos representantes dos alunos referidos no número anterior devem ser tomados em consideração os trabalhadores-estudantes, sempre que no estabelecimento se leccionem cursos nocturnos.

Artigo 34.º

Alteração da composição

1 - Por iniciativa do seu presidente ou de um terço dos seus membros, a composição do conselho pedagógico pode ser alargada a outros membros do corpo docente da escola, em função de interesses de natureza pedagógica, mediante deliberação da maioria simples dos membros do conselho em efectividade de funções.

2 - Os membros designados a que se refere o número anterior não podem exceder 10% dos docentes com assento no conselho pedagógico nos termos do artigo 33.º

Artigo 35.º

Funcionamento

1 - O conselho pedagógico reúne, ordinariamente, duas vezes por período escolar e, extraordinariamente, sempre que seja convocado pelo respectivo presidente, por sua iniciativa ou por solicitação da maioria dos respectivos membros.

2 - O conselho pedagógico reúne com a presença de mais de metade dos seus membros em efectividade de funções.

3 - Sem prejuízo dos casos em que o regimento exija maioria qualificada, as decisões do conselho pedagógico são tomadas por maioria simples de votos, dispondo o presidente de voto de qualidade.

4 - Das reuniões do conselho pedagógico são lavradas actas, sendo admitidas declarações de voto devidamente fundamentadas.

Secção II

Estruturas de orientação educativa

Artigo 36.º

Estruturas de orientação educativa

1 - As estruturas de orientação educativa que colaboram com o conselho pedagógico no exercício da respectiva competência são as seguintes:

- a) Departamento curricular;
- b) Chefe de departamento curricular;
- c) Conselho de turma;
- d) Coordenador de ano dos directores de turma;
- e) Director de turma;
- f) Director de instalações;
- g) Serviços de psicologia e orientação;
- h) Departamento de formação.

2 - As estruturas previstas nas alíneas g) e h) do número anterior são objecto de regulamentação por portaria do Ministro da Educação.

Artigo 37.º

Departamento curricular

1 - Ao departamento curricular pertencem todos os professores que leccionem a mesma disciplina ou área disciplinar ou façam parte do mesmo grupo de docência.

2 - Por despacho do Ministro da Educação são definidas as disciplinas ou grupos de docência que podem compor cada departamento curricular.

Artigo 38.º

Chefe de departamento curricular

1 - O chefe de departamento curricular é eleito de entre os professores que pertencem ao departamento.

2 - Em termos a definir pelo regulamento interno da escola, é criado em cada departamento um conselho de delegados de disciplina.

Artigo 39.º

Conselho de turma

1 - O conselho de turma é constituído pelo director de turma, pelos professores de turma, por dois representantes dos alunos, no 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, sendo um deles designado pela associação de estudantes e o outro eleito pelos alunos da turma, e por dois representantes dos pais e encarregados de educação, a designar pela associação de pais, sendo um deles representante dos pais e encarregados de educação da turma e o outro da direcção da associação de pais.

2 - Caso não exista na escola associação de estudantes ou de pais e encarregados de educação, os representantes referidos no número anterior serão eleitos de entre, respectivamente, os alunos ou os pais e encarregados de educação da turma.

3 - Nas reuniões do conselho de turma para avaliação periódica dos alunos é vedada a presença dos representantes dos alunos e dos pais e encarregados de educação.

Artigo 40.º

Coordenadores de directores de turma

O coordenador de ano dos directores de turma é eleito de entre os directores de turma de um mesmo ano.

Artigo 41.º

Director de turma

O director de turma é escolhido pelo director executivo de entre os professores da turma.

Artigo 42.º

Directores de instalações

Os directores de instalações são escolhidos pelo director executivo.

CAPÍTULO V

Disposições comuns

Artigo 43.º

Regimento

1 - Os órgãos colegiais previstos no presente diploma elaboram os seus próprios regimentos, definindo as respectivas regras de organização e funcionamento no âmbito das disposições legais em vigor.

2 - O regimento é elaborado ou revisto nos primeiros 30 dias do mandato do órgão a que respeita.

Artigo 44.º

Designação intercalar de novos membros

A designação de novos titulares dos órgãos previstos no presente diploma, por efeito da cessação do mandato dos anteriores titulares, far-se-á pelo prazo necessário à conclusão do mandato.

Artigo 45.º

Regulamentação do processo eleitoral

Os órgãos previstos no presente diploma em cuja composição se encontrem representantes eleitos regularão o correspondente processo eleitoral em sede do respectivo regimento, sem prejuízo do disposto no artigo seguinte.

Artigo 46.º

Princípios gerais

A regulamentação do processo eleitoral respeitará obrigatoriamente os seguintes princípios gerais:

- a) Corpos eleitorais distintos, constituídos, respectivamente, pelo pessoal docente e não docente em serviço efectivo na escola;
- b) Sufrágio directo e secreto;
- c) Voto presencial;
- d) Eleição segundo o sistema de representação proporcional, pelo método da média mais alta de Hondt;
- e) Convocação das assembleias eleitorais pelo presidente do órgão respectivo em exercício ou por quem o substitua legalmente;
- f) Divulgação pública da convocatória das assembleias eleitorais, contemplando:
 - 1) Normas práticas do processo eleitoral;
 - 2) Locais de afixação da identificação dos candidatos;
 - 3) Hora e local ou locais de escrutínios;
 - g) Método de composição das mesas das assembleias eleitorais;
 - h) Período de votação não inferior a seis horas, a menos que antes tenham votado todos os eleitores;
 - i) Abertura pública das urnas, sendo lavrada acta, assinada pelos membros da mesa;
 - j) Homologação da eleição pelo director regional de educação competente.

Artigo 47.º

Inelegibilidade

1 - O pessoal docente e não docente a que tenha sido aplicada pena disciplinar superior a repreensão não pode ser designado ou eleito para os órgãos e estruturas previstos no presente diploma nos cinco anos seguintes ao termo do cumprimento da sanção.

[...]

CAPÍTULO VI

Disposições finais e transitórias

Artigo 48.º

Acompanhamento e avaliação

1 - Por portaria do Ministro da Educação será criado um conselho de acompanhamento da implementação do novo modelo de direcção, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

2 - Ao conselho referido no número anterior compete ainda proceder à avaliação do presente modelo de direcção, administração e gestão durante os seus três primeiros anos de vigência, apresentando, semestralmente, relatórios de avaliação e propostas de correcção que entenda necessárias.

Artigo 49.º

Regulamentação

1 - Serão objecto de regulamentação por portaria do Ministro da Educação:

- a) A definição das áreas escolares;
- b) A formação especializada do director executivo;
- c) O processo de concurso para recrutamento e selecção do director executivo;
- d) As competências específicas dos órgãos e das estruturas de orientação educativa;
- e) A designação dos representantes dos interesses sócio-económicos e culturais da região nos conselhos de escola e área escolar.

2 - Serão ainda objecto de despacho do Ministro da Educação:

- a) Fixação do número de adjuntos do director executivo;
- b) Regras específicas de funcionamento dos órgãos e estruturas previstos no presente diploma.

Artigo 50.º

Remunerações

1 - A remuneração do cargo de director executivo e dos respectivos adjuntos é fixada no decreto regulamentar a que se refere o artigo 60.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e

Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei 139-A/90, de 28 de Abril, no quadro dos níveis remuneratórios aplicáveis aos cargos dirigentes da Administração Pública.

2 - As remunerações ou outras regalias compensatórias pelo exercício de funções dos membros dos órgãos e estruturas previstos no presente diploma são estabelecidas por decreto regulamentar, sem prejuízo do disposto no artigo 80.º do Estatuto da Carreira de Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

Artigo 51.º

Normas transitórias

1 - Os delegados escolares e os presidentes dos conselhos directivos ou comissões instaladoras em exercício são responsáveis pela adopção das providências necessárias à execução do disposto no presente diploma, designadamente:

- a) Convocação das eleições para os representantes no conselho de área escolar e no conselho de escola;
- b) Promoção da designação pelas respectivas instituições dos representantes no conselho de área escolar e no conselho de escola;
- c) Convocação da primeira reunião do conselho de área escolar e do conselho de escola para eleição do respectivo presidente;
- d) Disponibilização dos meios necessários com vista ao recrutamento e selecção do director executivo.

2 - Nos três anos subsequentes à entrada em vigor do presente diploma não é exigido o requisito de formação especializada referido no n.º 1 do artigo 18.º, embora o conselho de escola possa estabelecer tal requisito como condição de preferência.

3 - Até à criação do lugar de chefe dos serviços de administração escolar, nas áreas escolares, o membro do conselho administrativo previsto na alínea b) do artigo 27.º será designado pelo director regional de educação competente.

4 - As estruturas de orientação educativa previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 36.º e nos artigos 37.º e 38.º do presente diploma serão introduzidas nas escolas, progressivamente, por deliberação do conselho de escola, sob proposta do director executivo.

5 - Até à aplicação do disposto no número anterior os lugares previstos na alínea b) do n.º 4 do artigo 33.º são ocupados por delegados de disciplina, nos termos da lei em vigor.

Artigo 52.º Aplicação

1 - A aplicação do regime previsto no presente diploma a toda a rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário efectuar-se-á, progressivamente, em regime de experiência pedagógica, na sequência da cessação dos mandatos dos delegados escolares, directores e encarregados de direcção dos jardins-de-infância e escolas primárias e dos membros dos conselhos directivos das escolas preparatórias e secundárias.

2 - Para além das condições estabelecidas no número anterior, no primeiro ano após a sua entrada em vigor o regime previsto no presente diploma só é aplicável aos estabelecimentos onde existam legalmente constituídas:

- a) Associação de pais e encarregados de educação, nos estabelecimentos do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico;
- b) Associações de estudantes e de pais e encarregados de educação, nos estabelecimentos do ensino secundário.

3 - Anualmente, sob proposta dos directores regionais, serão definidos por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Educação as áreas escolares e os estabelecimentos de ensino em que, verificados os requisitos estabelecidos nos números anteriores, será aplicado progressivamente o regime de experiência pedagógica previsto no n.º 1 do presente artigo.

4 - Nos estabelecimentos em que, por força do disposto nos números anteriores, não se aplicar o regime previsto no presente diploma mantêm-se os órgãos e estruturas educativas ao abrigo da legislação vigente à data da entrada em vigor do presente decreto-lei.

Artigo 53.º

Norma revogatória

A aplicação do regime previsto no presente diploma a toda a rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário determina a revogação de toda a legislação, geral e especial, que disponha em sentido contrário, designadamente dos seguintes diplomas:

- a) Decreto-Lei 769-A/76, de 23 de Outubro;
- b) Decreto-Lei 191/77, de 11 de Maio;
- c) Portaria 674/77, de 3 de Novembro;
- d) Portaria 677/77, de 4 de Novembro;
- e) Decreto-Lei 214/89, de 30 de Junho;
- f) Artigo 41.º do Decreto-Lei 361/89, de 18 de Outubro, na parte referente às delegações escolares;
- g) Portaria 1016/89, de 23 de Novembro.

[...]

Promulgado em 19 de Abril de 1991.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 23 de Abril de 1991.

O Primeiro-Ministro, Aníbal António Cavaco Silva.

Anexo VI - Portaria n.º 921/92, 23 de setembro

[...]

1. Objecto

A presente portaria estabelece as competências específicas das estruturas de orientação educativa, constantes do artigo 36.º do Decreto-Lei 172/91, de 10 de Maio.

2. Departamento curricular

1 - O departamento curricular constitui a estrutura de apoio ao conselho pedagógico, a quem incumbe especialmente o desenvolvimento de medidas que reforcem a articulação interdisciplinar na aplicação dos planos de estudo.

2 - As disciplinas ou grupos de docência que compõem cada departamento curricular são definidos por despacho do Ministro da Educação.

3. Competências

Compete ao departamento curricular:

- a) Coordenar as actividades pedagógicas a desenvolver pelos professores do departamento, no domínio da implementação dos planos curriculares nas suas componentes disciplinares e da área-escola, bem como de outras actividades educativas, constantes do plano aprovado pelo conselho de escola;
- b) Analisar e debater, em articulação com outras escolas, questões relativas à adopção de modelos pedagógicos, de métodos de ensino e de avaliação, de materiais de ensino-aprendizagem e manuais escolares;
- c) Analisar a conveniência do agrupamento flexível de cargas horárias semanais para as diferentes disciplinas;
- d) Desenvolver, em conjugação com os serviços de psicologia e orientação e os directores de turma, medidas nos domínios da orientação, acompanhamento e avaliação dos alunos, visando contribuir para o seu sucesso educativo;
- e) Colaborar com os directores de turma na elaboração de programas específicos integrados nas actividades e medidas de apoio educativo estabelecidas no contexto do sistema de avaliação dos alunos do ensino básico;
- f) Desenvolver e apoiar projectos educativos de âmbito local e regional, numa perspectiva de investigação-acção, de acordo com os recursos da escola ou através da colaboração com outras escolas e entidades;
- g) Colaborar com o conselho pedagógico na concepção de programas e na apreciação de projectos para a concretização da área-escola;
- h) Colaborar na definição de objectivos mínimos, bem como na elaboração de provas aferidas, no quadro do sistema de avaliação dos alunos do ensino básico;
- i) Desenvolver medidas no domínio da formação dos docentes do departamento, quer no âmbito da formação contínua quer no apoio aos que se encontram em formação inicial;
- j) Definir critérios para atribuição de serviço docente e gestão de espaços e equipamentos;
- l) Elaborar e avaliar o plano anual das actividades do departamento, tendo em vista a concretização do projecto educativo da escola.

4. Chefe de departamento curricular

1 - O chefe de departamento curricular é um professor profissionalizado eleito entre os professores que integram o mesmo departamento curricular, considerando a sua competência pedagógica e científica, bem como a sua capacidade de relacionamento e liderança.

2 - Caso não existam professores profissionalizados no departamento, a eleição é feita de entre os professores com habilitação própria.

3 - O mandato do chefe de departamento tem a duração de três anos, podendo, todavia, cessar a todo o tempo, por decisão do director executivo, ouvido o conselho pedagógico, a pedido do interessado ou mediante proposta fundamentada de, pelo menos, dois terços dos membros do departamento curricular.

5. Competências

Compete ao chefe de departamento curricular:

- a) Promover a troca de experiências e a cooperação entre os professores do respectivo departamento;
- b) Assegurar a articulação entre o departamento e as restantes estruturas de orientação educativa, nomeadamente na análise e desenvolvimento de medidas de orientação pedagógica;
- c) Apresentar ao conselho pedagógico propostas de agrupamentos flexíveis de tempos lectivos semanais para as diferentes disciplinas;
- d) Assegurar a participação do departamento na elaboração, desenvolvimento e avaliação do projecto educativo da escola, bem como do plano de actividades e do regulamento interno do estabelecimento;
- e) Estimular a cooperação com outras escolas da região no que se refere à partilha de recursos e à dinamização de projectos de inovação pedagógica;
- f) Promover a articulação entre a formação inicial e a formação contínua dos professores do departamento;
- g) Colaborar com as estruturas de formação contínua na identificação das necessidades de formação dos professores do departamento;
- h) Propor ao conselho pedagógico, ouvido o conselho de delegados, a designação dos professores responsáveis pelo acompanhamento da profissionalização em serviço, dos orientadores de prática pedagógica das licenciaturas em ensino e do ramo de formação educacional, bem como dos professores cooperantes na formação inicial;
- i) Assegurar a articulação com o conselho de delegados de disciplina e os órgãos de direcção da escola no que se refere à avaliação do desempenho global dos docentes do departamento;
- j) Promover medidas de planificação e avaliação das actividades do departamento;
- l) Apresentar ao director executivo, até 30 de Junho de cada ano, um relatório das actividades desenvolvidas.

6. Delegado de disciplina

1 - O delegado de disciplina é a estrutura de apoio ao chefe de departamento curricular em todas as questões específicas da respectiva disciplina, cujas funções se encontram consignadas no regulamento interno da escola.

2 - O delegado de disciplina é um professor profissionalizado eleito pelos professores de uma mesma disciplina, tendo em conta a sua competência pedagógica e científica.

3 - O mandato do delegado de disciplina tem a duração de dois anos, podendo, todavia, cessar a todo o tempo, por decisão do director executivo, ouvido o conselho pedagógico, a pedido do interessado ou sob proposta fundamentada de pelo menos dois terços dos professores da disciplina.

7. Conselho de delegados de disciplina

1 - O conselho de delegados é uma estrutura de apoio ao departamento curricular para as questões relativas às diversas disciplinas que o integram e composto pelos delegados das mesmas.

2 - Cada escola definirá, através do seu regulamento interno, as competências específicas do conselho de delegados.

8. Conselho de turma

Ao conselho de turma compete:

a) Assegurar o desenvolvimento do plano curricular aplicável aos alunos da turma, de forma integrada e numa perspectiva de articulação interdisciplinar;

b) Desenvolver iniciativas no âmbito da área-escola, nomeadamente através da apresentação, planificação, acompanhamento e avaliação de projectos de carácter interdisciplinar, em articulação com os departamentos curriculares;

c) Detectar dificuldades, ritmos de aprendizagem e outras necessidades dos alunos, colaborando com os serviços de apoio existentes na escola nos domínios psicológico e sócio-educativo;

d) Colaborar em actividades culturais, desportivas e recreativas que envolvam os alunos e a comunidade, de acordo com os critérios de participação definidos pelo conselho de escola;

e) Promover acções que estimulem o envolvimento dos pais e encarregados de educação no percurso escolar do aluno, de acordo com os princípios definidos pelo conselho de escola;

f) Analisar situações de insucesso disciplinar ocorridas com alunos da turma e colaborar no estabelecimento das medidas de apoio que julgar mais ajustadas no quadro de um programa específico de intervenção;

g) Propor aos órgãos da escola com competência disciplinar as sanções a aplicar aos alunos;

h) Avaliar os alunos, tendo em conta os objectivos curriculares definidos a nível nacional e as especificidades de cada comunidade educativa;

i) Estabelecer, com carácter sistemático e contínuo, medidas relativas a apoios e complementos educativos a proporcionar a alunos, nomeadamente nos termos do plano de recuperação;

j) Solicitar a avaliação especializada prevista no regulamento sobre a avaliação dos alunos;

l) Decidir relativamente a situações que impliquem a retenção do aluno no mesmo ano e colaborar com o director de turma na elaboração do respectivo relatório e plano de apoio específico;

m) Elaborar e avaliar o plano anual de actividades da turma em articulação com o previsto no plano de actividades da escola.

9. Director de turma

1 - O director de turma deverá ser, preferencialmente, um professor profissionalizado nomeado pelo director executivo de entre os professores da turma, tendo em conta a sua competência pedagógica e capacidade de relacionamento.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, e sempre que possível, deverá ser nomeado director de turma o professor que no ano anterior tenha exercido tais funções na turma a que pertenceram os mesmos alunos.

10. Competências

São competências do director de turma:

a) Promover junto do conselho de turma a realização de acções conducentes à aplicação do projecto educativo da escola, numa perspectiva de envolvimento dos encarregados de educação e de abertura à comunidade;

b) Assegurar a adopção de estratégias coordenadas relativamente aos alunos da turma, bem como a criação de condições para a realização de actividades interdisciplinares, nomeadamente no âmbito da área-escola;

c) Promover um acompanhamento individualizado dos alunos, divulgando junto dos professores da turma a informação necessária à adequada orientação educativa dos alunos e fomentando a participação dos pais e encarregados de educação na concretização de acções para orientação e acompanhamento;

d) Promover a rentabilização dos recursos e serviços existentes na comunidade escolar e educativa, mantendo os alunos e encarregados de educação informados da sua existência;

e) Elaborar e conservar o processo individual do aluno facultando a sua consulta ao aluno, professores da turma, pais e encarregado de educação;

f) Apreciar ocorrências de insucesso disciplinar, decidir da aplicação de medidas imediatas no quadro das orientações do conselho pedagógico em matéria disciplinar e solicitar ao director executivo a convocação extraordinária do conselho de turma;

g) Assegurar a participação dos alunos, professores, pais e encarregados de educação na aplicação de medidas educativas decorrentes da apreciação de situações de insucesso disciplinar;

h) Coordenar o processo de avaliação formativa e sumativa dos alunos, garantindo o seu carácter globalizante e integrador, solicitando, se necessário, a participação dos outros intervenientes na avaliação;

i) Coordenar a elaboração do plano de recuperação do aluno decorrente da avaliação sumativa extraordinária e manter informado o encarregado de educação;

j) Propor aos serviços competentes a avaliação especializada, após solicitação do conselho de turma;

l) Garantir o conhecimento e o acordo prévio do encarregado de educação para a programação individualizada do aluno e para o correspondente itinerário de formação recomendados no termo da avaliação especializada;

m) Elaborar, em caso de retenção do aluno no mesmo ano, um relatório que inclua uma proposta de repetição de todo o plano de estudos desse ano ou de cumprimento de um plano de apoio específico e submetê-lo à aprovação do conselho pedagógico, através do coordenador de ano dos directores de turma;

n) Propor, na sequência da decisão do conselho de turma, medidas de apoio educativo adequadas e proceder à respectiva avaliação;

o) Apresentar ao coordenador de ano dos directores de turma o relatório elaborado pelos professores responsáveis pelas medidas de apoio educativo;

p) Presidir às reuniões de conselho de turma, realizadas, entre outras, com as seguintes finalidades:

Avaliação da dinâmica global da turma;

Planificação e avaliação de projectos de âmbito interdisciplinar, nomeadamente da área-escola;

Formalização da avaliação formativa e sumativa;

q) Apresentar ao coordenador de ano, até 20 de Junho de cada ano, um relatório de avaliação das actividades desenvolvidas.

11.º Coordenador de ano

O coordenador de ano é um director de turma eleito de entre os seus pares, considerando a sua competência na dinamização e coordenação de projectos educativos.

12.º Competências

Compete ao coordenador de ano:

a) Colaborar com os directores de turma e com os serviços de apoio existentes na escola na elaboração de estratégias pedagógicas destinadas ao ano que coordena;

b) Assegurar a articulação entre as actividades desenvolvidas pelos directores de turma que coordena e as realizadas por cada departamento curricular, nomeadamente no que se refere à elaboração e aplicação de programas específicos integrados nas medidas de apoio educativo;

c) Divulgar, junto dos referidos directores de turma, toda a informação necessária ao adequado desenvolvimento das suas competências;

d) Apreçar e submeter aos conselho pedagógico as propostas dos conselhos de turma do ano de escolaridade que coordena;

e) Apresentar ao conselho pedagógico projectos a desenvolver no âmbito da área-escola;

f) Colaborar com o conselho pedagógico na apreciação de projectos relativos a actividades de complemento curricular;

g) Planificar, em colaboração com o conselho de directores de turma que coordena e com os restantes coordenadores de ano, as actividades a desenvolver anualmente e proceder à sua avaliação;

h) Apresentar ao director executivo, até 30 de Junho de cada ano, um relatório de avaliação das actividades desenvolvidas.

13.º

Direcção de instalações

1 - A direcção de instalações é assegurada pelos adjuntos do director executivo, pelos chefes de departamento curricular ou pelos delegados de disciplina, em termos a definir em cada escola no respectivo regulamento interno.

2 - No caso em que a dimensão e a forma de utilização das instalações e equipamentos o justifiquem, poderá ser criado, por decisão do conselho de escola, sob proposta do director executivo, o cargo de director de instalações.

3 - Na situação prevista no número anterior o director de instalações é um docente profissionalizado designado, para o efeito, pelo director executivo.

14.º

Disposições finais e transitórias

1 - Enquanto não se encontrarem em funcionamento na escola os departamentos curriculares, as funções do conselho de grupo ou de disciplina e de delegado de grupo ou de disciplina são as consignadas no presente diploma respectivamente para o departamento curricular e chefe de departamento curricular.

2 - Até à reestruturação dos grupos e respectivas qualificações para a docência, prevista no artigo 13.º do Decreto-Lei 286/89, de 29 de Agosto, a expressão «disciplina ou grupo de docência» utilizada neste diploma reporta-se aos quadros dos estabelecimentos de ensino em vigor.

Ministério da Educação.

Assinada em 10 de Agosto de 1992.

O Ministro da Educação, António Fernando Couto dos Santos.

Anexo VII - Decreto-lei n.º 190/91, 17 de maio

A melhoria da qualidade da educação é um objectivo essencial da actual reforma do sistema educativo. A sua concretização implica, contudo, que se conjuguem diferentes factores que directamente condicionam a qualidade do sistema, como sejam a formação dos recursos humanos envolvidos na acção educativa, os meios técnicos e os recursos especializados de apoio que o sistema possa dispor de forma acessível e generalizada.

[...]

A experiência existente em muitas escolas, de trabalho conjunto de psicólogos e de professores, bem como a prática seguida em muitos outros países, aconselharam a que se definisse uma matriz funcional constituída por aqueles dois tipos de profissionais.

Em diploma próprio, o Ministério da Educação procederá à criação da carreira de psicólogo no seu quadro de pessoal. As especializações, no âmbito da carreira docente, em apoio educativo e em conselheiro de orientação serão igualmente objecto de regulamentação.

Finalmente, no processo de modernização e de melhoria qualitativa do sistema educativo, a criação dos serviços de psicologia e orientação constitui um factor de inovação que contribuirá decisivamente para a concretização da igualdade de oportunidades, para a promoção do sucesso educativo e para a aproximação entre a família, a escola e o mundo de actividades profissionais, melhorando a rede de relações recíprocas indispensáveis ao desenvolvimento pessoal, inter pessoal e comunitário no contexto escolar nacional.

Foi ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei 46/86, de 14 de Outubro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Criação, natureza e atribuições dos serviços de psicologia e orientação

Artigo 1.º

Criação dos serviços

São criados, no âmbito do Ministério da Educação, os serviços de psicologia e orientação, de acordo com o disposto no artigo 26.º da Lei 46/86, de 14 de Outubro.

Artigo 2.º

Natureza

1 - Os serviços de psicologia e orientação, adiante abreviadamente designados por serviços, são unidades especializadas de apoio educativo, integradas na rede escolar, que desenvolvem a sua acção nos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

2 - Os serviços, de acordo com o nível de educação e ensino em que se integram, actuam em estreita articulação com os outros serviços de apoio educativo referidos no capítulo III da Lei de Bases do Sistema Educativo, designadamente os de apoio a alunos com necessidades escolares específicas, os de acção social escolar e os de apoio de saúde escolar.

Artigo 3.º

Atribuições

1 - Os serviços de psicologia e orientação asseguram, na prossecução das suas atribuições, o acompanhamento do aluno, individualmente ou em grupo, ao longo do processo educativo, bem como o apoio ao desenvolvimento do sistema de relações interpessoais no interior da escola e entre esta e a comunidade.

2 - São atribuições dos serviços:

a) Contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos e para a construção da sua identidade pessoal;

[...]

h) Colaborar em experiências pedagógicas e em acções de formação de professores, bem como realizar e promover a investigação nas áreas da sua especialidade.

Artigo 4.º

Colaboração com outros serviços

Os serviços desenvolvem as suas actividades de forma integrada, articulando-se, entre outros, com os serviços locais de educação especial e com os serviços de medicina pedagógica e de saúde escolar.

CAPÍTULO II

Competência, organização e funcionamento dos serviços

Artigo 5.º

Âmbito

1 - Os serviços desenvolvem a sua actividade nas áreas escolares e estabelecimentos de ensino em que se encontram sediados, sem prejuízo da excepção prevista no número seguinte.

2 - O director regional de educação poderá, em casos que o justifiquem, alargar a área de actuação de cada serviço a mais de uma área escolar ou estabelecimento de ensino, dentro da área geográfica de intervenção da respectiva direcção regional.

Artigo 6.º

Competências

[...]

Artigo 7.º

Organização dos serviços

Cada serviço dispõe de uma equipa técnica própria e a sua área de actuação abrange a escola ou a área escolar em que se encontra sediado, sem prejuízo do estipulado no n.º 2 do artigo 5.º

Artigo 8.º

Equipa técnica

1 - A equipa técnica permanente de cada serviço é constituída por um número de elementos variável, a definir por despacho do Ministro da Educação, nos termos do número seguinte e de acordo com o nível de ensino e a dimensão da escola ou da área escolar em que se integra.

2 - As equipas técnicas a que se refere o número anterior são compostas por:

- a) Psicólogos;
- b) Na educação pré-escolar e nos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, docentes habilitados com curso de especialização adequado, designados «especialistas de apoio educativo»;
- c) No 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário, docentes habilitados com curso de especialização em orientação escolar e profissional, designados «conselheiros de orientação»;
- d) Técnicos de serviço social.

3 - Podem ainda desempenhar funções nos serviços docentes com formação e experiência adequadas ao desenvolvimento das actividades específicas de cada serviço.

4 - Os profissionais referidos no número anterior são designados pelo órgão de administração e gestão da área escolar ou escola onde o serviço se insere.

5 - Durante o período de implantação dos serviços ou naquelas escolas ou áreas escolares que o justificarem podem os serviços ser assegurados por apenas um dos profissionais.

Artigo 9.º

Coordenação

1 - O coordenador de cada serviço é designado pelo respectivo órgão de administração e gestão da escola ou área escolar de entre os elementos que constituem a sua equipa técnica permanente e após audição da mesma.

2 - Compete ao coordenador articular o desenvolvimento das acções do serviço, bem como assegurar a execução das actividades administrativas inerentes.

3 - O coordenador do serviço depende do órgão de administração e gestão da escola ou área escolar em que se insere, sem prejuízo da sua autonomia técnica e do respeito pela sua deontologia profissional.

4 - O coordenador do serviço tem assento no conselho pedagógico da escola ou área escolar em que se integra.

Artigo 10.º

Funcionamento

[...]

Artigo 11.º

Local de funcionamento

1 - Os serviços devem dispor de instalações próprias, adequadas ao exercício da sua actividade.

2 - O órgão de administração e gestão da área escolar ou da escola em que o serviço se integra deverá definir o local de funcionamento e providenciar a sua correcta instalação, garantindo a prestação do apoio administrativo e logístico necessário à cabal prossecução dos seus objectivos.

Artigo 12.º

Formação e investigação

1 - Para apoio à formação contínua dos elementos que integram a equipa técnica de cada serviço poderão os competentes serviços centrais e regionais do Ministério da Educação celebrar protocolos com instituições de ensino superior e associações científicas e profissionais.

2 - A colaboração prevista no número anterior poderá abranger actividades de investigação e de avaliação sobre a acção desenvolvida pelos próprios serviços.

CAPÍTULO III

Disposições finais e transitórias

Artigo 13.º

Criação dos serviços

Sob proposta dos directores regionais de educação, a Direcção-Geral dos Ensinos Básico e Secundário apresentará o plano anual de início de funcionamento dos serviços, o qual será aprovado por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Educação, de modo a satisfazer gradualmente a cobertura das necessidades do sistema educativo.

Artigo 14.º

[...]

Promulgado em 24 de Abril de 1991.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 29 de Abril de 1991.

O Primeiro-Ministro, Aníbal António Cavaco Silva.

Anexo VIII - Decreto-lei n.º 319/91, 23 de agosto

A legislação que regula a integração dos alunos portadores de deficiência nas escolas regulares, publicada há mais de 10 anos, carece de actualização e de alargamento. A evolução dos conceitos relacionados com a educação especial, que se tem processado na generalidade dos países, as profundas transformações verificadas no sistema educativo português decorrentes da publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, as recomendações relativas ao acesso dos alunos deficientes ao sistema regular de ensino emanadas de organismos internacionais a que Portugal está vinculado e, finalmente, a experiência acumulada durante estes anos levam a considerar os diplomas vigentes ultrapassados e de alcance limitado. Com efeito, foi considerada no presente diploma a evolução dos conceitos resultantes do desenvolvimento das experiências de integração, havendo a salientar:

A substituição da classificação em diferentes categorias, baseada em decisões de foro médico, pelo conceito de «alunos com necessidades educativas especiais», baseado em critérios pedagógicos;

A crescente responsabilização da escola regular pelos problemas dos alunos com deficiência ou com dificuldades de aprendizagem;

A abertura da escola a alunos com necessidades educativas especiais, numa perspectiva de «escolas para todos»;

Um mais explícito reconhecimento do papel dos pais na orientação educativa dos seus filhos;

A consagração, por fim, de um conjunto de medidas cuja aplicação deve ser ponderada de acordo com o princípio de que a educação dos alunos com necessidades educativas especiais deve processar-se no meio menos restritivo possível, pelo que cada uma das medidas só deve ser adoptada quando se revele indispensável para atingir os objectivos educacionais definidos.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

As disposições constantes do presente diploma aplicam-se aos alunos com necessidades educativas especiais que frequentam os estabelecimentos públicos de ensino dos níveis básico e secundário.

Artigo 2.º

Regime educativo especial

1 - O regime educativo especial consiste na adaptação das condições em que se processa o ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educativas especiais.

2 - As adaptações previstas no número anterior podem traduzir-se nas seguintes medidas:

- a) Equipamentos especiais de compensação;
- b) Adaptações materiais;
- c) Adaptações curriculares;
- d) Condições especiais de matrícula;
- e) Condições especiais de frequência;
- f) Condições especiais de avaliação;
- g) Adequação na organização de classes ou turmas;
- h) Apoio pedagógico acrescido;
- i) Ensino especial.

3 - A aplicação das medidas previstas no número anterior tem em conta o caso concreto, procurando que as condições de frequência dos alunos objecto da sua aplicação se assemelhem às seguidas no regime educativo comum, optando-se pelas medidas mais integradoras e menos restritivas.

Artigo 3.º

Equipamentos especiais de compensação

1 - Consideram-se equipamentos especiais de compensação o material didáctico especial e os dispositivos de compensação individual ou de grupo.

2 - Considera-se material didáctico especial, entre outros:

- a) Livros em braille ou ampliados;
- b) Material áudio-visual;
- c) Equipamento específico para leitura, escrita e cálculo.

3 - Consideram-se dispositivos de compensação individual ou de grupo, entre outros:

- a) Auxiliares ópticos ou acústicos;
- b) Equipamento informático adaptado;
- c) Máquinas de escrever braille;
- d) Cadeiras de rodas;
- e) Próteses.

Artigo 4.º

Adaptações materiais

Consideram-se adaptações materiais:

- a) Eliminação de barreiras arquitectónicas;

- b) Adequação das instalações às exigências da acção educativa;
- c) Adaptação de mobiliário.

Artigo 5.º

Adaptações curriculares

1 - Consideram-se adaptações curriculares:

- a) Redução parcial do currículo;
- b) Dispensa da actividade que se revele impossível de executar em função da deficiência.

2 - As adaptações curriculares previstas no presente artigo não prejudicam o cumprimento dos objectivos gerais dos ciclos e níveis de ensino frequentados e só são aplicáveis quando se verifique que o recurso a equipamentos especiais de compensação não é suficiente.

Artigo 6.º

[...]

Artigo 7.º

Condições especiais de frequência

Consideram-se condições especiais de frequência as decorrentes do regime de matrícula previsto na alínea c) do n.º 1 do artigo anterior.

Artigo 8.º

Condições especiais de avaliação

Consideram-se condições especiais de avaliação as seguintes alterações ao regime educativo comum:

- a) Tipo de prova ou instrumento de avaliação;
- b) Forma ou meio de expressão do aluno;
- c) Periodicidade;
- d) Duração;
- e) Local de execução.

Artigo 9.º

Adequação na organização de classes ou turmas

1 - O número de alunos das classes ou turmas que integrem alunos com necessidades educativas especiais não pode ser superior a 20.

2 - As classes ou turmas previstas no número anterior não devem incluir mais de dois alunos com necessidades educativas especiais, salvo casos excepcionais adequadamente fundamentados.

3 - O limite previsto no n.º 1 aplica-se apenas aos casos em que, de acordo com o órgão de administração e gestão da escola ou área escolar, as necessidades especiais dos alunos requeiram atenção excepcional do professor.

Artigo 10.º

Apoio pedagógico acrescido

O apoio pedagógico acrescido consiste no apoio lectivo suplementar individualizado ou em pequenos grupos e tem carácter temporário.

Artigo 11.º

Ensino especial

1 - Considera-se ensino especial o conjunto de procedimentos pedagógicos que permitam o reforço da autonomia individual do aluno com necessidades educativas especiais devidas a deficiências físicas e mentais e o desenvolvimento pleno do seu projecto educativo próprio, podendo seguir os seguintes tipos de currículos:

- a) Currículos escolares próprios;
- b) Currículos alternativos.

2 - Os currículos escolares próprios têm como padrão os currículos do regime educativo comum, devendo ser adaptados ao grau e tipo de deficiência.

3 - Os currículos alternativos substituem os currículos do regime educativo comum e destinam-se a proporcionar a aprendizagem de conteúdos específicos.

4 - As medidas previstas nos artigos anteriores podem ser aplicadas em acumulação com as estabelecidas no presente artigo.

Artigo 12.º

Encaminhamento

Nos casos em que a aplicação das medidas previstas nos artigos anteriores se revele comprovadamente insuficiente em função do tipo e grau de deficiência do aluno, devem os serviços de psicologia e orientação em colaboração com os serviços de saúde escolar, propor o encaminhamento apropriado, nomeadamente a frequência de uma instituição de educação especial.

Artigo 13.º

Competências

Compete ao órgão de administração e gestão da escola decidir:

- a) Aplicar o regime educativo especial, sob proposta conjunta dos professores do ensino regular e de educação especial, ou dos serviços de psicologia e orientação, consoante a complexidade das situações;
- b) O encaminhamento a que se refere o artigo anterior.

Artigo 14.º

Propostas

1 - As situações menos complexas cuja avaliação não exija especialização de métodos e instrumentos ou cuja solução não implique segregação significativa dos alunos podem dar lugar a propostas subscritas pelos professores do ensino regular e de educação especial, de carácter não formal mas devidamente fundamentadas.

2 - As situações mais complexas são analisadas pelos serviços de psicologia e orientação, em colaboração com os serviços de saúde escolar, e dão lugar a propostas formais, consubstanciadas num plano educativo individual, de acordo com os requisitos do artigo seguinte.

Artigo 15.º

Plano educativo individual

1 - Do plano educativo individual constam obrigatoriamente os seguintes elementos:

- a) Identificação do aluno;
- b) Resumo da história escolar e outros antecedentes relevantes, designadamente grau de eficácia das medidas menos restritivas anteriormente adoptadas;
- c) Caracterização das potencialidades, nível de aquisições e problemas do aluno;
- d) Diagnóstico médico e recomendações dos serviços de saúde escolar, se tal for adequado;
- e) Medidas do regime educativo especial a aplicar;
- f) Sistema de avaliação da medida ou medidas aplicadas;
- g) Data e assinatura dos participantes na sua elaboração.

2 - O recurso à medida prevista na alínea i) do n.º 2 do artigo 2.º implica que no plano educativo individual conste:

- a) A orientação geral sobre as áreas e conteúdos curriculares especiais adequados ao aluno;
- b) Os serviços escolares e outros de que o aluno deverá beneficiar.

Artigo 16.º

Programa educativo

1 - A aplicação da medida prevista na alínea i) do n.º 2 do artigo 2.º dá lugar à elaboração, por ano escolar, de um programa educativo de que conste obrigatoriamente:

- a) O nível de aptidão ou competência do aluno nas áreas ou conteúdos curriculares previstos no plano educativo individual;
- b) Os objectivos a atingir;
- c) As linhas metodológicas a adoptar;
- d) O processo e respectivos critérios de avaliação do aluno;
- e) O nível de participação do aluno nas actividades educativas da escola;
- f) A distribuição das diferentes tarefas previstas no programa educativo pelos técnicos responsáveis pela sua execução;
- g) A distribuição horária das actividades previstas no programa educativo;
- h) A data do início, conclusão e avaliação do programa educativo;
- i) A assinatura dos técnicos que intervieram na sua elaboração.

2 - O programa educativo previsto no número anterior é submetido à aprovação do órgão de administração e gestão da escola.

Artigo 17.º

Responsável

1 - A elaboração do programa educativo é da responsabilidade do professor de educação especial que superintende na sua execução.

2 - Na elaboração do programa educativo participam os técnicos responsáveis pela sua execução.

Artigo 18.º

Encarregados de educação

1 - A avaliação do aluno tendente à aplicação de qualquer medida do regime educativo especial carece da anuência expressa do encarregado da educação.

2 - Os encarregados de educação devem ser convocados para participar na elaboração e na revisão do plano educativo individual e do programa educativo.

Artigo 19.º

Revisão

1 - O plano educativo individual pode ser revisto sempre que o aluno mude de estabelecimento de ensino ou área escolar ou quando seja formulado pedido fundamentado por qualquer dos elementos responsáveis pela sua execução.

2 - O programa educativo dos alunos que transitem para outro estabelecimento de ensino no decurso do ano escolar poderá ser revisto quando se verifique a sua inexecutabilidade ou mediante pedido fundamentado por qualquer dos elementos responsáveis pela sua execução.

3 - Nos casos previstos nos números anteriores o plano educativo individual ou programa educativo deve ser submetido à aprovação do órgão de administração e gestão da escola no prazo de 30 dias.

Artigo 20.º

Certificado

Para efeitos de formação profissional e emprego o aluno cujo programa educativo se traduza num currículo alternativo obtém, no termo da sua escolaridade, um certificado que especifique as competências alcançadas.

Artigo 21.º

Educação pré-escolar e ensino básico mediatizado

Por portaria do Ministro da Educação serão fixadas as normas técnicas de execução necessárias à aplicação das medidas fixadas neste diploma à educação pré-escolar e ao ensino básico mediatizado.

Artigo 22.º

Regime de transição

1 - Nos estabelecimentos de ensino ou áreas escolares em que não tenham sido criados os serviços de psicologia e orientação, o plano educativo individual é elaborado por uma equipa de avaliação, designada para o efeito pelo órgão de administração e gestão da escola.

2 - A equipa referida no número anterior tem a seguinte composição:

- a) Um representante do órgão de administração e gestão da escola;
- b) O professor do aluno ou o director de turma;
- c) O professor de educação especial;
- d) Um psicólogo, quando possível;
- e) Um elemento da equipa de saúde escolar.

3 - A equipa de avaliação é coordenada pelo órgão de administração e gestão da escola ou seu representante, que promove as respectivas reuniões.

4 - Até à plena aplicação do modelo de direcção, administração e gestão instituído pelo Decreto-Lei 172/91, de 10 de Maio, as competências atribuídas pelo presente diploma ao órgão de administração e gestão da escola são exercidas, nos estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico, pelo órgão com competência pedagógica.

Artigo 23.º

Condições de aplicação

As condições e os procedimentos necessários à aplicação das medidas previstas no n.º 2 do artigo 2.º são estabelecidos por despacho do Ministro da Educação, que determinará ainda as condições de reordenamento e de reafecção dos meios humanos, materiais e institucionais existentes no sistema educativo, visando atingir a máxima eficácia social e pedagógica na prossecução das medidas constantes do presente diploma.

Artigo 24.º

Revogação

São revogados os seguintes diplomas:

- a) Decreto-Lei 174/77, de 2 de Maio;
- b) Decreto-Lei 84/78, de 2 de Maio.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 11 de Julho de 1991. - Aníbal António Cavaco Silva - Roberto Artur da Luz Carneiro - Arlindo Gomes de Carvalho.

Promulgado em 4 de Agosto de 1991.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 8 de Agosto de 1991.

Pelo Primeiro-Ministro, Joaquim Fernando Nogueira, Ministro da Presidência.

Anexo IX - Decreto-lei n.º 3/2008 de 7 de janeiro

Constitui desígnio do XVII Governo Constitucional promover a igualdade de oportunidades, valorizar a educação e promover a melhoria da qualidade do ensino.

Um aspecto determinante dessa qualidade é a promoção de uma escola democrática e inclusiva, orientada para o sucesso educativo de todas as crianças e jovens. Nessa medida importa planejar um sistema de educação flexível, pautado por uma política global integrada, que permita responder à diversidade de características e necessidades de todos os alunos que implicam a inclusão das crianças e jovens com necessidades educativas especiais no quadro de uma política de qualidade orientada para o sucesso educativo de todos os alunos.

[...]

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei 46/86, de 14 de Outubro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Capítulo I

Objectivos, enquadramento e princípios orientadores

Artigo 1.º

Objecto e âmbito

1 - O presente decreto-lei define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo, visando a criação de condições para a adequação do processo educativo às necessidades educativas especiais dos alunos com limitações significativas ao nível da actividade e da participação num ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais, de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social.

2 - A educação especial tem por objectivos a inclusão educativa e social, o acesso e o sucesso educativo, a autonomia, a estabilidade emocional, bem como a promoção da igualdade de oportunidades, a preparação para o prosseguimento de estudos ou para uma adequada preparação para a vida profissional e para uma transição da escola para o emprego das crianças e dos jovens com necessidades educativas especiais nas condições acima descritas.

Artigo 2.º

Princípios orientadores

1 - A educação especial prossegue, em permanência, os princípios da justiça e da solidariedade social, da não discriminação e do combate à exclusão social, da igualdade de oportunidades no acesso e sucesso educativo, da participação dos pais e da confidencialidade da informação.

2 - Nos termos do disposto no número anterior, as escolas ou os agrupamentos de escolas, os estabelecimentos de ensino particular com paralelismo pedagógico, as escolas profissionais, directa ou indirectamente financiados pelo Ministério da Educação (ME), não podem rejeitar a matrícula ou a inscrição de qualquer criança ou jovem com base na incapacidade ou nas necessidades educativas especiais que manifestem.

3 - As crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente gozam de prioridade na matrícula, tendo o direito, nos termos do presente decreto-lei, a frequentar o jardim-de-infância ou a escola nos mesmos termos das restantes crianças.

4 - As crianças e os jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente têm direito ao reconhecimento da sua singularidade e à oferta de respostas educativas adequadas.

5 - Toda a informação resultante da intervenção técnica e educativa está sujeita aos limites constitucionais e legais, em especial os relativos à reserva da intimidade da vida privada e familiar e ao tratamento automatizado, conexão, transmissão, utilização e protecção de dados pessoais, sendo garantida a sua confidencialidade.

6 - Estão vinculados ao dever do sigilo os membros da comunidade educativa que tenham acesso à informação referida no número anterior.

Artigo 3.º

Participação dos pais e encarregados de educação

1 - Os pais ou encarregados de educação têm o direito e o dever de participar activamente, exercendo o poder paternal nos termos da lei, em tudo o que se relacione com a educação especial a prestar ao seu filho, acedendo, para tal, a toda a informação constante do processo educativo.

2 - Quando, comprovadamente, os pais ou encarregados de educação não exerçam o seu direito de participação, cabe à escola desencadear as respostas educativas adequadas em função das necessidades educativas especiais diagnosticadas.

3 - Quando os pais ou encarregados de educação não concordem com as medidas educativas propostas pela escola, podem recorrer, mediante documento escrito, no qual fundamentam a sua posição, aos serviços competentes do ME.

Artigo 4.º

Organização

1 - As escolas devem incluir nos seus projectos educativos as adequações relativas ao processo de ensino e de aprendizagem, de carácter organizativo e de funcionamento, necessárias para responder adequadamente às necessidades educativas especiais de carácter permanente das crianças e jovens, com vista a assegurar a sua maior participação nas actividades de cada grupo ou turma e da comunidade escolar em geral.

2 - Para garantir as adequações de carácter organizativo e de funcionamento referidas no número anterior, são criadas por despacho ministerial:

- a) Escolas de referência para a educação bilingue de alunos surdos;
- b) Escolas de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão.

3 - Para apoiar a adequação do processo de ensino e de aprendizagem podem as escolas ou agrupamentos de escolas desenvolver respostas específicas diferenciadas para alunos com perturbações do espectro do autismo e com multideficiência, designadamente através da criação de:

- a) Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo;
- b) Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita.

4 - As respostas referidas nas alíneas a) e b) do número anterior são propostas por deliberação do conselho executivo, ouvido o conselho pedagógico, quando numa escola ou grupos de escolas limítrofes, o número de alunos o justificar e quando a natureza das respostas, dos equipamentos específicos e das especializações profissionais, justifiquem a sua concentração.

5 - As unidades referidas no n.º 3 são criadas por despacho do director regional de educação competente.

Capítulo II

Procedimentos de referenciação e avaliação

Artigo 5.º

Processo de referenciação

1 - A educação especial pressupõe a referenciação das crianças e jovens que eventualmente dela necessitem, a qual deve ocorrer o mais precocemente possível, detectando os factores de risco associados às limitações ou incapacidades.

2 - A referenciação efectua-se por iniciativa dos pais ou encarregados de educação, dos serviços de intervenção precoce, dos docentes ou de outros técnicos ou serviços que intervêm com a criança ou jovem ou que tenham conhecimento da eventual existência de necessidades educativas especiais.

3 - A referenciação é feita aos órgãos de administração e gestão das escolas ou agrupamentos de escolas da área da residência, mediante o preenchimento de um documento onde se explicitam as razões que levaram a referenciar a situação e se anexa toda a documentação considerada relevante para o processo de avaliação.

Artigo 6.º

Processo de avaliação

1 - Referenciada a criança ou jovem, nos termos do artigo anterior, compete ao conselho executivo desencadear os procedimentos seguintes:

- a) Solicitar ao departamento de educação especial e ao serviço de psicologia um relatório técnico-pedagógico conjunto, com os contributos dos restantes intervenientes no processo, onde sejam identificadas, nos casos em que tal se justifique, as razões que determinam as necessidades educativas especiais do aluno e a sua tipologia, designadamente as condições de saúde, doença ou incapacidade;
 - b) Solicitar ao departamento de educação especial a determinação dos apoios especializados, das adequações do processo de ensino e de aprendizagem de que o aluno deva beneficiar e das tecnologias de apoio;
 - c) Assegurar a participação activa dos pais ou encarregados de educação, assim como a sua anuência;
- [...]

Artigo 7.º

Serviço docente nos processos de referenciação e de avaliação

1 - O serviço docente no âmbito dos processos de referenciação e de avaliação assume carácter prioritário, devendo concluir-se no mais curto período de tempo, dando preferência à sua execução sobre toda a actividade docente e não docente, à excepção da lectiva.

2 - O serviço de referenciação e de avaliação é de aceitação obrigatória e quando realizado por um docente é sempre integrado na componente não lectiva do seu horário de trabalho.

Capítulo III

Programa educativo individual e plano individual de transição

Artigo 8.º

Programa educativo individual

1 - O programa educativo individual é o documento que fixa e fundamenta as respostas educativas e respectivas formas de avaliação.

2 - O programa educativo individual documenta as necessidades educativas especiais da criança ou jovem, baseadas na observação e avaliação de sala de aula e nas informações complementares disponibilizadas pelos participantes no processo.

3 - O programa educativo individual integra o processo individual do aluno.

Artigo 9.º

Modelo do programa educativo individual

1 - O modelo do programa educativo individual é aprovado por deliberação do conselho pedagógico e inclui os dados do processo individual do aluno, nomeadamente identificação, história escolar e pessoal relevante, conclusões do

relatório de avaliação e as adequações no processo de ensino e de aprendizagem a realizar, com indicação das metas, das estratégias, recursos humanos e materiais e formas de avaliação.

2 - O modelo do programa educativo individual integra os indicadores de funcionalidade, bem como os factores ambientais que funcionam como facilitadores ou como barreiras à actividade e participação do aluno na vida escolar, obtidos por referência à Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, em termos que permitam identificar o perfil concreto de funcionalidade.

3 - Do modelo de programa educativo individual devem constar, de entre outros, obrigatoriamente:

- a) A identificação do aluno;
- b) O resumo da história escolar e outros antecedentes relevantes;
- c) A caracterização dos indicadores de funcionalidade e do nível de aquisições e dificuldades do aluno;
- d) Os factores ambientais que funcionam como facilitadores ou como barreiras à participação e à aprendizagem;
- e) Definição das medidas educativas a implementar;
- f) Discriminação dos conteúdos, dos objectivos gerais e específicos a atingir e das estratégias e recursos humanos e materiais a utilizar;
- g) Nível de participação do aluno nas actividades educativas da escola;
- h) Distribuição horária das diferentes actividades previstas;
- i) Identificação dos técnicos responsáveis;
- j) Definição do processo de avaliação da implementação do programa educativo individual;
- l) A data e assinatura dos participantes na sua elaboração e dos responsáveis pelas respostas educativas a aplicar.

Artigo 10.º

Elaboração do programa educativo individual

1 - Na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico, o programa educativo individual é elaborado, conjunta e obrigatoriamente, pelo docente do grupo ou turma, pelo docente de educação especial, pelos encarregados de educação e sempre que se considere necessário, pelos serviços referidos na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 6.º, sendo submetido à aprovação do conselho pedagógico e homologado pelo conselho executivo.

2 - Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário e em todas as modalidades não sujeitas a monodocência, o programa educativo individual é elaborado pelo director de turma, pelo docente de educação especial, pelos encarregados de educação e sempre que se considere necessário pelos serviços referidos na alínea a) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 6.º, sendo submetido à aprovação do conselho pedagógico e homologado pelo conselho executivo.

3 - No caso dos alunos surdos com ensino bilingue deve também participar na elaboração do programa educativo individual um docente surdo de LGP.

Artigo 11.º

Coordenação do programa educativo individual

1 - O coordenador do programa educativo individual é o educador de infância, o professor do 1.º ciclo ou o director de turma, a quem esteja atribuído o grupo ou a turma que o aluno integra.

2 - A aplicação do programa educativo individual carece de autorização expressa do encarregado de educação, excepto nas situações previstas no n.º 2 do artigo 3.º

Artigo 12.º

Prazos de aplicação do programa educativo individual

1 - A elaboração do programa educativo individual deve decorrer no prazo máximo de 60 dias após a referenciação dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente.

2 - O programa educativo individual constitui o único documento válido para efeitos de distribuição de serviço docente e não docente e constituição de turmas, não sendo permitida a aplicação de qualquer adequação no processo de ensino e de aprendizagem sem a sua existência.

Artigo 13.º

Acompanhamento do programa educativo individual

1 - O programa educativo individual deve ser revisto a qualquer momento e, obrigatoriamente, no final de cada nível de educação e ensino e no fim de cada ciclo do ensino básico.

2 - A avaliação da implementação das medidas educativas deve assumir carácter de continuidade, sendo obrigatória pelo menos em cada um dos momentos de avaliação sumativa interna da escola.

3 - Dos resultados obtidos por cada aluno com a aplicação das medidas estabelecidas no programa educativo individual, deve ser elaborado um relatório circunstanciado no final do ano lectivo.

4 - O relatório referido no número anterior é elaborado, conjuntamente pelo educador de infância, professor do 1.º ciclo ou director de turma, pelo docente de educação especial, pelo psicólogo e pelos docentes e técnicos que acompanham o desenvolvimento do processo educativo do aluno e aprovado pelo conselho pedagógico e pelo encarregado de educação.

5 - O relatório explicita a existência da necessidade de o aluno continuar a beneficiar de adequações no processo de ensino e de aprendizagem, propõe as alterações necessárias ao programa educativo individual e constitui parte integrante do processo individual do aluno.

6 - O relatório referido nos números anteriores, ao qual é anexo o programa educativo individual, é obrigatoriamente comunicado ao estabelecimento que recebe o aluno, para prosseguimento de estudos ou em resultado de processo de transferência.

Artigo 14.º

Plano individual de transição

- 1 - Sempre que o aluno apresente necessidades educativas especiais de carácter permanente que o impeçam de adquirir as aprendizagens e competências definidas no currículo deve a escola complementar o programa educativo individual com um plano individual de transição destinado a promover a transição para a vida pós-escolar e, sempre que possível, para o exercício de uma actividade profissional com adequada inserção social, familiar ou numa instituição de carácter ocupacional.
- 2 - A concretização do número anterior, designadamente a implementação do plano individual de transição, inicia-se três anos antes da idade limite de escolaridade obrigatória, sem prejuízo do disposto no artigo anterior.
- 3 - No sentido de preparar a transição do jovem para a vida pós-escolar, o plano individual de transição deve promover a capacitação e a aquisição de competências sociais necessárias à inserção familiar e comunitária.
- 4 - O plano individual de transição deve ser datado e assinado por todos os profissionais que participam na sua elaboração, bem como pelos pais ou encarregados de educação e, sempre que possível, pelo próprio aluno.

Artigo 15.º

Certificação

- 1 - Os instrumentos de certificação da escolaridade devem adequar-se às necessidades especiais dos alunos que seguem o seu percurso escolar com programa educativo individual.
- 2 - Para efeitos do número anterior, os instrumentos normalizados de certificação devem identificar as adequações do processo de ensino e de aprendizagem que tenham sido aplicadas.
- 3 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, as normas de emissão e os formulários a utilizar são as mesmas que estejam legalmente fixadas para o sistema de ensino.

Capítulo IV

Medidas educativas

Artigo 16.º

Adequação do processo de ensino e de aprendizagem

- 1 - A adequação do processo de ensino e de aprendizagem integra medidas educativas que visam promover a aprendizagem e a participação dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente.
- 2 - Constituem medidas educativas referidas no número anterior:
 - a) Apoio pedagógico personalizado;
 - b) Adequações curriculares individuais;
 - c) Adequações no processo de matrícula;
 - d) Adequações no processo de avaliação;
 - e) Currículo específico individual;
 - f) Tecnologias de apoio.
- 3 - As medidas referidas no número anterior podem ser aplicadas cumulativamente, com excepção das alíneas b) e e), não cumuláveis entre si.
- 4 - As medidas educativas referidas no n.º 2 pressupõem o planeamento de estratégias e de actividades que visam o apoio personalizado aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente que integram obrigatoriamente o plano de actividades da escola de acordo com o projecto educativo de escola.
- 5 - O projecto educativo da escola deve conter:
 - a) As metas e estratégias que a escola se propõe realizar com vista a apoiar os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente;
 - b) A identificação das respostas específicas diferenciadas a disponibilizar para alunos surdos, cegos, com baixa visão, com perturbações do espectro do autismo e com multideficiência.

Artigo 17.º

Apoio pedagógico personalizado

- 1 - Para efeitos do presente decreto-lei entende-se por apoio pedagógico personalizado:
 - a) O reforço das estratégias utilizadas no grupo ou turma aos níveis da organização, do espaço e das actividades;
 - b) O estímulo e reforço das competências e aptidões envolvidas na aprendizagem;
 - c) A antecipação e reforço da aprendizagem de conteúdos leccionados no seio do grupo ou da turma;
 - d) O reforço e desenvolvimento de competências específicas.
- 2 - O apoio definido nas alíneas a), b) e c) do número anterior é prestado pelo educador de infância, pelo professor de turma ou de disciplina, conforme o nível de educação ou de ensino do aluno.
- 3 - O apoio definido na alínea d) do n.º 1 é prestado, consoante a gravidade da situação dos alunos e a especificidade das competências a desenvolver, pelo educador de infância, professor da turma ou da disciplina, ou pelo docente de educação especial.

Artigo 18.º

Adequações curriculares individuais

- 1 - Entende-se por adequações curriculares individuais aquelas que, mediante o parecer do conselho de docentes ou conselho de turma, conforme o nível de educação e ensino, se considere que têm como padrão o currículo comum, no caso da educação pré-escolar as que respeitem as orientações curriculares, no ensino básico as que não põem em

causa a aquisição das competências terminais de ciclo e, no ensino secundário, as que não põem em causa as competências essenciais das disciplinas.

2 - As adequações curriculares podem consistir na introdução de áreas curriculares específicas que não façam parte da estrutura curricular comum, nomeadamente leitura e escrita em braille, orientação e mobilidade; treino de visão e a actividade motora adaptada, entre outras.

3 - A adequação do currículo dos alunos surdos com ensino bilingue consiste na introdução de áreas curriculares específicas para a primeira língua (L1), segunda língua (L2) e terceira língua (L3):

a) A língua gestual portuguesa (L1), do pré-escolar ao ensino secundário;

b) O português segunda língua (L2) do pré-escolar ao ensino secundário;

c) A introdução de uma língua estrangeira escrita (L3) do 3.º ciclo do ensino básico ao ensino secundário.

4 - As adequações curriculares podem consistir igualmente na introdução de objectivos e conteúdos intermédios em função das competências terminais do ciclo ou de curso, das características de aprendizagem e dificuldades específicas dos alunos.

5 - As adequações curriculares individuais podem traduzir-se na dispensa das actividades que se revelem de difícil execução em função da incapacidade do aluno, só sendo aplicáveis quando se verifique que o recurso a tecnologias de apoio não é suficiente para colmatar as necessidades educativas resultantes da incapacidade.

Artigo 19.º

Adequações no processo de matrícula

1 - As crianças e jovens com necessidades educativas especiais de carácter permanente gozam de condições especiais de matrícula, podendo nos termos do presente decreto-lei, frequentar o jardim-de-infância ou a escola, independentemente da sua área de residência.

2 - As crianças com necessidades educativas especiais de carácter permanente podem, em situações excepcionais devidamente fundamentadas, beneficiar do adiamento da matrícula no 1.º ano de escolaridade obrigatória, por um ano, não renovável.

3 - A matrícula por disciplinas pode efectuar-se nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, desde que assegurada a sequencialidade do regime educativo comum.

4 - As crianças e jovens surdos têm direito ao ensino bilingue, devendo ser dada prioridade à sua matrícula nas escolas de referência a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º independentemente da sua área de residência.

5 - As crianças e jovens cegos ou com baixa visão podem matricular-se e frequentar escolas da rede de escolas de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º, independentemente da sua área de residência.

6 - As crianças e jovens com perturbações do espectro do autismo podem matricular-se e frequentar escolas com unidades de ensino estruturado a que se refere alínea a) do n.º 3 do artigo 4.º independentemente da sua área de residência.

7 - As crianças e jovens com multideficiência e com surdocegueira podem matricular-se e frequentar escolas com unidades especializadas a que se refere a alínea b) do n.º 3 do artigo 4.º, independentemente da sua área de residência.

Artigo 20.º

Adequações no processo de avaliação

1 - As adequações quanto aos termos a seguir para a avaliação dos progressos das aprendizagens podem consistir, nomeadamente, na alteração do tipo de provas, dos instrumentos de avaliação e certificação, bem como das condições de avaliação, no que respeita, entre outros aspectos, às formas e meios de comunicação e à periodicidade, duração e local da mesma.

2 - Os alunos com currículos específicos individuais não estão sujeitos ao regime de transição de ano escolar nem ao processo de avaliação característico do regime educativo comum, ficando sujeitos aos critérios específicos de avaliação definidos no respectivo programa educativo individual.

Artigo 21.º

Currículo específico individual

1 - Entende-se por currículo específico individual, no âmbito da educação especial, aquele que, mediante o parecer do conselho de docentes ou conselho de turma, substitui as competências definidas para cada nível de educação e ensino.

2 - O currículo específico individual pressupõe alterações significativas no currículo comum, podendo as mesmas traduzir-se na introdução, substituição e ou eliminação de objectivos e conteúdos, em função do nível de funcionalidade da criança ou do jovem.

3 - O currículo específico individual inclui conteúdos conducentes à autonomia pessoal e social do aluno e dá prioridade ao desenvolvimento de actividades de cariz funcional centradas nos contextos de vida, à comunicação e à organização do processo de transição para a vida pós-escolar.

4 - Compete ao conselho executivo e ao respectivo departamento de educação especial orientar e assegurar o desenvolvimento dos referidos currículos.

Artigo 22.º

Tecnologias de apoio

Entende-se por tecnologias de apoio os dispositivos facilitadores que se destinam a melhorar a funcionalidade e a reduzir a incapacidade do aluno, tendo como impacte permitir o desempenho de actividades e a participação nos domínios da aprendizagem e da vida profissional e social.

Capítulo V

Modalidades específicas de educação

Artigo 23.º

Educação bilingue de alunos surdos

1 - A educação das crianças e jovens surdos deve ser feita em ambientes bilingues que possibilitem o domínio da LGP, o domínio do português escrito e, eventualmente, falado, competindo à escola contribuir para o crescimento linguístico dos alunos surdos, para a adequação do processo de acesso ao currículo e para a inclusão escolar e social.

2 - A concentração dos alunos surdos, inseridos numa comunidade linguística de referência e num grupo de socialização constituído por adultos, crianças e jovens de diversas idades que utilizam a LGP, promove condições adequadas ao desenvolvimento desta língua e possibilita o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem em grupos ou turmas de alunos surdos, iniciando-se este processo nas primeiras idades e concluindo-se no ensino secundário.

3 - As escolas de referência para a educação bilingue de alunos surdos a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 4.º constituem uma resposta educativa especializada desenvolvida, em agrupamentos de escolas ou escolas secundárias que concentram estes alunos numa escola, em grupos ou turmas de alunos surdos.

4 - As escolas de referência para a educação de ensino bilingue de alunos surdos têm como objectivo principal aplicar metodologias e estratégias de intervenção interdisciplinares, adequadas a alunos surdos.

5 - As escolas de referência para a educação bilingue de alunos surdos integram:

a) Docentes com formação especializada em educação especial, na área da surdez, competentes em LGP (docentes surdos e ouvintes dos vários níveis de educação e ensino), com formação e experiência no ensino bilingue de alunos surdos;

b) Docentes surdos de LGP;

c) Intérpretes de LGP;

d) Terapeutas da fala.

6 - Para os alunos surdos, o processo de avaliação, referido no artigo 6.º, deve ser desenvolvido por equipas a constituir no agrupamento de escolas ou nas escolas secundárias para a educação bilingue destes alunos.

7 - As equipas referidas no número anterior devem ser constituídas pelos seguintes elementos:

a) Docente que lecciona grupo ou turma de alunos surdos do nível de educação e ensino da criança ou jovem;

b) Docente de educação especial especializado na área da surdez;

c) Docente surdo de LGP;

d) Terapeutas da fala;

e) Outros profissionais ou serviços da escola ou da comunidade.

8 - Deve ser dada prioridade à matrícula de alunos surdos, nas escolas de referência para a educação bilingue de alunos surdos.

9 - A organização da resposta educativa deve ser determinada pelo nível de educação e ensino, ano de escolaridade, idade dos alunos e nível de proficiência linguística.

10 - As respostas educativas devem ser flexíveis, assumindo carácter individual e dinâmico, e pressupõem uma avaliação sistemática do processo de ensino e de aprendizagem do aluno surdo, bem como o envolvimento e a participação da família.

11 - Os agrupamentos de escolas que integram os jardins-de-infância de referência para a educação bilingue de crianças surdas devem articular as respostas educativas com os serviços de intervenção precoce no apoio e informação das escolhas e opções das suas famílias e na disponibilização de recursos técnicos especializados, nomeadamente de docentes surdos de LGP, bem como na frequência precoce de jardim-de-infância no grupo de crianças surdas.

12 - As crianças surdas, entre os 3 e os 6 anos de idade, devem frequentar a educação pré-escolar, sempre em grupos de crianças surdas, de forma a desenvolverem a LGP como primeira língua, sem prejuízo da participação do seu grupo com grupos de crianças ouvintes em actividades desenvolvidas na comunidade escolar.

13 - Os alunos dos ensino básico e secundário realizam o seu percurso escolar em turmas de alunos surdos, de forma a desenvolverem a LGP como primeira língua e aceder ao currículo nesta língua, sem prejuízo da sua participação com as turmas de alunos ouvintes em actividades desenvolvidas na comunidade escolar.

14 - A docência dos grupos ou turmas de alunos surdos é assegurada por docentes surdos ou ouvintes com habilitação profissional para leccionar aqueles níveis de educação e ensino, competentes em LGP e com formação e experiência no ensino bilingue de alunos surdos.

15 - Na educação pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico deve ser desenvolvido um trabalho de co-responsabilização e parceria entre docentes surdos e ouvintes de forma a garantir aos alunos surdos a aprendizagem e o desenvolvimento da LGP como primeira língua, e da língua portuguesa, como segunda língua.

16 - Sempre que se verifique a inexistência de docente surdo competente em LGP, com habilitação profissional para o exercício da docência no pré-escolar ou no 1.º ciclo do ensino básico, deve ser garantida a colocação de docente surdo responsável pela área curricular de LGP, a tempo inteiro, no grupo ou turma dos alunos surdos.

17 - Não se verificando a existência de docentes competentes em LGP nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, as aulas leccionadas por docentes ouvintes são traduzidas por um intérprete de LGP.

18 - Ao intérprete de LGP compete fazer a tradução da língua portuguesa oral para a língua gestual portuguesa e da língua gestual portuguesa para a língua oral das actividades que na escola envolvam a comunicação entre surdos e ouvintes, bem como a tradução das aulas leccionadas por docentes, reuniões, acções e projectos resultantes da dinâmica da comunidade educativa.

19 - Os docentes surdos de LGP asseguram o desenvolvimento da língua gestual portuguesa como primeira língua dos alunos surdos.

20 - Os docentes ouvintes asseguram o desenvolvimento da língua portuguesa como segunda língua dos alunos surdos.

21 - Aos docentes de educação especial com formação na área da surdez, colocados nas escolas de referência para a educação bilingue de alunos surdos, compete:

a) Lecionar turmas de alunos surdos, atendendo à sua habilitação profissional para a docência e à sua competência em LGP;

b) Apoiar os alunos surdos na antecipação e reforço das aprendizagens, no domínio da leitura/escrita;

c) Elaborar e adaptar materiais para os alunos que deles necessitem;

d) Participar na elaboração do programa educativo individual dos alunos surdos.

22 - Aos docentes surdos com habilitação profissional para o ensino da área curricular ou da disciplina de LGP compete:

a) Lecionar os programas LGP como primeira língua dos alunos surdos;

b) Desenvolver, acompanhar e avaliar o processo de ensino e de aprendizagem da LGP;

c) Definir, preparar e elaborar meios e suportes didáticos de apoio ao ensino/aprendizagem da LGP;

d) Participar na elaboração do programa educativo individual dos alunos surdos;

e) Desenvolver actividades, no âmbito da comunidade educativa em que se insere, visando a interacção de surdos e ouvintes e promovendo a divulgação da LGP junto da comunidade ouvinte;

f) Ensinar a LGP como segunda língua a alunos ou outros elementos da comunidade educativa em que está inserido, difundir os valores e a cultura da comunidade surda contribuindo para a integração social da pessoa surda.

23 - As escolas de referência para a educação bilingue de alunos surdos devem estar apetrechadas com equipamentos essenciais às necessidades específicas da população surda.

24 - Consideram-se equipamentos essenciais ao nível da escola e da sala de aula os seguintes: computadores com câmaras, programas para tratamento de imagem e filmes, impressora e scanner; televisor e vídeo, câmara e máquinas fotográficas digitais, retroprojector, projector multimédia, quadro interactivo, sinalizadores luminosos de todos os sinais sonoros, telefone com serviço de mensagens curtas (sms), sistema de vídeo-conferência, software educativo, dicionários e livros de apoio ao ensino do português escrito, materiais multimédia de apoio ao ensino e aprendizagem em LGP, ao desenvolvimento da LGP e sobre a cultura da comunidade surda, disponibilizados em diferentes formatos; material e equipamentos específicos para a intervenção em terapêutica da fala.

25 - Constituem objectivos dos agrupamentos de escolas e escolas secundárias:

a) Assegurar o desenvolvimento da LGP como primeira língua dos alunos surdos;

b) Assegurar o desenvolvimento da língua portuguesa escrita como segunda língua dos alunos surdos;

c) Assegurar às crianças e jovens surdos, os apoios ao nível da terapia da fala do apoio pedagógico e do reforço das aprendizagens, dos equipamentos e materiais específicos bem como de outros apoios que devam beneficiar;

d) Organizar e apoiar os processos de transição entre os diferentes níveis de educação e de ensino;

e) Organizar e apoiar os processos de transição para a vida pós-escolar;

f) Criar espaços de reflexão e partilha de conhecimentos e experiências numa perspectiva transdisciplinar de desenvolvimento de trabalho cooperativo entre profissionais com diferentes formações que desempenham as suas funções com os alunos surdos;

g) Programar e desenvolver acções de formação em LGP para a comunidade escolar e para os familiares dos alunos surdos;

h) Colaborar e desenvolver com as associações de pais e com as associações de surdos acções de diferentes âmbitos, visando a interacção entre a comunidade surda e a comunidade ouvinte.

26 - Compete ao conselho executivo do agrupamento de escolas ou da escola secundária garantir, organizar, acompanhar e orientar o funcionamento e o desenvolvimento da resposta educativa adequada à inclusão dos alunos surdos.

Artigo 24.º

Educação de alunos cegos e com baixa visão

1 - As escolas de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão concentram as crianças e jovens de um ou mais concelhos, em função da sua localização e rede de transportes existentes.

2 - As escolas de referência a que se refere a alínea b) do n.º 2 do artigo 4.º constitui uma resposta educativa especializada desenvolvida em agrupamentos de escolas ou escolas secundárias que concentrem alunos cegos e com baixa visão.

3 - Constituem objectivos das escolas de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão:

a) Assegurar a observação e avaliação visual e funcional;

b) Assegurar o ensino e a aprendizagem da leitura e escrita do braille bem como das suas diversas grafias e domínios de aplicação;

c) Assegurar a utilização de meios informáticos específicos, entre outros, leitores de ecrã, software de ampliação de caracteres, linhas braille e impressora braille;

d) Assegurar o ensino e a aprendizagem da orientação e mobilidade;

e) Assegurar o treino visual específico;

f) Orientar os alunos nas disciplinas em que as limitações visuais ocasionem dificuldades particulares, designadamente a educação visual, educação física, técnicas laboratoriais, matemática, química, línguas estrangeiras e tecnologias de comunicação e informação;

g) Assegurar o acompanhamento psicológico e a orientação vocacional;

h) Assegurar o treino de actividades de vida diária e a promoção de competências sociais;

i) Assegurar a formação e aconselhamento aos professores, pais, encarregados de educação e outros membros da comunidade educativa.

4 - As escolas de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão integram docentes com formação especializada em educação especial no domínio da visão e outros profissionais com competências para o ensino de braille e de orientação e mobilidade.

5 - As escolas de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão devem estar apetrechadas com equipamentos informáticos e didáticos adequados às necessidades da população a que se destinam.

6 - Consideram-se materiais didáticos adequados os seguintes: material em caracteres ampliados, em braille; em formato digital, em áudio e materiais em relevo.

7 - Consideram-se equipamentos informáticos adequados, os seguintes:

computadores equipados com leitor de ecrã com voz em português e linha braille, impressora braille, impressora laser para preparação de documentos e concepção de relevos; scanner; máquina para produção de relevos, máquinas braille; cubarítmicos;

calculadoras electrónicas; lupas de mão; lupa TV; software de ampliação de caracteres; software de transcrição de texto em braille; gravadores adequados aos formatos áudio actuais e suportes digitais de acesso à Internet.

8 - Compete ao conselho executivo do agrupamento de escolas e escolas secundárias organizar, acompanhar e orientar o funcionamento e o desenvolvimento da resposta educativa adequada à inclusão dos alunos cegos e com baixa visão.

Artigo 25.º

Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo

1 - As unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo constituem uma resposta educativa especializada desenvolvida em escolas ou agrupamentos de escolas que concentrem grupos de alunos que manifestem perturbações enquadráveis nesta problemática.

2 - A organização da resposta educativa para alunos com perturbações do espectro do autismo deve ser determinada pelo grau de severidade, nível de desenvolvimento cognitivo, linguístico e social, nível de ensino e pela idade dos alunos.

3 - Constituem objectivos das unidades de ensino estruturado:

a) Promover a participação dos alunos com perturbações do espectro do autismo nas actividades curriculares e de enriquecimento curricular junto dos pares da turma a que pertencem;

b) Implementar e desenvolver um modelo de ensino estruturado o qual consiste na aplicação de um conjunto de princípios e estratégias que, com base em informação visual, promovam a organização do espaço, do tempo, dos materiais e das actividades;

c) Aplicar e desenvolver metodologias de intervenção interdisciplinares que, com base no modelo de ensino estruturado, facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar;

d) Proceder às adequações curriculares necessárias;

e) Organizar o processo de transição para a vida pós-escolar;

f) Adoptar opções educativas flexíveis, de carácter individual e dinâmico, pressupondo uma avaliação constante do processo de ensino e de aprendizagem do aluno e o regular envolvimento e participação da família.

4 - As escolas ou agrupamentos de escolas com unidades de ensino estruturado concentram alunos de um ou mais concelhos, em função da sua localização e rede de transportes existentes.

5 - As escolas ou agrupamentos de escolas com unidades de ensino estruturado integram docentes com formação especializada em educação especial.

6 - Às escolas ou agrupamentos de escolas com unidades de ensino estruturado compete:

a) Acompanhar o desenvolvimento do modelo de ensino estruturado;

b) Organizar formação específica sobre as perturbações do espectro do autismo e o modelo de ensino estruturado;

c) Adequar os recursos às necessidades das crianças e jovens;

d) Assegurar os apoios necessários ao nível de terapia da fala, ou outros que se venham a considerar essenciais;

e) Criar espaços de reflexão e de formação sobre estratégias de diferenciação pedagógica numa perspectiva de desenvolvimento de trabalho transdisciplinar e cooperativo entre vários profissionais;

f) Organizar e apoiar os processos de transição entre os diversos níveis de educação e de ensino;

g) Promover e apoiar o processo de transição dos jovens para a vida pós-escolar;

h) Colaborar com as associações de pais e com as associações vocacionadas para a educação e apoio a crianças e jovens com perturbações do espectro do autismo;

i) Planear e participar, em colaboração com as associações relevantes da comunidade, em actividades recreativas e de lazer dirigidas a jovens com perturbações do espectro do autismo, visando a inclusão social dos seus alunos.

7 - As escolas ou agrupamentos de escolas onde funcionem unidades de ensino estruturado devem ser apetrechados com mobiliário e equipamento essenciais às necessidades específicas da população com perturbações do espectro do autismo e introduzir as modificações nos espaços e nos materiais que se considerem necessárias face ao modelo de ensino a implementar.

8 - Compete ao conselho executivo da escola ou agrupamento de escolas organizar, acompanhar e orientar o funcionamento da unidade de ensino estruturado.

Artigo 26.º

Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita

1 - As unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita constituem uma resposta educativa especializada desenvolvida em escolas ou agrupamentos de escolas que concentrem grupos de alunos que manifestem essas problemáticas.

2 - A organização da resposta educativa deve ser determinada pelo tipo de dificuldade manifestada, pelo nível de desenvolvimento cognitivo, linguístico e social e pela idade dos alunos.

3 - Constituem objectivos das unidades de apoio especializado:

[...]

g) Planear e participar, em colaboração com as associações da comunidade, em actividades recreativas e de lazer dirigidas a crianças e jovens com multideficiência e surdocegueira congénita, visando a integração social dos seus alunos.

7 - As escolas ou agrupamentos de escolas onde funcionem unidades de apoio especializado devem ser apetrechados com os equipamentos essenciais às necessidades específicas dos alunos com multideficiência ou surdocegueira e introduzir as modificações nos espaços e mobiliário que se mostrem necessárias face às metodologias e técnicas a implementar.

8 - Compete ao conselho executivo da escola ou agrupamento de escolas organizar acompanhar e orientar o desenvolvimento da unidade especializada.

Artigo 27.º

Intervenção precoce na infância

1 - No âmbito da intervenção precoce na infância são criados agrupamentos de escolas de referência para a colocação de docentes.

2 - Constituem objectivos dos agrupamentos de escolas de referência:

[...]

Capítulo VI

Disposições finais

Artigo 28.º

Serviço docente

[...]

Artigo 30.º

Cooperação e parceria

As escolas ou agrupamentos de escolas devem, isolada ou conjuntamente, desenvolver parcerias com instituições particulares de solidariedade social, centros de recursos especializados, ou outras, visando os seguintes fins:

[...]

Artigo 31.º

Não cumprimento do princípio da não discriminação

O incumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 2.º implica:

a) Nos estabelecimentos de educação da rede pública, o início de procedimento disciplinar;

b) Nas escolas de ensino particular e cooperativo, a retirada do paralelismo pedagógico e a cessação do co-financiamento, qualquer que seja a sua natureza, por parte da administração educativa central e regional e seus organismos e serviços dependentes.

Artigo 32.º

Norma revogatória

São revogados:

a) O Decreto-Lei 319/91, de 23 de Agosto;

b) O artigo 10.º do Decreto-Lei 6/2001, de 18 de Janeiro;

c) A Portaria 611/93, de 29 de Junho;

d) O artigo 6.º da Portaria 1102/97, de 3 de Novembro;

e) O artigo 6.º da Portaria 1103/97, de 3 de Novembro;

f) Os n.os 51 e 52 do Despacho Normativo 30/2001, de 22 de Junho, publicado no Diário da República, 1.ª série-B, n.º 166, de 19 de Julho de 2001;

g) O despacho 173/99, de 23 de Outubro;

h) O despacho 7520/98, de 6 de Maio.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 27 de Setembro de 2007. - José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa - Maria de Lurdes Reis Rodrigues.

Promulgado em 7 de Dezembro de 2007.

Publique-se.

O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva.

Referendado em 11 de Dezembro de 2007.

O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

Anexo X - Decreto-lei n.º 769-A/76, 23 de outubro

Decreto-Lei 769-A/76 de 23 de Outubro

A escola sofreu nos últimos anos o efeito da descompressão da vida política nacional, o que, se levou a saudáveis atitudes de destruição de estruturas antigas, também fez ruir a disciplina indispensável para garantir o funcionamento de qualquer sistema educativo. Muito especialmente o vazio legal criado pelo não cumprimento do Decreto-Lei 735-A/74, de 21 de Dezembro, que impunha a sua própria revisão até 31 de Agosto de 1975, provocou prejuízos incalculáveis.

É tempo já de, colhendo da experiência com a necessária lucidez, separar a demagogia da democracia e lançar as bases de uma gestão que, para ser verdadeiramente democrática, exige a atribuição de responsabilidades aos docentes, discentes e pessoal não docente na comunidade escolar. A definição entre competência deliberativa e funções executivas é essencial para uma gestão que acautele os interesses colectivos. Todavia, não poderá esquecer-se que toda a organização se destina a permitir alcançar objectivos de ordem pedagógica, o que anteriormente não foi regulamentado e agora se considera fundamental.

Nestes termos:

Usando da autorização conferida pela Lei 4/76, de 10 de Setembro, o Governo decreta, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

I

Órgãos

Artigo 1.º Os órgãos de cada estabelecimento de ensino preparatório e secundário responsáveis pelo seu funcionamento são os seguintes:

- a) Conselho directivo;
- b) Conselho pedagógico;
- c) Conselho administrativo.

II

Conselho directivo

Art. 2.º O conselho directivo de cada estabelecimento de ensino será constituído por três ou por cinco representantes do pessoal docente, conforme se trate de estabelecimentos cuja frequência não exceda mil alunos ou ultrapasse este número, dois representantes dos alunos e um representante do pessoal não docente, eleitos segundo as normas constantes do presente decreto-lei.

Art. 3.º A representação do pessoal docente no conselho directivo incluirá, pelo menos, dois professores profissionalizados, salvo nos estabelecimentos de ensino onde os não haja, o que será comunicado à respectiva direcção-geral de ensino, para efeitos do n.º 4 do artigo 6.º Art. 4.º - 1. A representação de alunos no conselho directivo verificar-se-á nos estabelecimentos de ensino secundário que ministrem cursos complementares.

2. Os discentes só poderão ser representados por alunos dos cursos complementares.

Art. 5.º Nos casos em que não haja representação de alunos, o conselho poderá convidar delegados destes a participar em determinadas sessões, sem direito a voto deliberativo.

Art. 6.º - 1. O conselho directivo escolherá, de entre os seus membros docentes, um presidente, um vice-presidente e um secretário.

2. Nos conselhos directivos com cinco membros docentes, dois deles serão vogais.

3. O presidente e o vice-presidente do conselho directivo serão docentes profissionalizados.

4. Nos casos em que não for possível respeitar a representação fixada no artigo 3.º, o Ministro da Educação e Investigação Científica, sob proposta da respectiva direcção-geral de ensino, ouvida a Direcção-Geral de Pessoal e Administração, designará os docentes que integrarão o conselho directivo, podendo, para o efeito, destacar docentes profissionalizados de outros estabelecimentos de ensino.

5. A natureza do destacamento dos docentes profissionalizados referidos no número anterior será definida no despacho de nomeação.

Art. 7.º A eleição dos representantes do pessoal docente para o conselho directivo far-se-á de entre todos os docentes em serviço no estabelecimento, os quais, para o efeito, se reunirão em assembleia eleitoral, nos termos do artigo 38.º do presente diploma.

Art. 8.º Os representantes dos alunos no conselho directivo serão eleitos de entre os alunos abrangidos no n.º 2 do artigo 4.º pelos delegados de todas as turmas do estabelecimento, nos termos do artigo 39.º Art. 9.º O representante do pessoal não docente será eleito de entre e por todos os elementos do pessoal técnico, administrativo e auxiliar do estabelecimento, os quais, para o efeito, se reunirão em assembleia eleitoral, nos termos do artigo 38.º Art. 10.º - 1. Nos estabelecimentos de ensino onde funcionem cursos nocturnos será eleita uma comissão constituída por dois docentes, eleitos por e entre os que exercem funções naqueles cursos, e por dois alunos, eleitos por e entre os respectivos alunos, nos termos, respectivamente, dos artigos 38.º e 39.º 2. O presidente do conselho directivo, ou o seu delegado, ouvirá obrigatoriamente a comissão em tudo o que respeita ao funcionamento dos cursos nocturnos.

3. O delegado referido no número anterior será um dos membros do conselho directivo a quem tenha sido distribuída essa função.

Art. 11.º - 1. Até à regulamentação dos órgãos previstos no presente diploma, competirá ao conselho directivo, pelos seus membros docentes, exercer todas as funções que, nos estatutos dos respectivos graus e ramos de ensino e legislação complementar, são atribuídas aos cargos directivos, e que não sejam alteradas pelo presente decreto-lei.

2. Para os efeitos do número anterior, serão distribuídas funções a cada um dos membros, os quais serão responsáveis pelo seu desempenho.

Art. 12.º O conselho directivo poderá criar as comissões e grupos de trabalho que entender necessários para o tratamento de assuntos internos da vida do estabelecimento, competindo-lhe definir as respectivas composição, mandato, prazos e normas de funcionamento, no quadro da legislação em vigor.

Art. 13.º Compete ao presidente do conselho directivo:

- a) Presidir às reuniões dos conselhos directivo, pedagógico e administrativo;
- b) Representar o estabelecimento;
- c) Abrir a correspondência e assinar o expediente;
- d) Decidir em todos os assuntos que lhe sejam delegados pelo conselho ou em situações de emergência em que não seja possível ouvir este;
- e) Submeter à apreciação superior os assuntos que excedam a competência do conselho directivo.

Art. 14.º - 1. Compete ao vice-presidente do conselho directivo coadjuvar o presidente e substituí-lo nas suas faltas ou impedimentos.

2. O presidente do conselho directivo poderá, a título permanente, delegar no vice-presidente a competência para presidir ao conselho administrativo.

3. Sempre que se verificar a delegação de competência referida no número anterior, o conselho directivo dará dela conhecimento à Direcção-Geral de Pessoal e Administração e à 10.ª Delegação da Direcção-Geral da Contabilidade Pública.

Art. 15.º Ao secretário compete secretariar as reuniões do conselho directivo, servir como vice-presidente do conselho administrativo e desempenhar outras funções que lhe forem atribuídas pelo conselho directivo.

Art. 16.º - 1. Durante o ano lectivo, o conselho directivo terá reuniões ordinárias mensais.

2. As reuniões extraordinárias do conselho serão convocadas, por escrito, pelo presidente, por sua iniciativa ou de pelo menos metade dos seus membros, com a antecedência mínima de quarenta e oito horas, sendo a convocatória acompanhada da respectiva agenda de trabalhos.

3. Em caso de emergência o conselho poderá reunir-se com dispensa das condições fixadas no número anterior, desde que tenha sido assegurada pelo presidente a convocação de todos os seus membros.

Art. 17.º - 1. O conselho directivo só poderá deliberar estando presente uma maioria dos seus membros docentes.

2. As decisões do conselho serão tomadas por maioria de votos, tendo o presidente, em caso de empate, voto de qualidade.

Art. 18.º As actas das reuniões do conselho poderão ser consultadas a requerimento de qualquer elemento do estabelecimento, exceptuadas as que relatem assuntos que o conselho directivo entender de carácter confidencial.

Art. 19.º - 1. Os membros do conselho directivo serão individual e solidariamente responsáveis perante o Estado pelo cumprimento da lei e das normas regulamentares em vigor.

2. Ficarão isentos de responsabilidade civil, disciplinar e criminal inerentes às deliberações do conselho os ausentes e os membros presentes que, não concordando com as resoluções tomadas, o tenham manifestado em declaração de voto.

3. Os membros ausentes justificarão, nos termos da lei, a sua falta.

4. Aos membros do conselho directivo que sejam menores não emancipados aplicar-se-á o regime da lei geral.

Art. 20.º - 1. O Ministro da Educação e Investigação Científica determinará, por portaria, a redução de tempo de serviço de que beneficiará o conselho directivo, relativamente aos seus membros docentes.

2. O conselho distribuirá entre os seus membros docentes as horas equivalentes a serviço docente determinadas pela portaria referida no número anterior.

3. Será vedada aos membros docentes do conselho directivo a prestação de serviço docente extraordinário, exceptuados casos de força maior expressamente autorizados por despacho ministerial.

Art. 21.º O tempo de serviço prestado em reuniões ou actividades do conselho directivo pelo representante de pessoal não docente será contabilizado para efeitos de cumprimento do seu horário normal de trabalho.

III

Conselho pedagógico

Art. 22.º O conselho pedagógico será constituído pelo presidente do conselho directivo, por um professor delegado de cada grupo, subgrupo, disciplina ou especialidade e por delegados dos alunos, um por cada ano.

Art. 23.º - 1. Os professores delegados de cada grupo, subgrupo, disciplina ou especialidade serão eleitos pelos respectivos docentes.

2. Os delegados referidos no número anterior serão professores profissionalizados, salvo quando os não houver no estabelecimento de ensino, caso em que competirá ao conselho directivo a sua designação, ouvidos os respectivos conselhos a que se refere o n.º 1 do artigo 25.º 3. Os professores mencionados no número anterior não poderão fazer parte do conselho directivo.

Art. 24.º Ao conselho pedagógico incumbe a orientação pedagógica do estabelecimento de ensino, promovendo a cooperação entre todos os membros da escola, de modo a garantir adequado nível de ensino e conveniente formação dos alunos.

Art. 25.º - 1. Para o exercício das suas atribuições, o conselho pedagógico apoiar-se-á, nomeadamente, nos docentes organizados em conselhos de grupo, subgrupo, disciplina ou especialidade e, ainda, de ano e de turma.

2. Os conselhos referidos no número anterior serão presididos por professores eleitos anualmente de entre os docentes profissionalizados, salvo onde os não haja, caso em que caberá ao conselho directivo a sua nomeação, ouvidos os respectivos conselhos.

Art. 26.º Compete aos conselhos de docentes de grupo, subgrupo, disciplina ou especialidade estudar, propor e aplicar, de forma coordenada, as soluções mais adequadas ao ensino das respectivas disciplinas ou especialidades, bem como dar parecer e desenvolver actividades que lhe sejam solicitadas pelos conselhos directivo ou pedagógico.

Art. 27.º Compete aos conselhos de docentes de ano ou de turma dar parecer sobre todas as questões de natureza pedagógica e disciplinar que a esses anos ou turmas digam respeito.

Art. 28.º Quando os conselhos de ano ou de turma se reunirem para tratar de questões de natureza disciplinar, serão presididos pelo presidente do conselho pedagógico, deles fazendo parte dois representantes dos alunos do respectivo ano ou turma e, ainda, um representante dos encarregados de educação, este sem voto deliberativo.

Art. 29.º - 1. Compete ao professor delegado no conselho pedagógico de cada grupo, subgrupo, disciplina ou especialidade coordenar e orientar os trabalhos de quantos exerçam a docência nesse grupo, subgrupo, disciplina ou especialidade, bem como a direcção de instalações próprias e a responsabilidade, perante o conselho directivo, pelo património que lhe esteja confiado.

2. Nos casos em que reconheça conveniente, o conselho directivo pode atribuir a responsabilidade da direcção de instalações próprias a um outro professor, ouvida a comissão dos docentes da respectiva disciplina ou disciplinas.

Art. 30.º - 1. O conselho pedagógico reunirá ordinariamente uma vez por mês durante o ano lectivo, podendo, porém, reunir-se nas condições previstas no n.º 3 do artigo 16.º 2. As decisões do conselho pedagógico serão tomadas por maioria, tendo o presidente, em caso de empate, voto de qualidade.

3. Os membros do conselho pedagógico serão responsáveis, individual e solidariamente, pelas deliberações tomadas.

4. O presidente do conselho pedagógico poderá usar do direito de veto suspensivo quando as deliberações contrariarem as disposições legais e ou directivas do Ministério da Educação e Investigação Científica.

Art. 31.º - 1. Se, em qualquer reunião do conselho, o número de alunos exceder o número de professores, a mesma não terá carácter deliberativo.

2. Os alunos membros do conselho pedagógico não terão direito a assistir às reuniões em que se tratem assuntos de carácter confidencial, nomeadamente em tudo que possa representar sigilo de exames.

IV

Conselho administrativo

Art. 32.º - 1. O conselho administrativo será constituído por um presidente, um vice-presidente e um secretário.

2. As funções de presidente do conselho administrativo serão desempenhadas pelo presidente do conselho directivo ou pelo seu vice-presidente, quando tal competência lhe for delegada nos termos definidos no n.º 2 do artigo 14.º 3.

As funções de vice-presidente do conselho administrativo serão desempenhadas pelo secretário do conselho directivo.

4. O chefe da secretaria exercerá as funções de secretário.

Art. 33.º - 1. Compete ao conselho administrativo:

a) Estabelecer as regras a que deve obedecer a administração do estabelecimento, de acordo com as leis gerais da contabilidade pública e a orientação da Direcção-Geral de Pessoal e Administração;

b) Aprovar os projectos de orçamento e a conta de gerência;

c) Verificar a legalidade das despesas efectuadas e autorizar o respectivo pagamento;

d) Fiscalizar a cobrança das receitas e dar balanço ao cofre a cargo do tesoureiro;

e) Velar pela manutenção e conservação do património, promovendo a organização e permanente actualização do seu cadastro;

f) Aceitar as liberalidades feitas a favor dos serviços ou estabelecimentos de ensino.

2. As liberalidades referidas na alínea f) do número anterior, quando envolvam obrigações para os serviços ou estabelecimentos de ensino, carecem de autorização superior.

Art. 34.º - 1. O conselho administrativo reunirá, pelo menos, uma vez em cada mês do ano civil, devendo estar presentes todos os seus componentes.

2. As sessões são convocadas pelo presidente com, pelo menos, quarenta e oito horas de antecedência, salvo casos de especial urgência.

3. As sessões do conselho deverão realizar-se, em princípio, sem prejuízo da actividade docente.

4. As deliberações serão tomadas por maioria de votos, tendo o presidente, em caso de empate, voto de qualidade.

Art. 35.º - 1. As deliberações e pareceres do conselho administrativo serão sempre exarados em acta.

2. As deliberações do conselho administrativo só obrigam, para todos os efeitos, aqueles que as tenham votado, ficando isentos das respectivas responsabilidades civis e disciplinares os que não tenham concordado com as resoluções tomadas por maioria, desde que, para o efeito, tenham exarado a competente declaração de voto.

3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, os membros do conselho administrativo responderão solidariamente pela administração do estabelecimento de ensino.

Art. 36.º - 1. O presidente do conselho administrativo pode suspender a execução de qualquer deliberação do mesmo conselho desde que a considere ilegal ou inconveniente.

2. Quando usar deste direito, o presidente submeterá à apreciação do director-geral de Pessoal e Administração, dentro das quarenta e oito horas subsequentes, os motivos da suspensão.

3. A decisão dos casos referidos no número anterior terá de ser proferida no prazo de quinze dias, contados a partir da data da suspensão.

4. Se a decisão não for tomada dentro do prazo a que se refere o número antecedente, considera-se levantada a suspensão.

V

Eleições

Art. 37.º Todas as eleições previstas no presente diploma serão realizadas por escrutínio secreto.

Art. 38.º - 1. As assembleias eleitorais previstas neste decreto-lei serão convocadas pelo presidente do conselho directivo ou por quem as suas vezes fizer.

2. As convocatórias mencionarão as normas práticas do processo eleitoral, locais de afixação das listas de candidatos, hora e local ou locais do escrutínio, devendo ser afixadas, com a antecedência de sete dias, nos lugares habituais.

3. O pessoal docente, alunos e pessoal não docente deverão reunir em separado, e previamente, para decidir da composição das respectivas mesas que presidirão às assembleias e aos escrutínios, as quais serão constituídas por um presidente e dois secretários, eleitos individualmente.

4. As urnas manter-se-ão abertas durante oito horas, a menos que antes tenham votado todos os eleitores.

5. A abertura das urnas será efectuada perante a respectiva assembleia eleitoral, nos termos dos n.os 1 e 2, lavrando-se acta, que será assinada pelos componentes da mesa e pelos restantes membros da assembleia que o desejarem.

6. Os representantes dos docentes e dos alunos para o conselho directivo serão eleitos por lista.

7. As listas dos representantes dos docentes deverão obedecer ao estabelecido no artigo 3.º deste diploma.

8. As listas dos docentes a propor à eleição de representantes para o conselho directivo, depois de subscritas por um mínimo de dez docentes, deverão ser rubricadas pelos respectivos candidatos, que assim manifestarão a sua concordância.

9. As listas referidas no número anterior serão entregues até quarenta e oito horas antes da abertura da assembleia eleitoral ao presidente do conselho directivo ou a quem as suas vezes fizer, o qual imediatamente as rubricará e fará afixar nos locais mencionados na convocatória daquela assembleia.

10. As listas de alunos candidatos à eleição serão propostas por um mínimo de dez dos delegados de turma referidos no artigo 39.º e a sua divulgação far-se-á em termos idênticos aos dos n.os 8 e 9 deste artigo.

11. Os candidatos à representação do pessoal não docente deverão ser propostos no mínimo por cinco elementos desse pessoal e a divulgação das propostas far-se-á em termos idênticos aos dos n.os 8 e 9.

12. Cada lista poderá indicar até dois representantes para acompanharem todos os actos da eleição, os quais assinarão a acta referida no n.º 5 do presente artigo.

13. Considera-se eleita a lista, plurinomial ou uninominal, que obtiver o mínimo de 51% dos votos entrados nas urnas, os quais deverão representar, pelo menos, 60% do número total de eleitores.

14. Quando no primeiro escrutínio nenhuma lista sair vencedora, nos termos do n.º 13 deste artigo, haverá um segundo escrutínio, a realizar no prazo máximo de dois dias úteis, ao qual só poderão concorrer as duas listas mais votadas no primeiro.

15. No caso de não ser possível distinguir quais as duas listas mais votadas em virtude de situações de empate, à nova eleição concorrerão todas as que não tenham sido eliminadas por força do número anterior.

16. As actas das sessões da assembleia eleitoral serão enviadas à Direcção-Geral de Pessoal e Administração e à respectiva direcção-geral de ensino no prazo de cinco dias após a conclusão do processo eleitoral. Aquelas actas serão acompanhadas pelas observações que, sobre o referido processo, sejam formuladas durante as quarenta e oito horas seguintes à conclusão do mesmo.

17. O Ministro da Educação e Investigação Científica poderá designar, por despacho, um seu delegado para acompanhar o processo eleitoral, o qual assumirá a presidência da respectiva assembleia.

Art. 39.º - 1. O delegado de turma será eleito de entre e pelos alunos da mesma.

2. Os delegados de turma reunir-se-ão em assembleia a fim de escolher os representantes dos discentes aos conselhos directivo e pedagógico, respeitando o disposto no artigo 38.º 3. Aos delegados de turma de cada ano compete a eleição dos seus representantes à comissão de ano do conselho pedagógico reunida nos termos do artigo 28.º 4. Os delegados às comissões de turma reunidas nos termos do artigo 28.º serão eleitos de entre e por todos os alunos de cada turma.

Art. 40.º Os encarregados de educação serão indicados pela associação respectiva, com respeito pelo disposto nos artigos 37.º e 43.º do presente diploma.

Art. 41.º - 1. Por despacho ministerial, a proferir no prazo máximo de quinze dias úteis a contar da data em que for recebida a documentação a que alude o n.º 16 do artigo 38.º, será declarada a validade da eleição do conselho directivo, uma vez verificada a observância das disposições legais aplicáveis.

2. O prazo previsto no número anterior poderá ser excedido quando se tenham verificado as observações previstas na segunda parte do n.º 16 do artigo 38.º

Art. 42.º - 1. O conselho directivo tomará posse no prazo máximo de sete dias após a data da recepção da comunicação do despacho a que se refere o n.º 1 do artigo 41.º 2. A entrada em funções dos membros do conselho directivo terá lugar com dispensa de todas as formalidades legais e a posse produzirá, só por si, todos os efeitos.

3. A posse do conselho será efectuada em reunião de transmissão de poderes, convocada, pelo menos, com quarenta e oito horas de antecedência, pelo presidente do conselho directivo cessante ou por quem as suas vezes fizer.

4. Da reunião mencionada no número anterior lavrar-se-á acta, de que será enviada cópia ou fotocópia autenticada à Direcção-Geral de Pessoal e Administração.

5. Desde que, por duas vezes, seja recusada a homologação do conselho directivo proposto ou este não seja constituído dentro do prazo previsto no artigo 48.º, aplicar-se-á o disposto no n.º 4 do artigo 6.º deste decreto-lei.

Art. 43.º Não são elegíveis para os órgãos previstos no presente decreto-lei:

a) As pessoas comprovadamente feridas de incapacidade eleitoral nos termos do artigo 308.º da Constituição da República;

b) As pessoas que tenham sofrido há menos de três anos alguma das penas previstas no artigo 11.º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários Cíveis do Estado.

Art. 44.º Não são elegíveis para os conselhos directivo e pedagógico os alunos repetentes ou os que não se encontrem matriculados em todas as disciplinas do ano que frequentam.

Art. 45.º - 1. Os membros do conselho directivo manter-se-ão em funções durante dois anos, excepto no que respeita aos discentes, eleitos anualmente, e sem prejuízo do que se dispõe nos números seguintes.

2. Sempre que derem entrada nos estágios pedagógicos, forem transferidos para outro estabelecimento de ensino ou, por qualquer motivo, abandonarem as suas funções no estabelecimento de ensino, os membros do conselho directivo serão substituídos por meio de eleição individual, respeitando-se no mais o disposto nos artigos 37.º e 38.º 3. Quando a substituição dos membros de um conselho directivo, excluindo os alunos, atingir mais de 50% dos elementos que inicialmente o constituíam, realizar-se-á nova eleição global, nos termos do presente diploma.

Art. 46.º Os membros do conselho pedagógico serão eleitos, anualmente, nos termos do presente diploma.

Art. 47.º - 1. Por motivos de força maior, qualquer dos membros dos órgãos previstos neste diploma poderá pedir a sua resignação.

2. A resignação terá de ser aceite pelo conselho directivo, havendo sempre recurso para o Ministro da Educação e Investigação Científica.

3. A resignação a que se refere a parte final do número anterior só produzirá efeitos a partir da recepção, pelo conselho directivo, de despacho concordante do Ministro da Educação e Investigação Científica.

4. A substituição e homologação de qualquer dos membros dos órgãos previstos neste diploma será feita de acordo com o disposto nos artigos 38.º e 39.º Art. 48.º - 1. As eleições do pessoal docente e não docente serão realizadas entre os dias 1 e 15 de Outubro.

2. As eleições dos representantes dos discentes serão realizadas até 30 de Outubro.

Art. 49.º - 1. Os diferentes cargos previstos neste diploma serão de aceitação obrigatória.

2. Podem, no entanto, em casos excepcionais devidamente justificados, as entidades a quem compete a escolha dos elementos para os diferentes cargos aceitar justificações de escusa para o desempenho dos mesmos.

Art. 50.º - 1. Nas secções situadas fora das localidades das respectivas sedes serão constituídos conselhos directivos e pedagógicos nos termos do presente diploma.

2. O procedimento previsto no artigo anterior não afectará a dependência administrativa em que a secção se encontra do estabelecimento sede.

Art. 51.º - 1. Nos casos em que funcionem nas mesmas instalações dois ou mais estabelecimentos, o conselho directivo será originário do estabelecimento titular das instalações.

2. O estabelecimento em regime de utilização de instalações de outro estabelecimento estará representado por um dos seus membros no conselho directivo.

3. Procedimento idêntico ao mencionado no número anterior será adoptado no caso de secções que funcionem nas localidades dos respectivos estabelecimentos sede.

Art. 52.º O conselho directivo dos estabelecimentos de ensino manterá estreitos contactos de cooperação com as associações de estudantes e de encarregados de educação.

VI

Disposições finais e transitórias

Art. 53.º O desempenho dos cargos previstos no presente diploma não poderá ser considerado motivo justificativo de falta às restantes actividades escolares.

Art. 54.º O Ministro da Educação e Investigação Científica poderá, no caso de grave infracção às disposições legais, destituir o conselho directivo e nomear representação sua que se manterá em funções até à tomada de posse do conselho directivo eleito conforme o disposto neste decreto-lei.

Art. 55.º - 1. A entrada em funções dos órgãos previstos no presente diploma verificar-se-á, em todos os estabelecimentos de ensino preparatório e secundário, até 31 de Dezembro de 1976.

2. O prazo fixado no número anterior poderá ser prorrogado por despacho ministerial.

3. Os conselhos directivos e os encarregados de direcção em funções aquando da publicação do presente diploma manter-se-ão até à data da entrada em funções nos novos órgãos previstos neste decreto-lei e por ele se regerão.

Art. 56.º - 1. Até 1 de Março de 1977 serão aprovados, por meio de portarias do Ministro da Educação e Investigação Científica, os regulamentos do funcionamento interno dos conselhos directivo e pedagógico previstos neste diploma.

2. Os regulamentos mencionados no número anterior serão elaborados com base em propostas escritas a apresentar pelos diferentes estabelecimentos nas respectivas direcções-gerais de ensino.

Art. 57.º Ficam revogados os artigos 2.º a 9.º do Decreto-Lei 513/73, de 10 de Outubro, assim como todos os artigos dos estatutos do ensino preparatório, liceal e técnico contrários ao disposto neste decreto-lei.

Art. 58.º As dúvidas relativas à execução deste diploma serão resolvidas por despacho do Ministro da Educação e Investigação Científica.

Art. 59.º O presente diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. - Mário Soares - Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.

Promulgado em 18 de Outubro de 1976.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Anexo XI - Decreto-lei n.º 7/77, 1 de fevereiro

A Lei n.º 7/77, de 1 de Fevereiro, bem como a legislação que se lhe seguiu, constitui um marco em matéria de regulamentação da actividade das associações de pais e encarregados de educação.

A natureza pré-constitucional dos trabalhos que levaram à sua aprovação e o carácter disperso e fragmentário desses normativos revelam-se insuficientes para garantir o funcionamento pleno e eficaz destas associações, que têm vindo a assumir um papel progressivamente relevante na sociedade, designadamente pela sua participação na vida escolar.

Impõe-se, assim, a introdução, no actual conjunto de normas, de necessário aperfeiçoamento e harmonização, bem como de novos dispositivos que permitam dar expressão efectiva aos direitos e deveres inerentes à participação das associações de pais no sistema educativo, bem como garantir-lhe adequada posição institucional.

Foram ouvidas as associações de pais e os órgãos de governo próprio das

Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Assim:

No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 1.º da Lei n.º 53/90, de

1 de Setembro, e nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 201.º da

Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º Objecto

O presente diploma disciplina o regime de constituição, os direitos e os deveres a que ficam subordinadas as associações de pais e encarregados de educação, adiante designadas por associações de pais.

Artigo 2.º

Fins

As associações de pais visam a defesa e a promoção dos interesses dos seus associados em tudo quanto respeita à educação e ensino dos seus filhos e educandos que sejam alunos da educação pré-escolar ou dos ensinos básico ou secundário, público, particular ou cooperativo.

Artigo 3.º Independência e democraticidade

1 - As associações de pais são independentes do Estado, dos partidos políticos, das organizações religiosas e de quaisquer outras instituições ou interesses.

2 - Os pais e encarregados de educação têm o direito de constituir livremente associações de pais ou de se integrarem em associações já constituídas, de acordo com os princípios de liberdade de associação.

3 - Qualquer associado goza do direito de plena participação na vida associativa, incluindo o direito de eleger e de ser eleito para qualquer cargo dos corpos sociais.

Artigo 4.º

Autonomia

As associações de pais gozam de autonomia na elaboração e aprovação dos respectivos estatutos e demais normas internas, na eleição dos seus corpos sociais, na gestão e administração do seu património próprio, na elaboração de planos de actividade e na efectiva prossecução dos seus fins.

Artigo 5.º

Constituição

1 - Os pais e encarregados de educação que se queiram constituir em associação de pais devem aprovar os respectivos estatutos.

2 - Depois de aprovados, os estatutos devem ser depositados na Secretaria-Geral do Ministério da Educação, acompanhados de uma lista dos respectivos outorgantes, com identificação completa e morada de cada um, e de certificado de admissibilidade da denominação da associação, emitido pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas.

3 - O Ministério da Educação remeterá cópia dos documentos referidos no número anterior à Procuradoria-Geral da República para controlo de legalidade, após o que promoverá a respectiva publicação gratuita no Diário da República.

Artigo 6.º

Personalidade

As associações de pais gozam de personalidade jurídica a partir da data da publicação dos seus estatutos no Diário da República.

Artigo 7.º

Sede e instalações

1 - As associações de pais podem designar como sede, nos respectivos estatutos, um estabelecimento de educação ou de ensino, quando a generalidade dos filhos ou educandos dos seus associados estejam nele inscritos.

2 - No caso previsto no número anterior, a associação de pais poderá utilizar instalações desse estabelecimento de educação ou de ensino, quando disponíveis, para nelas reunir, não constituindo as mesmas, em caso algum, seu património próprio.

3 - As associações de pais devem zelar pela conservação e limpeza das instalações que utilizem, sendo responsáveis por eventuais danos que possam decorrer dessa utilização.

Artigo 8.º

Organizações federativas

As associações de pais são livres de se agruparem ou filiarem em uniões, federações ou confederações, de âmbito local, regional, nacional ou internacional, com fins idênticos ou similares aos seus.

Artigo 9.º

Direitos

Constituem direitos das associações de pais:

- a) Pronunciar-se sobre a definição da política educativa;
- b) Participar na elaboração de legislação sobre educação e ensino;
- c) Participar nos órgãos pedagógicos dos estabelecimentos de educação ou de ensino;
- d) Acompanhar e participar na actividade dos órgãos e da acção social escolar, nos termos da lei;
- e) Intervir na organização das actividades de complemento curricular, de desporto escolar e de ligação escola-meio;
- f) Reunir com o órgão directivo do estabelecimento de educação ou de ensino em que esteja inscrita a generalidade dos filhos e educandos dos seus associados;
- g) Beneficiar de apoio documental a facultar pelo estabelecimento de educação ou de ensino ou pelos serviços competentes do Ministério da

Educação;

- h) Beneficiar de isenção de emolumentos e taxas a cobrar pelo pedido de emissão de certificados de admissibilidade da denominação e do respectivo cartão de identificação de pessoa colectiva.

Artigo 10.º

Participação na definição da política educativa

As associações de pais, através das respectivas confederações, têm a faculdade de estarem representadas nos órgãos consultivos, a nível nacional ou regional, com atribuições nos domínios da definição e do planeamento do sistema educativo, nos diferentes níveis de ensino.

Artigo 11.º

Participação na elaboração da legislação

As associações de pais têm o direito de ser consultadas, através das respectivas confederações, no processo de elaboração de legislação sobre educação e ensino, nomeadamente nos domínios da definição e planeamento do sistema educativo, do regime de gestão dos estabelecimentos de educação ou de ensino, da reforma educativa e estruturação curricular e da acção social escolar.

Artigo 12.º

Reunião com órgãos directivos

1 - As reuniões com os órgãos directivos dos estabelecimentos de educação ou de ensino devem ter uma periodicidade mínima trimestral.

2 - Sempre que a natureza da agenda o aconselhe, podem os órgãos directivos convocar para as reuniões outros agentes desse estabelecimento de educação ou de ensino.

Artigo 13.º

Apoio documental

1 - O apoio documental às associações de pais compreende o acesso a legislação sobre educação e ensino, bem como a qualquer documentação de interesse para as associações que esteja disponível para consulta.

2 - As associações podem, nos termos de protocolos a celebrar com os estabelecimentos de educação ou de ensino e dentro das disponibilidades orçamentais destes, beneficiar de outros apoios de carácter técnico ou logístico.

Artigo 14.º

Deveres dos órgãos directivos dos estabelecimentos de educação ou de ensino

1 - Incumbe aos órgãos directivos dos estabelecimentos de educação ou de ensino, de acordo com as disponibilidades existentes:

- a) Viabilizar as reuniões dos órgãos das associações de pais;
- b) Facultar locais próprios de dimensão adequada, para a distribuição ou afixação de documentação de interesse das associações de pais.

2 - A cedência de instalações para as reuniões dos órgãos das associações de pais deve ser solicitada ao órgão directivo do estabelecimento de educação ou ensino, com a antecedência mínima de cinco dias.

Artigo 15.º

[...]

A aplicação do presente diploma nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira não prejudica as competências próprias dos serviços e organismos das respectivas administrações regionais.

Artigo 20.º

Revogação

É revogada a Lei n.º 7/77, de 1 de Fevereiro.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 20 de Setembro de 1990. -

Aníbal António Cavaco Silva - Vasco Joaquim Rocha Vieira - Lino Dias Miguel -

Luís Miguel Couceiro Pizarro Beleza - Álvaro José Brilhante Laborinho Lúcio -

Roberto Artur da Luz Carneiro.

Promulgado em 10 de Novembro de 1990.

Publique-se.

O Presidente da República, MÁRIO SOARES.

Referendado em 14 de Novembro de 1990.

O Primeiro-Ministro, Aníbal António Cavaco Silva.

Anexo XII - Decreto-lei n.º 542/79, 31 de dezembro

O presente diploma enquadra-se num conjunto de medidas, aprovadas já umas, em curso de resolução outras, tendentes à clarificação do subsistema da educação pré-escolar.

Neste aspecto, a diversidade de soluções e de orientação, nomeadamente a nível dos jardins-de-infância dependentes dos Ministérios dos Assuntos Sociais e da Educação, bem como a desarticulação das redes dos sistemas público, particular e cooperativo desaconselham, de momento, a tomada de posições de fundo no sector. Para tal, torna-se imprescindível a existência de um instrumento de trabalho básico - o Plano Nacional da Educação Pré-Escolar - cujos trabalhos preparatórios foram já iniciados.

Sem prejuízo do que fica dito, não se deixou, no entanto, de promover alguns acertos nas orientações que, até agora, vinham sendo objecto de tratamento diversificado por parte daqueles Ministérios.

Saliente-se ainda a indispensabilidade de publicação do Estatuto dos Jardins-de-Infância no sentido de salvaguardar direitos legítimos dos educadores. Na realidade, o seu enquadramento num funcionamento em regime de experiência pedagógica e a inexistência de lugares de quadros têm constituído para estes profissionais medidas discriminatórias em relação ao pessoal docente de outros níveis de ensino.

Finalmente, importará referir alguns pontos salientes do presente diploma como medidas tendenciais de política no domínio da educação pré-escolar:

- a) O papel relevante atribuído à família como agente interventor fundamental no processo educativo;
- b) A articulação entre as redes do sistema público, particular e cooperativo;
- c) A criação de condições efectivas de apoio e suporte a uma participação activa das populações no processo de implementação da rede;
- d) A institucionalização de mecanismos que garantam a articulação sequencial com o ensino primário.

Tendo em consideração o disposto na Lei 5/77, de 1 de Fevereiro;

Nestes termos:

o Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º Em conformidade com o disposto no artigo 3.º da Lei 5/77, de 1 de Fevereiro, é aprovado o Estatuto dos Jardins-de-Infância do sistema público de educação pré-escolar, que faz parte integrante do presente diploma.

Art. 2.º O presente diploma e o estatuto por ele aprovado entram em vigor no dia 1 de Janeiro de 1980.

ESTATUTO DOS JARDINS-DE-INFÂNCIA

CAPÍTULO I

Das finalidades

Artigo 1.º A educação pré-escolar é o início de um processo de educação permanente a realizar pela acção conjugada da família, da comunidade e do Estado, tendo em vista:

- a) Assegurar as condições que favoreçam o desenvolvimento harmonioso e global da criança;
- b) Contribuir para corrigir os efeitos discriminatórios das condições sócio-culturais no acesso ao sistema escolar;
- c) Estimular a sua realização como membro útil e necessário ao progresso espiritual, moral, cultural, social e económico da comunidade.

Art. 2.º São objectivos fundamentais da educação pré-escolar:

- a) Contribuir para a estabilidade e segurança afectivas da criança;
- b) Favorecer, individual e colectivamente, as capacidades de expressão, comunicação e criação;
- c) Despertar a curiosidade pelos outros e pelo meio ambiente;
- d) Desenvolver progressivamente a autonomia e o sentido da responsabilidade;
- e) Incutir hábitos de higiene e de defesa da saúde;
- f) Despistar inadaptações ou deficiências e proceder ao encaminhamento mais adequado;
- g) Fomentar gradualmente actividades de grupo como meio de aprendizagem e factor de desenvolvimento da sociabilidade e da solidariedade;
- h) Assegurar uma participação efectiva e permanente das famílias no processo educativo, mediante as convenientes interações de esclarecimento e sensibilização.

CAPÍTULO II

Dos jardins-de-infância

Art. 3.º - 1 - As actividades do sistema público de educação pré-escolar realizam-se em jardins-de-infância.

2 - Os jardins-de-infância do sistema público a funcionarem na dependência do Ministério da Educação são designados pelo nome da localidade onde funcionam, salvo nos casos em que, existindo mais do que um na mesma localidade, a cada um deles será atribuído um número.

Art. 4.º Os jardins-de-infância do sistema público de educação pré-escolar são criados por portaria conjunta dos Ministros da Administração Interna, das Finanças, dos Assuntos Sociais e da Educação.

Art. 5.º A implantação da rede dos jardins-de-infância do sistema público da educação pré-escolar será devidamente articulada com as redes correspondentes dos sistemas particular e cooperativo, mediante uma adequada repartição das respectivas zonas de actuação.

Art. 6.º - 1 - Para efeito do disposto no artigo anterior, os sectores público, particular e cooperativo apresentarão até 31 de Julho do ano civil anterior ao do seu funcionamento os respectivos planos de actividade, através dos seus órgãos, serviços ou associações competentes.

2 - Consideram-se órgãos ou serviços competentes para o efeito do disposto neste artigo:

- a) Em representação do sector público: representante da Secretaria de Estado da Acção Regional e Local; Direcção-Geral de Segurança Social, do Ministério dos Assuntos Sociais; Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação, através da Comissão da Rede Escolar; Inspeção-Geral do Ensino Particular, do Ministério da Educação;

b) Em representação do sector particular: associações representativas das entidades patronais;

c) Em representação do sector cooperativo: Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo.

3 - O plano anual de implantação dos jardins-de-infância será, depois de aprovado, publicado em Diário da República por portaria conjunta dos Ministros da Administração Interna, das Finanças, dos Assuntos Sociais e da Educação até 15 de Dezembro do ano civil anterior à data da entrada em funcionamento.

Art. 7.º - 1 - Sem prejuízo do disposto no artigo 5.º, a implantação da rede do sistema público da educação pré-escolar a cargo dos Ministérios dos Assuntos Sociais e da Educação será devidamente coordenada, com observância da especificidade própria dos objectivos globais de cada um dos sectores.

2 - Constituem critérios genéricos a observar na implantação da rede do sistema público de educação pré-escolar:

a) Atender às características específicas de determinadas zonas, nomeadamente daquelas onde se verifiquem taxas elevadas de população activa feminina;

b) Favorecer as zonas mais carenciadas de equipamentos sociais e culturais, nomeadamente rurais e suburbanas;

c) Considerar as iniciativas de grupos de cidadãos ou de entidades colectivas de natureza económica, social ou cultural.

Art. 8.º - 1 - Para efeito do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo anterior, a implantação dos jardins-de-infância na dependência do Ministério dos Assuntos Sociais preferirá as freguesias com taxa de cobertura nula ou inferior a 30% desde que a população infantil seja igual ou superior a duzentas crianças de idade entre os 3 e os 6 anos.

2 - Complementarmente, atender-se-á ainda:

a) Às condições de saúde e saneamento local;

b) À existência de empresas que absorvam mão-de-obra feminina de áreas vizinhas, desde que não localizadas a distância superior a 6 km e cujo transporte esteja assegurado.

Art. 9.º - 1 - Para efeito do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 7.º, a implantação da rede a cargo do Ministério da Educação preferirá, sucessivamente, as freguesias nas seguintes condições:

a) Não disporem de equipamentos sócio-culturais e de apoio médico para a segunda infância: creches, infantários ou outros tipos de atendimento; actividades culturais ou desportivas regulares, apoio médico e sanitário;

b) Disporem de fraco índice de adaptação e rendimento escolar na 1.ª fase do ensino primário;

c) Não disporem de equipamento para cumprimento da escolaridade obrigatória.

2 - Dentro dos critérios indicados no número anterior, preferirão ainda as freguesias que, sucessivamente, satisfaçam as seguintes condições:

a) Maior número de crianças com 6 ou mais anos de idade que não ingressem nesse ano na 1.ª fase do ensino primário;

b) Maior número de crianças incluídas no grupo etário dos 3 aos 6 anos.

Art. 10.º Para efeito do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 7.º, cada um dos Ministérios da tutela promoverá a elaboração e difusão atempada:

a) Das regras a que deverá obedecer a implantação dos jardins-de-infância no que se refere a instalações e equipamento;

b) Das normas e circuitos para apresentação de propostas;

c) Das formas de apoio ou comparticipação possíveis e das condições de celebração dos respectivos protocolos de cooperação.

CAPÍTULO III

Das instalações

Art. 11.º - 1 - Os programas preliminares dos edifícios destinados a jardins-de-infância dos Ministérios dos Assuntos Sociais e da Educação serão elaborados, respectivamente, pela Comissão de Equipamentos Colectivos e pela Direcção-Geral do Equipamento Escolar, ouvidos os serviços pedagógicos competentes.

2 - Na elaboração dos referidos programas ter-se-ão em conta os regimes de atendimento previstos nos artigos 16.º a 19.º do presente Estatuto.

3 - Os programas serão aprovados por portaria conjunta dos Ministros dos Assuntos Sociais e da Educação.

4 - Os projectos serão executados de acordo com os programas preliminares, devendo, durante as suas diferentes fases de execução, ser aprovados pelos organismos competentes do respectivo Ministério da tutela.

Art. 12.º As obras de ampliação, adaptação e manutenção poderão ser levadas a cabo por entidades particulares ou pelas autarquias locais, mediante aprovação prévia dos organismos designados no n.º 4 do artigo anterior.

Art. 13.º - 1 - As entidades dos sectores público, particular e cooperativo poderão beneficiar da utilização dos programas preliminares elaborados pela Comissão de Equipamentos Colectivos e pela Direcção-Geral do Equipamento Escolar, nas condições que vierem a ser definidas nos protocolos de cooperação.

2 - Poderão ainda as entidades dos sectores particular e cooperativo beneficiar de apoio em estudos de natureza técnica para os fins indicados no artigo 12.º Art. 14.º A entrada em funcionamento de jardins-de-infância dos sectores particular e cooperativo depende sempre de aprovação prévia das instalações por parte dos competentes órgãos ou serviços dos Ministérios dos Assuntos Sociais ou da Educação, consoante os casos.

CAPÍTULO IV

Da acção social

Art. 15.º - 1 - As crianças inscritas nos jardins-de-infância do sistema público de educação pré-escolar dependentes do Ministério da Educação passarão a estar integradas no esquema de benefícios de acção social escolar em vigor para os alunos do ensino primário.

2 - A acção social referida no número anterior revestirá as seguintes modalidades:

a) Seguro escolar;

b) Suplemento alimentar;

c) Auxílios económicos directos;

d) Transportes.

CAPÍTULO V

Do regime de atendimento

Art. 16.º - 1 - Os jardins-de-infância do sector público comportarão, genericamente, as seguintes modalidades de atendimento:

- a) Em regime de externato anual;
- b) Em regime de externato periódico;
- c) Em regime de semi-internato.

2 - Poderão ainda admitir-se, de acordo com especificidades locais, modalidades mistas dos regimes apontados no número anterior.

Art. 17.º - 1 - Entende-se por regime de externato aquele em que a criança frequenta um ou ambos os períodos diários, cada um com duração não inferior a duas horas e trinta minutos a três horas.

2 - Entende-se por regime de semi-internato aquele em que a criança frequenta um ou ambos os períodos diários, almoçando no estabelecimento.

3 - Os regimes definidos nos números anteriores deste artigo, no caso dos jardins-de-infância dependentes do Ministério da Educação, compreendem uma frequência regular de dez meses e meio, enquanto o regime de externato periodal respeita à frequência do jardim-de-infância em período de férias, sazonal ou outros não incluíveis nos números anteriores.

Art. 18.º O regime de atendimento dos jardins-de-infância do sector público será definido pelos órgãos competentes dos Ministérios dos Assuntos Sociais e da Educação, ouvidas as autarquias locais e as famílias interessadas.

Art. 19.º - 1 - O encerramento dos jardins-de-infância da rede pública na dependência do Ministério da Educação observará as seguintes normas:

- a) No Verão, por um período de quarenta e cinco dias, a fixar localmente pela direcção do jardim-de-infância, ouvidas as autarquias e as famílias interessadas;
 - b) Nas férias do Natal e da Páscoa, pelo período de uma semana, a fixar nos termos da parte final da alínea anterior.
- 2 - Do período de encerramento referido na alínea a) do número anterior, quinze dias são destinados à participação dos educadores em acções de reciclagem e actualização pedagógicas.
- 3 - Os jardins-de-infância dependentes do Ministério dos Assuntos Sociais encerrarão trinta dias num dos meses de Verão, a fixar de acordo com os interesses das famílias.

CAPÍTULO VI

Da frequência

Art. 20.º A frequência dos jardins-de-infância do sistema público tem carácter facultativo.

Art. 21.º Poderão frequentar os jardins-de-infância do sistema público as crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade legal de ingresso no ensino primário.

Art. 22.º - 1 - A frequência dos jardins-de-infância deverá ser precedida de inspecção médica e de inscrição.

2 - A inspecção médica e posterior acompanhamento médico-sanitário serão feitos pela estrutura local de saúde.

3 - A inscrição é feita nos jardins-de-infância com observância dos seguintes períodos:

- a) Nos jardins-de-infância dependentes do Ministério dos Assuntos Sociais, de 2 de Janeiro a 30 de Junho do ano a que a frequência respeita;
 - b) Nos jardins-de-infância dependentes do Ministério da Educação, de 1 a 20 de Junho.
- 4 - No acto da inscrição serão apresentados os seguintes documentos:
- a) Boletim de inscrição de modelo próprio do Ministério da tutela;
 - b) Cédula pessoal;
 - c) Boletim de saúde, devidamente actualizado;
 - d) Declaração médica referindo que a criança não sofre de doença infecto-contagiosa e que a criança é ou não portadora de qualquer deficiência, no caso de impossibilidade de realização atempada da inspecção médica referida neste artigo.

5 - Nos jardins-de-infância dependentes do Ministério dos Assuntos Sociais é, ainda, exigida declaração de rendimentos do agregado familiar.

Art. 23.º Exceptua-se ao disposto no n.º 3 do artigo anterior a inscrição em jardins-de-infância dependentes do Ministério da Educação que ainda se não encontrem em funcionamento, caso em que a inscrição será feita na delegação da zona escolar, considerando-se provisória até à entrada em funcionamento do respectivo jardim-de-infância.

Art. 24.º Sempre que o número de lugares disponíveis para frequência for inferior ao número de inscritos, observar-se-á o seguinte:

- a) Nos jardins-de-infância do Ministério dos Assuntos Sociais seguir-se-ão os critérios superiormente definidos;
- b) Nos jardins-de-infância do Ministério da Educação terão preferência as crianças mais velhas, contando-se a idade, para o efeito, sucessivamente em anos, meses e dias.

Art. 25.º - 1 - o número de crianças confiadas a cada educador não poderá, em caso algum, ser superior a vinte e cinco.

2 - Quando se tratar, porém, de grupo homogéneo de crianças de 3 anos de idade, não poderá ser superior a quinze o número de crianças confiadas a cada educador.

CAPÍTULO VII

Das actividades

Art. 26. As actividades dos jardins-de-infância serão organizadas e orientadas com base numa articulação permanente entre educadores e as famílias que possa assegurar a indispensável informação e esclarecimento recíprocos.

Art. 27.º Para os fins do artigo anterior, procurar-se-á que:

- a) As famílias, organizadas ou individualmente, assegurem aos educadores uma informação correcta que facilite o conhecimento da criança e favoreça o seu acompanhamento;
- b) Os educadores promovam as acções necessárias ao esclarecimento e sensibilização das famílias sobre os objectivos e métodos das diversas etapas e fases das actividades.

Art. 28.º - 1 - Na prossecução dos objectivos definidos nos artigos 1.º e 2.º do presente estatuto, as actividades dos jardins-de-infância centrar-se-ão na criação de condições que permitam à criança, individualmente e em grupo, realizar experiências adaptadas à expressão das suas necessidades biológicas, emocionais, intelectuais e sociais.

2 - Em cada jardim-de-infância, as actividades serão objecto de planificação anual por objectivos nas grandes áreas do desenvolvimento da criança: afectivo-social, psicomotor e perceptivo-cognitivo.

3 - As actividades serão sempre realizadas de uma forma integrada.

CAPÍTULO VIII

Do acompanhamento

Art. 29.º - 1 - Para cada criança será organizado um registo biográfico.

2 - O modelo do registo e o modo do seu preenchimento bem como a articulação sequencial da informação serão definidos em despacho conjunto dos Ministros dos Assuntos Sociais e da Educação.

Art. 30.º - 1 - Os elementos referentes a cada criança serão resultado das informações familiares, do seu acompanhamento pelos educadores e de exames e observações de natureza médica.

2 - Os elementos referidos no número anterior serão sempre e exclusivamente do conhecimento dos educadores e da família de cada criança, devendo ser objecto de ajustamentos permanentes.

CAPÍTULO IX

Da gestão dos jardins-de-infância

Art. 31.º A gestão dos jardins-de-infância é assegurada pelos seguintes órgãos:

- a) Director;
- b) Conselho pedagógico;
- c) Conselho consultivo.

[...]

Art. 35.º Com excepção da situação prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 32.º, o director poderá ser coadjuvado por um educador de infância por ele proposto para o substituir nas suas faltas ou impedimentos.

Art. 36.º A dispensa de actividades de actuação directa com a criança para os directores dos jardins-de-infância dependentes do Ministério da Educação será regulamentada por despacho do Ministro, tendo em conta a dimensão do respectivo jardim-de-infância e o número de educadores em exercício.

Art. 37.º O conselho pedagógico será constituído pelo director do jardim-de-infância e pelos educadores em exercício.

Art. 38.º Compete ao conselho pedagógico:

- a) Coadjuvar o director;
- b) Propor acções concretas visando a participação das famílias nas actividades do jardim-de-infância e a integração deste na comunidade;
- c) Dar parecer sobre as necessidades de formação de pessoal em serviço;
- d) Elaborar a proposta do plano anual de actividades e o respectivo relatório de execução.

Art. 39.º - 1 - O conselho pedagógico reunirá extraordinariamente sempre que o presidente o convoque ou a maioria dos seus membros o requeira e, ordinariamente, uma vez por mês durante o período de actividade do jardim-de-infância.

2 - As decisões do conselho pedagógico serão tomadas por maioria, tendo o presidente voto de qualidade.

3 - As reuniões do conselho pedagógico realizam-se sem prejuízo das actividades normais do jardim-de-infância.

Art. 40.º - 1 - O director será ainda coadjuvado por um conselho consultivo.

2 - Do conselho consultivo farão parte, além do director, que presidirá, os educadores, um elemento do pessoal auxiliar eleito, dois representantes dos pais e um representante do órgão de poder local.

3 - A eleição do representante do pessoal auxiliar far-se-á por escrutínio secreto de entre e por todo o pessoal auxiliar.

Art. 41.º - 1 - Compete ao conselho consultivo:

- a) Representar os interesses dos pais;
- b) Dar parecer sobre a organização funcional do estabelecimento;
- c) Dar parecer sobre o plano anual de actividades e o respectivo relatório de execução;
- d) Sugerir medidas que assegurem a participação das famílias nas actividades do jardim-de-infância;
- e) Propor acções que reforcem a cooperação entre o jardim-de-infância e a comunidade;
- f) Cooperar nas acções relativas à segurança, conservação do edifício e equipamento e aproveitamento integral do património.

2 - No caso dos jardins-de-infância dependentes do Ministério dos Assuntos Sociais, cabe ainda ao conselho consultivo assegurar a aplicação das tabelas de comparticipação definidas pelos serviços competentes.

CAPÍTULO X Da administração dos jardins-de-infância

Art. 42.º O funcionamento e gestão administrativa e financeira dos jardins-de-infância dependentes do Ministério da Educação são assegurados pelas direcções dos distritos escolares.

Art. 43.º Na instalação, equipamento e manutenção dos jardins-de-infância poderão participar as autarquias locais e quaisquer outras entidades públicas ou privadas, nos termos dos protocolos de cooperação que vierem a ser definidos.

CAPÍTULO XI Do pessoal

Art. 44.º - 1 - O pessoal dos jardins-de-infância é constituído por educadores e por pessoal auxiliar de apoio.

2 - Nos jardins-de-infância dependentes do Ministério dos Assuntos Sociais haverá ainda pessoal auxiliar do pessoal técnico.

3 - Os jardins-de-infância dependentes do Ministério da Educação poderão ainda contratar pessoal técnico nas condições previstas no presente Estatuto.

SECÇÃO I Dos educadores

Art. 45.º - 1 - Os educadores de infância do sistema público de educação pré-escolar deverão estar habilitados com a aprovação num curso oficial de educadores de infância, com duração não inferior a três anos, neles incluído o estágio de prática pedagógica.

[...]

Art. 46.º - 1 - Os educadores dos jardins-de-infância dependentes do Ministério da Educação integrar-se-ão num quadro único, organizado regionalmente.

2 - As regras de constituição do quadro único bem como de afectação e preenchimento de lugares serão objecto de decreto-lei a publicar nos trinta dias subsequentes à data da entrada em vigor do presente estatuto.

Art. 47.º - 1 - O horário semanal dos educadores é de trinta e seis horas, sendo trinta destinadas a trabalho directo com as crianças e as restantes seis a outras actividades, nestas se incluindo as reuniões do conselho pedagógico e as de atendimento das famílias.

2 - Poderá, no entanto, o Ministro da Educação determinar, no sector da tutela, uma organização horária semanal diferente da prevista no número anterior, sempre que os regimes de atendimento dos jardins-de-infância e necessidades de realização de tarefas necessárias à implementação da rede ou de planificação das suas estruturas a nível local para os fins previstos nos artigos 5.º, 6.º e 9.º o justifiquem.

Art. 48.º - 1 - São deveres dos educadores:

[...]

Art. 49.º É aplicável aos educadores dos jardins-de-infância dependentes do Ministério da Educação, com as adaptações que forem julgadas convenientes, por despacho do Ministro, a legislação em vigor para professores do ensino primário.

Art. 50.º O vencimento dos educadores dos jardins-de-infância do Ministério da Educação é o fixado pelo Decreto-Lei 290/75, de 14 de Junho.

Art. 51.º Os educadores de infância têm direito a preparação e apoio profissionais para o desempenho das suas funções, nomeadamente através da sua integração em acções de formação em serviço e formação contínua.

Art. 52.º - 1 - Aos educadores de infância do sistema público de educação pré-escolar é vedado o exercício de outra actividade oficial permanente ou o exercício de funções em estabelecimento da rede do sistema particular ou cooperativo.

2 - Exceptuam-se ao disposto no número anterior situações especiais de acumulação legalmente autorizadas.

SECÇÃO II

Do pessoal auxiliar de apoio

Art. 53.º - 1 - O pessoal auxiliar de apoio dos jardins-de-infância integra-se, de acordo com o disposto no Decreto-Lei 335/79, de 24 de Agosto, no quadro único estabelecido pelo Decreto-Lei 291/75, de 14 de Junho.

2 - As normas de dotação do pessoal referido no número anterior serão fixadas por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Educação e do Secretário de Estado da Administração Pública.

Art. 54.º Ao pessoal referido no artigo anterior é aplicável a legislação em vigor sobre pessoal auxiliar de apoio dos estabelecimentos de ensino não superior.

SECÇÃO III Do pessoal técnico

Art. 55.º - 1 - Por portaria conjunta dos Ministros das Finanças e da Educação e do Secretário de Estado da Administração Pública poderão ser contratados profissionais para apoio temporário dos jardins-de-infância em domínios de saúde, psicopedagogia e outros.

2 - A portaria referida no número anterior fixará as regras a que obedecerá o contrato, nelas se incluindo obrigatoriamente a sua duração, regime de horário semanal e vencimento.

CAPÍTULO XII

Das disposições finais e transitórias

[...]

Promulgado em 31 de Dezembro de 1979.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Anexo XIII - Decreto-lei n.º 315/84, 28 de setembro

O artigo 67.º, n.º 2, alínea c), da Constituição da República estabelece que incumbe ao Estado cooperar com os pais na educação dos filhos, sem distinguir entre as diversas modalidades ou espécies de ensino.

Assim:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo único. É extensivo às associações de pais e encarregados de educação dos alunos de qualquer grau ou modalidade de ensino o disposto na Lei 7/77, de 1 de Fevereiro.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 28 de Agosto de 1984. - Mário Soares - Carlos Alberto da Mota Pinto
- António de Almeida Santos - José Augusto Seabra.

Promulgado em 15 de Setembro de 1984.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.

Referendado em 19 de Setembro de 1984.

O Primeiro-Ministro, Mário Soares.

Anexo XIV - Decreto-lei n.º 115/98, 4 de maio

A Lei Orgânica do XIII Governo Constitucional, na alteração consubstanciada no Decreto-Lei 55/98, de 16 de Março, criou o Ministério do Trabalho e da Solidariedade, extinguindo os Ministérios para a Qualificação e o Emprego e da Solidariedade e Segurança Social.

Ambos os departamentos governamentais dispunham já de lei orgânica, decorrendo a fase de regulamentação dos diversos serviços e organismos que os integravam. Resulta, pois, necessário adequar a organização existente à nova realidade do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, que surge num momento em que se dá início ao processo de reforma do sistema de solidariedade e segurança social.

Assim, a necessidade de melhorar a gestão financeira do sistema e o combate à fraude e evasão contributiva justifica a centralização da cobrança das contribuições sociais e da gestão da dívida à segurança social no Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, iniciando-se o processo da sua reestruturação orgânica, para a qual também contribuiu a recente Lei 128/97, de 23 de Dezembro.

[...]

Assim:

Nos termos do n.º 2 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Natureza e atribuições

Artigo 1.º

Natureza

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade, abreviadamente designado por MTS, é o departamento governamental responsável pela definição, condução e execução das políticas de emprego, de formação profissional, de relações laborais, de inserção e segurança social.

Artigo 2.º

Atribuições

1 - São atribuições do MTS:

- a) Conceber e formular as medidas de política nas áreas do emprego, da formação profissional, das relações laborais, da inserção e segurança social, bem como os programas e acções para a sua execução;
- b) Exercer as funções normativas nas áreas referidas na alínea anterior;
- c) Assegurar a execução dos programas e acções decorrentes das políticas e dos normativos estabelecidos.

2 - As atribuições do MTS podem ser prosseguidas por organismos dotados de personalidade jurídica, sujeitos à superintendência e tutela do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, nos termos das respectivas leis orgânicas.

CAPÍTULO II

Serviços, organismos e órgãos

SECÇÃO I

Estrutura orgânica

Artigo 3.º

Estrutura geral

O MTS prossegue as suas atribuições através de serviços integrados na administração directa do Estado, organismos sob superintendência e tutela e órgãos de consulta.

Artigo 4.º

Serviços de administração directa

1 - São serviços do MTS integrados na administração directa do Estado:

- a) Secretaria-Geral;
- b) Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade;
- c) Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento;
- d) Departamento para os Assuntos Europeus e Relações Internacionais;
- e) Departamento de Cooperação;
- f) Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional;
- g) Direcção-Geral do Emprego e Formação Profissional;
- h) Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu;
- i) Direcção-Geral das Condições de Trabalho;
- j) Direcção-Geral dos Regimes de Segurança Social;
- l) Direcção-Geral da Acção Social.

2 - Junto do MTS existe um magistrado do Ministério Público, com a categoria de auditor jurídico, a designar nos termos da Lei Orgânica do Ministério Público, a quem cabe, quando solicitado, prestar apoio aos membros do Governo nos domínios da consulta jurídica, elaboração de legislação, contencioso e instrução de processos disciplinares ou similares.

Artigo 5.º

Organismos de âmbito nacional

Prosseguem atribuições cometidas ao MTS, sob superintendência e tutela do respectivo Ministro, os seguintes organismos de âmbito nacional:

- 1) Nas áreas do emprego e da formação profissional:
 - a) Instituto do Emprego e Formação Profissional;
 - b) Instituto para a Inovação da Formação;
- 2) Na área das relações laborais, o Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho;
- 3) Nas áreas da inserção e segurança social:
 - a) Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social;
 - b) Centro Nacional de Pensões;
 - c) Departamento de Relações Internacionais de Segurança Social;
 - d) Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais;
 - e) Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência;
 - f) Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social;
 - g) Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade;
 - h) Instituto para o Desenvolvimento Social.

Artigo 6.º

Organismos de âmbito regional

Prosseguem atribuições cometidas ao MTS, sob superintendência e tutela do respectivo Ministro, os seguintes organismos de âmbito regional:

- a) Centro Regional de Segurança Social do Norte;
- b) Centro Regional de Segurança Social do Centro;
- c) Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo;
- d) Centro Regional de Segurança Social do Alentejo;
- e) Centro Regional de Segurança Social do Algarve.

Artigo 7.º

Outros organismos sob superintendência e tutela

1 - Prosseguem, ainda, atribuições cometidas ao MTS, sob a superintendência e tutela do respectivo Ministro, os seguintes organismos:

- a) Casa Pia de Lisboa;
- b) Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores;
- c) Instituto António Sérgio do Sector Cooperativo;
- d) Serviços Sociais do Ministério do Trabalho e da Solidariedade;
- e) Caixas de previdência social.

2 - O Ministro do Trabalho e da Solidariedade exerce, conjuntamente com o Ministro da Saúde, a superintendência e a tutela da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

Artigo 8.º

Órgãos de consulta

Na dependência do Ministro do Trabalho e da Solidariedade funcionam, no âmbito do apoio à definição das políticas para a terceira idade, reabilitação e integração das pessoas com deficiência, fomento da solidariedade social e da economia social, os seguintes órgãos de consulta:

- a) Conselho Nacional para a Política da Terceira Idade;
- b) Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência;
- c) Conselho Nacional para a Economia Social.

SECÇÃO II

Dos serviços

Artigo 9.º

Secretaria-Geral

1 - A Secretaria-Geral, adiante designada por SG, é o serviço de apoio técnico e administrativo aos gabinetes dos membros do Governo e de apoio técnico e normativo nos domínios da organização e gestão dos recursos humanos, das instalações e equipamento do MTS e, ainda, de apoio técnico nas áreas das relações públicas.

2 - São competências da SG:

- a) Assegurar o apoio aos gabinetes dos membros do Governo, às estruturas deles dependentes e aos serviços do MTS sem quadro administrativo próprio;
- b) Coordenar a elaboração dos orçamentos que integram o orçamento do MTS, acompanhar as respectivas execuções e propor as medidas adequadas a uma correcta gestão dos mesmos;
- c) Colaborar, dar parecer, prestar informações e elaborar estudos jurídicos, quando solicitados, na preparação e redacção de projectos de diplomas e sobre quaisquer assuntos que lhe sejam submetidos pelos membros do Governo;
- d) Acompanhar os processos contenciosos que digam respeito ao MTS, promovendo as diligências necessárias aos mesmos;
- e) Elaborar estudos, definir, coordenar e realizar acções em matéria de formação e gestão de recursos humanos;

- f) Proceder a estudos, definir, coordenar e realizar acções em ordem à execução sistemática de métodos e técnicas de aperfeiçoamento organizacional e de modernização e racionalização administrativas;
 - g) Dirigir e assegurar o serviço de relações públicas;
 - h) Organizar e acompanhar os actos sociais e protocolares do MTS;
 - i) Conceber, coordenar e realizar acções nos domínios do desenvolvimento, gestão e administração dos recursos financeiros e patrimoniais;
 - j) Proceder a estudos, coordenar e elaborar projectos normativos referentes a programas funcionais de instalações e equipamento dos gabinetes dos membros do Governo e dos serviços, organismos e órgãos do MTS, bem como acompanhar, avaliar, dar apoio técnico e emitir pareceres sobre as matérias relacionadas com obras e apetrechamento daquelas instalações;
 - l) Assegurar o funcionamento do MTS em tudo o que não seja das competências específicas dos demais serviços, organismos e órgãos;
 - m) Realizar todos os procedimentos administrativos superiormente determinados, especialmente aquisição e manutenção de bens e serviços e manutenção e segurança das instalações.
- 3 - Na área das suas competências, a SG assegura a articulação com os demais serviços da Administração Pública.
- 4 - Poderão ser consignadas à SG receitas provenientes da prestação de serviços, venda de publicações e de contratos ou participações que sejam consequência da valorização das suas competências, mediante portaria conjunta dos Ministros das Finanças e do Trabalho e da Solidariedade.
- 5 - A SG é dirigida por um secretário-geral, coadjuvado por três secretários-gerais-adjuntos.

Artigo 10.º

Inspecção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade

- 1 - A Inspecção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, adiante designada por IGMTS, é o serviço de inspecção e auditoria aos serviços, organismos e órgãos do MTS, bem como às entidades privadas que prosseguem fins de apoio e solidariedade social, e ainda a outras entidades, sempre que tal seja necessário ao exercício das suas competências.
- 2 - São competências da IGMTS:
- a) Efectuar auditorias com o objectivo de avaliar e controlar a gestão administrativa, financeira e patrimonial dos serviços e organismos, em termos de eficiência e de eficácia;
 - b) Promover acções com o objectivo de um melhor esclarecimento das normas em vigor;
 - c) Inspecionar as actividades das entidades referidas no número anterior, com o objectivo de verificar o cumprimento das disposições legais e regulamentares, efectuando averiguações, inquéritos e sindicâncias, podendo determinar o encerramento de estabelecimentos ou serviços das entidades inspeccionadas, nos termos da legislação em vigor;
 - d) Instaurar e instruir processos disciplinares a funcionários em relação a infracções verificadas no decurso das suas acções e instruir idênticos processos por determinação superior;
 - e) Propor medidas necessárias à superação das deficiências detectadas;
 - f) Acompanhar a execução das propostas e recomendações aprovadas.
- 3 - A IGMTS é dirigida por um inspector-geral, coadjuvado por três subinspectores-gerais.

Artigo 11.º

Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento

- 1 - O Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento, adiante designado por DEPP, é o serviço de estudos e planeamento do MTS.
- 2 - São competências do DEPP:
- a) Realizar estudos que contribuam para a formulação das políticas do MTS;
 - b) Coordenar e promover a produção de estudos e pesquisas técnicas;
 - c) Promover a elaboração de planos de actividade do MTS e acompanhar e avaliar, em articulação com os demais serviços e organismos envolvidos, a sua execução;
 - d) Dar parecer sobre os programas de acção elaborados pelos serviços e organismos e avaliar os resultados da sua execução;
 - e) Preparar periodicamente relatórios de conjuntura respeitantes às principais variáveis de interesse para o MTS;
 - f) Desempenhar as funções de planeamento previstas na legislação em vigor, em articulação com o Departamento de Prospectiva e Planeamento do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território;
 - g) Assegurar as relações externas em matéria das suas competências, em articulação com o Departamento para os Assuntos Europeus e Relações Internacionais;
 - h) Coordenar e gerir o Sistema de Informação Científica e Técnica do MTS, bem como tratar e difundir, a nível nacional e internacional, a documentação e informação técnica, garantir a produção de bens e serviços, exercendo a respectiva função editorial, organizar, actualizar e gerir o património documental, nomeadamente o arquivo histórico, por reporte às áreas do trabalho, emprego e formação profissional e da solidariedade e segurança social.
- 3 - Poderão ser consignadas ao DEPP receitas provenientes da prestação de serviços, venda de informação e de contratos ou participações que sejam consequência da realização das suas competências, mediante portaria conjunta dos Ministros das Finanças e do Trabalho e da Solidariedade.
- 4 - O DEPP é dirigido por um director-geral, coadjuvado por dois subdirectores-gerais.

Artigo 12.º

Departamento para os Assuntos Europeus e Relações Internacionais

1 - O Departamento para os Assuntos Europeus e Relações Internacionais, adiante designado por DAERI, é, sob orientação ou em colaboração com os serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sem prejuízo das atribuições do Departamento de Relações Internacionais da Segurança Social e do Departamento de Cooperação, o serviço de concepção, coordenação e apoio técnico no âmbito das relações internacionais do MTS, exercendo a sua actividade no quadro dos objectivos fixados pela política externa portuguesa.

2 - São competências do DAERI:

- a) Contribuir, nas suas áreas de actuação, para a definição da política do MTS;
- b) Coordenar, apoiar e desenvolver as actividades do MTS que se estabeleçam com Estados e organizações internacionais, designadamente no quadro da União Europeia, sem prejuízo das competências específicas dos demais serviços e organismos;
- c) Assegurar, sempre que necessário e em colaboração com os restantes serviços e organismos, a representação do MTS em reuniões internacionais;
- d) Promover e garantir a articulação dos vários serviços e organismos do MTS, bem como destes com as estruturas competentes dos demais serviços da Administração Pública, na perspectiva da concertação de posições de índole multidisciplinar ou multisectorial;
- e) Proceder a estudos técnicos, em articulação com os outros serviços e organismos do MTS;
- f) Assegurar a realização de reuniões internacionais, em colaboração com os demais serviços e organismos do MTS;
- g) Submeter a aprovação ministerial o plano de deslocações ao estrangeiro dos funcionários dos serviços de administração directa do MTS e as propostas concretas dessas deslocações.

3 - O DAERI articulará com o Ministério dos Negócios Estrangeiros a compatibilização da sua actividade com os objectivos da política externa portuguesa, em especial nos domínios dos assuntos europeus e das relações internacionais.

4 - O DAERI é dirigido por um director-geral, coadjuvado por um subdirector-geral.

Artigo 13.º

Departamento de Cooperação

1 - O Departamento de Cooperação, adiante designado por DC, é, em articulação com os serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o serviço de concepção e de apoio técnico das actividades a desenvolver pelo MTS, no âmbito da cooperação, designadamente com os países africanos de língua oficial portuguesa.

2 - São competências do DC:

- a) Contribuir, nas suas áreas de actuação, para a definição da política do MTS;
- b) Coordenar e apoiar as actividades de cooperação do MTS, designadamente com os países africanos de língua oficial portuguesa;
- c) Elaborar projectos de cooperação com os países africanos de língua oficial portuguesa, de acordo com as orientações politicamente definidas e em articulação com os projectos que estejam a ser desenvolvidos naqueles países;
- d) Participar na coordenação das actividades de cooperação técnica desenvolvidas com organizações nacionais e internacionais e países estrangeiros nos domínios do emprego, formação profissional, relações laborais, inserção e segurança social.

3 - O DC articulará com os serviços e organismos competentes a sua actividade, tendo em vista os objectivos da política externa portuguesa no domínio da cooperação.

4 - O DC é dirigido por um director-geral.

Artigo 14.º

Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional

1 - O Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional, adiante designado por DETEFP, é o serviço de produção, análise e divulgação de estatísticas, para as áreas do emprego, formação profissional e relações laborais, exercendo, nomeadamente, as competências delegadas no âmbito do sistema estatístico nacional (SEN).

2 - São competências do DETEFP nas suas áreas de intervenção:

- a) Produzir, aperfeiçoar, desenvolver e divulgar informação estatística, em articulação com o Instituto Nacional de Estatística (INE);
- b) Efectuar estudos no âmbito de conceitos e metodologias estatísticas;
- c) Apoiar a produção de informação estatística específica pelos serviços responsáveis pelos actos administrativos geradores de informação estatística;
- d) Assegurar as relações externas em matéria das suas competências, em articulação com o DAERI.

3 - Poderão ser consignadas ao DETEFP receitas provenientes da prestação de serviços, venda de informação e de contratos ou participações que sejam consequência da realização das suas competências, mediante portaria conjunta dos Ministros das Finanças e do Trabalho e da Solidariedade.

4 - O DETEFP é dirigido por um director-geral, coadjuvado por um subdirector-geral.

Artigo 15.º

Direcção-Geral do Emprego e Formação Profissional

1 - A Direcção-Geral do Emprego e Formação Profissional, adiante designada por DGEFP, é o serviço de concepção e de apoio técnico e normativo nas áreas do emprego e formação profissional.

2 - São competências da DGEFP nas suas áreas de intervenção:

- a) Realizar estudos em colaboração com o DEPP, proceder a trabalhos de investigação aplicada e elaborar os pareceres necessários à formulação das políticas de emprego e de formação profissional;
 - b) Definir os objectivos gerais da política de emprego, propor as respectivas medidas e programas e elaborar os projectos de diploma correspondentes;
 - c) Acompanhar as diferentes medidas das políticas de emprego e de formação profissional, coordenar a avaliação da sua execução e contribuir neste âmbito para a eficácia das intervenções operacionais do Fundo Social Europeu;
 - d) Proceder à recolha e tratamento de informação relativa a medidas de emprego e formação profissional proveniente de instâncias internas e internacionais;
 - e) Assegurar as relações externas em matéria das suas competências, em articulação com o DAERI.
- 3 - A DGEFP é dirigida por um director-geral, coadjuvado por um subdirector-geral.

Artigo 16.º

Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu

1 - O Departamento para os Assuntos do Fundo Social Europeu, adiante designado por DAFSE, é um serviço dotado de autonomia administrativa, de apoio técnico à gestão financeira das intervenções operacionais do Fundo Social Europeu (FSE).

2 - São competências do DAFSE:

- a) Assegurar as tarefas relativas à gestão financeira do FSE e contribuir para a definição das linhas gerais de orientação da gestão do FSE e para a eficácia das respectivas intervenções operacionais;
 - b) Assegurar a interlocução com a Comissão Europeia no âmbito da sua competência específica e no quadro dos mecanismos de representação de Portugal junto daquela organização;
 - c) Proceder ao controlo das acções apoiadas pelo FSE e certificar factual e contabilisticamente a utilização dos meios financeiros atribuídos no âmbito daquele Fundo;
 - d) Assegurar o apoio das acções de acompanhamento e controlo a promover pela Comissão Europeia;
 - e) Participar nos órgãos de acompanhamento e gestão previstos nos regulamentos nacionais e comunitários.
- 3 - O DAFSE é dirigido por um director-geral, coadjuvado por dois subdirectores-gerais.

Artigo 17.º

Direcção-Geral das Condições de Trabalho

1 - A Direcção-Geral das Condições de Trabalho, adiante designada por DGCT, é o serviço de concepção e de apoio técnico e normativo no domínio das relações e condições de trabalho, incluindo a prevenção dos riscos profissionais.

2 - São competências da DGCT na sua área de intervenção:

- a) Elaborar estudos e trabalhos necessários à formulação de programas e medidas de política e estratégia do MTS no que respeita às relações e às condições de trabalho e à prevenção de riscos profissionais;
 - b) Propor a definição dos quadros normativos referentes às relações individuais e colectivas de trabalho;
 - c) Propor a definição dos quadros normativos relativos às condições de higiene e segurança no trabalho e à prevenção de riscos profissionais;
 - d) Propor a definição dos objectivos e regimes que enquadram a formulação de programas de acção em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho;
 - e) Efectuar o depósito e promover a publicação das convenções colectivas de trabalho, acordos de adesão e decisões arbitrais;
 - f) Proceder aos estudos preparativos da regulamentação colectiva de trabalho, por via administrativa;
 - g) Praticar os actos atribuídos por lei à Administração Pública relativamente às organizações de trabalho;
 - h) Assegurar as relações externas em matéria das suas competências em articulação com o DAERI.
- 3 - A DGCT é dirigida por um director-geral, coadjuvado por um subdirector-geral.

Artigo 18.º

Direcção-Geral dos Regimes de Segurança Social

1 - A Direcção-Geral dos Regimes de Segurança Social, adiante designada por DGRSS, é o serviço de concepção, de coordenação e de apoio técnico e normativo na área dos regimes de segurança social.

2 - São competências da DGRSS:

- a) Elaborar, em colaboração com o DEPP, os estudos necessários à formulação de medidas de política e estratégia em matéria de regimes de segurança social;
 - b) Propor a definição dos regimes de segurança social, desenvolvendo os meios necessários à respectiva aplicação e, bem assim, dos regimes profissionais complementares de segurança social;
 - c) Coordenar a actuação e compatibilizar os meios das instituições de segurança social na aplicação das normas reguladoras dos regimes de segurança social, harmonizando e avaliando os necessários procedimentos;
 - d) Propor as normas reguladoras da criação das associações mutualistas, bem como dos respectivos esquemas de prestações e regime de funcionamento;
 - e) Propor medidas integradas e assegurar a articulação com o Departamento de Relações Internacionais de Segurança Social, no âmbito da cooperação internacional em matéria de instrumentos sobre regimes de segurança social.
- 3 - A DGRSS é dirigida por um director-geral, coadjuvado por um subdirector-geral.

Artigo 19.º

Direcção-Geral da Acção Social

1 - A Direcção-Geral da Acção Social, adiante designada por DGAS, é o serviço de concepção, de coordenação e de apoio técnico e normativo na área da acção social.

2 - São competências da DGAS:

- a) Elaborar, em colaboração com o DEPP, os estudos necessários à formulação de medidas de política e estratégia em matéria de família e de acção social e à identificação e inserção dos grupos de população mais desfavorecida;
- b) Propor a definição dos quadros normativos reguladores das modalidades da acção social, do regime de cooperação com as instituições particulares de solidariedade social, bem como a definição dos quadros normativos aplicáveis a outras entidades que desenvolvam actividades de apoio social;
- c) Apoiar iniciativas que tenham por finalidade a melhoria das condições de vida das famílias;
- d) Intervir, nos termos da lei, no âmbito da adopção internacional, como autoridade central;
- e) Coordenar a actuação das instituições de segurança social na aplicação das normas reguladoras da acção social e na aplicação das normas reguladoras do exercício da tutela;
- f) Propor medidas de fomento das iniciativas locais em zonas carenciadas que tenham por objectivo o exercício da acção social;
- g) Propor medidas e assegurar a articulação com o Departamento de Relações Internacionais de Segurança Social, no âmbito da cooperação internacional, em matéria de instrumentos de acção social;
- h) Proceder a estudos, definir e elaborar projectos normativos referentes a programas funcionais de instalações e equipamentos de acção social;
- i) Avaliar, com a colaboração dos serviços e organismos competentes, a execução dos programas e restantes medidas no âmbito da acção e inserção sociais;
- j) Promover o registo dos actos constitutivos das instituições particulares de solidariedade social.

3 - A DGAS é dirigida por um director-geral, coadjuvado por dois subdirectores-gerais.

SECÇÃO III Dos organismos e órgãos

SUBSECÇÃO I

Dos organismos de âmbito nacional

Artigo 20.º

Instituto do Emprego e Formação Profissional

1 - O Instituto do Emprego e Formação Profissional, adiante designado por IIEFP, é um organismo dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e património próprio, que tem por objectivo a execução das políticas de emprego e formação profissional.

2 - São atribuições do IIEFP nas áreas do emprego e formação profissional:

- a) Promover o conhecimento e a divulgação dos problemas de emprego, em ordem a contribuir para a definição e adopção de uma política global de emprego que consubstancie um programa nacional de melhoria progressiva da situação de emprego, através de uma utilização dos recursos produtivos integrada no crescimento e desenvolvimento sócio-económico;
- b) Promover a organização do mercado do emprego como parte essencial dos programas de actividade, tendo em vista a procura do pleno emprego, livremente escolhido de acordo com as preferências e qualificações, enquanto factor de valorização cultural e técnico-profissional dos recursos humanos do País;
- c) Promover a informação, orientação de formação e reabilitação profissional e colocação dos trabalhadores, com especial incidência nos jovens saídos do sistema de ensino e noutros grupos sociais mais desfavorecidos, a análise de postos de trabalho, bem como a mobilidade geográfica e profissional da mão-de-obra;
- d) Promover a melhoria da produtividade nas empresas mediante a realização, por si ou em colaboração com outras entidades nacionais ou estrangeiras, das acções de formação profissional que se revelem em cada momento as mais adequadas à prossecução daquele objectivo;
- e) Apoiar iniciativas que conduzam à criação de novos postos de trabalho, em unidades produtivas já existentes ou a criar, bem como à sua manutenção nos domínios técnico e financeiro;
- f) Em geral, colaborar na concepção, elaboração, definição e avaliação da política global de emprego, de que é órgão executor.

3 - O IIEFP continua a reger-se pela legislação em vigor que o regulamenta, sem prejuízo do disposto no presente diploma.

Artigo 21.º

Instituto para a Inovação da Formação

1 - O Instituto para a Inovação da Formação, adiante designado por INOFOR, é um organismo dotado de personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa que, nas áreas do emprego e formação profissional, tem por objectivo promover a inovação nos domínios da formação, organização e gestão de recursos humanos através da investigação, concepção e difusão de soluções inovadoras, constituindo-se, assim, como suporte da intervenção operacional dos serviços do MTS e demais entidades públicas e privadas ligadas ao sector da formação e inserção profissional.

2 - São atribuições do INOFOR nas suas áreas de intervenção:

- a) Promover estudos e conceber instrumentos necessários ao conhecimento prospectivo das competências e das necessidades de formação e suas tendências de evolução;
- b) Definir critérios e avaliar a qualidade dos organismos de formação, bem como promover o conhecimento desses organismos, tendo em vista o desenvolvimento equilibrado do sector da formação e a qualidade das acções por eles desenvolvidas;

- c) Desenvolver modelos, metodologias, programas e instrumentos de formação e de gestão da formação, orientados para públicos alvo específicos, decorrentes das prioridades estabelecidas em termos de política de formação e inserção profissional;
- d) Dinamizar centros de recursos técnico-pedagógicos para o recenseamento e difusão de programas, metodologias e suportes pedagógicos de qualidade e apoiar a sua capitalização, nomeadamente através da animação de redes regionalizadas;
- e) Promover o desenvolvimento da pesquisa e investigação-acção, a efectuar pelos profissionais da formação, e dinamizar a reflexão e troca de experiências tendente à inovação nas áreas da formação, dos modelos organizacionais e da gestão dos recursos humanos;
- f) Desenvolver suportes técnicos à intervenção dos serviços, organismos e agentes de formação com carácter inovador, nas actividades a montante e a jusante da formação, nomeadamente no que se refere à orientação profissional e aos mecanismos de inserção;
- g) Colaborar no desenvolvimento de instrumentos técnicos de suporte à gestão técnica dos programas do QCA/FSE, nomeadamente ao nível dos critérios de apreciação e selecção de candidaturas e do sistema de acompanhamento técnico-pedagógico, com vista à melhoria da qualidade das acções apoiadas e multiplicação das soluções inovadoras;
- h) Participar na avaliação, selecção e acompanhamento de projectos e estudos orientados para a qualidade e a inovação nas áreas da formação e do emprego, e desenvolvidos, nomeadamente, no âmbito da assistência técnica do QCA/FSE;
- i) Conceber sistemas de avaliação de qualificações possuídas ou adquiridas no âmbito da formação inicial ou contínua, sua certificação e equivalência e as respectivas articulações com os sistemas de formação escolar e profissional;
- j) Contribuir para o aperfeiçoamento de métodos e operações necessários ao pleno funcionamento de observatórios constituídos nos domínios do emprego, da formação e da inserção profissional.

3 - O INOFOR continua a reger-se pela legislação em vigor que o regulamenta, sem prejuízo do disposto no presente diploma.

Artigo 22.º

Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho

1 - O Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho, adiante designado por IDICT, é um organismo dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, que tem por objectivo promover e avaliar a melhoria das condições de trabalho, desenvolver a prevenção dos riscos profissionais, fomentar e acompanhar a regulamentação colectiva do trabalho por via convencional, prevenir e intervir nos conflitos colectivos de trabalho e assegurar o cumprimento das disposições legais relativas às condições de trabalho, emprego e desemprego dos trabalhadores.

2 - São atribuições do IDICT na área das relações laborais:

- a) Promover o desenvolvimento, a difusão e a aplicação dos conhecimentos científicos e técnicos no âmbito da segurança, higiene e saúde no trabalho;
- b) Promover a formação especializada nos domínios da segurança, higiene e saúde no trabalho e apoiar as organizações profissionais na formação dos seus representantes;
- c) Apoiar as entidades públicas e privadas na identificação dos riscos profissionais, na aplicação das medidas de prevenção e na organização de serviços de segurança e saúde no trabalho;
- d) Difundir a informação e assegurar o tratamento técnico dos processos relativos ao Sistema Internacional de Alerta para a Segurança e Saúde dos Trabalhadores (OIT), bem como assegurar a representação nacional do Centro Internacional de Informação sobre a Segurança e Higiene do Trabalho (CIS-OIT);
- e) Promover e assegurar, de acordo com os objectivos definidos, a formulação e a realização de programas de acção em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho;
- f) Fomentar e acompanhar os processos de regulamentação colectiva das relações de trabalho, bem como prevenir e intervir nos conflitos colectivos de trabalho;
- g) Exercer as competências previstas na lei em matéria de despedimentos colectivos, de suspensão de contratos de trabalho e de redução dos períodos normais de trabalho;
- h) Fiscalizar o cumprimento das disposições legais, regulamentares e convencionais respeitantes às condições de trabalho, ao apoio ao emprego e à protecção no desemprego e ao pagamento das contribuições para a segurança social;
- i) Participar e colaborar, em conjugação com o DAERI e o DC, nas actividades de cooperação técnica desenvolvidas com organizações nacionais, estrangeiras e internacionais e países estrangeiros.

3 - O IDICT continua a reger-se pela legislação em vigor que o regulamenta, sem prejuízo do disposto no presente diploma.

Artigo 23.º

Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

1 - O Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, adiante designado por IGFSS, é um organismo dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e património próprio, que tem por objectivo a gestão financeira unificada dos recursos económicos consignados no orçamento da segurança social.

2 - São atribuições do IGFSS nas suas áreas de intervenção:

- a) Colaborar na definição e adequação das medidas de política financeira e assegurar a respectiva execução;
- b) Definir, a nível nacional, objectivos, meios e formas de gestão financeira das instituições do sistema de segurança social;

- c) Preparar o orçamento da segurança social, apreciando, integrando e compatibilizando os orçamentos parcelares, e assegurar, coordenar e controlar a respectiva execução;
 - d) Elaborar a conta da segurança social, a submeter à aprovação dos órgãos competentes;
 - e) Receber as contribuições, assegurando e controlando a sua arrecadação, bem como a dos demais recursos financeiros consignados ao orçamento da segurança social;
 - f) Promover a cobrança coerciva da dívida à segurança social, acompanhando o respectivo processo;
 - g) Autorizar a redução, diferimento ou fraccionamento do pagamento das contribuições à segurança social, na forma, condições e requisitos estabelecidos;
 - h) Assegurar a titularidade, gestão e administração do património da segurança social, na forma e condições estabelecidas;
 - i) Contrair os financiamentos necessários ao equilíbrio financeiro do sistema;
 - j) Autorizar a abertura de contas em instituições financeiras destinadas a sediar fundos do sistema de segurança social;
 - l) Assegurar a distribuição das disponibilidades em dinheiro para satisfazer as obrigações;
 - m) Promover e colaborar em estudos necessários ao desempenho das suas funções.
- 3 - O IGFSS é dirigido por um conselho directivo, composto por um presidente e dois a quatro vogais, nomeados por despacho do Primeiro-Ministro sob proposta do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, ficando os respectivos membros sujeitos ao estatuto de gestor público.
- 4 - Os mandatos dos membros do conselho directivo têm a duração de três anos, podendo ser renovados, sendo as respectivas remunerações fixadas por despacho conjunto dos Ministros do Trabalho e da Solidariedade, das Finanças e Adjunto.

Artigo 24.º

Centro Nacional de Pensões

- 1 - O Centro Nacional de Pensões, adiante designado por CNP, é um organismo dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira e património próprio, que tem por objectivo a gestão dos regimes de segurança social no domínio das prestações diferidas.
- 2 - São atribuições do CNP:
- a) Reconhecer o direito às pensões e outras prestações de protecção social relativas aos eventos de invalidez, velhice, morte e outras previstas na lei;
 - b) Assegurar o processamento e pagamento de pensões e de outras prestações que com elas se relacionem ou sejam determinadas pelo mesmo facto;
 - c) Conjuguar a sua actividade com as demais instituições de segurança social e definir os procedimentos adequados à prossecução das suas atribuições;
 - d) Colaborar com as entidades competentes na realização de estudos com vista à definição das medidas de política e à elaboração de legislação de segurança social;
 - e) Colaborar com as entidades competentes na negociação de convenções e acordos internacionais, bem como propor medidas tendentes à melhoria da sua exequibilidade;
 - f) Participar nas actividades de organismos internacionais sobre assuntos da sua especialidade;
 - g) Colaborar na definição do sistema de informação da segurança social;
 - h) Estruturar e coordenar a informação relacionada com as carreiras contributivas em articulação com o Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade;
 - i) Colaborar com o Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade na definição e implementação de um novo sistema de identificação de beneficiários e utentes;
 - j) Com vista à prossecução das suas atribuições, assegurar e garantir o completo domínio dos sistemas e das aplicações;
 - l) Realizar acções de auditoria no domínio da atribuição das prestações diferidas, no âmbito das suas competências.
- 3 - O CNP é dirigido por um conselho directivo, composto por um presidente e dois vogais, equiparados, para todos os efeitos legais, a director-geral e a subdirector-geral, respectivamente.

Artigo 25.º

Departamento de Relações Internacionais de Segurança Social

- 1 - O Departamento de Relações Internacionais de Segurança Social, adiante designado por DRISS, é um organismo dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, que tem por objectivo assegurar o cumprimento dos acordos internacionais em matéria de segurança social e de acção e inserção sociais.
- 2 - São atribuições do DRISS:
- a) Proceder ao estudo e à negociação técnica dos instrumentos internacionais sobre coordenação de legislação de segurança social;
 - b) Proceder ao estudo, negociação técnica e coordenação da aplicação dos instrumentos e normas internacionais no domínio da inserção social;
 - c) Representar a nível internacional o sistema de segurança social ou exercer a coordenação dessa representação;
 - d) Decidir sobre a vinculação, manutenção ou isenção do vínculo à legislação portuguesa de segurança social no quadro das normas de determinação da lei aplicável, constantes de instrumentos internacionais de coordenação;
 - e) Apreciar a incidência, na legislação interna, dos instrumentos internacionais de coordenação sobre segurança social;
 - f) Coordenar a aplicação dos instrumentos internacionais de segurança social e exercer as competências próprias como organismo de ligação entre serviços e instituições dos sistemas nacionais coordenados.

3 - O DRISS é dirigido por um director, coadjuvado por um director-adjunto, equiparados, para todos os efeitos legais, a director-geral e a subdirector-geral, respectivamente.

Artigo 26.º

Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais

1 - O Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, adiante designado por CNPRP, é um organismo dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, que tem por objectivo assegurar a prevenção, tratamento, recuperação e reparação de doenças ou incapacidades resultantes de riscos profissionais.

2 - São atribuições do CNPRP:

- a) Promover, em colaboração com as entidades ou serviços competentes, designadamente com o IDICT, as medidas necessárias à prevenção de situações de risco profissional;
- b) Avaliar e fixar as incapacidades decorrentes de riscos profissionais;
- c) Assegurar a prestação de cuidados médicos e medicamentosos necessários ao tratamento de doenças ou incapacidades resultantes de riscos profissionais;
- d) Pagar indemnizações por incapacidade temporária e pensões por incapacidade permanente;
- e) Conceder prestações por morte aos familiares dos sinistrados que delas beneficiam;
- f) Assegurar a compensação dos restantes danos emergentes de riscos profissionais;
- g) Promover a recuperação clínica e a reclassificação profissional dos beneficiários;
- h) Promover a colocação dos trabalhadores reabilitados em ocupações compatíveis com o seu estado físico e a sua capacidade de trabalho;
- i) Assegurar a atribuição das prestações devidas por aplicação dos regulamentos comunitários e convenções internacionais aos trabalhadores migrantes vítimas de acidente de trabalho e de doenças profissionais;
- j) Assegurar o funcionamento do Fundo de Garantia e Actualização de Pensões;
- l) Participar, nos termos da lei, nos trabalhos da Comissão Nacional da Revisão da Lista das Doenças Profissionais e da Comissão Permanente para a Revisão e Actualização da Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais e assegurar o apoio necessário ao funcionamento das mesmas Comissões, nomeadamente através de estudos neste âmbito;
- m) Participar, em colaboração com as entidades competentes, na negociação de convenções e de acordos internacionais;
- n) Participar, no âmbito das suas atribuições, nas actividades dos organismos internacionais e assegurar a realização dos estudos com elas relacionados.

3 - O CNPRP é dirigido por um conselho directivo, constituído por um presidente e um vice-presidente, equiparados, para todos os efeitos legais, a director-geral e a subdirector-geral, respectivamente, e quatro vogais efectivos e outros tantos substitutos, representando, em número igual, os beneficiários e as entidades patronais contribuintes.

Artigo 27.º

Secretariado Nacional para a Reabilitação e

Integração das Pessoas com Deficiência

1 - O Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, adiante designado por SNRIPD, é um organismo dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e património próprio, que tem por objectivo o planeamento, coordenação, desenvolvimento e execução da política nacional de prevenção, reabilitação, inserção e integração das pessoas com deficiência.

2 - São atribuições do SNRIPD:

- a) Assegurar, através do planeamento e da coordenação entre entidades públicas e privadas, a complementaridade das respectivas acções, por forma a otimizar os recursos nacionais, na sua área de intervenção;
- b) Propor medidas legislativas e emitir pareceres sobre projectos de diploma legal respeitantes ao desenvolvimento e concretização da política nacional de reabilitação e integração das pessoas com deficiência;
- c) Exercer uma acção consciencializadora da sociedade, promovendo e patrocinando campanhas de informação e de sensibilização;
- d) Colaborar e incentivar o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, em articulação com o DEPP e as entidades nacionais e congéneres internacionais;
- e) Dinamizar acções de formação em reabilitação;
- f) Propor medidas e promover, em articulação com o DC, o desenvolvimento de relações de cooperação, aos níveis comunitário, europeu e internacional, em matéria de prevenção e reabilitação e integração das pessoas com deficiência;
- g) Propor a definição dos quadros normativos reguladores das respostas de prevenção, reabilitação e integração aos níveis central, regional e local, bem como a definição dos quadros normativos aplicáveis a outras entidades que desenvolvam actividades nas referidas áreas;
- h) Proceder a estudos, definir e elaborar projectos normativos referentes a instalações e equipamentos de reabilitação, bem como acompanhar, avaliar e emitir pareceres sobre matérias relacionadas com obras e apetrechamento de estabelecimentos na área da reabilitação;
- i) Dinamizar o diálogo social e a cooperação com as organizações não governamentais que intervêm nas áreas da deficiência e da reabilitação, patrocinando e valorizando as suas iniciativas;
- j) Promover e manter actualizado o registo das organizações não governamentais que intervêm nas áreas da deficiência e da reabilitação;

1) Assegurar, em articulação com o Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade, o desenvolvimento de sistemas de informação descentralizados, aos níveis regional e local.

3 - O SNRIPD é dirigido por um conselho directivo, constituído por um secretário nacional e dois secretários nacionais-adjuntos, equiparados, para todos os efeitos legais, a director-geral e a subdirector-geral, respectivamente.

4 - O SNRIPD continua a reger-se pela legislação em vigor que o regulamenta, sem prejuízo do disposto no presente diploma.

Artigo 28.º

Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social

1 - O Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, adiante designado por FEFSS, é um organismo dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que tem por objectivo assegurar a estabilização financeira do sistema de segurança social.

2 - São atribuições do FEFSS:

a) Assegurar a estabilização financeira, através da adopção de medidas de maior flexibilidade no financiamento da segurança social;

b) Assegurar a gestão, em regime de capitalização, do património e das disponibilidades financeiras que lhe são afectas;

c) Promover as actividades de planeamento, organização, direcção e controlo nas áreas de gestão da carteira de aplicações, análise de mercados e informação estatística, de acordo com as políticas superiormente definidas;

d) Assegurar a gestão do património imobiliário que lhe é afecto;

e) Conceder financiamento intercalar para crédito à habitação no âmbito do Decreto-Lei 382/89, de 6 de Novembro;

f) Colaborar e articular com os serviços e instituições do sistema de segurança social, designadamente com o IGFSS;

g) Negociar e acordar com as instituições do sistema monetário e financeiro as aplicações financeiras.

3 - O FEFSS é dirigido por um presidente, coadjuvado por um vice-presidente, equiparados, para todos os efeitos legais, a director-geral e a subdirector-geral, respectivamente.

Artigo 29.º

Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade

1 - O Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade, adiante designado por IIES, é um instituto dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que tem por objectivo promover a concepção, a definição, a implementação e a avaliação do sistema de informação da área da solidariedade e segurança social e as políticas de informática e de estatística daquele decorrentes.

2 - São atribuições do IIES:

a) Assegurar a permanente adequação do sistema de informação às necessidades de gestão e operação do sistema da solidariedade e segurança social;

b) Implementar e assegurar a operação de todos os sistemas de âmbito nacional ;

c) Assegurar a gestão dos meios afectos à política de informática da área da solidariedade e segurança social, definindo e promovendo procedimentos de natureza normativa relativos à sua aquisição e utilização;

d) Gerir a rede de comunicações da segurança social, garantindo a sua correcta operação e promovendo a unificação de métodos e processos;

e) Promover a elaboração e articulação do plano estratégico de recursos humanos da área de informática de forma a permitir a sua adequação às necessidades do sistema de informação, tendo em atenção a evolução tecnológica e o mercado de trabalho;

f) Propor o modo de evolução da organização que permita a adequação das estruturas, métodos e organização do trabalho às transformações decorrentes do desenvolvimento do sistema de informação;

g) Assegurar a produção, análise e divulgação de estatísticas, para as áreas da solidariedade e segurança social, exercendo, nomeadamente, as competências delegadas no âmbito do SEN;

h) Efectuar estudos no âmbito de conceitos e metodologias estatísticas e apoiar a produção de informação estatística específica pelos serviços responsáveis pelos actos administrativos geradores de informação estatística;

i) Coordenar e dar parecer sobre a elaboração de projectos de investimento, em matéria de informática, dos serviços e organismos do MTS integrados na área da solidariedade e segurança social e controlar a sua execução, em articulação com o IGFSS;

j) Assegurar as relações externas em matéria das suas competências, em articulação com o DAERI, o DC e o DRISS.

3 - Na área das suas atribuições, o IIES assegura a articulação com os demais serviços e organismos da Administração Pública.

4 - O IIES é dirigido por um conselho directivo, composto por um presidente e dois a quatro vogais, nomeados por despacho do Primeiro-Ministro, sob proposta do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, ficando os respectivos membros sujeitos ao estatuto de gestor público.

5 - Os mandatos dos membros do conselho directivo têm duração de três anos, podendo ser renovados, sendo as respectivas remunerações fixadas por despacho dos Ministros do Trabalho e da Solidariedade, das Finanças e Adjunto.

Artigo 30.º

Instituto para o Desenvolvimento Social

1 - O Instituto para o Desenvolvimento Social, adiante designado por IDS, é um instituto dotado de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que tem por objectivo dinamizar

e gerir as políticas de desenvolvimento social, de luta contra a pobreza e exclusão social, bem como apoiar as parcerias.

2 - São atribuições do IDS:

- a) Promover e gerir, em articulação com os centros regionais de segurança social, os programas destinados à infância e juventude, família e comunidade, à população idosa e, ainda, os de luta contra a pobreza e exclusão social, os do rendimento mínimo, bem como todos os outros que visem o desenvolvimento social;
- b) Promover, em articulação com as instituições públicas e particulares competentes, as acções adequadas no âmbito do sistema de protecção de crianças e jovens em risco;
- c) Assegurar o apoio técnico ao desenvolvimento das redes sociais;
- d) Dinamizar o desenvolvimento de projectos de inovação de desenvolvimento social;
- e) Assegurar, em matéria das suas atribuições, a articulação com os demais serviços e organismos do MTS e dos outros departamentos governamentais;
- f) Assegurar as relações externas em matéria das suas atribuições em articulação com o DAERI, sem prejuízo das competências do DRISS;
- g) Apoiar as instituições particulares de solidariedade social e outras organizações de reconhecido interesse público sem carácter lucrativo.

3 - Na área das suas atribuições, o IDS assegura a articulação com os demais serviços e organismos da Administração Pública.

4 - O IDS é dirigido por um conselho directivo, composto por um presidente e três vogais, equiparados, respectivamente, a director-geral e subdirector-geral.

SUBSECÇÃO II

Dos organismos de âmbito regional

Artigo 31.º

Centros regionais de segurança social

1 - Os centros regionais de segurança social, adiante designados por CRSS, são organismos dotados de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, que têm por objectivo garantir, na respectiva área geográfica de actuação, o reconhecimento dos direitos e o cumprimento das obrigações decorrentes dos regimes de segurança social, o exercício da acção social e a execução de programas e acções de inserção social e desenvolvimento social.

2 - São atribuições dos CRSS, no âmbito dos regimes de segurança social:

- a) Reconhecer, processar e pagar as prestações imediatas;
- b) Colaborar com o CNP na instrução de processos de prestações diferidas;
- c) Promover acções de informação e divulgação dos direitos e obrigações decorrentes dos regimes de segurança social;
- d) Exercer a acção fiscalizadora junto de beneficiários e contribuintes e exigir o cumprimento das respectivas obrigações.

3 - São atribuições dos CRSS, no âmbito da acção social:

- a) Promover as modalidades de acção social e a execução de programas e acções de inserção social e desenvolvimento social;
- b) Desenvolver a cooperação com as instituições particulares de solidariedade social, incluindo as associações mutualistas, e exercer, nos termos da lei, a respectiva tutela;
- c) Exercer, em articulação com a IGMTS, a acção fiscalizadora de instituições particulares de solidariedade social e de outras organizações de interesse público sem carácter lucrativo;
- d) Promover o licenciamento dos estabelecimentos de apoio social.

4 - Os CRSS continuam a reger-se pela legislação que os regulamenta, sem prejuízo do disposto no presente diploma.

SUBSECÇÃO III

Dos outros organismos

Artigo 32.º

Outros organismos sob superintendência e tutela

Os organismos a que se refere o n.º 1 do artigo 7.º do presente diploma continuam a reger-se pela legislação em vigor que os regulamenta sem prejuízo do disposto no presente diploma.

SECÇÃO IV

Dos órgãos de consulta

Artigo 33.º

Órgãos consultivos

1 - A composição e competências dos órgãos de consulta são fixadas por decreto regulamentar.

2 - Os Conselhos Nacionais para a Política da Terceira Idade e para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência continuam a reger-se pelo disposto, respectivamente, no Decreto-Lei 248/97, de 19 de Setembro, e no Decreto-Lei 225/97, de 27 de Agosto, sem prejuízo do disposto no presente diploma.

CAPÍTULO III

Do pessoal

Artigo 34.º

Quadro do pessoal dirigente

O pessoal dirigente dos serviços do MTS elencados no artigo 4.º criados por este diploma, com cargos de director-geral e subdirector-geral ou equiparados previstos no presente diploma, consta do mapa anexo, que dele faz parte integrante, considerando-se desde já criados os respectivos lugares.

Artigo 35.º

Regime jurídico do pessoal

O regime jurídico do pessoal dos serviços de administração directa integrados no MTS é o constante do presente diploma, da legislação específica respectiva e da legislação aplicável à Administração Pública.

CAPÍTULO IV

Disposições finais e transitórias

SECÇÃO I

Extinção de serviços e organismos

Artigo 36.º

Serviços extintos

1 - São extintos os seguintes serviços:

- a) As Secretarias-Gerais dos Ministérios para a Qualificação e o Emprego (MQE) e da Solidariedade e Segurança Social (MSSS) e o Gabinete Jurídico (MQE);
- b) A Inspeção-Geral da Segurança Social do MSSS e o Gabinete de Auditoria Interna do MQE;
- c) O Departamento para os Assuntos Europeus e Relações Externas do MQE e o Gabinete de Assuntos Europeus e de Relações Internacionais do MSSS;
- d) O Departamento de Estudos e Planeamento do MQE, o Departamento de Estatística, Estudos e Planeamento do MSSS e o Centro de Informação Científica e Técnica.

2 - Mantêm-se em vigor os quadros de pessoal que servem os serviços extintos até à completa integração dos funcionários e agentes a eles vinculados em quadro de pessoal de outro serviço ou organismo público.

Artigo 37.º

Sucessão de serviços e organismos

- 1 - A Secretaria-Geral do MTS sucede, nas competências, direitos e deveres, às Secretarias-Gerais dos MQE e MSSS e ao Gabinete Jurídico do MQE, excepto em matéria de política informática e cooperação.
- 2 - A Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade sucede, em todas as competências, direitos e deveres, à Inspeção-Geral da Segurança Social do MSSS e ao Gabinete de Auditoria Interna do MQE.
- 3 - O Departamento para os Assuntos Europeus e Relações Internacionais do MTS sucede, em todas as competências, direitos e deveres, ao Departamento para os Assuntos Europeus e Relações Externas do MQE e ao Gabinete de Assuntos Europeus e de Relações Internacionais do MSSS.
- 4 - O Departamento de Estudos, Prospectiva e Planeamento do MTS sucede, em todas as competências, direitos e deveres, aos Departamentos de Estudos e Planeamento do MQE e de Estatística, Estudos e Planeamento do MSSS, no que se refere às funções de estudo, planeamento e documentação, e ao Centro de Informação Científica e Técnica do MQE.
- 5 - O Instituto de Informática e Estatística da Solidariedade sucede, em matéria de informação estatística, ao Departamento de Estatística, Estudos e Planeamento do MSSS e, em matéria de política informática, à Secretaria-Geral do MSSS, considerando-se transferidos para o primeiro todos os direitos e deveres decorrentes das competências que lhe são atribuídas pelo presente diploma.

Artigo 38.º

Legislação decorrente deste decreto-lei

- 1 - A publicação dos diplomas por que se regem os serviços elencados no artigo 4.º e os organismos sob superintendência referidos nas alíneas a) a d) e f) a h) do n.º 3 do artigo 5.º deve ser efectuada no prazo de 180 dias contado a partir da data da entrada em vigor do presente diploma.
- 2 - Os quadros de pessoal dos serviços e organismos referidos no número anterior são aprovados por portarias conjuntas dos Ministros das Finanças, Adjunto e do Trabalho e da Solidariedade.
- 3 - Sem prejuízo do disposto no artigo 36.º, enquanto não entrarem em vigor os diplomas a que se reportam os n.º 1 e 2 do presente artigo, os serviços e organismos continuam a reger-se pelas disposições normativas que lhes são aplicáveis, assegurando todas as suas competências, podendo proceder ao provimento de lugares dos respectivos quadros de pessoal, na medida em que correspondem às necessidades decorrentes do exercício das competências e atribuições cometidas aos serviços e organismos extintos ou reestruturados.

SECÇÃO II

Transição de pessoal e situações especiais

[...]

Artigo 40.º

Situações especiais

1 - O pessoal que se encontre na situação de licença sem vencimento mantém os direitos de que era titular à data do início da respectiva licença, sendo-lhe aplicado o regime correspondente previsto no Decreto-Lei 497/88, de 30 de Dezembro.

2 - O pessoal que se encontre em regime de destacamento, requisição, interinidade, comissão de serviço ou outras situações precárias previstas na lei manter-se-á em idêntico regime, nos termos do que vier a ser determinado nos diplomas previstos no n.º 1 do artigo 38.º 3 - O pessoal que, à data da entrada em vigor deste decreto-lei, se encontre em regime de estágio mantém-se nessa situação até à conclusão do mesmo, devendo, consoante os casos e se necessário, ser nomeado novo júri ou elementos do júri, o qual fará a respectiva avaliação, classificação final e ordenação final.

4 - Mantêm-se os concursos a decorrer à data da entrada em vigor do presente diploma, bem como os abertos até à entrada em vigor das portarias de aprovação dos respectivos quadros de pessoal, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 38.º deste mesmo diploma.

Artigo 41.º

Tempo de serviço

Ao pessoal que, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 39.º, transite para categoria e carreira diversas será contado, nestas últimas, para efeitos de promoção e antiguidade na carreira, o tempo de serviço prestado nas anteriores a que corresponda exercício de funções idênticas.

Artigo 42.º

Pessoal dirigente

1 - As comissões de serviço dos directores-gerais e equiparados e dos subdirectores-gerais e equiparados e directores dos serviços e chefes de divisão dos serviços centrais do extinto MQE e sob administração directa do extinto MSSS, extintos nos termos do artigo 36.º, cessam na data da entrada em vigor do presente diploma, mantendo-se os mesmos no exercício de funções de gestão corrente até à nomeação dos novos titulares dos cargos.

2 - Os cargos de director-geral e de subdirector-geral ou equiparados dos serviços previstos no artigo 4.º, constantes do mapa anexo, podem ser providos, nos termos legais, a partir da data de cessação das comissões de serviço previstas no número anterior, ficando incumbidos de assegurar a direcção dos serviços em vias de regulamentação.

3 - As comissões de serviço dos directores-gerais e equiparados e dos subdirectores-gerais e equiparados, directores de serviços e chefes de divisão dos serviços e organismos do MTS que não se encontram previstos no artigo 36.º não cessam na data da entrada em vigor do presente diploma.

4 - As comissões de serviço dos membros do conselho directivo do IGFSS cessam na data da entrada em vigor do presente diploma, mantendo-se os mesmos no exercício de funções de gestão corrente até à nomeação dos novos titulares dos cargos.

Artigo 43.º

Estruturas não permanentes

[...]

SECÇÃO IV

Norma revogatória

Artigo 46.º

Legislação revogada

São revogados os Decretos-Leis n.º 35/96, de 2 de Maio, e 147/96, de 28 de Agosto, o n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei 115/97, de 12 de Maio, bem como as demais disposições legais e regulamentares no que contrariem o disposto no presente diploma, nomeadamente o n.º 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei 260/93, de 23 de Julho.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 26 de Março de 1998. - António Manuel de Oliveira Guterres - António Luciano Pacheco de Sousa Franco Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho - Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues.

Promulgado em 17 de Abril de 1998.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 23 de Abril de 1998.

Pelo Primeiro-Ministro, José Veiga Simão, Ministro da Defesa Nacional.

Anexo XV - Decreto-lei n.º 270/98, 1 de setembro

A ordem constitucional das sociedades democráticas reconhece às famílias um papel insubstituível na educação das crianças e dos jovens. Os direitos e os deveres dos pais e demais adultos em relação aos menores, nomeadamente no que respeita à educação escolar, são, assim, objecto de especial consideração. Mas também as crianças e jovens são sujeitos de direitos e deveres, os quais, enquanto conquistas sociais e civilizacionais, devem ser interpretados, explicitados e sistematicamente reiterados pelos adultos em todos os contextos de interacção social.

Reconhece-se, assim, que no período da sua formação, e numa dinâmica de construção gradual da sua personalidade e de formação do carácter, as crianças e os jovens não constroem espontaneamente a sua identidade social, antes dependendo largamente do apoio que lhes seja proporcionado por adultos conscientes do seu papel de educadores.

Assim, em cada escola, a regulação da convivência e da disciplina deve ser devidamente enquadrada numa dimensão relacional e temporal concreta, que torne em consideração o respectivo contexto, por forma a assegurar a plena consensualização das regras de conduta na comunidade educativa.

Torna-se, por isso, necessária a adopção de um novo quadro de referência neste domínio, já que a regulamentação vigente, constante da Portaria 679/77, de 8 de Novembro, se encontra desajustada da nova matriz organizacional das escolas e imbuída de uma vocação essencialmente punitiva.

[...]

O debate público, que envolveu largos milhares de intervenientes, possibilitou a introdução de alterações que aproximam a regulamentação das posições defendidas pelos respectivos destinatários, tendo sido recolhidos os pareceres de alunos, bem como ouvidas a Associação Nacional de Municípios, a Confederação Nacional das Associações de Pais e as associações sindicais de professores.

Assim, no desenvolvimento do regime jurídico a que se referem os artigos 43º e 45º da Lei de Bases do Sistema Educativo - Lei 46/86, de 14 de Outubro, alterada pela Lei 115/97, de 19 de Setembro -, e nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 198º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei geral da República, nos termos do nº 5 do artigo 112º da mesma, o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Artigo 1º

Objecto

O presente diploma define o estatuto dos alunos dos estabelecimentos públicos dos ensinos básico e secundário, estabelecendo os respectivos direitos e deveres gerais e consagrando um código de conduta que contempla regras de convivência e de disciplina que devem ser conhecidas e observadas por todos os elementos da comunidade educativa.

Artigo 2º

Estatuto do aluno

A matrícula confere o estatuto de aluno, o qual compreende os direitos e deveres gerais consagrados no presente diploma e os especiais estabelecidos no respectivo regulamento interno, de harmonia com os princípios constantes do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, aprovado pelo Decreto-Lei 115-A/98, de 4 de Maio, adiante designado por regime de autonomia, administração e gestão.

Artigo 3º

Regulamento interno

1 - O regulamento interno, elaborado nos termos do regime de autonomia, administração e gestão, deve contemplar o desenvolvimento do estatuto dos alunos e conformar as regras de convivência e de resolução de conflitos na comunidade educativa no que se refere, nomeadamente, a:

a) Direitos e deveres específicos dos alunos;

[...]

CAPÍTULO II

Direitos e deveres dos alunos

SECÇÃO I

Direitos dos alunos

Artigo 4º

Direitos gerais do aluno

1 - O direito à educação e a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares compreende os seguintes direitos gerais do aluno:

a) Ser tratado com respeito e correcção por qualquer elemento da comunidade escolar;

b) Ver salvaguardada a sua segurança na frequência da escola e respeitada a sua integridade física;

c) Ser pronta e adequadamente assistido em caso de acidente ou doença súbita ocorrido no âmbito das actividades escolares;

d) Ver respeitada a confidencialidade dos elementos constantes do seu processo individual de natureza pessoal ou relativos à família;

e) Utilizar as instalações a si destinadas e outras com a devida autorização;

f) Participar, através dos seus representantes, no processo de elaboração do projecto educativo e do regulamento interno e acompanhar o respectivo desenvolvimento e concretização;

g) Apresentar críticas e sugestões relativas ao funcionamento da escola;

- h) Ser ouvido, em todos os assuntos que lhe digam respeito, pelos professores, directores de turma e órgãos de administração e gestão da escola;
 - i) Eleger e ser eleito para órgãos, cargos e demais funções de representação no âmbito da escola, nos termos da legislação em vigor;
 - j) Organizar e participar em iniciativas que promovam a sua formação e ocupação de tempos livres;
 - l) Conhecer o regulamento interno.
- 2 - O aluno tem ainda direito a ser informado sobre todos os assuntos que lhe digam respeito, nomeadamente:
- a) Modo de organização do seu plano de estudos ou curso, programa e objectivos essenciais de cada disciplina ou área disciplinar e processos e critérios de avaliação, em linguagem adequada à sua idade e nível de ensino frequentado;
 - b) Matrícula, abono de família e regimes de candidatura a apoios sócio-educativos;
 - c) Normas de utilização e de segurança dos materiais e equipamentos da escola;
 - d) Normas de utilização de instalações específicas, designadamente biblioteca, laboratório, refeitório e bufete;
 - e) Iniciativas em que possa participar e de que a escola tenha conhecimento.
- 3 - O direito à educação e a aprendizagens bem sucedidas compreende, para cada aluno, as seguintes garantias de equidade:
- a) Beneficiar de acções de discriminação positiva no âmbito dos serviços de acção social escolar;
 - b) Beneficiar de actividades e medidas de apoio específicas, designadamente no âmbito de intervenção dos serviços de psicologia e orientação escolar e vocacional;
 - c) Beneficiar de apoios educativos adequados às suas necessidades educativas.

Artigo 5º

Direito à representação

1 - Os alunos têm direito de participar na vida da escola nos termos fixados no regime de autonomia, administração e gestão.

2 - Os alunos têm ainda o direito a ser representados pelos delegado e subdelegado da respectiva turma, de harmonia com o estabelecido no regulamento interno.

Artigo 6º

Reuniões de turma

1 - O delegado e o subdelegado de turma têm o direito de solicitar a realização de reuniões da turma com o respectivo director de turma ou, tratando-se de alunos do 1º ciclo do ensino básico, com o professor da respectiva turma, adiante designado por professor titular, para apreciação de matérias relacionadas com o funcionamento da turma, sem prejuízo do cumprimento das actividades lectivas e nos termos definidos no regulamento interno.

2 - O pedido é apresentado ao professor titular ou ao director de turma, sendo precedido de reunião dos alunos para determinação das matérias a abordar.

3 - Por iniciativa dos alunos, o professor titular ou o director de turma pode solicitar a participação de um representante dos pais e encarregados de educação dos alunos da turma na reunião a que se refere o presente artigo.

SECÇÃO II

Deveres dos alunos

Artigo 7º

Deveres gerais do aluno

A realização de uma escolaridade bem sucedida, numa perspectiva de formação integral do cidadão, implica a responsabilização do aluno, enquanto elemento nuclear da comunidade educativa, e a assunção dos seguintes deveres gerais:

- a) Tratar com respeito e correcção qualquer elemento da comunidade educativa;
- b) Seguir as orientações dos docentes relativas ao seu processo de ensino-aprendizagem;
- c) Respeitar as instruções do pessoal docente e não docente;
- d) Respeitar o exercício do direito à educação e ensino dos outros alunos;
- e) Ser assíduo, pontual e responsável no cumprimento dos horários e das tarefas que lhe forem atribuídas;
- f) Participar nas actividades desenvolvidas pela escola;
- g) Permanecer na escola durante o seu horário, salvo autorização escrita do encarregado de educação;
- h) Zelar pela preservação, conservação e asseio da escola, nomeadamente no que diz respeito a instalações, material didáctico, mobiliário e espaços verdes, fazendo uso adequado dos mesmos;
- i) Respeitar a propriedade dos bens de todos os elementos da comunidade educativa;
- j) Ser diariamente portador do cartão de estudante e da caderneta escolar;
- l) Conhecer as normas e horários de funcionamento de todos os serviços escola;
- m) Participar na eleição dos seus representantes e prestar-lhes colaboração;
- n) Cumprir o regulamento interno.

CAPÍTULO III

Intervenientes no processo educativo

Artigo 8º

Intervenção dos pais

1 - O direito e o dever de educação dos filhos compreende a capacidade de intervenção dos pais no exercício dos direitos e a responsabilidade no cumprimento dos deveres dos seus educandos na escola e para com a comunidade educativa, consagrados no presente diploma e no regulamento interno.

2- Sem prejuízo dos direitos e deveres dos pais e encarregados de educação estabelecidos no regime de autonomia, administração e gestão, o poder-dever de educação dos filhos implica o exercício dos seguintes direitos e deveres:

- a) Informar-se, ser informado e informar a comunidade educativa sobre todas as matérias relevantes no processo educativo dos seus educandos e comparecer na escola por sua iniciativa e quando para tal for solicitado;

- b) Colaborar com os professores no âmbito do processo de ensino-aprendizagem dos seus educandos;
- c) Articular a educação na família com o trabalho escolar;
- d) Cooperar com todos os elementos da comunidade educativa no desenvolvimento de uma cultura de cidadania, nomeadamente através da promoção de regras de convivência na escola;
- e) Responsabilizar-se pelo cumprimento do dever de assiduidade dos seus educandos;
- f) Conhecer o regulamento interno da escola.

Artigo 9º

Intervenção do pessoal docente e não docente

1 - Os professores, enquanto principais responsáveis pela condução do processo de ensino-aprendizagem dos alunos, devem promover medidas de carácter pedagógico que estimulem o harmonioso desenvolvimento da educação das crianças e dos jovens, quer nas actividades na sala de aula, quer nas demais actividades da escola.

2 - O professor titular ou o director de turma, enquanto coordenador do plano de trabalho da turma, é particularmente responsável pela adopção de medidas tendentes à melhoria das condições de aprendizagem e à promoção de um bom ambiente educativo, competindo-lhe articular a intervenção dos professores da turma e dos pais e encarregados de educação.

3 - Os auxiliares de acção educativa, os técnicos dos serviços especializados de apoio educativo e os demais elementos do pessoal não docente em serviço na escola devem colaborar no acompanhamento e integração dos alunos na comunidade educativa, incentivando o respeito pelas regras de convivência e promovendo um bom ambiente educativo.

4 - Os profissionais referidos nos números anteriores devem ainda colaborar com os pais e encarregados de educação dos alunos no sentido de prevenir e resolver problemas comportamentais ou de aprendizagem.

Artigo 10º

Intervenção da escola

1 - A escola deve criar as condições necessárias ao desenvolvimento do processo educativo, zelando pelo pleno exercício dos direitos dos alunos e assegurando o respeito pelos respectivos deveres.

2 - À escola cabe também a adopção de medidas que promovam a assiduidade e o efectivo cumprimento da escolaridade obrigatória e previnam situações de insucesso e de abandono, devendo ser assegurada uma intervenção junto da família tendente a uma plena integração do aluno na comunidade educativa.

3 - À escola cabe ainda solicitar a colaboração de outros parceiros e entidades, designadamente de natureza social, com o objectivo de assegurar a plena integração do aluno na comunidade educativa.

Artigo 11º

Cooperação com outras entidades

1 - Sempre que um aluno, ainda menor, se encontre em situação de perigo no que concerne à sua saúde, segurança ou educação, compete à escola a promoção de diligências adequadas a pôr termo à situação, podendo solicitar a cooperação das autoridades administrativas e entidades públicas e particulares competentes.

2 - A intervenção a que se refere o número anterior deve resguardar sempre a intimidade da vida privada do menor e da sua família e subordinar-se ao princípio da mínima intervenção.

3 - Quando não for possível em tempo útil pôr termo à situação ou esta se apresentar, desde logo, como insusceptível de ser ultrapassada com os meios à disposição da escola, cabe ao respectivo órgão de administração e gestão suscitar a intervenção da comissão de protecção de menores ou, caso esta não se encontre instalada, comunicar o facto ao Ministério Público junto do tribunal competente em matéria de menores.

4 - Se o comportamento do aluno, menor de 16 anos, susceptível de desencadear a aplicação de medida educativa disciplinar, constituir a prática de facto qualificado pela lei como crime cujo procedimento não dependa de queixa, deve o órgão de administração e gestão da escola comunicar o facto à comissão de protecção de menores ou ao Ministério Público junto do tribunal competente em matéria de menores, conforme o aluno tenha, à data da sua prática, menos de 12 anos ou entre 12 e 16 anos.

5 - Em caso de prática de ilícito criminal, cabe ao órgão de administração e gestão da escola proceder à competente participação junto do magistrado do Ministério Público ou de qualquer autoridade policial, sem prejuízo do direito de queixa dos ofendidos, nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO IV

Medidas educativas disciplinares

SECÇÃO I

Enquadramento

Artigo 12º

Noção

1 - O comportamento do aluno que contrarie as normas de conduta e de convivência e se traduza no incumprimento de dever geral ou especial, revelando-se perturbador do regular funcionamento das actividades da escola ou das relações na comunidade educativa, deve ser objecto de intervenção, sendo passível de aplicação de medida educativa disciplinar.

2 - As medidas educativas disciplinares têm objectivos pedagógicos, visando a correcção do comportamento perturbador e o reforço da formação cívica e democrática dos alunos, tendentes ao equilibrado desenvolvimento da sua personalidade e à capacidade de se relacionar com os outros, bem como a sua plena integração na comunidade educativa.

3 - As medidas educativas disciplinares não podem ofender a integridade física ou psíquica do aluno nem revestir natureza pecuniária, dependendo a respectiva aplicação do apuramento da responsabilidade individual do aluno.

4 - A aplicação de medida educativa disciplinar deve ser integrada no processo de identificação das necessidades educativas do aluno, no âmbito do desenvolvimento do plano de trabalho da turma e do projecto educativo da escola.

Artigo 13º

Adequação da medida educativa disciplinar

1 - A medida educativa disciplinar deve ser adequada aos objectivos de formação do aluno, ponderando-se na sua determinação a gravidade do incumprimento do dever, as circunstâncias em que este se verificou, a intencionalidade da conduta do aluno, a sua maturidade e demais condições pessoais, familiares e sociais.

2 - Constituem atenuantes da responsabilidade do aluno o bom comportamento anterior e o reconhecimento da conduta.

3 - Constituem agravantes da responsabilidade do aluno a premeditação, o conluio, bem como a acumulação e a reincidência no incumprimento de deveres gerais ou especiais no decurso do mesmo ano lectivo.

Artigo 14º

Tipificação das medidas educativas disciplinares

O comportamento do aluno que traduza incumprimento de dever, nos termos do nº 1 do artigo 12º, é passível da aplicação de uma das seguintes medidas educativas disciplinares:

- a) Advertência ao aluno;
- b) Advertência comunicada ao encarregado de educação;
- c) Repreensão registada;
- d) Actividades de integração na comunidade educativa;
- e) Suspensão da frequência da escola até 10 dias úteis;
- f) Transferência de escola;
- g) Expulsão da escola.

Artigo 15º

Advertências

1 - A medida educativa disciplinar de advertência ao aluno consiste numa chamada de atenção perante um comportamento perturbador do regular funcionamento das actividades da escola ou das relações na comunidade educativa, a qual visa promover a responsabilização do aluno no cumprimento dos seus deveres na escola.

2 - A gravidade ou reiteração do comportamento referido no número anterior justifica a aplicação da medida educativa disciplinar de advertência comunicada ao encarregado de educação, a qual visa alertar os pais e encarregados de educação para a necessidade de, em articulação com a escola, reforçar a responsabilização do seu educando no cumprimento dos seus deveres na escola.

Artigo 16º

Repreensão registada

A medida educativa disciplinar de repreensão registada consiste no registo de uma censura face a um comportamento perturbador, a qual visa promover a responsabilização do aluno no cumprimento dos seus deveres na escola.

Artigo 17º

Actividades de integração na comunidade educativa

1 - As actividades de integração na comunidade educativa consistem no desenvolvimento de tarefas de carácter pedagógico que contribuam para o reforço da formação cívica do aluno e promovam um bom ambiente educativo.

2 - As actividades de integração na comunidade educativa são previstas no regulamento interno, de harmonia com os princípios definidos nos artigos 12º e 13º

3 - A determinação das tarefas de integração a realizar pelo aluno é proposta pelo conselho de turma disciplinar, devendo as mesmas ser executadas em horário não coincidente com as actividades lectivas do aluno e por prazo a definir, consoante a gravidade do comportamento, nunca superior a quatro semanas.

4 - As actividades de integração devem, sempre que possível, compreender a reparação do dano provocado pelo aluno.

Artigo 18º

Suspensão da frequência da escola

1 - A suspensão da frequência impede o aluno de entrar nas instalações da escola, dando lugar à marcação de faltas.

2 - Tratando-se de alunos do 1º ciclo do ensino básico que tenham completado 10 anos de idade ou dos 2º e 3º ciclos abrangidos pela escolaridade obrigatória, a medida educativa disciplinar de suspensão da frequência da escola deve ser substituída pela de realização de actividades de integração na comunidade educativa, ficando o efectivo afastamento do aluno do estabelecimento de ensino reservado às situações em que, fundamentadamente, seja reconhecido como a única medida apta a alcançar os objectivos de formação do aluno.

3 - A medida educativa disciplinar de suspensão da frequência da escola não é aplicável aos alunos de idade inferior a 10 anos.

Artigo 19º

Transferência de escola

1 - A medida educativa disciplinar de transferência de escola só pode ser aplicada quando estiver assegurada a frequência de outro estabelecimento de ensino pelo aluno.

2 - A transferência de escola só pode ser aplicada a aluno abrangido pela escolaridade obrigatória quando estiver assegurada a sua inscrição noutra estabelecimento de ensino da mesma localidade ou de localidade contígua, servida de transporte público ou escolar no trajecto de e para a respectiva residência.

3 - Nas situações referidas no número anterior, a transferência de escola depende ainda da disponibilização, no estabelecimento de ensino de acolhimento, dos meios e apoios específicos necessários ao acompanhamento do aluno.

4 - A medida educativa disciplinar de transferência de escola não é aplicável aos alunos de idade inferior a 10 anos.

Artigo 20º

Expulsão da escola

1 - A expulsão da escola implica a retenção do aluno no ano lectivo em que a medida é aplicada e, salvo decisão judicial em contrário, impede-o de se matricular nesse ano escolar em qualquer outro estabelecimento de ensino

público, não lhe sendo reconhecido pela administração educativa qualquer acto praticado em estabelecimento de ensino particular ou cooperativo no mesmo período.

2 - O disposto no número anterior não impede o aluno de realizar exames nacionais ou de equivalência à frequência na qualidade de candidato autoproposto, nos termos da legislação em vigor.

3 - A medida educativa disciplinar de expulsão da escola não é aplicável aos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória.

SECÇÃO II

Competências

Artigo 21º

Competência do professor

1 - O professor, no desenvolvimento do plano de trabalho da turma e no âmbito da sua autonomia pedagógica, é responsável pela regulação dos comportamentos na sala de aula, competindo-lhe a aplicação das medidas de prevenção e remediação que propiciem a realização do processo de ensino-aprendizagem num bom ambiente educativo, bem como a formação cívica dos alunos.

2- No exercício da competência referida no número anterior, o professor pode ainda, no âmbito da tipificação constante do artigo 14º, aplicar as seguintes medidas educativas disciplinares:

a) Advertência ao aluno;

b) Advertência comunicada ao encarregado de educação.

3 - O professor é também competente para a aplicação da medida educativa disciplinar de advertência ao aluno nas situações em que presencie comportamentos perturbadores fora da sala de aula.

4 - A aplicação das medidas educativas disciplinares enunciadas nos números anteriores deve ser comunicada ao director de turma.

5 - Caso o professor entenda que o comportamento é passível de ser qualificado de grave ou muito grave, haverá lugar a imediata participação ao director de turma, para efeitos de eventual procedimento disciplinar.

Artigo 22º

Ordem de saída da sala de aula

1 - A ordem de saída da sala de aula é uma medida cautelar a utilizar pelo professor em situações que, fundamentadamente, impeçam o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, não revestindo a natureza de medida educativa disciplinar.

2 - A ordem de saída da sala de aula implica a marcação de falta ao aluno, devendo ser comunicada ao director de turma.

3 - Na sequência da ordem de saída da sala de aula, o aluno abrangido pela escolaridade obrigatória deve permanecer na escola, de harmonia com o estabelecido no regulamento interno.

Artigo 23º

Competência do professor titular ou director de turma

1 - O comportamento do aluno que traduza incumprimento de dever, nos termos do nº 1 do artigo 12º, deve ser participado ao professor titular ou ao director de turma, sempre que tal se revele necessário.

2 - No âmbito do disposto no número anterior, o professor titular ou o director de turma é competente para a aplicação das seguintes medidas educativas disciplinares:

a) Advertência ao aluno;

b) Advertência comunicada ao encarregado de educação.

3 - Tratando-se de comportamento objecto de participação, a aplicação das medidas educativas disciplinares referidas no número anterior deve ser precedida de averiguação sumária a realizar pelo professor titular ou pelo director de turma no prazo de dois dias úteis contados da data da participação, na qual são ouvidos o aluno, o participante e eventuais testemunhas.

4 - Caso o professor titular ou o director de turma entenda que o comportamento presenciado ou participado é passível de ser qualificado de grave ou muito grave, haverá lugar a imediata participação ao presidente do conselho executivo ou director, para efeitos de instauração de procedimento disciplinar.

Artigo 24º

Competência do presidente do conselho executivo ou director

1 - O presidente do conselho executivo ou director é competente para a aplicação das seguintes medidas educativas disciplinares:

a) Repreensão registada;

b) Actividades de integração na comunidade educativa;

c) Suspensão da frequência da escola até 10 dias úteis.

2 - A aplicação das medidas educativas disciplinares enunciadas no número anterior depende de procedimento disciplinar, sendo reservada a comportamentos qualificados como graves.

Artigo 25º

Competência do director regional de educação

1 - O director regional de educação é competente para a aplicação das seguintes medidas educativas disciplinares:

a) Transferência de escola;

b) Expulsão da escola.

2 - A aplicação das medidas educativas disciplinares enunciadas no número anterior depende de procedimento disciplinar e de proposta do presidente do conselho executivo ou director, sendo reservada a comportamentos qualificados como muito graves.

SECÇÃO III

Procedimento disciplinar

Artigo 26º

Tramitação do procedimento disciplinar

- 1 - Recebida a participação, compete ao presidente do conselho executivo ou director a instauração do procedimento disciplinar e a nomeação do professor instrutor no prazo de dois dias úteis.
- 2 - A instrução do procedimento deve ser reduzida a escrito e concluída no prazo de oito dias úteis contados da data de nomeação do instrutor, sendo realizadas as diligências consideradas necessárias e, sempre, a audiência oral dos interessados, incluindo o aluno e, sendo menor, o respectivo encarregado de educação.
- 3 - A audiência é realizada nos termos do artigo 102º do Código do Procedimento Administrativo, sendo os interessados convocados com a antecedência mínima de dois dias úteis.
- 4 - Finda a instrução, o instrutor apresenta ao presidente do conselho executivo ou director relatório fundamentado de que conste a qualificação do comportamento e a ponderação das circunstâncias relevantes, bem como proposta de aplicação de medida educativa disciplinar ou de arquivamento do procedimento.

Artigo 27º

Suspensão preventiva

- 1 - Durante a instrução do procedimento disciplinar o aluno poderá, excepcionalmente, ser suspenso preventivamente da frequência da escola pelo presidente do conselho executivo ou director, por período correspondente ao da instrução, o qual não pode exceder oito dias úteis, se a sua presença na escola perturbar a instrução do processo ou o regular desenvolvimento das actividades escolares.
- 2 - As ausências do aluno resultantes de suspensão preventiva não são consideradas no respectivo processo de avaliação.

Artigo 28º

Conselho de turma disciplinar

- 1 - Recebido o relatório do instrutor, compete ao presidente do conselho executivo ou director convocar o conselho de turma disciplinar, que reunirá com carácter de urgência em prazo não superior a dois dias úteis.
- 2 - O conselho de turma disciplinar emite parecer sobre o relatório do instrutor e formula a proposta a que se refere o nº 3 do artigo 17º em procedimento que configure a aplicação da medida educativa disciplinar de actividades de integração na comunidade educativa.
- 3 - O conselho de turma disciplinar é presidido pelo presidente do conselho executivo ou director e tem a seguinte composição:
 - a) Professores da turma;
 - b) Delegado e subdelegado dos alunos da turma;
 - c) Um representante dos pais e encarregados de educação dos alunos da turma;
 - d) Um representante da associação de pais e encarregados de educação.
- 4 - O presidente do conselho executivo ou director pode solicitar a presença no conselho de turma disciplinar de um técnico dos serviços especializados de apoio educativo, designadamente do núcleo de apoio educativo, ou dos serviços de psicologia e orientação.
- 5 - Os elementos que detenham a posição de interessados no procedimento não podem participar no conselho de turma disciplinar.
- 6 - Se, devidamente convocados, os representantes dos alunos ou dos pais e encarregados de educação não comparecerem, o conselho reúne sem a sua presença.

Artigo 29º

Decisão

- 1 - A decisão final do procedimento disciplinar carece de fundamentação, a qual pode consistir em declaração de concordância com parecer ou proposta anterior, e deve ser proferida nos seguintes prazos:
 - a) Dois dias úteis, contados da data da reunião do conselho de turma disciplinar, sendo competente o presidente do conselho executivo ou director;
 - b) Dez dias úteis, contados da data da recepção da proposta do presidente o conselho executivo ou director, sendo competente o director regional de educação.
- 2 - A decisão é notificada pessoalmente ao aluno e, sendo menor, ao respectivo encarregado de educação ou, não sendo possível, por carta registada com aviso de recepção.
- 3 - A notificação referida no número anterior deve mencionar o momento da execução da decisão de aplicação da medida educativa disciplinar, o qual só pode ser diferido para o ano lectivo subsequente se por razões de calendário escolar a execução da decisão se apresentar inviabilizada.
- 4 - A execução da medida educativa disciplinar de actividades de integração na comunidade educativa não se transfere para outro estabelecimento de ensino.

Artigo 30º

Suspensão das medidas educativas disciplinares

- 1 - Na decisão do procedimento, a entidade competente pode suspender a aplicação da medida educativa disciplinar se a simples reprovação da conduta e a previsão da aplicação da medida educativa disciplinar se mostrarem suficientes para alcançar os objectivos de formação do aluno.
- 2 - Para os efeitos do estabelecido no número anterior, devem ser ponderadas as circunstâncias em que se verificou o incumprimento do dever, a personalidade do aluno e o seu comportamento na escola.
- 3 - O período de suspensão é fixado entre um e três meses contados da data da decisão definitiva.
- 4 - A suspensão caduca se durante o respectivo período vier a ser instaurado procedimento disciplinar ao aluno.

SECÇÃO IV

Execução e recursos

Artigo 31º

Acompanhamento do aluno

1 - Ao professor titular ou ao director de turma compete o acompanhamento do aluno na sequência da aplicação de medida educativa disciplinar, devendo articular a sua actuação com os pais e encarregados de educação e com os professores da turma, em função das necessidades educativas identificadas e por forma a assegurar a co-responsabilização de todos os intervenientes nos efeitos educativos da medida.

2 - A competência estabelecida no número anterior implica o especial acompanhamento do aluno na execução da medida de actividade de integração na comunidade educativa, bem como no regresso à escola, após o cumprimento de medida educativa disciplinar que implique o seu afastamento do estabelecimento de ensino ou o seu ingresso noutra estabelecimento.

Artigo 32º

Processo individual do aluno

1 - O processo individual acompanha o aluno ao longo do seu percurso escolar e é devolvido ao encarregado de educação ou ao aluno, sendo maior, no termo da escolaridade obrigatória ou, não se verificando interrupção no prosseguimento de estudos, aquando da conclusão do ensino secundário.

2 - São registados no processo individual os elementos relevantes no percurso educativo do aluno, designadamente comportamentos meritórios e condutas perturbadoras - com menção de medidas educativas disciplinares aplicadas e respectivos efeitos, incluindo subsequentes melhorias de comportamento -, não podendo estas últimas constar de qualquer outro registo.

3 - Os elementos contidos no processo individual referentes a medidas educativas disciplinares, bem como os de natureza pessoal ou relativos à família, são confidenciais, encontrando-se vinculados ao dever de sigilo todos os elementos da comunidade educativa que a eles tenham acesso.

Artigo 33º

Recurso e decisão arbitral

[...]

Artigo 34º

Recurso hierárquico

[...]

CAPÍTULO V

Disposições finais e transitórias

Artigo 35º

Legislação subsidiária

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado no presente diploma são subsidiariamente aplicáveis as disposições do Código do Procedimento Administrativo.

Artigo 36º

Responsabilidade civil

A aplicação de medida educativa disciplinar não isenta o aluno e o respectivo representante legal da responsabilidade civil por danos causados ao lesado.

Artigo 37º

Publicitação

1 - O estatuto objecto deste diploma deve ser do conhecimento de toda a comunidade educativa.

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, o presente diploma deve ser publicitado nos termos fixados no nº 4 do artigo 3º

Artigo 38º

Adaptação dos regulamentos internos

Os regulamentos internos em vigor devem ser adaptados ao estatuído no presente diploma, nos termos estabelecidos no artigo 6º do Decreto-Lei 115-A/98, de 4 de Maio.

Artigo 39º

Sucessão de regimes

O disposto no presente decreto-lei aplica-se apenas às situações constituídas após a sua entrada em vigor.

Artigo 40º

Revogação

São revogadas as normas constantes da Portaria 679/77, de 8 de Novembro.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 2 de Julho de 1998. - António Manuel de Oliveira Guterres - Eduardo Carrega Marçal Grilo.

Promulgado em 5 de Agosto de 1998.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 20 de Agosto de 1998.

Pelo Primeiro-Ministro, Jaime José Matos da Gama, Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Anexo XVI - Decreto-lei n.º 6/2001, 18 de janeiro

O Programa do Governo assume como objectivo estratégico a garantia de uma educação de base para todos, entendendo-a como início de um processo de educação e formação ao longo da vida, objectivo que implica conceder uma particular atenção às situações de exclusão e desenvolver um trabalho de clarificação de exigências quanto às aprendizagens cruciais e aos modos como as mesmas se processam.

De entre as medidas identificadas para a concretização do objectivo referido assume especial relevância a que se refere à necessidade de proceder a uma reorganização do currículo do ensino básico, no sentido de reforçar a articulação entre os três ciclos que o compõem, quer no plano curricular quer na organização de processos de acompanhamento e indução que assegurem, sem perda das respectivas identidades e objectivos, uma maior qualidade das aprendizagens. Nesta reorganização assume particular relevo a consagração no currículo de três novas áreas curriculares não disciplinares, bem como a obrigatoriedade do ensino experimental das ciências, o aprofundamento da aprendizagem das línguas modernas, o desenvolvimento da educação artística e da educação para a cidadania e o reforço do núcleo central do currículo nos domínios da língua materna e da matemática.

A preparação desta intervenção legislativa de política educativa foi objecto de um longo e continuado trabalho com as escolas e com as comunidades educativas, de que se destaca o lançamento, no ano lectivo de 1996-1997, do projecto de reflexão participada sobre os currículos do ensino básico.

Realizado o diagnóstico, foram de imediato lançadas medidas de combate à exclusão no âmbito do ensino básico, nomeadamente os currículos alternativos, a constituição de territórios educativos de intervenção prioritária e os cursos de educação e formação profissional inicial.

Paralelamente, foram lançadas outras medidas com impacte directo na qualidade das aprendizagens e na vida das escolas, designadamente o Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar, concebido como primeira etapa da educação básica, e o novo regime de autonomia, administração e gestão das escolas, o qual, de forma inovatória, assumiu como condição estrutural a plena inclusão do 1.º ciclo.

De todo este processo foi emergindo a necessidade de ultrapassar uma visão de currículo como um conjunto de normas a cumprir de modo supostamente uniforme em todas as salas de aula e de ser apoiado, no contexto da crescente autonomia das escolas, o desenvolvimento de novas práticas de gestão curricular. Neste sentido, ensaiando as potencialidades de um novo desenho curricular, as escolas foram convidadas a apresentar projectos de gestão flexível do currículo.

As escolas envolvidas neste projecto têm vindo a construir processos de gestão curricular no quadro de uma flexibilidade que procura encontrar respostas adequadas aos alunos e aos contextos concretos em que os professores trabalham diariamente. Tais projectos têm considerado como pressuposto fundamental a assunção pelas escolas de uma maior capacidade de decisão relativamente ao desenvolvimento e gestão das diversas componentes do currículo e a uma maior articulação entre elas, bem como um acréscimo de responsabilidade na organização das ofertas educativas.

O Documento Orientador das Políticas para o Ensino Básico, publicado pelo Ministério da Educação em 1998, sintetizou os aspectos a considerar na reorganização curricular do ensino básico, sublinhando que a escola precisa de se assumir como um espaço privilegiado de educação para a cidadania e de integrar e articular, na sua oferta curricular, experiências de aprendizagem diversificadas, nomeadamente mais espaços de efectivo envolvimento dos alunos e actividades de apoio ao estudo.

Em consonância com estas perspectivas e como resultado da reflexão e dos debates realizados, assim como da experiência adquirida, importa reequacionar a organização curricular do ensino básico.

O presente decreto-lei estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do ensino básico, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional, entendido como o conjunto de aprendizagens e competências, integrando os conhecimentos, as capacidades, as atitudes e os valores, a desenvolver pelos alunos ao longo do ensino básico, de acordo com os objectivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo para este nível de ensino.

No quadro do desenvolvimento da autonomia das escolas estabelece-se que as estratégias de desenvolvimento do currículo nacional, visando adequá-lo ao contexto de cada escola, deverão ser objecto de um projecto curricular de escola, concebido, aprovado e avaliado pelos respectivos órgãos de administração e gestão, o qual deverá ser desenvolvido, em função do contexto de cada turma, num projecto curricular de turma, concebido, aprovado e avaliado pelo professor titular de turma ou pelo conselho de turma, consoante os ciclos.

O diploma define os princípios orientadores a que deve obedecer a organização e gestão do currículo, nomeadamente a coerência e sequencialidade entre os três ciclos do ensino básico e a articulação destes com o ensino secundário, a integração do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua o elemento regulador do ensino e da aprendizagem e a existência de áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, visando a realização de aprendizagens significativas e a formação integral dos alunos, através da articulação e da contextualização dos saberes, e estabelece os parâmetros a que deve obedecer a organização do ano escolar.

No âmbito da organização curricular do ensino básico, para além das áreas curriculares disciplinares, o diploma determina a criação de três áreas curriculares não disciplinares - área de projecto, estudo acompanhado e formação cívica.

O diploma consagra a educação para a cidadania, o domínio da língua portuguesa e a valorização da dimensão humana do trabalho, bem como a utilização das tecnologias de informação e comunicação como formações transdisciplinares, no âmbito do ensino básico, abordando de forma integrada a diversificação das ofertas educativas, tomando em consideração as necessidades dos alunos, definindo um quadro flexível para o desenvolvimento de actividades de enriquecimento do currículo.

Especial relevância assumem as disposições relativas à avaliação das aprendizagens, entendida como um processo regulador das aprendizagens, orientador do percurso escolar e certificador das diversas aquisições realizadas pelos alunos ao longo do ensino básico, bem como à avaliação do desenvolvimento do currículo nacional.

Foi ouvido o Conselho Nacional de Educação.

Foram ouvidos os órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas.

Foram observados os procedimentos decorrentes da Lei 23/98, de 26 de Maio.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido na alínea e) do n.º 1 do artigo 59.º da Lei 46/86, de 14 de Outubro, na redacção que lhe foi dada pela Lei 115/97, de 19 de Setembro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Objecto e âmbito

1 - O presente diploma estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão curricular do ensino básico, bem como da avaliação das aprendizagens e do processo de desenvolvimento do currículo nacional.

2 - Os princípios orientadores definidos no presente diploma aplicam-se às demais ofertas formativas relativas ao ensino básico, no âmbito do sistema educativo.

Artigo 2.º

Currículo

1 - Para efeitos do disposto no presente diploma, entende-se por currículo nacional o conjunto de aprendizagens e competências a desenvolver pelos alunos ao longo do ensino básico, de acordo com os objectivos consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo para este nível de ensino, expresso em orientações aprovadas pelo Ministro da Educação, tomando por referência os desenhos curriculares anexos ao presente decreto-lei.

2 - As orientações a que se refere o número anterior definem ainda o conjunto de competências consideradas essenciais e estruturantes no âmbito do desenvolvimento do currículo nacional, para cada um dos ciclos do ensino básico, o perfil de competências terminais deste nível de ensino, bem como os tipos de experiências educativas que devem ser proporcionadas a todos os alunos.

3 - As estratégias de desenvolvimento do currículo nacional, visando adequá-lo ao contexto de cada escola, são objecto de um projecto curricular de escola, concebido, aprovado e avaliado pelos respectivos órgãos de administração e gestão.

4 - As estratégias de concretização e desenvolvimento do currículo nacional e do projecto curricular de escola, visando adequá-los ao contexto de cada turma, são objecto de um projecto curricular de turma, concebido, aprovado e avaliado pelo professor titular de turma, em articulação com o conselho de docentes, ou pelo conselho de turma, consoante os ciclos.

Artigo 3.º

Princípios orientadores

A organização e a gestão do currículo subordinam-se aos seguintes princípios orientadores:

- a) Coerência e sequencialidade entre os três ciclos do ensino básico e articulação destes com o ensino secundário;
- b) Integração do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua o elemento regulador do ensino e da aprendizagem;
- c) Existência de áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, visando a realização de aprendizagens significativas e a formação integral dos alunos, através da articulação e da contextualização dos saberes;
- d) Integração, com carácter transversal, da educação para a cidadania em todas as áreas curriculares;
- e) Valorização das aprendizagens experimentais nas diferentes áreas e disciplinas, em particular, e com carácter obrigatório, no ensino das ciências, promovendo a integração das dimensões teórica e prática;
- f) Racionalização da carga horária lectiva semanal dos alunos;
- g) Reconhecimento da autonomia da escola no sentido da definição de um projecto de desenvolvimento do currículo adequado ao seu contexto e integrado no respectivo projecto educativo;
- h) Valorização da diversidade de metodologias e estratégias de ensino e actividades de aprendizagem, em particular com recurso a tecnologias de informação e comunicação, visando favorecer o desenvolvimento de competências numa perspectiva de formação ao longo da vida;
- i) Diversidade de ofertas educativas, tomando em consideração as necessidades dos alunos, por forma a assegurar que todos possam desenvolver as competências essenciais e estruturantes definidas para cada um dos ciclos e concluir a escolaridade obrigatória.

Artigo 4.º

Organização do ano escolar

1 - O ano escolar é entendido como o período compreendido entre o dia 1 de Setembro de cada ano e o dia 31 de Agosto do ano seguinte.

2 - O ano lectivo corresponde a um mínimo de 180 dias efectivos de actividades escolares.

3 - O calendário escolar anual é definido por despacho do Ministro da Educação, ouvidos os parceiros educativos.

CAPÍTULO II

Organização e gestão do currículo nacional

Artigo 5.º

Organização

1 - São aprovados os desenhos curriculares dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico constantes dos anexos I, II e III ao presente diploma e do qual fazem parte integrante.

2 - Os desenhos curriculares dos três ciclos do ensino básico integram áreas curriculares disciplinares e não disciplinares, bem como, nos 2.º e 3.º ciclos, a carga horária semanal de cada uma delas.

3 - Para efeito do número anterior, consideram-se as seguintes áreas curriculares não disciplinares:

a) Área de projecto, visando a concepção, realização e avaliação de projectos, através da articulação de saberes de diversas áreas curriculares, em torno de problemas ou temas de pesquisa ou de intervenção, de acordo com as necessidades e os interesses dos alunos;

b) Estudo acompanhado, visando a aquisição de competências que permitam a apropriação pelos alunos de métodos de estudo e de trabalho e proporcionem o desenvolvimento de atitudes e de capacidades que favoreçam uma cada vez maior autonomia na realização das aprendizagens;

c) Formação cívica, espaço privilegiado para o desenvolvimento da educação para a cidadania, visando o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos como elemento fundamental no processo de formação de cidadãos responsáveis, críticos, activos e intervenientes, com recurso, nomeadamente, ao intercâmbio de experiências vividas pelos alunos e à sua participação, individual e colectiva, na vida da turma, da escola e da comunidade.

4 - O desenvolvimento das áreas curriculares não disciplinares assume especificidades próprias, de acordo com as características de cada ciclo, sendo da responsabilidade do professor titular de turma, no caso do 1.º ciclo, e do conselho de turma, no caso dos 2.º e 3.º ciclos.

5 - As escolas, no âmbito da sua autonomia, devem desenvolver outros projectos e actividades que contribuam para a formação pessoal e social dos alunos, nas quais se inclui, nos termos da Constituição e da lei, a Educação Moral e Religiosa, de frequência facultativa.

6 - As orientações para as diversas áreas curriculares dos três ciclos do ensino básico, incluindo os conteúdos programáticos das áreas disciplinares, são homologadas por despacho do Ministro da Educação.

7 - No respeito pelos limites constantes dos desenhos curriculares a que se refere o n.º 1 do presente artigo, compete à escola, no desenvolvimento da sua autonomia e no âmbito do seu projecto curricular, definir as cargas horárias a atribuir às diversas componentes do currículo.

Artigo 6.º

Formações transdisciplinares

1 - A educação para a cidadania bem como a valorização da língua portuguesa e da dimensão humana do trabalho constituem formações transdisciplinares, no âmbito do ensino básico.

2 - Constitui ainda formação transdisciplinar de carácter instrumental a utilização das tecnologias de informação e comunicação, a qual deverá conduzir, no âmbito da escolaridade obrigatória, a uma certificação da aquisição das competências básicas neste domínio.

Artigo 7.º

Línguas estrangeiras

1 - As escolas do 1.º ciclo podem, de acordo com os recursos disponíveis, proporcionar a iniciação a uma língua estrangeira, com ênfase na sua expressão oral.

2 - A aprendizagem de uma língua estrangeira inicia-se obrigatoriamente no 2.º ciclo e prolonga-se no 3.º ciclo, de modo a proporcionar aos alunos o domínio da língua num crescendo de adequação e fluência.

3 - A aprendizagem de uma segunda língua estrangeira é obrigatória no 3.º ciclo.

Artigo 8.º

Língua portuguesa como segunda língua

As escolas devem proporcionar actividades curriculares específicas para a aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua aos alunos cuja língua materna não seja o português.

Artigo 9.º

Actividades de enriquecimento do currículo

As escolas, no desenvolvimento do seu projecto educativo, devem proporcionar aos alunos actividades de enriquecimento do currículo, de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica e cultural, incidindo, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia na educação.

Artigo 10.º

Educação especial

1 - Aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente é oferecida a modalidade de educação especial.

2 - Para efeitos do presente diploma, consideram-se alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente os alunos que apresentem incapacidade ou incapacidades que se reflectam numa ou mais áreas de realização de aprendizagens, resultantes de deficiências de ordem sensorial, motora ou mental, de perturbações da fala e da linguagem, de perturbações graves da personalidade ou do comportamento ou graves problemas de saúde.

3 - O disposto nos números anteriores é objecto de regulamentação própria.

Artigo 11.º

Diversificação das ofertas curriculares

1 - Visando assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e combater a exclusão, as escolas dispõem de dispositivos de organização e gestão do currículo, destinados especialmente a alunos que revelem insucesso escolar repetido ou problemas de integração na comunidade educativa, os quais, para além da formação escolar, podem conferir um certificado de qualificação profissional.

2 - Compete às escolas, no desenvolvimento da sua autonomia e no âmbito do seu projecto educativo, conceber, propor e gerir outras medidas específicas de diversificação da oferta curricular.

3 - As orientações relativas à diversificação das ofertas curriculares constam de despacho do Ministro da Educação ou de despacho conjunto dos Ministros da Educação e do Trabalho e da Solidariedade quando, para além da certificação escolar, confirmam um certificado de qualificação profissional.

CAPÍTULO III

Avaliação Artigo 12.º

Avaliação das aprendizagens

1 - A avaliação constitui um processo regulador das aprendizagens, orientador do percurso escolar e certificador das diversas aquisições realizadas pelo aluno ao longo do ensino básico.

2 - Na avaliação das aprendizagens dos alunos intervêm todos os professores envolvidos, assumindo particular responsabilidade neste processo o professor titular de turma, no 1.º ciclo, e os professores que integram o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos.

3 - A escola deve assegurar a participação dos alunos e dos pais e encarregados de educação no processo de avaliação das aprendizagens, em condições a estabelecer no respectivo regulamento interno.

4 - Podem, ainda, ter intervenção no processo de avaliação das aprendizagens dos alunos os serviços especializados de apoio educativo, os órgãos de administração e gestão da escola ou do agrupamento de escolas, bem como outras entidades, nomeadamente serviços centrais e regionais da administração da educação, de acordo com o disposto na lei e no regulamento interno da escola.

5 - No âmbito da sua autonomia, compete à escola, em articulação com os serviços centrais e regionais da administração da educação, desenvolver e divulgar instrumentos de informação para os alunos, pais e encarregados de educação e demais elementos da comunidade educativa.

6 - As medidas de desenvolvimento do disposto no presente diploma em matéria de avaliação das aprendizagens dos alunos são aprovadas por despacho do Ministro da Educação.

Artigo 13.º

Modalidades

1 - A avaliação das aprendizagens compreende as modalidades de avaliação diagnóstica, de avaliação formativa e de avaliação sumativa.

2 - A avaliação diagnóstica realiza-se no início de cada ano de escolaridade, devendo articular-se com estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional.

3 - A avaliação formativa assume carácter contínuo e sistemático, recorre a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, adequados à diversidade das aprendizagens e aos contextos em que ocorrem, tendo como uma das funções principais a regulação do ensino e da aprendizagem.

4 - A avaliação sumativa realiza-se no final de cada período lectivo, utiliza a informação recolhida no âmbito da avaliação formativa e traduz-se na formulação de um juízo globalizante sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos.

5 - No 1.º ciclo do ensino básico, a avaliação sumativa exprime-se de forma descritiva, incidindo sobre as diferentes áreas curriculares.

6 - Nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, a avaliação sumativa exprime-se numa escala de 1 a 5 nas áreas curriculares disciplinares, assumindo formas de expressão qualitativa nas áreas curriculares não disciplinares.

Artigo 14.º

Efeitos da avaliação

1 - A evolução do processo educativo dos alunos no ensino básico assume uma lógica de ciclo, progredindo ao ciclo imediato o aluno que tenha desenvolvido as competências a que se refere o n.º 2 do artigo 2.º do presente diploma.

2 - Em situações de não realização das aprendizagens definidas no projecto curricular de turma para um ano não terminal de ciclo que, fundamentadamente, comprometam o desenvolvimento das competências definidas para um ciclo de escolaridade, o professor titular de turma, no 1.º ciclo, ouvidos os competentes conselhos de docentes, ou o conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, poderá determinar a retenção do aluno no mesmo ano de escolaridade, excepto no caso do 1.º ano de escolaridade.

3 - Em situações de retenção, compete ao professor titular de turma, no 1.º ciclo, e ao conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos, identificar as aprendizagens não realizadas pelo aluno, as quais devem ser tomadas em consideração na elaboração do projecto curricular da turma em que o referido aluno venha a ser integrado no ano escolar subsequente.

Artigo 15.º

Conclusão e certificação do ensino básico

1 - Aos alunos que concluem com aproveitamento o ensino básico é passado o diploma do ensino básico pelo órgão de direcção executiva da respectiva escola.

2 - A requerimento dos interessados, podem, ainda, ser emitidas, pelo órgão de direcção executiva da escola, em qualquer momento do percurso escolar do aluno, certidões das habilitações adquiridas, as quais podem discriminar as disciplinas e áreas curriculares não disciplinares concluídas e respectivos resultados de avaliação.

Artigo 16.º

Avaliação do desenvolvimento do currículo nacional

O desenvolvimento do currículo nacional, bem como a aquisição pelos alunos das competências essenciais e estruturantes nos diversos ciclos do ensino básico, é objecto de avaliação, recorrendo a uma diversidade de técnicas e de instrumentos.

Artigo 17.º

Provas nacionais de aferição

1 - As provas nacionais de aferição constituem um dos instrumentos de avaliação do desenvolvimento do currículo nacional e destinam-se a fornecer informação relevante aos professores, às escolas e à administração educativa, não produzindo efeitos na progressão escolar dos alunos.

2 - O enquadramento do processo de realização das provas nacionais de aferição é objecto de despacho do Ministro da Educação, sendo a sua realização da responsabilidade de serviços centrais do Ministério da Educação.

CAPÍTULO IV

Disposições finais e transitórias

Artigo 18.º

Formação de professores

1 - Na organização dos cursos de formação inicial de professores do ensino básico são respeitados os princípios orientadores da organização e da gestão do currículo do ensino básico constantes do presente diploma, de acordo com os perfis de qualificação para a docência decorrentes do disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo.

2 - A organização de acções de formação contínua de professores deve tomar em consideração as necessidades reais de cada contexto escolar, nomeadamente através da utilização de modalidades de formação centradas na escola e nas práticas profissionais, e dar uma particular atenção às áreas curriculares não disciplinares.

3 - A organização de acções de formação especializada de professores deve dar uma particular atenção às áreas de desenvolvimento curricular, de supervisão pedagógica e de orientação educativa.

Artigo 19.º

Grupos de docência e distribuição de serviço

1 - Por portaria do Ministro da Educação são reorganizados os grupos de docência, por forma a corresponder aos princípios orientadores da organização e da gestão do currículo constantes do presente diploma.

2 - Até à publicação da portaria a que se refere o número anterior, a distribuição de serviço aos docentes em cada escola deve obedecer a uma lógica de gestão integrada de recursos humanos, no respeito pelos princípios orientadores da organização e da gestão do currículo constantes do presente diploma.

3 - A adequação da componente lectiva dos docentes à nova organização da carga horária dos alunos, de acordo com o previsto nos anexos II e III ao presente diploma, é definida por despacho do Ministro da Educação, no respeito pelo disposto no artigo 77.º do Estatuto da Carreira Docente, aprovado pelo Decreto-Lei 139-A/90, de 28 de Abril, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei 1/98, de 2 de Janeiro.

Artigo 20.º

Produção de efeitos

1 - O presente diploma produz efeitos no ano lectivo de 2001-2002 no que respeita a todos os anos de escolaridade dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico.

2 - O presente diploma produz efeitos a partir do ano lectivo de:

- a) 2002-2003 no que respeita ao 7.º ano de escolaridade;
- b) 2003-2004 no que respeita ao 8.º ano de escolaridade;
- c) 2004-2005 no que respeita ao 9.º ano de escolaridade.

3 - Os mecanismos de transição para os desenhos curriculares aprovados pelo presente diploma são definidos por despacho do Ministro da Educação.

Artigo 21.º

Norma revogatória

É revogado o Decreto-Lei 286/89, de 29 de Agosto, em tudo o que se refere ao ensino básico, de acordo com a calendarização definida no artigo anterior.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 2 de Novembro de 2000. - Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho - Guilherme d'Oliveira Martins - Joaquim Augusto Nunes Pina Moura - Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues - Augusto Ernesto Santos Silva - Alberto de Sousa Martins.

Promulgado em 6 de Janeiro de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 11 de Janeiro de 2001.

O Primeiro-Ministro, António Manuel de Oliveira Guterres.

ANEXO 1.º ciclo

(ver quadro no documento original) O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas, nomeadamente no ensino das ciências.

ANEXO II

2.º ciclo

(ver quadro no documento original) O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas ou disciplinas, nomeadamente no ensino das ciências.

ANEXO III

3.º ciclo

(ver quadro no documento original) O trabalho a desenvolver pelos alunos integrará, obrigatoriamente, actividades experimentais e actividades de pesquisa adequadas à natureza das diferentes áreas ou disciplinas, nomeadamente no ensino das ciências.

Anexo XVII - Decreto-lei n.º 75/2008, 22 de abril

Decreto-Lei 75/2008 de 22 de Abril

As escolas são estabelecimentos aos quais está confiada uma missão de serviço público, que consiste em dotar todos e cada um dos cidadãos das competências e conhecimentos que lhes permitam explorar plenamente as suas capacidades, integrar-se activamente na sociedade e dar um contributo para a vida económica, social e cultural do País. É para responder a essa missão em condições de qualidade e equidade, da forma mais eficaz e eficiente possível, que deve organizar-se a governação das escolas.

[...]

Para garantir condições de participação a todos os interessados, nenhum dos corpos ou grupos representados tem, por si mesmo, a maioria dos lugares. Nos termos do presente decreto-lei, uma vez observadas algumas regras elementares (todos os interessados devem estar representados e os corpos representativos dos profissionais que exercem a sua actividade na escola não podem, em conjunto, deter a maioria dos lugares no conselho), os estabelecimentos de ensino determinam a composição deste órgão.

[...]

Quanto à possibilidade de transferência de competências, o regime jurídico aprovado pelo presente decreto-lei mantém o princípio da contratualização da autonomia, estabelecendo os princípios fundamentais, mas flexibilizando e deixando para regulamentação posterior os procedimentos administrativos. A associação entre a transferência de competências e a avaliação externa da capacidade da escola para o seu exercício constitui um princípio fundamental. É a garantia da própria sustentabilidade da autonomia e do princípio da responsabilidade e da prestação de contas pelos recursos utilizados no serviço público, bem como de que este é efectivamente satisfeito em condições de equidade e qualidade.

Foram ouvidos o Conselho Nacional de Educação, o Conselho de Escolas, a Associação Nacional dos Municípios Portugueses, a Confederação Nacional das Associações de Pais, bem como as organizações sindicais representativas do pessoal docente.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pelo artigo 48.º e pela alínea d) do n.º 1 do artigo 62.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei 46/86, de 14 de Outubro, e alterada pelas Leis n.os 115/97, de 19 de Setembro, e 49/2005, de 30 de Agosto, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições gerais

SECÇÃO I

Objecto, âmbito e princípios

Artigo 1.º

Objecto

O presente decreto-lei aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário.

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

1 - O presente regime jurídico aplica-se aos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, regular e especializado.

2 - Para os efeitos do presente decreto-lei, consideram-se estabelecimentos públicos os agrupamentos de escolas e as escolas não agrupadas.

Artigo 3.º

Princípios gerais

1 - A autonomia, a administração e a gestão dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas orientam-se pelos princípios da igualdade, da participação e da transparência.

2 - A autonomia, a administração e a gestão dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas subordinam-se particularmente aos princípios e objectivos consagrados na Constituição e na Lei de Bases do Sistema Educativo, designadamente:

a) Integrar as escolas nas comunidades que servem e estabelecer a interligação do ensino e das actividades económicas, sociais, culturais e científicas;

b) Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos;

c) Assegurar a participação de todos os intervenientes no processo educativo, nomeadamente dos professores, dos alunos, das famílias, das autarquias e de entidades representativas das actividades e instituições económicas, sociais, culturais e científicas, tendo em conta as características específicas dos vários níveis e tipologias de educação e de ensino;

d) Assegurar o pleno respeito pelas regras da democraticidade e representatividade dos órgãos de administração e gestão da escola, garantida pela eleição democrática de representantes da comunidade educativa.

3 - A autonomia, a administração e a gestão dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas funcionam sob o princípio da responsabilidade e da prestação de contas do Estado assim como de todos os demais agentes ou intervenientes.

Artigo 4.º

Princípios orientadores e objectivos

1 - No quadro dos princípios e objectivos referidos no artigo anterior, a autonomia, a administração e a gestão dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas organizam-se no sentido de:

- a) Promover o sucesso e prevenir o abandono escolar dos alunos e desenvolver a qualidade do serviço público de educação, em geral, e das aprendizagens e dos resultados escolares, em particular;
- b) Promover a equidade social, criando condições para a concretização da igualdade de oportunidades para todos;
- c) Assegurar as melhores condições de estudo e de trabalho, de realização e de desenvolvimento pessoal e profissional;
- d) Cumprir e fazer cumprir os direitos e os deveres constantes das leis, normas ou regulamentos e manter a disciplina;
- e) Observar o primado dos critérios de natureza pedagógica sobre os critérios de natureza administrativa nos limites de uma gestão eficiente dos recursos disponíveis para o desenvolvimento da sua missão;
- f) Assegurar a estabilidade e a transparência da gestão e administração escolar, designadamente através dos adequados meios de comunicação e informação;
- g) Proporcionar condições para a participação dos membros da comunidade educativa e promover a sua iniciativa.

2 - No respeito pelos princípios e objectivos enunciados e das regras estabelecidas no presente decreto-lei, admite-se a diversidade de soluções organizativas a adoptar pelos agrupamentos de escolas e pelas escolas não agrupadas no exercício da sua autonomia organizacional, em particular no que concerne à organização pedagógica.

Artigo 5.º

Princípios gerais de ética

No exercício das suas funções, os titulares dos cargos previstos no presente decreto-lei estão exclusivamente ao serviço do interesse público, devendo observar no exercício das suas funções os valores fundamentais e princípios da actividade administrativa consagrados na Constituição e na lei, designadamente os da legalidade, justiça e imparcialidade, competência, responsabilidade, proporcionalidade, transparência e boa fé.

SECÇÃO II

Organização

Artigo 6.º

Agrupamento de escolas

1 - O agrupamento de escolas é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por estabelecimentos de educação pré-escolar e escolas de um ou mais níveis e ciclos de ensino, com vista à realização das finalidades seguintes:

- a) Proporcionar um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos numa dada área geográfica e favorecer a transição adequada entre níveis e ciclos de ensino;
 - b) Superar situações de isolamento de escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar e prevenir a exclusão social e escolar;
 - c) Reforçar a capacidade pedagógica das escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar que o integram e realizar a gestão racional dos recursos;
 - d) Garantir o funcionamento de um regime de autonomia, administração e gestão, nos termos do presente decreto-lei.
- 2 - A constituição de agrupamentos de escolas obedece, designadamente, aos seguintes critérios:
- a) Construção de percursos escolares integrados;
 - b) Articulação curricular entre níveis e ciclos educativos;
 - c) Proximidade geográfica;
 - d) Necessidades de ordenamento da rede dos ensinos básico e secundário e da educação pré-escolar.

3 - Cada uma das escolas ou estabelecimentos de educação pré-escolar que integra o agrupamento mantém a sua identidade e denominação próprias, recebendo o agrupamento uma designação que o identifique, nos termos da legislação em vigor.

4 - O agrupamento integra escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar de um mesmo concelho, salvo em casos devidamente justificados e mediante parecer favorável das câmaras municipais envolvidas.

5 - No processo de constituição de um agrupamento de escolas deve garantir-se que nenhuma escola ou estabelecimento de educação pré-escolar fique em condições de isolamento que dificultem uma prática pedagógica de qualidade.

6 - Observados os princípios consagrados nos números anteriores, os requisitos necessários para a constituição de agrupamentos de escolas são os definidos em diploma próprio.

Artigo 7.º

Agregação de agrupamentos

Para fins específicos, designadamente para efeitos da organização da gestão do currículo e de programas, da avaliação da aprendizagem, da orientação e acompanhamento dos alunos, da avaliação, formação e desenvolvimento profissional do pessoal docente, pode a administração educativa, por sua iniciativa ou sob proposta dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, constituir unidades administrativas de maior dimensão por agregação de agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

CAPÍTULO II

Regime de autonomia

Artigo 8.º Autonomia

1 - A autonomia é a faculdade reconhecida ao agrupamento de escolas ou à escola não agrupada pela lei e pela administração educativa de tomar decisões nos domínios da organização pedagógica, da organização curricular, da

gestão dos recursos humanos, da acção social escolar e da gestão estratégica, patrimonial, administrativa e financeira, no quadro das funções, competências e recursos que lhe estão atribuídos.

2 - A extensão da autonomia depende da dimensão e da capacidade do agrupamento de escolas ou escola não agrupada e o seu exercício supõe a prestação de contas, designadamente através dos procedimentos de auto-avaliação e de avaliação externa.

3 - A transferência de competências da administração educativa para as escolas observa os princípios do gradualismo e da sustentabilidade.

Artigo 9.º

Instrumentos de autonomia

1 - O projecto educativo, o regulamento interno, os planos anual e plurianual de actividades e o orçamento constituem instrumentos do exercício da autonomia de todos os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, sendo entendidos para os efeitos do presente decreto-lei como:

a) «Projecto educativo» o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa;

b) «Regulamento interno» o documento que define o regime de funcionamento do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, de cada um dos seus órgãos de administração e gestão, das estruturas de orientação e dos serviços administrativos, técnicos e técnico-pedagógicos, bem como os direitos e os deveres dos membros da comunidade escolar;

c) «Planos anual e plurianual de actividades» os documentos de planeamento, que definem, em função do projecto educativo, os objectivos, as formas de organização e de programação das actividades e que procedem à identificação dos recursos necessários à sua execução;

d) «Orçamento» o documento em que se prevêem, de forma discriminada, as receitas a obter e as despesas a realizar pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

2 - São ainda instrumentos de autonomia dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas, para efeitos da respectiva prestação de contas, o relatório anual de actividades, a conta de gerência e o relatório de auto-avaliação, sendo entendidos para os efeitos do presente decreto-lei como:

a) «Relatório anual de actividades» o documento que relaciona as actividades efectivamente realizadas pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada e identifica os recursos utilizados nessa realização;

b) «Conta de gerência» o documento que relaciona as receitas obtidas e despesas realizadas pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada;

c) «Relatório de auto-avaliação» o documento que procede à identificação do grau de concretização dos objectivos fixados no projecto educativo, à avaliação das actividades realizadas pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada e da sua organização e gestão, designadamente no que diz respeito aos resultados escolares e à prestação do serviço educativo.

3 - O contrato de autonomia constitui o instrumento de desenvolvimento e aprofundamento da autonomia dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

4 - O contrato de autonomia é celebrado na sequência de procedimentos de auto-avaliação e avaliação externa, observados os termos do capítulo vii do presente decreto-lei.

CAPÍTULO III

Regime de administração e gestão

Artigo 10.º

Administração e gestão

1 - A administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas é assegurada por órgãos próprios, aos quais cabe cumprir e fazer cumprir os princípios e objectivos referidos nos artigos 3.º e 4.º do presente decreto-lei.

2 - São órgãos de direcção, administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas os seguintes:

a) O conselho geral;

b) O director;

c) O conselho pedagógico;

d) O conselho administrativo.

SECÇÃO I

Órgãos

SUBSECÇÃO I

Conselho geral

Artigo 11.º Conselho geral

1 - O conselho geral é o órgão de direcção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da actividade da escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 48.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

2 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a articulação com o município faz-se ainda através das câmaras municipais no respeito pelas competências dos conselhos municipais de educação, estabelecidos pelo Decreto-Lei 7/2003, de 15 de Janeiro.

Artigo 12.º

Composição

- 1 - O número de elementos que compõem o conselho geral é estabelecido por cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada, nos termos do respectivo regulamento interno, devendo ser um número ímpar não superior a 21.
- 2 - Na composição do conselho geral tem de estar salvaguardada a participação de representantes do pessoal docente e não docente, dos pais e encarregados de educação, dos alunos, do município e da comunidade local.
- 3 - O número de representantes do pessoal docente e não docente, no seu conjunto, não pode ser superior a 50 % da totalidade dos membros do conselho geral.
- 4 - A participação dos alunos circunscreve-se ao ensino secundário, sem prejuízo da possibilidade de participação dos estudantes que frequentem o ensino básico recorrente.
- 5 - Nos agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas onde não haja lugar à representação dos alunos, nos termos do número anterior, o regulamento interno pode prever a participação de representantes dos alunos, sem direito a voto, nomeadamente através das respectivas associações de estudantes.
- 6 - Além de representantes dos municípios, o conselho geral integra representantes da comunidade local, designadamente de instituições, organizações e actividades de carácter económico, social, cultural e científico.
- 7 - O director participa nas reuniões do conselho geral, sem direito a voto.

Artigo 13.º

Competências

- 1 - Sem prejuízo das competências que lhe sejam cometidas por lei ou regulamento interno, ao conselho geral compete:
 - a) Eleger o respectivo presidente, de entre os seus membros, à excepção dos representantes dos alunos;
 - b) Eleger o director, nos termos dos artigos 21.º a 23.º do presente decreto-lei;
 - c) Aprovar o projecto educativo e acompanhar e avaliar a sua execução;
 - d) Aprovar o regulamento interno do agrupamento de escolas ou escola não agrupada;
 - e) Aprovar os planos anual e plurianual de actividades;
 - f) Apreciar os relatórios periódicos e aprovar o relatório final de execução do plano anual de actividades;
 - g) Aprovar as propostas de contratos de autonomia;
 - h) Definir as linhas orientadoras para a elaboração do orçamento;
 - i) Definir as linhas orientadoras do planeamento e execução, pelo director, das actividades no domínio da acção social escolar;
 - j) Aprovar o relatório de contas de gerência;
 - l) Apreciar os resultados do processo de auto-avaliação;
 - m) Pronunciar-se sobre os critérios de organização dos horários;
 - n) Acompanhar a acção dos demais órgãos de administração e gestão;
 - o) Promover o relacionamento com a comunidade educativa;
 - p) Definir os critérios para a participação da escola em actividades pedagógicas, científicas, culturais e desportivas.
- 2 - O presidente é eleito por maioria absoluta dos votos dos membros do conselho geral em efectividade de funções.
- 3 - No desempenho das suas competências, o conselho geral tem a faculdade de requerer aos restantes órgãos as informações necessárias para realizar eficazmente o acompanhamento e a avaliação do funcionamento do agrupamento de escolas ou escola não agrupada e de lhes dirigir recomendações, com vista ao desenvolvimento do projecto educativo e ao cumprimento do plano anual de actividades.
- 4 - O conselho geral pode constituir no seu seio uma comissão permanente, na qual pode delegar as competências de acompanhamento da actividade do agrupamento de escolas ou escola não agrupada entre as suas reuniões ordinárias.
- 5 - A comissão permanente constitui-se como uma fracção do conselho geral, respeitada a proporcionalidade dos corpos que nele têm representação.

Artigo 14.º

Designação de representantes

- 1 - Os representantes dos alunos, do pessoal docente e do pessoal não docente no conselho geral são eleitos separadamente pelos respectivos corpos.
- 2 - Os representantes dos pais e encarregados de educação são eleitos em assembleia geral de pais e encarregados de educação do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, sob proposta das respectivas organizações representativas, e, na falta das mesmas, nos termos a definir no regulamento interno.
- 3 - Os representantes do município são designados pela câmara municipal, podendo esta delegar tal competência nas juntas de freguesia.
- 4 - Os representantes da comunidade local, quando se trate de individualidades ou representantes de actividades de carácter económico, social, cultural e científico, são cooptados pelos demais membros nos termos do regulamento interno.
- 5 - Os representantes da comunidade local, quando se trate de representantes de instituições ou organizações são indicados pelas mesmas nos termos do regulamento interno.

Artigo 15.º

Eleições

- 1 - Os representantes referidos no n.º 1 do artigo anterior candidatam-se à eleição, apresentando-se em listas separadas.
- 2 - As listas devem conter a indicação dos candidatos a membros efectivos, em número igual ao dos respectivos representantes no conselho geral, bem como dos candidatos a membros suplentes.

3 - As listas do pessoal docente devem assegurar, em termos a definir no regulamento interno, a representação adequada dos diferentes níveis e ciclos de ensino assim como da categoria dos professores titulares.

4 - A conversão dos votos em mandatos faz-se de acordo com o método de representação proporcional da média mais alta de Hondt.

Artigo 16.º

Mandato

1 - O mandato dos membros do conselho geral tem a duração de quatro anos, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.

2 - Salvo quando o regulamento interno fixar diversamente e dentro do limite referido no número anterior, o mandato dos representantes dos pais e encarregados de educação e dos alunos tem a duração de dois anos escolares.

3 - Os membros do conselho geral são substituídos no exercício do cargo se entretanto perderem a qualidade que determinou a respectiva eleição ou designação.

4 - As vagas resultantes da cessação do mandato dos membros eleitos são preenchidas pelo primeiro candidato não eleito, segundo a respectiva ordem de precedência, na lista a que pertencia o titular do mandato, com respeito pelo disposto no n.º 4 do artigo anterior.

Artigo 17.º

Reunião do conselho geral

1 - O conselho geral reúne ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que convocado pelo respectivo presidente, por sua iniciativa, a requerimento de um terço dos seus membros em efectividade de funções ou por solicitação do director.

2 - As reuniões do conselho geral devem ser marcadas em horário que permita a participação de todos os seus membros.

SUBSECÇÃO II

Director

Artigo 18.º

Director

O director é o órgão de administração e gestão do agrupamento de escolas ou escola não agrupada nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial.

Artigo 19.º

Subdirector e adjuntos do director

1 - O director é coadjuvado no exercício das suas funções por um subdirector e por um a três adjuntos.

2 - O número de adjuntos do director é fixado em função da dimensão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas e da complexidade e diversidade da sua oferta educativa, nomeadamente dos níveis e ciclos de ensino e das tipologias de cursos que lecciona.

3 - Os critérios de fixação do número de adjuntos do director são estabelecidos por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

Artigo 20.º

Competências

1 - Compete ao director submeter à aprovação do conselho geral o projecto educativo elaborado pelo conselho pedagógico.

2 - Ouvido o conselho pedagógico, compete também ao director:

a) Elaborar e submeter à aprovação do conselho geral:

i) As alterações ao regulamento interno;

ii) Os planos anual e plurianual de actividades;

iii) O relatório anual de actividades;

iv) As propostas de celebração de contratos de autonomia;

b) Aprovar o plano de formação e de actualização do pessoal docente e não docente, ouvido também, no último caso, o município.

3 - No acto de apresentação ao conselho geral, o director faz acompanhar os documentos referidos na alínea a) do número anterior dos pareceres do conselho pedagógico.

4 - Sem prejuízo das competências que lhe sejam cometidas por lei ou regulamento interno, no plano da gestão pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, compete ao director, em especial:

a) Definir o regime de funcionamento do agrupamento de escolas ou escola não agrupada;

b) Elaborar o projecto de orçamento, em conformidade com as linhas orientadoras definidas pelo conselho geral;

c) Superintender na constituição de turmas e na elaboração de horários;

d) Distribuir o serviço docente e não docente;

e) Designar os coordenadores de escola ou estabelecimento de educação pré-escolar;

f) Designar os coordenadores dos departamentos curriculares e os directores de turma;

g) Planear e assegurar a execução das actividades no domínio da acção social escolar, em conformidade com as linhas orientadoras definidas pelo conselho geral;

h) Gerir as instalações, espaços e equipamentos, bem como os outros recursos educativos;

i) Estabelecer protocolos e celebrar acordos de cooperação ou de associação com outras escolas e instituições de formação, autarquias e colectividades, em conformidade com os critérios definidos pelo conselho geral nos termos da alínea p) do n.º 1 do artigo 13.º;

- j) Proceder à selecção e recrutamento do pessoal docente, nos termos dos regimes legais aplicáveis;
- l) Dirigir superiormente os serviços administrativos, técnicos e técnico-pedagógicos.

5 - Compete ainda ao director:

- a) Representar a escola;
- c) Exercer o poder hierárquico em relação ao pessoal docente e não docente;
- d) Exercer o poder disciplinar em relação aos alunos;
- e) Intervir nos termos da lei no processo de avaliação de desempenho do pessoal docente;
- f) Proceder à avaliação de desempenho do pessoal não docente.

6 - O director exerce ainda as competências que lhe forem delegadas pela administração educativa e pela câmara municipal.

7 - O director pode delegar e subdelegar no subdirector e nos adjuntos as competências referidas nos números anteriores.

8 - Nas suas faltas e impedimentos, o director é substituído pelo subdirector.

Artigo 21.º

Recrutamento

1 - O director é eleito pelo conselho geral.

2 - Para recrutamento do director, desenvolve-se um procedimento concursal, prévio à eleição, nos termos do artigo seguinte.

3 - Podem ser opositores ao procedimento concursal referido no número anterior docentes dos quadros de nomeação definitiva do ensino público ou professores profissionalizados com contrato por tempo indeterminado do ensino particular e cooperativo, em ambos os casos com, pelo menos, cinco anos de serviço e qualificação para o exercício de funções de administração e gestão escolar, nos termos do número seguinte.

4 - Consideram-se qualificados para o exercício de funções de administração e gestão escolar os docentes que preencham uma das seguintes condições:

- a) Sejam detentores de habilitação específica para o efeito, nos termos das alíneas b) e c) do n.º 1 do artigo 56.º do Estatuto da Carreira Docente dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário;
- b) Possuam experiência correspondente a, pelo menos, um mandato completo no exercício dos cargos de director ou adjunto do director, presidente ou vice-presidente do conselho executivo; director executivo ou adjunto do director executivo; ou membro do conselho directivo, nos termos dos regimes previstos respectivamente no presente decreto-lei ou no Decreto-Lei 115-A/98, de 4 de Maio, alterado, por apreciação parlamentar, pela Lei 24/99, de 22 de Abril, no Decreto-Lei 172/91, de 10 de Maio, e no Decreto-Lei 769-A/76, de 23 de Outubro;
- c) Possuam experiência de, pelo menos, três anos como director ou director pedagógico de estabelecimento do ensino particular e cooperativo.

5 - O subdirector e os adjuntos são nomeados pelo director de entre docentes dos quadros de nomeação definitiva que contem pelo menos cinco anos de serviço e se encontrem em exercício de funções no agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

Artigo 22.º

Procedimento concursal

1 - O procedimento concursal referido no artigo anterior observa regras próprias a aprovar por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação, no respeito pelas disposições constantes dos números seguintes.

2 - O procedimento concursal é aberto em cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada, por aviso publicitado do seguinte modo:

- a) Em local apropriado das instalações de cada agrupamento de escolas ou escola não agrupada;
 - b) Na página electrónica do agrupamento de escolas ou escola não agrupada e na da direcção regional de educação respectiva;
 - c) Por aviso publicado na 2.ª série do Diário da República e divulgado em órgão de imprensa de expansão nacional através de anúncio que contenha referência ao Diário da República em que o referido aviso se encontra publicado.
- 3 - No acto de apresentação da sua candidatura os candidatos fazem entrega do seu curriculum vitae, e de um projecto de intervenção na escola.
- 4 - Com o objectivo de proceder à apreciação das candidaturas, o conselho geral incumbe a sua comissão permanente ou uma comissão especialmente designada para o efeito de elaborar um relatório de avaliação.
- 5 - Para efeitos da avaliação das candidaturas, a comissão referida no número anterior considera obrigatoriamente:
- a) A análise do curriculum vitae de cada candidato, designadamente para efeitos de apreciação da sua relevância para o exercício das funções de director e do seu mérito;
 - b) A análise do projecto de intervenção na escola;
 - c) O resultado de entrevista individual realizada com o candidato.

Artigo 23.º

Eleição

1 - O conselho geral procede à discussão e apreciação do relatório referido no artigo anterior, podendo na sequência dessa apreciação decidir proceder à audição dos candidatos.

2 - Após a discussão e apreciação do relatório e a eventual audição dos candidatos, o conselho geral procede à eleição do director, considerando-se eleito o candidato que obtenha maioria absoluta dos votos dos membros do conselho geral em efectividade de funções.

3 - No caso de nenhum candidato sair vencedor, nos termos do número anterior, o conselho geral reúne novamente, no prazo máximo de cinco dias úteis, para proceder a novo escrutínio, ao qual são apenas admitidos os dois candidatos mais votados na primeira eleição e sendo considerado eleito aquele que obtiver maior número de votos, desde que respeitado o quórum legal e regulamentarmente exigido para que o conselho geral possa deliberar.

4 - O resultado da eleição do director é homologado pelo director regional de educação respectivo nos 10 dias úteis posteriores à sua comunicação pelo presidente do conselho geral, considerando-se após esse prazo tacitamente homologado.

5 - A recusa de homologação apenas pode fundamentar-se na violação da lei ou dos regulamentos, designadamente do procedimento eleitoral.

Artigo 24.º

Posse

1 - O director toma posse perante o conselho geral nos 30 dias subsequentes à homologação dos resultados eleitorais pelo director regional de educação.

2 - O director designa o subdirector e os seus adjuntos no prazo máximo de 30 dias após a sua tomada de posse.

3 - O subdirector e os adjuntos do director tomam posse nos 30 dias subsequentes à sua designação pelo director.

Artigo 25.º

Mandato

[...]

Artigo 26.º

Regime de exercício de funções

[...]

Artigo 27.º

Direitos do director

1 - O director goza, independentemente do seu vínculo de origem, dos direitos gerais reconhecidos aos docentes do agrupamento de escolas ou escola não agrupada em que exerça funções.

2 - O director conserva o direito ao lugar de origem e ao regime de segurança social por que está abrangido, não podendo ser prejudicado na sua carreira profissional por causa do exercício das suas funções, relevando para todos os efeitos no lugar de origem o tempo de serviço prestado naquele cargo.

Artigo 28.º

Direitos específicos

1 - O director, o subdirector e os adjuntos gozam do direito à formação específica para as suas funções em termos a regulamentar por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.

2 - O director, o subdirector e os adjuntos mantêm o direito à remuneração base correspondente à categoria de origem, sendo-lhes abonado um suplemento remuneratório pelo exercício de função, a estabelecer nos termos do artigo 54.º

Artigo 29.º

Deveres específicos

Para além dos deveres gerais dos funcionários e agentes da Administração Pública aplicáveis ao pessoal docente, o director e os adjuntos estão sujeitos aos seguintes deveres específicos:

a) Cumprir e fazer cumprir as orientações da administração educativa;

b) Manter permanentemente informada a administração educativa, através da via hierárquica competente, sobre todas as questões relevantes referentes aos serviços;

c) Assegurar a conformidade dos actos praticados pelo pessoal com o estatuído na lei e com os legítimos interesses da comunidade educativa.

Artigo 30.º

Assessoria da direcção

1 - Para apoio à actividade do director e mediante proposta deste, o conselho geral pode autorizar a constituição de assessorias técnico-pedagógicas, para as quais são designados docentes em exercício de funções no agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

2 - Os critérios para a constituição e dotação das assessorias referidas no número anterior são definidos por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, em função da população escolar e do tipo e regime de funcionamento do agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

SUBSECÇÃO III

Conselho pedagógico

Artigo 31.º

Conselho pedagógico

O conselho pedagógico é o órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, nomeadamente nos domínios pedagógico-didáctico, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente.

Artigo 32.º

Composição

1 - A composição do conselho pedagógico é estabelecida pelo agrupamento de escolas ou escola não agrupada nos termos do respectivo regulamento interno, não podendo ultrapassar o máximo de 15 membros e observando os seguintes princípios:

- a) Participação dos coordenadores dos departamentos curriculares;
- b) Participação das demais estruturas de coordenação e supervisão pedagógica e de orientação educativa, assegurando uma representação pluridisciplinar e das diferentes ofertas formativas;
- c) Representação dos pais e encarregados de educação e dos alunos, estes últimos apenas no caso do ensino secundário, nos termos do n.º 2 do artigo 34.º 2 - Os agrupamentos de escolas e as escolas não agrupadas podem ainda definir, nos termos do respectivo regulamento interno, as formas de participação dos serviços técnico-pedagógicos.

3 - O director é, por inerência, presidente do conselho pedagógico.

4 - Os representantes dos pais e encarregados de educação são designados pelas respectivas associações e, quando estas não existam, nos termos a fixar pelo regulamento interno.

5 - Os representantes dos alunos, nos termos da alínea c) do n.º 1, são eleitos anualmente pela assembleia de delegados de turma de entre os seus membros.

6 - Os representantes do pessoal docente e não docente, dos pais e encarregados de educação e dos alunos no conselho geral não podem ser membros do conselho pedagógico.

Artigo 33.º

Competências

Sem prejuízo das competências que lhe sejam cometidas por lei ou regulamento interno, ao conselho pedagógico compete:

- a) Elaborar a proposta de projecto educativo a submeter pelo director ao conselho geral;
- b) Apresentar propostas para a elaboração do regulamento interno e dos planos anual e plurianual de actividade e emitir parecer sobre os respectivos projectos;
- c) Emitir parecer sobre as propostas de celebração de contratos de autonomia;
- d) Apresentar propostas e emitir parecer sobre a elaboração do plano de formação e de actualização do pessoal docente e não docente;
- e) Definir critérios gerais nos domínios da informação e da orientação escolar e vocacional, do acompanhamento pedagógico e da avaliação dos alunos;
- f) Propor aos órgãos competentes a criação de áreas disciplinares ou disciplinas de conteúdo regional e local, bem como as respectivas estruturas programáticas;
- g) Definir princípios gerais nos domínios da articulação e diversificação curricular, dos apoios e complementos educativos e das modalidades especiais de educação escolar;
- h) Adoptar os manuais escolares, ouvidos os departamentos curriculares;
- i) Propor o desenvolvimento de experiências de inovação pedagógica e de formação, no âmbito do agrupamento de escolas ou escola não agrupada e em articulação com instituições ou estabelecimentos do ensino superior vocacionados para a formação e a investigação;
- j) Promover e apoiar iniciativas de natureza formativa e cultural;
- l) Definir os critérios gerais a que deve obedecer a elaboração dos horários;
- m) Definir os requisitos para a contratação de pessoal docente e não docente, de acordo com o disposto na legislação aplicável;
- n) Proceder ao acompanhamento e avaliação da execução das suas deliberações e recomendações.

Artigo 34.º

Funcionamento

1 - O conselho pedagógico reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que seja convocado pelo respectivo presidente, por sua iniciativa, a requerimento de um terço dos seus membros em efectividade de funções ou sempre que um pedido de parecer do conselho geral ou do director o justifique.

2 - A representação dos pais e encarregados de educação e dos alunos no conselho pedagógico faz-se no âmbito de uma comissão especializada que participa no exercício das competências previstas nas alíneas a), b), e), f), j) e l) do artigo anterior.

SUBSECÇÃO IV

Garantia do serviço público

Artigo 35.º

Dissolução dos órgãos

1 - A todo o momento, por despacho fundamentado do membro do Governo responsável pela área da educação, na sequência de processo de avaliação externa ou de acção inspectiva que comprovem prejuízo manifesto para o serviço público ou manifesta degradação ou perturbação da gestão do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, podem ser dissolvidos os respectivos órgãos de direcção, administração e gestão.

2 - No caso previsto no número anterior, o despacho do membro do Governo responsável pela área da educação que determine a dissolução dos órgãos de direcção, administração e gestão designa uma comissão administrativa encarregada da gestão do agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

3 - A comissão administrativa referida no número anterior é ainda encarregada de organizar novo procedimento para a constituição do conselho geral, cessando o seu mandato com a eleição do director, a realizar no prazo máximo de 18 meses a contar da sua nomeação.

SECÇÃO II

Conselho administrativo

Artigo 36.º

Conselho administrativo

O conselho administrativo é o órgão deliberativo em matéria administrativo-financeira do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 37.º

Composição

O conselho administrativo tem a seguinte composição:

- a) O director, que preside;
- b) O subdirector ou um dos adjuntos do director, por ele designado para o efeito;
- c) O chefe dos serviços de administração escolar, ou quem o substitua.

Artigo 38.º

Competências

Sem prejuízo das competências que lhe sejam cometidas por lei ou regulamento interno, compete ao conselho administrativo:

- a) Aprovar o projecto de orçamento anual, em conformidade com as linhas orientadoras definidas pelo conselho geral;
- b) Elaborar o relatório de contas de gerência;
- c) Autorizar a realização de despesas e o respectivo pagamento, fiscalizar a cobrança de receitas e verificar a legalidade da gestão financeira;
- d) Zelar pela actualização do cadastro patrimonial.

Artigo 39.º

Funcionamento

O conselho administrativo reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que o presidente o convoque, por sua iniciativa ou a requerimento de qualquer dos restantes membros.

SECÇÃO III

Coordenação de escola ou de estabelecimento de educação pré-escolar

Artigo 40.º

Coordenador

- 1 - A coordenação de cada estabelecimento de educação pré-escolar ou de escola integrada num agrupamento é assegurada por um coordenador.
- 2 - Nas escolas em que funcione a sede do agrupamento, bem como nos que tenham menos de três docentes em exercício efectivo de funções, não há lugar à designação de coordenador.
- 3 - O coordenador é designado pelo director, de entre os professores em exercício efectivo de funções na escola ou no estabelecimento de educação pré-escolar e, sempre que possível, entre professores titulares.
- 4 - O mandato do coordenador de estabelecimento tem a duração de quatro anos e cessa com o mandato do director.
- 5 - O coordenador de estabelecimento pode ser exonerado a todo o tempo por despacho fundamentado do director.

Artigo 41.º

Competências

Compete ao coordenador de escola ou estabelecimento de educação pré-escolar:

- a) Coordenar as actividades educativas, em articulação com o director;
- b) Cumprir e fazer cumprir as decisões do director e exercer as competências que por esta lhe forem delegadas;
- c) Transmitir as informações relativas a pessoal docente e não docente e aos alunos;
- d) Promover e incentivar a participação dos pais e encarregados de educação, dos interesses locais e da autarquia nas actividades educativas.

CAPÍTULO IV

Organização pedagógica

SECÇÃO I

Estruturas de coordenação e supervisão

Artigo 42.º

Estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica

- 1 - Com vista ao desenvolvimento do projecto educativo, são fixadas no regulamento interno as estruturas que colaboram com o conselho pedagógico e com o director, no sentido de assegurar a coordenação, supervisão e acompanhamento das actividades escolares, promover o trabalho colaborativo e realizar a avaliação de desempenho do pessoal docente.
- 2 - A constituição de estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica visa, nomeadamente:
 - a) A articulação e gestão curricular na aplicação do currículo nacional e dos programas e orientações curriculares e programáticas definidos a nível nacional, bem como o desenvolvimento de componentes curriculares por iniciativa do agrupamento de escolas ou escola não agrupada;
 - b) A organização, o acompanhamento e a avaliação das actividades de turma ou grupo de alunos;
 - c) A coordenação pedagógica de cada ano, ciclo ou curso;
 - d) A avaliação de desempenho do pessoal docente.

Artigo 43.º

Articulação e gestão curricular

- 1 - A articulação e gestão curricular devem promover a cooperação entre os docentes do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, procurando adequar o currículo às necessidades específicas dos alunos.
- 2 - A articulação e gestão curricular são asseguradas por departamentos curriculares nos quais se encontram representados os grupos de recrutamento e áreas disciplinares, de acordo com os cursos leccionados e o número de docentes.
- 3 - O número de departamentos curriculares de cada agrupamento não pode exceder quatro nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, podendo atingir seis caso os agrupamentos integrem também a educação pré-escolar e o 1.º ciclo do ensino básico.

- 4 - Os departamentos curriculares são coordenados por professores titulares, designados pelo director.
- 5 - O mandato dos coordenadores dos departamentos curriculares tem a duração de quatro anos e cessa com o mandato do director.
- 6 - Os coordenadores dos departamentos curriculares podem ser exonerados a todo o tempo por despacho fundamentado do director.

Artigo 44.º

Organização das actividades de turma

- 1 - Em cada escola, a organização, o acompanhamento e a avaliação das actividades a desenvolver com os alunos e a articulação entre a escola e as famílias é assegurada:
 - a) Pelos educadores de infância, na educação pré-escolar;
 - b) Pelos professores titulares das turmas, no 1.º ciclo do ensino básico;
 - c) Pelo conselho de turma, nos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e no ensino secundário, com a seguinte constituição:
 - i) Os professores da turma;
 - ii) Dois representantes dos pais e encarregados de educação;
 - iii) Um representante dos alunos, no caso do 3.º ciclo do ensino básico e no ensino secundário.
- 2 - Para coordenar o trabalho do conselho de turma, o director designa um director de turma de entre os professores da mesma, sempre que possível pertencente ao quadro do respectivo agrupamento de escolas ou escola não agrupada.
- 3 - Nas reuniões do conselho de turma em que seja discutida a avaliação individual dos alunos apenas participam os membros docentes.
- 4 - No desenvolvimento da sua autonomia, o agrupamento de escolas ou escola não agrupada pode ainda designar professores tutores para acompanhamento em particular do processo educativo de um grupo de alunos.

Artigo 45.º

Outras estruturas de coordenação

- 1 - No âmbito da sua autonomia e nos termos dos seus regulamentos internos, os agrupamentos de escolas e as escolas não agrupadas estabelecem as demais estruturas de coordenação e supervisão pedagógica, bem como as formas da sua representação no conselho pedagógico.
- 2 - A coordenação das estruturas referidas no número anterior é assegurada, sempre que possível, por professores titulares a designar nos termos do regulamento interno.
- 3 - Os regulamentos internos estabelecem as formas de participação e representação do pessoal docente e dos serviços técnico-pedagógicos nas estruturas de coordenação e supervisão pedagógica.

SECÇÃO II

Serviços

Artigo 46.º

Serviços administrativos, técnicos e técnico-pedagógicos

- 1 - Os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas dispõem de serviços administrativos, técnicos e técnico-pedagógicos que funcionam na dependência do director.
- 2 - Os serviços administrativos são chefiados por um chefe de serviços de administração escolar nos termos da legislação aplicável.
- 3 - Os serviços técnicos podem compreender as áreas de administração económica e financeira, gestão de edifícios, instalações e equipamentos e apoio jurídico.
- 4 - Os serviços técnico-pedagógicos podem compreender as áreas de apoio sócio-educativo, orientação vocacional e biblioteca.
- 5 - Os serviços técnicos e técnico-pedagógicos referidos nos números anteriores são assegurados por pessoal técnico especializado ou por pessoal docente, sendo a sua organização e funcionamento estabelecida no regulamento interno, no respeito das orientações a fixar por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação.
- 6 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, as áreas que integram os serviços técnicos e técnico-pedagógicos e a respectiva implementação podem ser objecto dos contratos de autonomia previstos no capítulo vii do presente decreto-lei.
- 7 - Os serviços técnicos e técnico-pedagógicos podem ser objecto de partilha entre os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, devendo o seu funcionamento ser enquadrado por protocolos que estabeleçam as regras necessárias à actuação de cada uma das partes.
- 8 - Para a organização, acompanhamento e avaliação das actividades dos serviços técnico-pedagógicos, o agrupamento de escolas ou escola não agrupada pode fazer intervir outros parceiros ou especialistas em domínios que considere relevantes para o processo de desenvolvimento e de formação dos alunos, designadamente no âmbito da saúde, da segurança social, cultura, ciência e ensino superior.

CAPÍTULO V

Participação dos pais e alunos

Artigo 47.º

Princípio geral

Aos pais e encarregados de educação e aos alunos é reconhecido o direito de participação na vida do agrupamento de escolas ou escola não agrupada.

Artigo 48.º

Representação

- 1 - O direito de participação dos pais e encarregados de educação na vida do agrupamento de escolas ou escola não agrupada processa-se de acordo com o disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo e no Decreto-Lei 372/90, de 27 de Novembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei 80/99, de 16 de Março, e pela Lei 29/2006, de 4 de Julho.

2 - O direito à participação dos alunos na vida do agrupamento de escolas ou escola não agrupada processa-se de acordo com o disposto na Lei de Bases do Sistema Educativo e concretiza-se, para além do disposto no presente decreto-lei e demais legislação aplicável, designadamente através dos delegados de turma, do conselho de delegados de turma e das assembleias de alunos, em termos a definir no regulamento interno.

CAPÍTULO VI

Disposições comuns

Artigo 49.º

Processo eleitoral

1 - Sem prejuízo do disposto no presente decreto-lei, as disposições referentes aos processos eleitorais a que haja lugar para os órgãos de administração e gestão constam do regulamento interno.

2 - Os processos eleitorais realizam-se por sufrágio secreto e presencial.

3 - Os resultados do processo eleitoral para o conselho geral produzem efeitos após comunicação ao director regional de educação respectivo.

Artigo 50.º

Inelegibilidade

1 - O pessoal docente e não docente a quem tenha sido aplicada pena disciplinar superior a multa não pode ser eleito ou designado para os órgãos e estruturas previstos no presente decreto-lei, durante o cumprimento da pena e nos quatro anos posteriores ao seu cumprimento.

2 - O disposto no número anterior não é aplicável ao pessoal docente e não docente e aos profissionais de educação reabilitados nos termos do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local.

3 - Os alunos a quem tenha sido aplicada sanção disciplinar igual ou superior à da exclusiva competência do director não podem ser eleitos ou designados para os órgãos e estruturas previstos no presente decreto-lei, nos dois anos seguintes ao termo do cumprimento da sanção.

Artigo 51.º

Responsabilidade

No exercício das respectivas funções, os titulares dos órgãos previstos no artigo 10.º do presente decreto-lei respondem, perante a administração educativa, nos termos gerais do direito.

Artigo 52.º

Direitos à informação e colaboração da administração educativa

No exercício das suas funções, os titulares dos cargos referidos no presente regime gozam do direito à informação, à colaboração e apoio dos serviços centrais e periféricos do Ministério da Educação.

Artigo 53.º

Redução da componente lectiva

As reduções da componente lectiva a que haja direito pelo exercício de cargos ou funções previstos no presente decreto-lei são fixadas por despacho do membro do Governo responsável pela área da educação, sem prejuízo do disposto no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

Artigo 54.º

Suplementos remuneratórios

Os suplementos remuneratórios a que haja direito pelo exercício de cargos ou funções previstos no presente decreto-lei são fixados por decreto regulamentar.

Artigo 55.º

Regimento

1 - Os órgãos colegiais de administração e gestão e as estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica previstos no presente decreto-lei elaboram os seus próprios regimentos, definindo as respectivas regras de organização e de funcionamento, nos termos fixados no presente decreto-lei e em conformidade com o regulamento interno.

2 - O regimento é elaborado ou revisto nos primeiros 30 dias do mandato do órgão ou estrutura a que respeita.

CAPÍTULO VII

Contratos de autonomia

Artigo 56.º

Desenvolvimento da autonomia

1 - A autonomia dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas desenvolve-se e aprofunda-se com base na sua iniciativa e segundo um processo ao longo do qual lhe podem ser reconhecidos diferentes níveis de competência e de responsabilidade, de acordo com a capacidade demonstrada para assegurar o respectivo exercício.

2 - Os níveis de competência e de responsabilidade a atribuir são objecto de negociação entre a escola, o Ministério da Educação e a câmara municipal, mediante a participação dos conselhos municipais de educação, podendo conduzir à celebração de um contrato de autonomia, nos termos dos artigos seguintes.

3 - A celebração de contratos de autonomia persegue objectivos de equidade, qualidade, eficácia e eficiência.

Artigo 57.º

Contratos de autonomia

1 - Por contrato de autonomia entende-se o acordo celebrado entre a escola, o Ministério da Educação, a câmara municipal e, eventualmente, outros parceiros da comunidade interessados, através do qual se definem objectivos e se fixam as condições que viabilizam o desenvolvimento do projecto educativo apresentado pelos órgãos de administração e gestão de uma escola ou de um agrupamento de escolas.

2 - Constituem princípios orientadores da celebração e desenvolvimento dos contratos de autonomia:

- a) Subordinação da autonomia aos objectivos do serviço público de educação e à qualidade da aprendizagem das crianças, dos jovens e dos adultos;
- b) Compromisso do Estado através da administração educativa e dos órgãos de administração e gestão do agrupamento de escolas ou escola não agrupada na execução do projecto educativo e respectivos planos de actividades;
- c) Responsabilização dos órgãos de administração e gestão do agrupamento de escolas ou escola não agrupada, designadamente através do desenvolvimento de instrumentos de avaliação e acompanhamento do desempenho que permitam aferir a qualidade do serviço público de educação;
- d) Adequação dos recursos atribuídos às condições específicas do agrupamento de escolas ou escola não agrupada e ao projecto que pretende desenvolver;
- e) Garantia da equidade do serviço prestado e do respeito pela coerência do sistema educativo.

3 - Constituem requisitos para a apresentação de propostas de contratos de autonomia:

- a) A constituição e o funcionamento dos órgãos de administração e gestão, de acordo com o regime definido no presente decreto-lei;
- b) A conclusão do procedimento de avaliação externa nos termos da lei e demais normas regulamentares aplicáveis.

Artigo 58.º

Atribuição de competências

[...]

Artigo 59.º

Procedimentos

Os demais procedimentos relativos à celebração, acompanhamento, avaliação e fiscalização dos contratos de autonomia são estabelecidos por portaria do membro do Governo responsável pela área da educação, ouvido o Conselho de Escolas.

CAPÍTULO VIII

Disposições transitórias e finais

SECÇÃO I

Disposições transitórias

Artigo 60.º

[...]

Artigo 61.º

Competências do conselho geral transitório

1 - O conselho geral transitório assume todas as competências previstas no artigo 13.º do presente decreto-lei, cabendo-lhe ainda:

- a) Elaborar e aprovar o regulamento interno, definindo nomeadamente a composição prevista nos artigos 12.º e 32.º do presente decreto-lei;

[...]

Artigo 62.º

[...]

Artigo 63.º

[...]

Artigo 64.º

Contratos de autonomia

1 - Os contratos de autonomia celebrados ao abrigo Decreto-Lei 115-A/98, de 4 de Maio, alterado, por apreciação parlamentar, pela Lei 24/99, de 22 de Abril, mantêm-se em vigor até ao seu termo.

2 - As cláusulas dos contratos de autonomia mencionados no número anterior que se refiram a aspectos da estrutura orgânica do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada mantêm-se igualmente em vigor até ao seu termo, sem prejuízo de, por decisão dos órgãos competentes do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, ser decidida a sua adaptação ao presente decreto-lei nos termos dos artigos anteriores.

SECÇÃO II

Disposições finais

Artigo 65.º

Revisão dos regulamentos internos

Os regulamentos internos dos agrupamentos de escolas e das escolas não agrupadas, aprovados nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 13.º, podem ser revistos ordinariamente quatro anos após a sua aprovação e extraordinariamente a todo tempo por deliberação do conselho geral, aprovada por maioria absoluta dos membros em efectividade de funções.

Artigo 66.º

[...]

Promulgado em 11 de Abril de 2008.

Publique-se.

O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva.

Referendado em 11 de Abril de 2008.

O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

Anexo XVIII - REQUERIMENTO

Exmo/a. Sr. Diretor do Agrupamento de Escolas de Tábua

Assunto: Pedido de autorização para a entrega de questionários a professores (do Ensino Regular e da Educação Especial) e pais, para efeitos de investigação a desenvolver no Mestrado.

Marlene Isabel Ribeiro Borges, professora do Grupo de Recrutamento 910 – Educação Especial, a frequentar o Mestrado em Necessidades Educativas Especiais, no domínio de Cognição e Motricidade, ministrado pelo Instituto Superior de Educação e Ciências, encontra-se a desenvolver uma investigação no âmbito da relação família/escola, sob a orientação da Doutora Cândida Helena Lopes Alves.

No âmbito do projeto de investigação a que me proponho desenvolver intitulado “A relação família/escola e as crianças com necessidades educativas especiais, venho por este meio pedir a V^a. Ex^a. Autorização para passar um questionário aos professores do ensino regular e da educação especial do agrupamento bem como aos pais dos alunos. Os dados obtidos serão confidenciais e utilizáveis apenas para fins de investigação.

Agradeço desde já a atenção dispensada.

Com os melhores cumprimentos
Pede deferimento,

Viseu, 6 de janeiro de 2014

(Marlene Isabel Ribeiro Borges)

Anexo XIX - Consentimento informado

Eu, Marlene Isabel Ribeiro Borges, professora do Grupo de Recrutamento 910 – Educação Especial, a frequentar o Mestrado em Necessidades Educativas Especiais, no domínio de Cognição e Motricidade, ministrado pelo Instituto Superior de Educação e Ciências, estou a desenvolver um estudo que abrange pais, professores do Ensino Regular e da Educação Especial, no âmbito do 1º Ciclo do Ensino Básico.

Este estudo tem como principal objetivo analisar a existência de relações entre a família e escola enquanto fator de sucesso e compreender o posicionamento dos professores em relação à inclusão escolar de crianças com NEE; frequência dos contactos entre a família e a escola, tentando compreender qual a perceção que os professores têm das famílias de crianças com NEE; e obter indicadores do modo como a escola estabelece contactos com as famílias tentando perceber e compreender os modos, os momentos, o tipo de estratégias mais utilizadas, o nível de intervenção mais solicitado aos pais e o tipo de informação que mais lhes é fornecido.

Este questionário é anónimo e confidencial servindo apenas efeitos de investigação.

Se por alguma razão não quiser participar, tem todo o direito de o fazer, sendo a participação voluntária poderá interrompê-la a qualquer momento.

Face ao exposto e tendo em atenção que me foram explicados os objetivos principais deste estudo; compreendo que a minha participação é voluntária, anónima e confidencial, pelo que concordo com os termos que constam neste consentimento informado.

Data ____/____/____

Assinatura do(a) Participante

Data ____/____/____

Assinatura da investigadora

Anexo .XX – Questionário aos Professores



Instituto Superior de Educação e Ciências

Questionário aos Professores

O presente questionário pretende saber a opinião que os pais/encarregados de Educação têm acerca da “Relação família/escola e a criança com necessidades educativas especiais (NEE)”.

A investigação insere-se num estudo, a realizar no âmbito de um Mestrado em Educação Especial realizado no Instituto Superior de Educação e Ciências de Lisboa.

Todos os dados recolhidos são confidenciais e anónimos. Deste modo, em nenhum momento lhe é pedido a sua identificação. Não existem perguntas certas ou erradas; o que pretendemos é conhecer a sua opinião sobre o assunto. Por favor seja sincero e claro.

Considera-se a sua cooperação de extrema importância, pelo que, desde já, agradeço a sua participação.

Grata pela sua colaboração
Marlene Borges

Instruções de preenchimento:

- Nas perguntas cuja resposta se limita a SIM ou Não, coloque uma cruz



resposta que considera correta.

- Nas afirmações à frente das quais se encontra um vazio, assinale com uma cruz a(s) sua(s) opção ou opções.

- Nas perguntas de resposta aberta, manifeste livremente e com o pormenor possível, a sua opinião no espaço assinalado.

1ª Parte

Dados Pessoais

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐

Idade : _____ anos

Tempo de serviço na docência:

- menos de 5 anos
- de 5 a 15 anos
- de 15 a 25 anos
- 25 a 35 anos
- mais de 35 anos

☐
☐
☐
☐
☐

Habilitações profissionais:

- curso de professores do magistério primário
- curso de professores da escola superior de educação
- curso de especialização
- outro/s, por favor especifique: _____

☐
☐
☐

2ª Parte

1. Em sua opinião quais os principais fatores da vida da escola que poderão ter influência no sucesso da criança com Necessidade Educativas Especiais?

2. Concorda com a inclusão de crianças com Necessidades Educativas Especiais nas turmas do Ensino Regular?

Sim ☐ Não ☐

Por favor, dê razões para a sua opção.

3. Defende-se atualmente que a importância de uma boa relação dos Pais/Encarregados de Educação com a escola no processo de inclusão. O que é para si uma boa relação entre a Família e a Escola?

Por favor dê exemplos:

4. As atitudes dos pais/encarregados de educação com filhos com Necessidades Educativas Especiais, em relação à escola e/ou ao professor, diferenciam-se das atitudes dos outros pais?

Sim ☐ Não ☐

Se respondeu SIM, por favor indique em que é que essa(s) atitude(s) diferem:

5. Quais as situações mais comuns em que costuma contactar com os pais/encarregados de educação?

- início do ano ☐
- final do ano ☐
- para “trocar” opiniões sobre a avaliação ☐
- quando o seu educando tem problemas na escola ☐
- quando o/a professor/a o/a convoca ☐
- quando outros técnicos o solicitam (médicos, professor de apoio, ...) ☐
- outro/s, por favor especifique: ☐

6. Há alguns pais/encarregados de educação ou grupos de pais que sente necessidade de convocar mais vezes?

Sim ☐ Não ☐

Por favor, diga porquê:

7. Normalmente, que de estratégias de comunicação costuma utilizar na relação com a família?

- momentos informais na escola. ☐
- reuniões de pais. ☐
- reuniões de pais com outros profissionais (equipa de Educação Especial, médicos, terapeutas,...) ☐
- reuniões individuais com pais. ☐
- contactos telefónicos. ☐
- notas escritas. ☐
- visitas a casa. ☐
- outro/s, por favor especifique:

8. Normalmente, para que tipo de funções mais solicita os pais/encarregados de educação?

- organização de festas, visitas de estudo,... ☐
- para reuniões sociais (lanchar, beber café) ☐
- ajuda nos trabalhos de casa. ☐
- participação em reuniões. ☐
- comparticipações em dinheiro. ☐
- como oradores sobre problemas específicos da Educação Especial. ☐
- partilha de experiências vivenciadas com os filhos. ☐
- participação em adaptações curriculares. ☐
- participação na construção do PE e PEI ☐
- participação na deteção e diagnóstico de situações patológicas. ☐
- participação na escolha de manuais escolares ☐
- escolha de modelos de apoio pedagógico e de Educação especial. ☐
- na deteção de barreiras arquitetónicas à inclusão. ☐
- outro/s, por favor especifique:

9. Que tipo de informação, frequentemente, comunica aos pais/encarregados de educação?

- atitudes da turma em relação ao seu educando. ☐
- atitudes do seu educando em relação a outras crianças. ☐
- atitudes do seu educando em relação ao professor/a. ☐

- orientações para a ajuda dos trabalhos de casa. ☐
- informações que obteve de outros profissionais (médicos, psicólogos, professor de Educação Especial,...) ☐
- insucessos na aprendizagem escolar. ☐
- sucessos de aprendizagem escolar. ☐
- tipo de método que está a desenvolver em relação à criança. ☐
- tipos de apoio especiais que a criança necessita. ☐
- outro/s, por favor especifique: ☐

10. Normalmente, que tipo de informações lhe transmite os pais/encarregados de educação?

- atitudes da criança em casa. ☐
- ansiedades e medos em relação ao sucesso/insucesso da criança. ☐
- informações transmitidas por outros profissionais (médicos, terapeutas, psicólogos, professor de apoio,...) ☐
- medos advindos à inclusão da criança na turma. ☐
- situações problemáticas na dinâmica da família. ☐
- problemas de acompanhamento escolar. ☐
- outro/s, por favor especifique: ☐

11. Para si é importante a troca de informações entre pais/professores?

Sim ☐ Não ☐

Se sim, em que tipo situações pensa que a sua ajuda seria benéfica para os pais/encarregados de educação?

12. Tendo em conta as crianças com Necessidade Educativas Especiais, que assuntos mais gostaria de abordar com os pais/encarregados de educação?

Anexo XXI – Questionário aos Pais/Encarregados de Educação



Instituto Superior de Educação e Ciências

Questionário os Pais/Encarregados de Educação

O presente questionário pretende saber a opinião que os pais/encarregados de Educação têm acerca da “Relação família/escola e a criança com necessidades educativas especiais (NEE)”.

A investigação insere-se num estudo, a realizar no âmbito de um Mestrado em Educação Especial realizado no Instituto Superior de Educação e Ciências de Lisboa.

Todos os dados recolhidos são confidenciais e anónimos. Deste modo, em nenhum momento lhe é pedido a sua identificação. Não existem perguntas certas ou erradas; o que pretendemos é conhecer a sua opinião sobre o assunto. Por favor seja sincero e claro.

Considera-se a sua cooperação de extrema importância, pelo que, desde já, agradeço a sua participação.

Grata pela sua colaboração
Marlene Borges

Instruções de preenchimento:

- Nas perguntas cuja resposta se limita a SIM ou Não, coloque uma cruz



resposta que considera correta.

- Nas afirmações à frente das quais se encontra um vazio, assinale com uma cruz a(s) que considera correta(s).

- Nas perguntas de resposta aberta, manifeste livremente e com o pormenor possível a sua opinião, no espaço assinalado.

1ª Parte

Dados Pessoais

Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐

Idade : _____ anos

Grau de Parentesco em relação ao educando:

Pai ☐ Mãe ☐ Outra pessoa: quem? _____

Habilitações literárias dos pais:

- Não sabe ler nem escrever

- Ensino Básico incompleto

- Ensino Básico completo

- Ensino Básico – 2º Ciclo (5º e 6º)

- Ensino Básico – 3º Ciclo (9º)

- Ensino Secundário

- Bacharelato, licenciatura

- Mestrado, doutoramento

Pai

Mãe

☐ ☐

☐ ☐

☐ ☐

☐ ☐

☐ ☐

☐ ☐

☐ ☐

☐ ☐

- Outro/s, por favor especifique: _____

Profissão _____

2ª Parte

1. Em sua opinião como é que a sua colaboração poderá ter influência no sucesso escolar do seu educando?

- Acompanhá-los na realização dos trabalhos de casa.

- Proporcionar-lhes um bom ambiente para eles estudarem.

- Levá-los a realizar os trabalhos escolares segundo um horário estabelecido.

- Verificar o estado do material escolar.

- Definir e supervisionar horas de descanso, televisão e de jogos.

☐☐☐☐

2. Defende-se atualmente a importância de uma boa relação dos Pais/Encarregados de Educação com a escola, no processo de inclusão. O que é para si uma boa relação entre a Família e a Escola?

3. É membro de alguma Associação de Pais?

Sim ☐ Não ☐

Se respondeu Sim, especifique que tipo de participação aí desenvolve:

4. Tem por hábito ir à escola para falar com a/o professor/a sem ser convocado(a)?

Sim ☐ Não ☐

Se respondeu SIM, especifique que tipo de participação aí desenvolve:

5. Normalmente, que assuntos, mais frequentemente, o/a levam a conversar com o professor/a?

6. Normalmente, costuma reunir com o/a professor/a em que situações?

- Início do ano ☐
- Final do ano ☐
- Para “trocar” opiniões sobre a avaliação ☐
- Quando o seu educando tem problemas na escola ☐
- Quando o/a professor/a o/a convoca ☐
- Quando outros técnicos o solicitam (médicos, professor de apoio, ...) ☐
- Outro/s, por favor especifique:

7. Normalmente, que situações mais utiliza para conversar com o/a professor/a?

- Momentos informais na escola. ☐
 - Reuniões de pais. ☐
 - Reuniões de pais com outros profissionais (equipa de Educação Especial, médicos, terapeutas,...) ☐
 - Reuniões individuais com pais. ☐
 - Contactos telefónicos. ☐
 - Notas escritas. ☐
- ☐

- Pedido de ajuda a outros pais.
 - Levantamento de interesses dos pais.
 - Outro/s, por favor especifique:
-
-

☐

8. Normalmente, para que tipo de atividades/tarefas o professor mais o/a solicita?

- Organização de festas, visitas de estudo,...
 - Para reuniões sociais(lanchar, beber café)
 - Ajuda nos trabalhos de casa.
 - Participação em reuniões.
 - Organização de conferências, colóquios.
 - Para testemunhar a sua experiência enquanto pai de uma criança com Necessidades Educativas Especiais
 - Partilha de experiências vivenciadas com os filhos.
 - Participação em adaptações curriculares.
 - Participação na construção do PE e PEI
 - Participação na construção/desenvolvimento/avaliação dos projetos que a escola desenvolve.
 - Participação na deteção e diagnóstico de situações patológicas.
 - Participação na escolha de manuais escolares
 - Escolha de modelos de apoio pedagógico e de Educação especial.
 - Outro/s, por favor especifique:
-
-

☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐☐

9. Normalmente, que tipo de informação o/a professor/a lhe comunica?

- Atitudes da turma em relação ao seu educando.
- Atitudes do seu educando em relação a outras crianças.
- Atitudes do seu educando em relação ao professor/a.
- Orientações para a ajuda dos trabalhos de casa.
- Informações que obteve de outros profissionais (médicos, psicólogos, professor de Educação Especial,...)
- Insucessos na aprendizagem escolar.

☐☐☐☐☐☐☐

- Sucessos de aprendizagem escolar. ☐
- Tipos de trabalho que está a desenvolver com o seu educando. ☐
- Tipos de apoio especiais que o seu educando necessita. ☐
- Outro/s, por favor especifique:

10. Normalmente, que tipo de informações o/a senhor/a, transmite ao professor?

- Atitudes do seu educando em casa. ☐
- Ansiedades e medos em relação ao sucesso/insucesso do seu educando. ☐
- Informações transmitidas por outros profissionais (médicos, terapeutas, psicólogos, professor de apoio,...) ☐
- Medos associados à inclusão do seu educando na turma. ☐
- Outro/s, por favor especifique:

11. Em que situações pensa que a sua ajuda seria importante para o/a professor/a?

12. Tendo em conta o seu educando que assuntos gostava de abordar com o/a professor/a.

ANEXO XXII – RESULTADOS OBTIDO PELO QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES

Dados Pessoais - sexo	
Resultados do questionário dirigido aos Professores	
Sexo	%
Masculino	22,2%
Femenino	77,8%

Dados Pessoais - idade	
Idade	%
de 20 e os 29	16,7%
de 30 a 39	38,9%
40 a 49	33,3%
50 e 59	11,1%

Dados Pessoais - tempo de serviço na docência	
Tempo	%
menos de 5 anos	0,0%
de 5 a 15 anos	38,90%
de 15 a 25 anos	27,80%
de 25 a 35 anos	16,70%
mais de 35 anos	0,0%

Dados Pessoais - habilitações académicas	
	%
Magistério Primário	44,40%
Curso de professor da Escola Superior de Educacao	55,60%
Curso de Especialização	0,0%

Dados Pessoais - habilitações académicas	
Ensino	%
Magistério Primário	44,40%
Curso de professor da Escola Superior de Educacao	55,60%
Curso de Especialização	0,0%

Questão 2 - inclusão de crianças com NEE em turmas do “ensino regular”)	
resultado	%
sim	93,8%
não	6,3%

Questão 2- fatores justificativos da opinião sobre a inclusão	
Família/escola	%
Número elevado de alunos por turma e pouco disponíveis que os professor possui para os acompanhar	100,0%
Formação insuficiente	5,9%
Facilita a aprendizagem, pois aprendem imitando os outros colegas de turma	5,90%
Para que as outras crianças aprendam a respeitar as suas diferenças	11,80%
Benéfico para o seu desenvolvimento	11,80%
Permitir plena integração e inclusão social	70,60%

Questão 3- fatores inerentes a uma relação família/escola	
Fatores inerentes a uma relação família/escola	Frequências Absolutas
Colaboração/comunicação/participação ativa	9
Frequência de contactos	8
Relação professor/família	6
Participação no processo de aprendizagem	5
Clarificação junto do professor das diversas limitações, problemas e patologias da criança	2
Aquela que leva ao sucesso	2
Ajuda nos trabalhos de casa	1

Questão 4 - diferenças de atitudes dos pais das crianças com NEE em relação aos outros pais	
Respostas	%
Não	55,60%
Sim	44,40%

Questão 6 – Necessidade de convocar mais vezes os pais	
Respostas	%
Não	16,70%
Sim	83,30%

ANEXO XXIII – – RESULTADOS OBTIDO PELO QUESTIONÁRIO AOS PAIS/ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

Dados Pessoais - sexo	
Sexo	%
Masculino	18,80%
Femenino	81,30%

Dados Pessoais - idade	
Idade	%
de 20 e os 29	18,80%
de 30 a 39	62,50%
40 a 49	18,80%
50 e 59	0,00%

Dados pessoais: grau de parentesco	
parentesco	%
Pai	18,80%
Mãe	81,30%
Outro	0,00%

Dados Pessoais: habilitações literárias	
habilitações literárias	%
Não sabe ler nem escrever	0,0%
Ensino básico completo	3,1%
Ensino básico - 3º Ciclo (9º)	25,0%
Bacharelato / Licenciatura	3,1%
Ensino básico - 2º Ciclo (5º e 6º)	31,3%
Ensino básico incompleto	3,1%
Ensino Secundário	28,1%
Mestrado / Doutoramento	0,0%

Dados Pessoais: Profissão	
Profissão	%
domésticos	25,0%
empregados de comércio e serviços	31,3%
quadros técnicos e profissões liberais	25,0%
trabalhadores independentes, empresários, proprietários	6,3%
não responderam	12,5%

Questão 3 - Participação dos inquiridos em Associações de Pais	
participação dos pais	%
Sim	100,0%
Não	0,0%

Questão 4 - Poder de iniciativa dos pais		
iniciativa dos pais	Frequencia absoluta	%
Sim	15	95,0%
Não	1	5,0%